

185

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

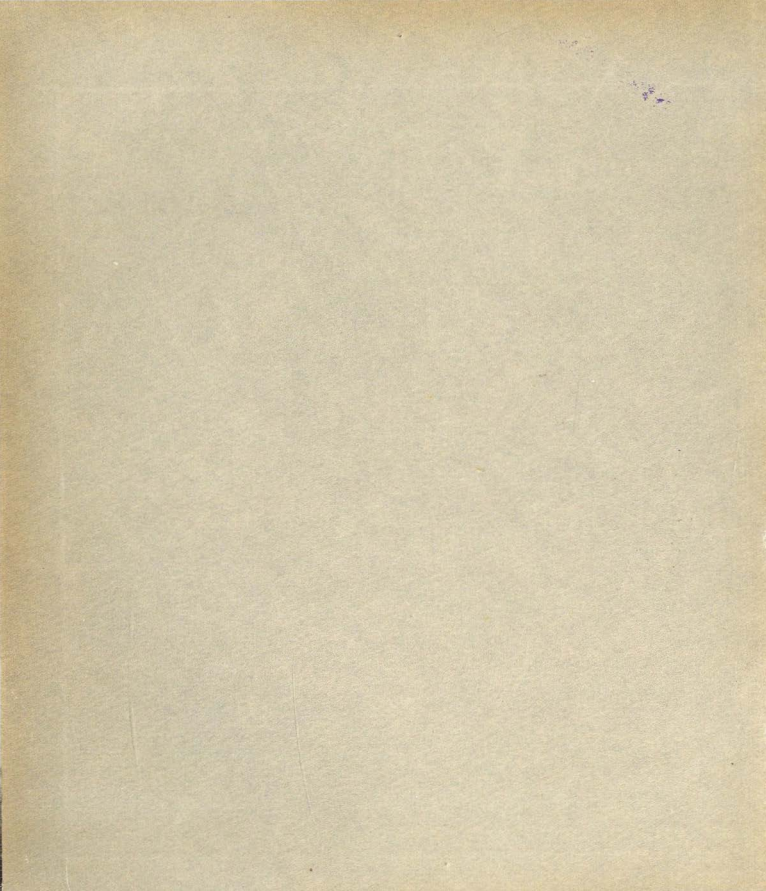
DIRECTOR

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA



MCMXXXVI

MCMXXXVIII



DEPÓSITO LEGAL

Rev.

152

P.

REV. 32 PA

152

*exemplar*

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

DIRECTOR

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA



TOMO III

MCMXXXVI

COMPOSTO E IMPRESSO NA IM-  
PRENSA MODERNA, RUA LUZ  
SORIANO, 43 E 45 — LISBOA

Ao iniciar a publicação do seu 3.<sup>o</sup> volume, não pode a *Revista de Arqueologia* deixar de fazer o mais veemente protesto contra os repugnantes crimes praticados nos homens mais representativos e nos monumentos mais venerandos da cultura e do passado da gloriosa Espanha, assolada pelo furacão brutal e devastador dessas hordas selvagens que deshonram a humanidade e mancham as páginas respeitáveis da História, quando, de séculos a séculos, por desgraça aparecem.

Nos primeiros anos do século V foi a civilização ispano-romana perturbada pela invasão sanguinária dos povos bárbaros do norte, que «destroem toda a Espanha, assolam os templos e põem à espada os servos de Jesus Cristo, profanam a memória dos Santos, seus ossos, templos e sepulturas... trazendo tudo na mesma inquietação que têm as espigas do trigo movidas pela fúria do vento»; na primeira metade do século XX, assinalará a História as crueldades e devastações, os sacrilégios e os morticínios nesse mesmo País, sem a atenuante da rudeza da época e da ferocidade dos costumes mediéviços.

Com o pretexto hipócrita de se conseguir uma falsa igualdade, foi assassinado quem pelo estudo conseguira distanciar-se da turba ignorante e anónima, invejosa e inerte ante a dificuldade de se elevar pelo trabalho honesto. E com o pavor da Justiça Divina, queimaram-se as igrejas, perdeno-se para sempre alguns dos mais belos monumentos desse país-museu.

Perante a bárbara assolação da Espanha-mártir que assiste dia a dia, à morte de muitos dos seus filhos mais ilustres e à destruição de tantos dos seus monumentos mais característicos, aqui fica exarada a modesta mas sentida repulsa da *Revista de Arqueologia*.

O DIRECTOR

J. M. CORDEIRO DE SOUSA



PORTAL MUDEJAR DE UMA IGREJA ESPANHOLA DO SÉCULO XIV  
DESTRUIDA PELOS BÁRBAROS DO SÉCULO XX.

# CARTAS DE PAÇO D'ARCOS (\*)

## I

Por natural tendência de quem se habituou a fazer da conversação com os tempos idos, o consolador esquecimento da realidade presente, sempre que me encontro em nova terra, — cidade ou aldeia, por modesta que seja — sinto-me irresistivelmente dominado pelo desejo de penetrar no seu passado, de interrogar a sua memória, mais ou menos puida ou truncada na sucessão das gerações, das ideias e dos costumes; — se surpreender, quando não as origens, uma ou outra fase, qualquer rasto da sua existência anterior.

Quantas vezes, a esta mesma mesa em que estou escrevendo agora, à beira do lanço assoalhado da estrada em que Paço d'Arcos se esperguiça, na mais indecente indolência, quantas vezes tenho conversado com o velho edifício, caído e retocado, ali defronte, que documenta ainda nos três largos arcos e nos dois fortes torreões laterais a sua rude e original estrutura, a nobre paternidade da designação local?

Foi bem êle que deu o nome à terra, com aquela singela arcaria escancarada para a ampla e formosa enseada, e oferecendo outrora abrigo e repouso, sob as artesoadas abóbadas, hoje mascaradas e truncadas, a mais de um Rei, a um dos Felipes, com certesa, que dali escrevia às filhas quando fazia a jornada de Sintra.

Vaga tradição diz que D. Manuel aqui viera também, e a reminiscência lendaria das divagações marginais do Venturoso estende-se até Oeiras onde a Ermida de Nossa Senhora da Conceição e Santo Amaro se atribue à glória de comemorar uma cura por êle obtida, em qualquer afecção epidérmica, com as águas do sítio.

Enquanto à Ermida é certo que existia já no século XVI, mas a data mais antiga que lá encontrei é a de uma sepultura, à entrada que oferece ao curioso destas coisas a seguinte legenda:

S.<sup>a</sup> DE ANDRE FRZE  
DESVA MOLHER I  
POLITADIAS E DE  
SEVSEDEIROS  
1595

---

(\*) — Publicadas no Jornal «A Tarde» de 21 a 23, 28 e 30 de Setembro e 1, 5 a 7, 12, 13, 18, 20, 21 e 29 de Outubro de 1898.

Leitura :

*Sepultura de André Fernandes e de sua mulher Hipólita Dias e de seus herdeiros. 1595.*

Pelo que respeita ao *Paço dos Arcos* é facil ainda hoje verificar o cunho do século XVI nalguns lanços e fragmentos mais antigos da construção,



O PAÇO DOS ARCOS

mas quando a sua modesta história começa a revelar-se mais nitidamente é já no século XVIII como propriedade de um ramo de Menezes, fazendo parte de uma grande quinta, — «a quinta de Paço d'Arcos», — que D. Teresa Eufrásia de Menezes faz «cabeça» de um morgado que institue e que, à mingua de sucessão, doa a uma sua amiga e parente.

Em 1771 o dono é ainda um Menezes, pois que em 12 de Outubro dêsse ano os moradores de Paço d'Arcos, Turrugem e Caspolima, reclamam que José Francisco

— «com estância de madeira, não estreite a estrada que vai da praia para o lugar da Turrugem, junto à quinta de D. António de Menezes pelo combro ou valado que fecha as terras e vinhas ao nascente».

Em 1777 o morgado transitara de administrador que procurava consolidá-lo e desenvolvê-lo.



D. José de Lencastre — «por cabeça da mulher D. Leonor Mariana Henriques Pereira e Faria», — representava que ao morgado que administrava — «instituído por D. Teresa Eufrásia de Menezes, sendo cabeça a Quinta de Paço d'Arcos» pertenciam as casas térreas que estavam pegadas ao muro da mesma quinta confinante com a estrada que ia para Oeiras; — que para utilidade desse Morgado já com Provisão Régia haviam sido aforados três chãos, e dois tinham já casas edificadas «cordiando por junto da estrada» e as mais estavam ainda para dentro sem se ter edificado no logradouro próprio, tocando-lhe «para estrocer» com as outras até à estrada.

Rendiam êsses chãos, além dos já aforados 22\$000 reis.

Pedia pois o fidalgo, e obtinha, em 27 de Setembro de 1777, nova provisão para aforar todos êsses chãos por 30\$000 reis, fazendo com êles um só praso sob a cláusula de ocupar o logradouro da frente de todos até à estrada «para cordiarem direitos aformoseando a rua».

«Cordiariam» muito bem e nas mais louváveis intenções estéticas, mas o que vejo da minha janela é que a rua ficou tão torta como tôdas as *ruas direitas* das nossas velhas povoações.

Paço d'Arcos, que em 1712, segundo o padre António Carvalho da Costa, na *Corographia Portugueza*, contava apenas «35 visinhos», teria já uma certa importância, no meado do século, pelas alusões que se encontram nos documentos de Oeiras, a «barcos de carreira», a «casas de povo» que eram lojas para venda de vinho e comida, a mercearias, «estâncias de lenha», etc.

Parece que predominava o comércio da lenha como hoje o da pedra. Em 1762 um Agostinho Moniz de Medeiros obtinha licença para uma tenda de mercearia e uma estância de lenha.

Mas já também, como agora, jungido à pretenciosa e artificiosa Oeiras, a-pesar-de tôdas as belas aptidões da sua situação e da sua enseada, o seu destino miserável, vegetativo, anodino, estava escrito por uma espécie de estupidez fatídica que se estendeu e continua, com singular persistência, dos *alvarás* Régios às mais recentes reformecas administrativas da oligarquia ministerial de hoje.

No plano de fortificações da Restauração, Paço d'Arcos fôra contemplado com um forte do lado de Lisboa, o forte da Geribita, como hoje se lhe chama e que então se chamou do Pôrto-Salvo, nome que foi, decerto, o do sítio antes que o Paço dos Arcos lograsse generalizar e impôr o seu nome à terra e ao pôrto.

## II

Pôrto-Salvo ficou sendo e é hoje o nome e sítio de uma ermida a dois

ou três quilómetros para o norte que acabou por crismar a pequena povoação adjacente de Caspolima.

E' interessante, por mais de um título, esta ermida, hoje pouco menos que abandonada e esquecida e que por muito tempo, — desde talvez o das nossas grandes navegações, — era objecto de intensa devoção popular não só nos arredores, mas em Lisboa, entre a gente do mar principalmente.

Guardam-na e conservam-na sòmente, com excepcional carinho, alguns pobres habitantes do local, entre os quais um honrado e inteligente velho, António Luiz Pereira, que é um encanto ver como cuida e defende o seu querido santuário.

Não pode precisar-se a data da piedosa fundação.

— «Quanto à antigüidade da fundação daquela casa» — diz o grande investigador Fr. Agostinho de Santa Maria (*Santuário Mariano*, 1707) — «não consta com certesa o tempo em que foi edificada», — e um Alvará Régio de 10 de Julho de 1737 informa — «que se tinham perdido todos os papéis e livros que à mesma pertenciam».

O que se não perdeu ainda é a lenda que Fr. Agostinho recolheu e regista de que vindo — «uma nau da Índia para Portugal», — corrida por temerosa borrasca — «inspirou Deus em alguns dos navegantes para maior glória sua e honra de Sua Mãe Santíssima que fizessem voto de edificar à Virgem Senhora nossa uma ermida no primeiro alto que descobrissem, entre as barras do pôrto de Lisboa».

Como narrando usança subsistente no seu tempo, Fr. Agostinho acrescenta: — «Este é o motivo com que todas as embarcações e naus que vêm ou vão para a Índia, assim como dão vista da Casa da Senhora do Pôrto-Salvo, lhe fazem salva com a sua artilharia».

Nos fins do século XVII, foi a ermida reedificada, ampliada mesmo, pelo capitão Manuel Carvalho que morreu em 1670, e era pai — «do padre Manuel Rodrigues Bacalhau, capelão da Capela Real, pessoa bem conhecida em Lisboa», — explica o *Santuário*.

Pròximamente um século depois recebeu a piedosa fundação um novo impulso restaurador importante. Pelo Alvará Régio de 10 de Julho de 1737, a que aludi, foi concedido — «por esmola» — ao juiz e mais officiais de Nossa Senhora de Pôrto-Salvo, isto é à respectiva irmandade, o lugar de Caspolima — «que é reguengo de Oeiras», — sòmente para usarem dele em beneficio da ermida e para a festividades da Senhora.

Representara a irmandade que a ermida estava situada — «no meio de um baldio de pedregulho e rocha infrutífera e incapaz de cultura alguma e que era tradição antiqüíssima na dita irmandade que eu lhe fizera mercê

por esmola do dito baldio para nele se edificar a dita ermida e ficar o restante dele servindo para logradouro da mesma.

Já em consulta do Conselho da Fazenda, de 26 de Janeiro de 1735, e de 7 de Janeiro de 1737, ouvidas diversas estações e — «o povo de Caspolima», — se assentara na concessão por evitar — «as pedreiras que vem cercando a mesma Igreja em grande dano seu, e para poderem fazer algumas casinhas de hospedaria e acomodação do capelão com a mesma liberdade com que se haviam feito as primeiras».

Preparando e instruindo o processo da mercê régia, em 27 de Julho de 1735 fôra, o escrivão do almoxarifado de Oeiras, Francisco Carlos de Oliveira, o escrivão, Pedro de Moura de Azevedo, o almoxarife, com o medidor municipal, das 8 para as 10 horas da manhã, fazer a medição do baldio pedido, à vista de várias pessoas do lugar, — «por corda e vara de cinco palmos».

Foi êste o resultado da operação: — «Pela banda do norte pegando a medir da ermida para o nascente até o muro do serrado de Nossa Senhora de Pôrto-Salvo: 150 varas, parte com o caminho, e pela banda do nascente, vindo do norte para o sul 126, e parte com baldio, e pela banda do sul indo caminhando para o poente 139 varas, e parte com baldio, e pela parte do poente indo direito ao norte, tem 147 varas e parte com estrada pública. E outro bocado ao pé da mesma ermida que tem da banda do nascente vindo do norte para o sul, 470 varas e parte com a estrada, e pela banda do sul 22 varas e parte com baldio, e pela banda do poente, caminho do norie 55 varas e parte com baldio, e pela banda do norte 31 varas e parte com caminho».

Feita a concessão, em 3 de Dezembro de 1737, tomou posse a irmandade lavrando-se o respectivo auto que não se esquece de dizer que entrara o procurador dela Sebastião Franco, com o seu escrivão no baldio — «tomando terra nas mãos e deitando-a para o ar e fazendo todas as mais cerimónias» — simbólicas de quem põe e dispõe do que é seu.

Entre as testemunhas figura um João Henriques, «mestre de meninos».

Outro monumento, além da ermida, assinala a prosápia arqueológica de Pôrto-Salvo ou da antiga Caspolima. É um tosco cruzeiro à direita da estrada que vem de Paço d'Arcos (\*).

No pedestal pude ler ainda a seguinte legenda :

---

(\*) Foi, como tantos outros, derrubado após a implantação da república. Devem ter ganho muito com o feito os livres-pensadores do lugar.

... rs mandov fazer m  
noel damaia por sva  
devasao pedeaqvem  
ler este letereiro  
huo pader noso eh  
va ave maria por...  
a entensão an...  
de 1724 anos

*Leitura:* — «Esta cruz mandou fazer Manuel da Maia por sua devoção, Pede a quem ler êste letreiro um Padre-Nosso e uma Ave-Maria por sua intenção. Ano de 1724 anos».

Poucos se darão ao incômodo de ler a tua súplica, pobre Manuel da Maia!

Valia bem a pena, mas vamos com pressa, entrar na grande quinta do Torneiro, nome antigo do lugar, que abre uma das suas portas para a estrada, num cotovelo dela, a pequena distância de Caspolima.

É uma velha quinta fidalga, com larga casaria de pretensões solarengas, cheia, internamente, de interessantes paineis de azulejo.

Por aqueles sítios até Cascais, passando por Carcavelos e Oeiras, vera-neou e fulgou muito a côrte no século XVIII.

Vamos porém direitos à ermida.

### III

Três ou quatro anos antes da concessão do Alvará de 1737 começara a restauração de Pôrto-Salvo.

Em 1734 a capela-mor forrara-se com os belos paineis de azulejo que ainda a vestem, e nos quais, inferiormente, se lê esta ilucidação:

*Esta obra de azulejo fizerão os deuotos de Lisboa.  
Naera de 1734.*

Existe ainda um *Livro da despeza das obras* de 1733, pelo qual se vê que os quatro paineis da capela-mor custaram 28:800 rs., «o acrescimo de azulejo por baixo» 5:575 rs. e o azulejamento «das ilhargas» da mesma capela, 32:880.

As madeiras necessárias vieram da Ribeira das Naus «por esmola».

A pequena fachada foi, sob o alpendre, a um e outro lado da porta, revestida por dois grandes paineis de azulejo também, em que se figuraram

dois episódios capitais da lenda da Senhora de Pôrto-Salvo, explicando-os respectivamente as seguintes legendas:

O da direita:

*Vindo os deuotos de N. S.<sup>ra</sup> do porto saluo a fazer lhe assua festa, e colocar lhe assua lampada lhesobreueo tão furiosa tempestade qlevoua embarcação m.<sup>tas</sup> legoas pella barra fóra, e nogrande perigo em q̄ seuião, envocarão o favor da S.<sup>ra</sup> nomesto tempo ouirão huma uos q̄lhedezia aoarais uolta peraa p.<sup>te</sup> direita oq̄ fazedo deempruizo seacharão em paço de arcos.*

Está se vendo. Tenho visto algumas vezes.

Corrida com o tempo, de Entre Tôrres em fóra, atravez de um nevoeiro cerrado, ia a falua levada talvez numa forte corrente de vasante, avermelhada e grossa, perdido o govêrno no alvorôço terrorista da companhia e dos romeiros.

Cabeça que lograra conservar um resto de serenidade ou pulso desesperadamente movido pelo instinto da salvação: — pulso do arrais ou cabeça de passageiro que lhe gritasse imperiosamente o conselho, fizera caracolar o desenfreado barco à direita, para onde a terra mais se alongava quebrando a fúria da corrente nas saliências rochosas e nos recortes da praia.

A apreensão do medo dissolvera-se rápidamentee nas águas mais tranqüilas da ampla enseada, ao fundo da qual, bem ao fundo, entre as brandas ondulações do terreno, se divisaria o alto de Caspolima de onde já a pequenina imagem da Senhora vigiava, solícita, as atribulações e também as fraquezas dos mareantes ribeirinhos.

Se é que a lenda não é a apagada ou transformada reminiscência de mais remoto episódio, como à primeira vista parecera o que nos conta o outro painel, o da esquerda.

Diz este:

*Hummoço q̄ seachau: captiuo em Argel, filho da Marqueza Cordovil de Alfama mandandoo seu patrambuscar Peixe peraciãr, lhe pegou pella mão a S.<sup>ra</sup> e opos neste lugar emcujo seachaua sua May, nessa mesma noite q̄ tinha uindo derromaria a S.<sup>ra</sup> com outras companheiras.*

Vão lá descobrir esta Marquêsã Cordovil de Alfama!

Nem no moderno fabrico de marquesados de ruas e quintais.

Mas é que a devota não era realmente Marquêsã senão de alcunha, e quando eu já incomodara, na pesquisa da lenda, o meu doutíssimo amigo

Adolfo Coelho que me aconselhara a consulta do Códice do Escorial onde se conta — «Como Santa Maria sacou de cativo a um ome bôo que se ll'acommendam», — inesperadamente me aparece o Padre Mestre Fernandes, grande compilador de cousas milagrosas, dizendo-me que o caso — «aconteceo em nossos tempos, e conhecemos as pessoas que nele tem parte e as que assistiram como testemunhas de vista».

Nada mais resolutivo.

Vem na *Alma instruida na doutrina e vida christan*, copioso repositório muito metódico e explicativo impresso em Lisboa em 1678.

— «Nesta cidade, no bairro que chamam de Alfama, havia uma mulher chamada Marqueza de Cordovil, da freguesia de São Miguel, a qual tinha um filho cativo entre os mouros».

Boa vontade teria o erudito jesuita de que fôsse uma autêntica Marquês a devota, mas se o fôsse não o ocultara, nem tão pouco reverentemente a tratara um «confessor delrei D. Pedro II».

O caso passara-se pois como o diz a legenda.

A mulher fôra com algumas companheiras em romaria ao Pôrto-Salvo, implorar à Senhora. Pernoitaram ali, na ermida, fechando-se nela, porque uma formidavel tempestade lhes não permitira o regresso.

Alta noite, no meio de tormenta, que bramia cá fora, e lá dentro confrangia, em preces aflitas, os corações devotos, ouviram bater à porta.

Era o cativo, o filho da Marquês, em carne e osso, sem tirar nem pôr.

Quando fôra, momentos antes, em Argel ou em Tunis, cumprir a ordem do patrão agareno uma figura de mulher pegando-lhe na mão o conduzira ali, a Caspolima, à porta da ermida.

«Trazia ainda os pratos e o dinheiro com que o mouro o mandara à ribeira», testemunha o Padre Mestre Manuel Fernandes em 1678.

E Fr. Agostinho de Santa Maria, adoptando e recomendando a lição, em 1707, diz que — «por memória de tão grande maravilha pendurou o moço na casa da Senhora o grilhão que trazia no pé, o qual se vê ainda hoje naquella Igreja».

E lá está, a memória do grilhão da praxe, como proclama a legenda, na parede, à direita: *cadea do cativo*.

Não ha pois que investigar mais.

(*Continúa*)

LUCIANO CORDEIRO

# FREI CASIMIRO DE S. JOSÉ WYSZYNSKI INTRODUTOR DA ORDEM DOS MARIANOS EM PORTUGAL

(Continuação do vol. II)

Decorrido pouco tempo, a 23 de Março, declararam-se desinteligências entre Frei João de Deus, os polacos e os eremitas, por aquele pretender o govêrno da casa.

Por fim Frei João de Deus e os dois polacos retiraram para Lishoa, aquele na intenção de não voltar mais a Balsemão e os outros de conseguirem licença para a fundação canónica do convento no monte Caramouro.

Em Lisboa, falaram, sôbre êste assunto ao Rei, ao Marquês de Pombal, ao bispo de Miranda (1), então na capital, e a outras personagens. Porém nada conseguiram pois aquele estadista informou-os de que el-rei não lhes dava a desejada licença por serem já muitas, em Portugal, as ordens religiosas.

O atentado contra D. José veio adiar quaisquer novas tentativas a êste respeito e um dos polacos, o Padre Rafael, retirou para Balsemão, onde chegou a 12 de Fevereiro de 1759.

---

(1) Na *Sub-dedicatória ao excel., e rever. senhor D. Fr. Aleixo de Miranda Governador do Arcebispado Primaz de Braga, Eleito Bispo de Miranda*, que vem na citada biografia do Padre Estanislau de Jesus Maria, já o seu autor solicita o valimento dèste Prelado em favor da Congregação de Balsemão nestes termos:

«O que conjecturo por certo, em respeito ao valimento; porque, tendo os Congregados da Senhora da Conceição de Balsemão, sita no Bispado para que V. Excellencia he Eleito Pastor, a fortuna de que V. Excellencia seja o seu Prelado Diocesano, com esta ventura tem a esperança certa de que sempre hão de ser protegidos de V. Excellencia a fim de adiantarem as glorias de Maria Santissima, e de se fazerem seus filhos pela Solemne profissão, que intentão fazer da Ordem da Conceição da mesma Virgem Mãe Immaculada, cuja Santa Ordem se acha incorporada pelo Reverendissimo Mestre da Ordem Fr. Antonio Cloche á Sagrada Ordem Dominicana.

«A consecução deste fim tão desejado será para V. Excellencia huma grande gloria, que durará para sempre estabelecida nos Annaes da fama, e para os Alumnos da Congregação Mariana huma grande dita: pois o maior que pôdem ter nesta vida, he o serem filhos professos na Ordem da sempre Immaculada Virgem Maria. Por este, e por outros motivos, toda a Santa Congregação de Balsemão posta de joelhos aos pés de V. Excellencia lhe beija as mãos, offerecendo-se como humildes Subditos, e amados filhos no serviço de V. Excellencia, e certificando em como nos seus santos exercicios, orações, e merecimentos, applicarão huma boa parte a Deos nosso Senhor pelo augmento espiritual, e temporal, de V. Excellencia.

«Sendo esta obrigação tão forçosa da parte dos Congregados de Balsemão, não he menor a que reconhece este Subdito de V. Excellencia,...

Anos decorridos, em 1765, chegaram a Balsemão outros dois religiosos polacos, Narciso e Valente. Porém poucos dias se demoraram, regressando à Polónia, com grande desgosto do Propósito, que censurou o Padre Fisher por os ter deixado partir. Este desculpou-se com dizer que êles se haviam retirado por sua livre vontade e que, além disso, em Portugal não convinha, aos interesses da fundação da ordem, a vinda de religiosos estrangeiros sem prévia autorização régia.

Só depois da morte de D. José conseguiram de D. Maria I, em data de 29 de Abril de 1778, o seguinte decreto, que aumenta a vinte o número de religiosos que podiam existir no convento:

«D. Maria por graça de Deos, Rainha de Portugal &. Havendo a Mão do Omnipotente abençoado as Pias Intenções com que o Senhor Dom João V de Saudosa Memoria Mandou exercitar a Congregação Penitente que havia antigamente existido no Monte do Caramouro, vulgarmente chamado Balsamão, e as com que o Senhor Rei D. José Meu Senhor e Pais e Dignou ampliar-lhe o numero de Sacerdotes, com trazer a este Reino alguns professos da Congregação da Immaculada Conceição da Mãe de Deos, que unidos com os Congregados da referida Congregação de Leigos e Penitentes, não só os consolidaram e firmaram na vocação que haviam seguido, mas guiando-os pelas vias saudaveis do seu Instituto, tem dado virtuosos exemplos de edificação e aproveitamento espiritual aos povos da Provincia de Traz-os-Montes: E desejando Eu que estes louvaveis principios vão adiante em beneficio da Religião e em verdadeiro obsequio e culto da Immaculada Conceição da mesma Santissima Virgem Padroeira destes Meus Reinos e Dominios: Hei por bem Conceder aos sobreditos Congregados de lhes ampliar o numero que lhes foi concedido, para que possam ter o numero de vinte, comprehendidos nelle Sacerdotes e Conversos; de baixo da fórma e clausulas das Reaes Provisões de 10 de Fevereiro de 1733, e 27 de Setembro de 1756, e da sujeição ao Ordinario e Bispo Diocesano na conformidade da Provisão do Bispo D. João da Cruz do 1.º de Outubro de 1754, menos o direito da Protecção que deixo reservado ao Meu Real Arbitrio, A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e lhe mande passar os Despachos necessarios. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 29 de Abril de 1778. — Com a Rubrica de Sua Magestade.»

Em 15 de Maio de 1779 o Padre Aleixo Fisher comunicava ao seu Propósito, o Padre Raimundo Novicki, que todos os congregados, existentes no convento de Balsemão, haviam feito profissão solene e que tinha sacerdotes em noviciado, mas que só havia casa para cinco, estando, porém, a tratar do aumento do número de celas.

Em Março de 1780 appareceu, em Balsemão, um religioso italiano, Aloy-



sio Bondi, ali enviado pelo Procurador Geral que a Congregação da Polónia tinha em Roma. Aqui se demorou um ano, apesar dos protestos do Padre Fisher, visto que as leis portuguezas não permitiam tais admissões nas casas religiosas.

Em 3 de Setembro de 1782 faleceu em Lisboa o Padre Rafael e, nos últimos meses de 1783, falecia, também, o Padre Fisher, que ainda conseguiu vêr independente da Congregação da Polónia o seu convento de Balsemão.

O decreto de 30 de Maio de 1834 que extinguiu, em Portugal, todas as ordens religiosas, veiu extinguir, também, êste convento.

Nesse mesmo ano foi êste edificio alugado pelo Padre José da Cruz, egresso daquele convento.

Em 1841 foi pôsto em leilão pela Fazenda Nacional, mas, só uma parte da cêrca e do olival foram arrematados.

O resto da cêrca e o edificio tinham de voltar à praça nos termos da lei, mas em virtude de um requerimento apresentado, na sessão da Camara dos Deputados em 6 de Outubro daquele ano, foi suspensa a arrematação, a fim de neles se estabelecer uma Escola Prática de Agricultura.

Não se tendo creado esta escola até ao ano de 1850, foi tudo arrematado em nova praça, por José António de Miranda.

Este convento era muito pobre. Efectivamente no livro *Contas correntes dos objectos preciosos... que pertenceram aos conventos supprimidos*, Lisboa 1842, em que lhe chama *Ordem dos Clerigos Marianos da Immaculada Conceição*, apenas lhe são atribuidos os seguintes objectos: três cálices completos, quatro corôas de imagens e duas pixides e, dum quadro tirado *um ms. da Biblioteca Municipal do Porto: Demarcação da provincia de Traz os Montes feita em 1796 pelo Juiz demarcante Columbano Pinto Ribeiro de Castro*, em que vem relacionado este convento de *Marianos polacos*, conclui-se que tinha uma renda certa de 100.000 réis e outra incerta de 50.000 réis (2).

Possuimos a 'fotografia de uma outra gravura que foi distribuida, em Roma, quando a causa da sua beatificação ali foi apresentada.

Devemo-la à amabilidade dos Padres Marianos de Roma, que nos prestaram algumas informações acerca do mesmo individuo, por intermedio do nosso consócio o erudito Padre Schurhammer, o ilustre biógrafo de S. Francisco Xavier, a quem agradecemos a sua amavel intervenção.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

---

(2) Reproduzido pelo sr. Abade de Baçal no livro indicado.

## UM ÊRRO NA GRAVURA DO CEITIL DE D. ANTÔNIO NA OBRA DE T. DE ARAGÃO

Na «Descrição das Moedas» do sábio numismógrafo Teixeira de Aragão encontra-se na Estampa XXIII sob o n.º 14 a gravura de uma moeda que no texto a pág. 302 do I volume é classificada como *Ceitil, exemplar único pertencente à coleção Abílio Martins*.

A moeda em questão é representada como tendo no reverso um açor voltado à esquerda.

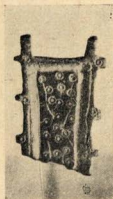
Trata-se de um êrro do gravador porquanto no catálogo da colecção Augusto de Sousa Lobo vem sob o n.º 654 fotografado na Estampa V o mesmo exemplar, segundo se diz a págs. 50 do citado catálogo, apresentando o açor voltado à direita, posição que igualmente se observa num exemplar dessa raríssima moeda existente na minha colecção.

RAÚL DA COSTA COUVREUR

## ANTIGUALHAS DO MUSEU DO CARMO

Continuando a série de notícias que têm sido publicadas nas páginas desta Revista acerca de alguns objectos curiosos guardados nos nossos museus de arqueologia, damos hoje a conhecer um fragmento de fecho de cinturão que o arqueólogo Dr. Hans Zeiss, ilustre professor catedrático da Universidade de Munich, considera do período visigótico e se guarda há longos anos no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, sem contudo ter sido mencionado no boletim daquela colectividade científica, que tão interessantes informações nos fornecia outrora acerca das antigualhas recolhidas no velho templo carmelitano.

Gravura feita sobre fotografia amavelmente oferecida ao director desta Revista pelo Ex<sup>mo</sup> Snr. Prof. Dr. Zeiss, após a sua visita a Portugal em 1928.



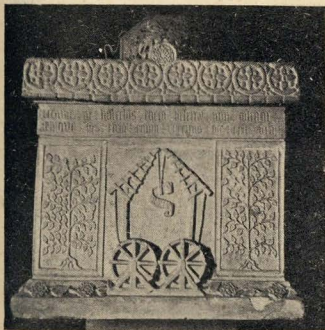
J. M. CORDEIRO DE SOUSA

## A “EMPRESA” DO 1.º MARQUÊS DE VALENÇA

D. Afonso, neto de D. João I e do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, Conde de Ourém e Marquês de Valença, faleceu a 20 de Agosto de 1460 e jaz na cripta da Colegiada de Ourém, que êle fundou. Da sua vida e da sua morte, e do seu notável túmulo, falamos longa e proficientemente D. António Caetano de Sousa na sua HISTÓRIA GENEALÓGICA DA CASA REAL PORTUGUEZA, e os Snrs. José da Cunha

Saraiva em O SÉCULO DO TOSÃO DE OURO EM PORTUGAL, Dr. Vergílio Correa em TRÊS TÚMULOS, e Dr. Vieira Guimarães em MARROCOS E TRÊS MESTRES DA ORDEM DE CRISTO. Para êles enviamos os estudiosos que queiram fazer o seu estudo pormenorizado. A nós, apenas nos interessa agora o estudo da *empresa* de que, seguindo o costume do seu século, o Marquês fêz uso, e que se acha esculpida na face do túmulo, do lado dos pés. Apresentamos uma gravura dela, reproduzida de uma fotografia tirada pelo erudito investigador Snr. Dr. Mesquita de Figueiredo, que obsequiosamente a pôs à nossa disposição.

Conforme nela se vê, ao centro, dois guindastes levantam, por meio de uma corda, um listel onde se acham esculpidas quatro letras em caracte-



TÚMULO DO MARQUÊS DE VALENÇA EM OURÉM  
FACE DO LADO DOS PÉS, COM A «EMPRESA»

res góticos minúsculos. Dos lados, dois arbustos, um tanto estilizados, ocupam o resto da face, abaixo do friso da inscrição.

O Snr. Cunha Saraiva, na obra atrás indicada, interpreta as quatro letras góticas como NRIS, tomando a legenda por uma abreviatura de *nostris*, o que, ligado à ideia do guindaste, caberia bem para divisa de um homem com um carácter como o do Marquês.

Os arbustos interpreta-os o Snr. Dr. Vieira Guimarães, como sendo oliveiras.

Documentos que vamos apresentar permitem dar nova interpretação à legenda e aos arbustos que, também como se verá, fazem parte da *empêsa*. E se o sentido que resultar da nova leitura não nos parecer tão consentâneo com o que conhecemos da vida do Marquês, não seja isso motivo para não a aceitarmos, pois que as *empêsas* eram escolhidas pelos próprios e com fundamentos que não seriam precisamente a verdade (se não tiveram às vezes o intuito de a ocultar), e que nós não conhecemos, a menos que se não encontre documento coevo que forneça a solução daqueles verdadeiros *enigmas pitorescos*.

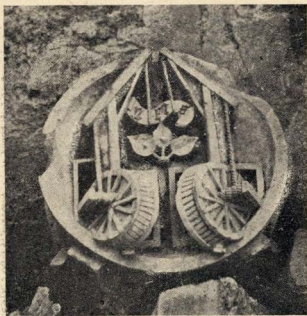
D. Afonso foi senhor de Porto de Mós, por doação do seu avô D. Nuno, de 1422. No Castelo desta Vila deixou obras que conviria estudar, agora que se está trabalhando na sua restauração. Em dois fechos das abóbadas das suas varandas, deixou esculpidas as suas armas e, num outro, a sua *empêsa*.

É ainda o Snr. Dr. Mesquita de Figueiredo que nos forneceu as fotografias dêles, trabalho seu, e que, pela sua nitidez nos permitiram estudar o assunto. Da que representa o fecho com a *empêsa*, publicamos uma ampliação. Este fecho, de notória perfeição escultural, revela-nos primeiramente que a legenda do listel é NEIS.

Embora seja sempre fácil a confusão, nos caracteres góticos minúsculos, entre o *e* e o *r*, a nítida prova fotográfica, vista com o auxílio de uma lupa, não deixa dúvidas. Esta leitura era, aliás, a já feita pelo Snr. Dr. Vieira Guimarães, que no seu trabalho apresenta um desenho do listel.

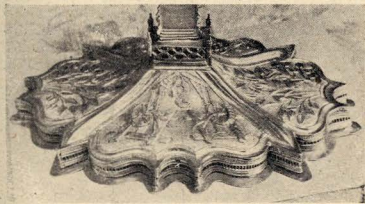
Ora estas quatro letras são conhecida abreviatura de NEMINIS. Qualquer das traducções que os dicionários indicam para a palavra NEMO: — *ninguém, nenhum* ou *pessoa de nenhuma conta*, poderia convir para a divisa, embora com sentidos quasi opostos.

Mas alguma coisa mais a nítida fotografia nos mostra: — da *empêsa*



FECHO DE ABÓBADA DO CASTELO DE PORTO DE MÓS, COM A «EMPÊSA»

faz parte um ramo de uma planta, em que nitidamente se vê ao meio de cada folha uma pequena baga. Esta planta não pode deixar de ser a gilbardeira ou gilbarbeira (*ruscus*), muito comum no nosso país, única que apresenta estas bagas no meio da página inferior dos cladodes, de forma idêntica às folhas da *empresa*. Examinando com atenção os arbustos que ladeiam os guindastes no túmulo de Ourém, ver-se-á que se numas folhas aparecem as nervuras centrais, noutras distingue-se a baga da gilbardeira, sendo ainda a forma das folhas idêntica à dos cladodes desta. Não deve, pois restar dúvida alguma de que a gilbardeira faz parte da *empresa* do Marquês de Valença, embora não nos pareça fácil determinar hoje qual a sua significação. Em parte alguma encontrámos o que êste arbusto possa representar simbolicamente. Apenas sabemos que na antiga farmacopea figurava como «aperitivo», e que nalgumas regiões de Portugal é empregada,



RELICÁRIO DE OURÉM — PARTE DO PÉ COM A «EMPRESA» DO MARQUÊS DE VALENÇA

que aqui reproduzimos, de uma parte do pé daquela peça, que ali entrou vinda da Colegiada de Ourém, e que a tradição diz ter sido oferecida ao Marquês de Valença pelo Papa Paulo III.

A última parte da tradição é manifestamente falsa, pois que o Papa Paulo III nasceu oito anos depois da morte do Marquês.

Êste pé é dividido em quatro sectores contendo dois dêes, opostos, os guindastes da *empresa* de que vimos tratando, e os outros dois, ramos de gilbardeira.

Não nos trás esta representação novos elementos para o nosso estudo, mas sim uma confirmação ao que acima ficou dito.

O desenho dos guindastes oferece grande analogia com o dos do

pela agressividade dos seus cladodes aculeáceos para defesa contra os ratos, pelo que lhe dão o nome pitoresco de *pica-ratos*. Hoje é utilizada apenas como planta ornamental.

Tínhamos estas notas neste ponto, quando o Sr. Dr. João do Couto, ilustrado conservador do Museu das Janelas Verdes nos chamou a atenção para um relicário existente naquele Museu, facultando-nos o seu estudo, e a fotografia,

fecho de abóbada de Pôrto de Mós, sendo de um notável realismo. As letras de listel são as da leitura que fizemos, havendo a notar que não resta a menor dúvida de que a segunda letra é um *e* e não um *r*. Nesta inscrição, como na de Pôrto de Mós, não há indícios do sinal de abreviatura. Na de Ourém, não temos elementos para o afirmar.

As folhas dos ramos não mostram as bagas, tendo apenas a nervura central, mas têm a forma dos cladodes da gilbardeira.

Perante a conformidade das três representações da *empresa* do Marquês de Valença pensamos que as conclusões a que chegámos podem ser adoptadas quando se pensar em coligir as *empresas*, *tenções* e *divisas*, de uso tão generalizado no século XV, e que de tanta utilidade podem ser para identificações.

A forma da *empresa* representada no fecho de Porto de Mós, deve ser a preferida, visto ter sido feita sob a direcção do próprio D. Afonso.

Da sua interpretação não tratamos, pois cremos que só documentos coevos nos poderiam revelar o pensamento de quem a idealizou. Pensamos até que nem se lhe pode aplicar o simbolismo do guindaste levantando um peso: — *Ingenium vires superat* —, que se lê em EMPRESAS MORALES DE D. JUAN DE BORJA (1).

Outubro, 1936.

GARCEZ TEIXEIRA

---

(1) Bruxelas, 1680. Pág. 103.

## ANTIQUITATES (1)

### III

# MOSAICOS LUSITANO-ROMANOS EM PORTUGAL

## (1.ª SÉRIE)

À míngua de pinturas a fresco das paredes de vilas romanas e de outros edifícios, facilita-nos os juízos sôbre a decoração interna das casas a série valiosa dos mosaicos, até hoje aparecidos em Portugal.

*Opus signinum* ou *testaceum* no chão de compartimentos de somenos importância ou de maior resistência, *opus musivum* ou *tesselatum* nos pavimentos de luxo e de arte, como *opus sectile* de chapas de mármore, guardam construções particulares e públicas. Os *musivarii* ou *musaiarii* tiveram por termo da evolução da sua técnica artística os mosaicos de *opus vermiculatum* com as tesselas alinhadas que lembravam os anéis dos vermes. De *opus* ou *pavimentum vermiculatum* são os nossos mosaicos, restos da romanização no território.

Desde o fim do século I, o mosaico invade casas ricas e modestas, terras, na cidade e no campo, na costa e no interior, estabelecimentos públicos e privados. As oficinas multiplicam o número e a actividade por todo o Império romano. O antigo *tesselatum*, de *tessellae* ou *tesserae* de um tipo único, combina e confunde a técnica rígida do ladrilhado *sub divo* (Vitrúvio, VII, 1, 6), com o *vermiculatum* de *tessellae* diversiformes, sinuosas contornantes, no tempo dos Antoninos e Severos (sécs. II e III).

Os desenhos lineares, tanto rectilíneos (xadrez, combinações angulares, quadriculados, faixas, filetes, dentilhões, gregas, labirintos) como curvilíneos (círculos, fracções circulares, rosáceas, escamas, postes, ondas, cordões, cadeias, tranças, florões, palmetas) passam dos primeiros tapetes de cubozinhos marmórios de duas côres à policromia rica dos mosaicos dos séculos III e IV. O mesmo se deu com a decoração figurada: delfins, hipocampos, sereias, animais e homens.

---

(1) À série *Antiquitates* pertencem as duas notícias publicadas nesta revista: — I. *Urna cinerária de Olisipo com inscrição latina* (vol. II, págs. 182-187); — II. *Lisboa romana. Monumento epigráfico dedicado a Apolo por um augustal* (Vol. II, págs. 242-245).

Sem entrar em pormenores, podemos agrupar os mosaicos em dois grandes tipos, — o alexandrino, porventura pompeiano, de superfície repartida em sectores poligonais, com decoração central, geométrica ou figurada, — e o pictorial, *pictum de musivo* ou *de museo*, certamente romano, onde a decoração central invade a repartição geométrica (Antoninos) <sup>(2)</sup>, ou, ao invéz, as combinações lineares chegam a atingir os quadros figurados.

Nêste segundo tipo a decoração, sem abandonar os antigos modelos do anterior, subordinados à disciplina geométrica, aproveita quanto a imaginação inspirada na literatura despertara: simbolismo, mitologia, vida real. Nos séculos IV-VI predominaram as composições zoomórficas <sup>(3)</sup>.

Frescos <sup>(4)</sup> e mosaicos parietais, pavimentos vermiculados, estuques moldados em relêvo com folhagens e figuras, mármoreos esculpidos de fôllhas, pâmpanos, cachos, tirsos, às vezes dourados <sup>(5)</sup>, compitam na grandeza artística das salas. *Tectores, albarii, albi* e *dealbatores, gypsarii, gypsoplastae, pictores parietarii* e *coloratores* preparavam as paredes. *Pavimentarii* e *marmorarii* revestiam pavimentos e muros com obra marmórea, *testacea spicata* e *pavimentum marmoratum. Musearii, musivarii, musaearii* ou *musarii* montavam os mosaicos (*opus musivum*) <sup>(6)</sup>.

Desde mosaicos grosseiros, como o representam alguns pedaços, que fazem parte do recheio científico do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos (Belém-Jerónimos) até aos de Leiria (Orfeu I e II) e ao de S.<sup>ta</sup> Vitória-do-Ameixial, tôda a série tem representação. A «villa» de Santa-Vitória, opulenta na coleção de pavimentos de mosaicos, continha sete padrões: geométrico, de simbolismo báquico, em uma sala; de laçarias, tranças e círculos policrômicos em três corredores e numa salinha de ligação; de gregas e meandros bicolores (preto e branco) em volta do *impluvium*; e de numerosa e variada policromia, figurada, na *pictura* musivária do chão da sala central do *balneum*, ou *balnearium* da «villa».

Quem primeiro fixou entre nós imagem de mosaicos desentranhados em escavações, foi Estácio da Veiga com os do Algarve, na *Collecção / das /*

(2) ... *quae musivo picta sunt* (S.<sup>to</sup> Agostinho, *De Civitate Dei*, XVI, 8,1) ... *in qua Aurelianus pictus est... pictura est de museo* (Treb. Poll. XXX tyr 25,4).

(3) A Andollent, *Carthage Romaine*, Paris, 1901, pág. 664.

(4) Não são muitos os restos de frescos parietais em ruínas lusitano-romanas, Marim (Olhão), Conimbriga, (Condeixa-a-Velha), Póvoa-de-Cós, (Alcobaça), Santa-Vitória-do-Ameixial (Estremoz), Milreu (Faro), v. gr. deram fragmentos apreciáveis e nesta última brilhantes.

(5) P. Gusman, *Villa Hadriana*, fig. 369, pág. 241.

(6) J. Marquardt, *La Vie privée des Romains*, trad. franc. de Victor Henry, [Paris, 1893, pág. 274, e ss. com suas nn.



*Plantas e Desenhos dos Campos explorados para o reconhecimento das Antiguidades Monumentaes do Districto de Faro e para a comprovação parcial da Carta Archeologica do Algarve organizada em virtude de ordem do Governo, (1877-1878),* manuscrito e mapas com legendas explicativas, que estão na posse do Museu Etnológico.

Em 1902, começou o Sr. Dr. Leite de Vasconcellos em *O Archeologo Português* a publicação de «uma série de artigos a respeito de mosaicos romanos encontrados em Portugal (?). O n.º 1 coube aos «Mosaicos do Arnal e de S. Sebastião»; transcreve do *Archivo Pittoresco* (8) um artigo de John Martin, traduzido já da *Illustred London News* (9).

Para facilitar estudo e consulta aos interessados, procurei reunir notícia informativa dos mosaicos lusitano-romanos, facultando aos outros quanto obtive para mim. A esta primeira série, constituída pelos de mais fácil e immediata observação e resenha, outra ou outras seguirão.

— *Alandroal*: — necrópole da Rouca — fragmento grosseiro de tesselas brancas e pretas, sem reconhecimento da decoracão, — no Museu Etnológico (espólio da necrópole II Pavimento, armário n.º 49).

— *Alcácer-do-Sal*: — dois fragmentos de pavimento branco de tesselas quadradas, com vasos de libação (*urceus* e *urna*) feitos de pedras pretas, trazidos para o Museu Etnológico pelo Sr. Dr. Vergílio Correia, seu antigo Conservador (II, n.º 42-A).

— *Alcobaça*: — Pedrógão, próximo da aldeia de Póvoa, frêguesia de Cós, concelho de Alcobaça: 9<sup>m</sup>,30 × 7<sup>m</sup>,70; tipo geométrico (quadrados, octógonos, losangos); ao centro, em moldura circular, cabeça humana de coroa radiada (Apolo = Sol?), entre duas cornucópias; em cartel superior, contíguo, ornatos curvilíneos; em outro, inferior, simétrico do primeiro, peixes, aos lados de vaso (*cantharus*) de cujo bocal emerge folhagem estilizada; predominam as pedras brancas e pretas; policrómicas na cabeça e no vaso com a folhagem. Está no Museu Etnológico (10).

LUIZ CHAVES

(*Continua*)

(?) *O Arch. Português*, vol. VII, n.º 12, 1908.

(8) *Arch. Pittoresco*, vol. I, pág. 125 e ss.

(9) 2 de Agosto de 1856.

(10) Este mosaico, pelas grandes dimensões que tem, não pôde até agora ser montado no Museu.

## O TÚMULO DE D. MANUEL DE MOURA NA VISTA ALEGRE

A convite do Director da fábrica de porcelana da Vista Alegre, o engenheiro João Ferreira Pinto Basto, fui, há pouco tempo, áquele aprazível sítio, nas cercanias de Aveiro.

Visitei minuciosamente as magníficas instalações da fábrica; vi preparar o barro, moldar a loiça, pintá-la, cosê-la, seleccioná-la e acondicioná-la para a exportação. Admirei delicadas obras de arte que saiem das mãos habéis de ignorados escultores. Louvei a excelente organização das muitas centenas de operários que ali trabalham e vivem, em excelentes condições de protecção, hygiene e moral, com escolas para os filhos, teatro, desportos e outras diversões nas horas de recreio. Percorri a alameda e os terraços ajardinados com deliciosa vista sôbre o braço da ria que ali passa, entre margens verdejantes.

Mas, de tudo, o que mais me prendeu a atenção e me encantou foi a capela da invocação da Senhora da Penha de França, situada dentro da quinta e que, por assim dizer, preside a todas as edificações da fábrica, que a rodeiam, com os corucheus das suas duas torres a dominarem o panorama.

Construida no século XVII, por iniciativa do Bispo de Miranda, D. Manuel de Moura, é, toda ella, de elegantes proporções. Forram-lhe as paredes, até meio, belos azulejos contemporâneos da fundação do templo—que representam vários lances da vida de Nossa Senhora—e o retábulo e altar da capela-mor são de mármore italiano artisticamente trabalhado, o que tudo contribui para a beleza do interior.

A dominar, porém, o harmonioso conjunto está o túmulo do prelado fundador da capela, que se eleva no altar-mor, do lado da Epístola, em frente da porta da sacristia. É uma obra majestosa, fabricada de calcário de Ançã, no género de algumas que vi em Itália, mas como creio que não haja outra em Portugal.

Três leões—é de supôr que primitivamente fossem quatro—sustentam o pêso enorme duma grande urna funerária. Nesta, figuram, em relêvo, as armas da família Moura Manuel, seguras por dois anjos, e, aos lados, imagens do Luto ou da Dôr.

Como a erguer-se do túmulo—e nisto é que consiste a maior originalidade e beleza do monumento—vê-se, em tamanho natural, a figura do Bispo, de mitra e vestes prelatícias, a encarar o Tempo, que sustêm, ao fundo, entre anjos protectores, o pano bordado que há-de cobrir



a urna. A expressão das figuras é admirável; sobre-tudo a de D. Manuel de Moura, em cujo rosto transparecem simultaneamente a melancólica saudade de deixar o Mundo e a suave beatitude de quem entrevê já as delícias espirituais do Além.

Isto é inteiramente nova entre nós, onde as estátuas funerárias são apresentadas, geralmente, jacentes, inanimadas, sobre os túmulos.

Por cima do pórtico, onde este grupo se encontra, está a Morte, esquelética, horrenda, la-deada por duas imagens simbólicas.

Diz-se que esta obra é da autoria do escultor Cláudio de Laplada.

Lembro-me de ter visto coisa semelhante na Igreja dos Santos João e Paulo (*Zani-Polo*), em Veneza—espécie de Panteão dos Doges. Talvez o mausoleu do doge André Vendramin. A figura soergue-se do túmulo, em atitude de quem está entre a vida e a morte. Mas o monumento da Vista Alegre em nada me parece inferior a êsse.

Enfim, obra lindíssima, em qualquer parte—dela se pode fazer uma idéia pela gravura que se publica junta—constitue uma riqueza escultórica não assaz admirada nem sequer conhecida em Portugal.

CAETANO BEIRÃO

## MAIS ALGUMAS ACHEGAS PARA A BIOGRAFIA DE ESTEVÃO GONÇALVES NETO (\*)

Em Junho de 1930 tive a honra de vos falar de Estevão Gonçalves Neto, o grande iluminador do *Missal Pontifical* da Academia das Ciências de Lisboa. Vão decorridos 6 anos e mais cousa alguma pude referir àcerca do excelso artista. Parecia-me que tudo estava arrumado definitivamente, que ninguém mais traria qualquer outra achega a esclarecer os pontos duvidosos da biografia de Estevão Gonçalves Neto, a ir além do que descobrira o ilustre arqueólogo visense—o dr. Maximiano de Aragão, já falecido. Enganava-me.

No mês de Maio último, a 3, trazia-me o correio boas notícias doutro investigador, também de Viseu, o sr. dr. Manuel da Cunha e Alvelos, Delegado da Comarca de Lamego.

Sugestionado sem dúvida pelo que eu escrevera na monografia *Uma jóia da iluminura portuguesa*, lançou-se o ilustre pesquisador à exploração dos arquivos da sua terra e teve a boa fortuna de encontrar algo de importante, que vou já dar-vos a conhecer.

Como até aqui tem sucedido, o sr. dr. Alvelos deu-me conta minuciosa dos seus importantes trabalhos. Tal proceder encheu-me de regosijo. Era a justa recompensa de quem trabalhou com vontade de acertar, com o desejo de bem servir a nossa velha Associação. Agradeço-lh'o sinceramente.

\*

Em 2 números do jornal *Distrito de Viseu*, de 20 e 27 de Maio último, relatou o sr. dr. Alvelos o resultado das suas investigações. Servindo-me do que escreveu, e bem assim da correspondência trocada entre nós, vou instruir-vos devidamente. Escusado será dizer que o faço autorizado pelo douto pesquisador.

A biografia de Estevão Gonçalves Neto «é ainda bastante obscura, pois não se conhece a sua filiação, nem o lugar e data em que nasceu; mas, pelo brasão gravado na parte inferior da base do cálice que deixou à Sé de Viseu (exposto no *Museu de Grão Vasco na 9.<sup>a</sup> sala*: v. pags. 51 e 52 da 3.<sup>a</sup> edição do Catálogo do mesmo Museu — Viseu, 1934), pode-se afirmar que

---

(\*) Comunicação à Associação dos Arqueólogos Portugueses em 25 de Junho de 1936.

era de nobre linhagem; pois êsse brasão, não se conformando aliás inteiramente com a descrição que os heraldistas fazem das armas dos Netos, deve representar êste apelido. No século em que o nosso artista viveu, encontram-se *Netos* em várias terras do país, como Viana do Castelo, Penela e Vila Viçosa; mas não se encontram nos documentos de Viseu, onde, em compensação, os *Gonçalves* são vulgares.

«¿Descenderia do Doutor Pedro Gonçalves Neto, pai do Bispo Dom Braz Neto e de Simão Neto, que provinham dos *Netos* de Salamanca? (Sanchez de Baena — *Arquivo Heráldico — Genealógico*, pag. 117 e 574; e Sousa Machado, *Brazões inéditos*, pag. 153).

«¿Seria sobrinho de D. João Manuel, como diz um compilador dum catálogo manuscrito dos Bispos de Viseu?» (P.º Henrique Cid, *Catálogo dos Bispos de Viseu*). Não se pode responder, por agora, a estas perguntas.

\*

«Por alguns documentos do antigo cartório do Cabido da Sé de Viseu, podemos conhecer factos que até hoje apenas se conjecturavam e que podem resumir-se assim: pela morte de Leonardo Rodrigues, em Março de 1613, vagou a igreja de Sereijo, e em 27 dêsse mês foi afixado à porta da Sé de Viseu o edital de vacatura, convidando todos os párocos e clérigos, que se quizessem opor à dita igreja, a comparecerem pessoalmente perante o Provisor do Bispado, o licenciado Baltazar Fagundes, no praso de 10 dias, a-fim-de apresentarem a sua opposição. No dia seguinte, 28 de Março, em Fontelo, perante o referido Provisor, compareceu o único concorrente, *Estevão Gonçalves, Capelão de Sua Ilustríssima Senhoria*, e disse que se queria opor à mencionada igreja, tendo-se lavrado termo da opposição assim declarada.

Aprovado *nemine discrepante* no exame que lhe foi feito em 12 de Abril dêsse ano, em Fontelo, do qual se lavrou termo, o Cabido, em vista da igreja de Sereijo ser da sua apresentação, dirige no dia seguinte *um assinado de apresentação* ao Bispo, para êste colar e confirmar Estevão Gonçalves Neto, em Abade da referida igreja, assinando o dito documento, entre outros, o Chantre Gaspar de Campos e Abreu e os Cónegos Christóvão de Mesquita, que foi o seu antecessor na Conezia, e Baltasar Estaço, poeta, natural de Évora, que mais tarde foi perseguido pela inquisição, (Dr. António Baião, *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*, vol I pag. 63 a 101. Renascença Portuguesa, Pôrto, 1919) e de quem existem cartas autógrafas no Arquivo do Cabido».

«D. João Manuel não tardou a expedir de Fontelo, sob seu sinal

e sêlo, a carta de colação e confirmação, pois esta tem a data de 16 de Abril.»

«Em 3 de Maio dêsse mesmo ano toma Estevão Gonçalves Neto posse da Abadia de Sereijo (J. Cardoso Gonçalves, *Uma jóia da iluminura Portuguesa*, pag. 49 e seguintes); e com maior ou menor permanência, aí se conserva até Junho de 1618, data em que foi substituído pelo P.º Francisco Cabral de Almeida, que toma posse em 23 dêsse mês e ano.»

«Depois de sair de Sereijo, Estevão Gonçalves Neto regressa a Viseu, onde permanece o resto da sua vida, e onde morre».

«Encontramo-lo outra vez Capelão de D. João Manuel em Outubro de 1621, pois não chegou a ocupar o cargo de meio Cónego, como já se pretendeu, interpretando a subscrição da estampa de Pentecostes (do *Missal Pontifical*) — SE CANON. VISEU — por meio Cónego de Viseu, valendo o SE. por meio, conforme ensinam abalisados latinistas (Dr. M. Aragão, *Memória apresentada à Academia das Ciências* e lida na sessão de 9-5-1929).

«A subscrição assim se encontra na reprodução do Missal; mas, Ribeiro Guimarães (J. Ribeiro Guimarães, *Sumário de vária história*, vol. 2.º pag. 72, edição de 1872), que escreveu antes de ter sido executada a mencionada reprodução (Pedro Augusto Ferreira, no *Port. Antigo e Moderno*, vol. 12, pag. 1852) examinando o original, diz-nos que a subscrição dessa estampa é: S. G. Canon Viseu. — E assim deve ser. — S. G. — são as iniciais do nome Stephanus Gundisalvus»

«Sabido, como é, que a reprodução do Missal é bastante imperfeita, não admira que se substituisse um G por um E — o que era fácil — dando assim origem a uma defeituosa interpretação. . . . .»

\*

Permito-me interromper a curiosíssima narrativa para dizer o resultado da minha diligência de 20 de Julho corrente; nesta data fui examinar a estampa do Pentecostes no *Missal Pontifical* e fiquei convencido de que na famosa subscrição lê-se — S. E. — e não — S. G. como pretendeu Ribeiro Guimarães. Mandei fazer um decalque da referida subscrição para me convencer melhor de que Ribeiro Guimarães se enganou.

\*

«Pelo falecimento do Cónego Cristóvão de Mesquita, em 5 de Outubro de 1622, e na vaga assim ocorrida, o Bispo D. João Manuel, em 8 do mesmo mês, «por confiar do saber, vida e costumes de Estevão Gonçalves Neto,

*Presbítero, seu Capelão*», mandou-o vir perante si e, com as formalidades riquisitas, cola-o e confirma-o Cónego Prebendado na dita Cònezia com sua inteira prebenda; e, tendo-lhe sido dada a carta de colação e confirmação, em Fontelo, sob o sinal e sêlo grande da Chancelaria do Prelado, no mesmo dia 8, toma posse do seu novo cargo no dia seguinte, 9, Domingo, à hora de prima, começando logo sua residência.

«Neste ano acaba êle o *Missal*, conforme se vê da subscrição da orla inferior da tarja de folhas 58 e que é a seguinte: *Steph. Glz. canonicus Visensis faciebat — 1622*. Antes desta subscrição existem quatro em outras tantas estampas, em três das quais se faz referência ao canonicato que o iluminador já ocupava. Mas tendo ele sido provido a 8 de Outubro nesse cargo, como fica dito, não se concebe que, nos três meses que faltavam para terminar êsse ano, êle pudesse pintar essas três estampas. Temos de admitir por força, que as subscrições foram apostas depois de pintadas as estampas, ou então, que não foi seguida, na factura das mesmas, a ordem pela qual se encontram no *Missal*.»

«A admitirmos a primeira hipótese — o que é perfeitamente verosímil ficaria explicada cabalmente a data, que se encontra no frontispício—1610, aposta por Estêvão Gonçalves, quando era já abade de Sereijo, e que significaria o início da obra: e igualmente ficariam explicadas as restantes subscrições, apostas depois de 1622, quando o artista era já Cónego da Sé de Viseu. Teríamos por conseguinte as datas do início e fim do *Missal* — 1610-1622, como já tinham notado Ribeiro Guimarães (*obra, vol. e página citadas*), o Abade de Castro (*Archivo Pitoresco*, vol. 10.º, pag. 72) e o Cardial Saraiva (*Obras completas*, vol. 6.º, pag. 381).

«Tendo-lhe assim consumido doze anos da sua vida, e, possivelmente para agradecer benefícios recebidos, oferecê-lo-ia ao seu Mecenas, D. João Manuel, o qual o depositou na Livraria do Convento de Jesus em Lisboa».

«Serviu nas aclamações dos Reis, quando prestavam juramento».

No manuscrito n.º 145 «*História de Lisboa*», escrito nos anos de 1704-1708 e depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, na secção dos *reservados*, há noticia do *Missal*. Em fol. 245 v. lê-se o seguinte: «*Fez mays doaçam* (Dom João Manuel) *á sacristia* (1) dum *Missal* illuminado com tanta perfeçam que a todos admira a singularidade da obra, que lhe foy mandada de Roma por offerta digna de fazer a um grande Principe eclesiástico.»

---

(1) Refere-se á *sacristia* do Convento de Jesus, de Lisboa. J. C. G.

\*

Depois da sua nomeação para Cónego, o nosso artista dedica-se «com todo o afinco aos seus deveres profissionais, exercendo os cargos que com esses deveres se relacionam, já assistindo às reuniões ordinárias do Cabido, já servindo de almotacé e domairo, poucas vezes faltando ao côro e às missas e responsos, que eram da sua obrigação; e, se porventura esteve em Roma, não foi seguramente depois daquela nomeação.»

«Durante êsse tempo serve de padrinho de seis crianças, filhas de gente humilde, e que nada têm que ver com a sua família.

Quási todos os pais dessas crianças viviam na Rua do Arco ou imediações, sendo de conjecturar, por consequência, que Estevão Gonçalves visse, se não nessa rua, em qualquer das ruas próximas. Assina também os emprazamentos capitulares, como membro do cabido que era, mas em tais serviços, a sua presença não era tão assídua como nas rezas e obrigações do côro.»

«Em 28 de Julho de 1627, chama a sua casa (*de que pagava renda às freiras*) o seu colega Francisco Gonçalves, e, estando doente e na cama, dita-lhe o seu testamento, no qual, depois de dizer que *«seu corpo fosse sepultado onde os senhores do Cabido seus irmãos determinassem, com sua vistimenta de veludo verde»*, deixa vários legados de objectos a várias pessoas e de dinheiro a sua Ama, criado e criada com quem vivia, e institue a sua alma por sua herdeira, para o que *«deixava quarenta mil rs. de sua fazenda à Santa Sé desta cidade, os quais se empregarão em juro ou fazenda, para neles se pôrem quinze missas que se dirão para sempre na dita Sé a saber: cinco pelo Bispo Conde e dez pela sua alma dele Cónego»*.

Contrariamente ao que escreveu Taborda (*Regras da arte de pintura*, 1.<sup>a</sup> ed. pag. 188), os seus pais não foram contemplados com missas e impressão desagradavelmente um tal desapêgo pela família, pois através do longo testamento, onde todas as providências foram adótadas, quanto ao temporal e espiritual, não faz a mínima referência a um parente, próximo ou remoto, nem à terra da sua naturalidade. Com a intenção determinada, as missas foram ditas nos anos seguintes.»

\*

«Deixa também o seu cálice à Sé, com sua caixa e capas, *«com condição que se não diga missa com ele senão nas festas solenes»*.

«Por aqui se vê que o cálice, que ainda hoje existe e se guarda no *Museu de Grão Vasco*, não foi deixado à Sé em 1626, como se diz na inscrição gravada no mesmo cálice, mas sómente em 1627, depois da sua morte.



Aquela data. no entanto, pode querer dizer que o cálice foi então feito».

«Finalmente morre nesta cidade na manhã do dia seguinte, 29 de Julho, quinta-feira, e é enterrado, *«dipois da completa»*, talvez na Sé.»

Na Direcção de Finanças de Vizeu havia alguns livros e documentos do antigo Mosteiro de Jesus. Os mais antigos, porém, do tempo do Estêvão Gonçalves, foram transferidos para a Torre do Tombo. Examinados estes devidamente naquele arquivo, nada se encontrou que possa orientar a descoberta da casa e rua em que o glorioso artista viveu e morreu.

Para o caso de se poder um dia fazer a identificação dessa casa, o sr. dr. Manuel da Cunha e Alvelos propõe a colocação duma lápide na histórica moradia, lápide que diria em palavras singelas :

«Nesta casa viveu e morreu em 29 de Julho de 1627, Estêvão Gonçalves Neto, Abade de Sereijo, Cónego da Sé de Vizeu, autor do célebre Missal que tem o seu nome, a mais formosa jóia da iluminação portuguesa do século XVII, e de todos os tempos.»

J. CARDOSO GONÇALVES

Lisboa, 30 de Junho de 1936.

---

NOTA FINAL — O desapêgo da família, manifestado tão desagradavelmente no testamento do grande Artista, não seria devido ao facto de ser êle filho de pais incógnitos? Eis uma hipótese que avento e se destina apenas a orientar os trabalhos dos investigadores.

J. C. G.

## DR. F. ALVES PEREIRA

Com a morte do Dr. F. Alves Pereira, desapareceu um dos grandes mestres da arqueologia portuguesa.

Possuidor de uma sólida cultura e de um profundo conhecimento dos principais ramos da ciência arqueológica, a sua vasta obra é um perfeito modelo de erudição e de elegância literária, em geral tão divorciadas em trabalhos de investigação científica.

Os seus *Estudos do Alto Minho*, os que publicou com a designação de *Páginas arqueológicas*, os que reuniu sob o título de *Destroços igeditanos*, etc.; não podem deixar de ser consultados e meditados por quantos se dedicarem à pesquisa das antiguidades peninsulares.

Injustamente afastado das funções de conservador do Museu Etnológico, onde a sua competência e o seu entusiasmo exuberantemente se manifestavam, viu-se obrigado a reduzir a sua actividade científica, com grave prejuizo dos estudos arqueológicos em Portugal.

Além de diversos artigos que publicou em jornais diários, a sua obra acha-se dispersa pelas seguintes revistas:

*Anuário de Viana do Castelo, Arqueólogo Português, Arquivo Histórico Português, Arquivo de Viana do Castelo, Atlântida, Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Buletin de la Societé Portugaise de Sciences Naturelles, Feira da Ladrã, Límia, Limiana, Lusa, Portucale, Revista de Arqueologia, Revista Lusitana, Terra Portuguesa e Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros Bibliotecarios y Arqueólogos.*

Deixou um importante trabalho inédito que será publicado pela Academia das Ciências.

O seu valiosíssimo trabalho intitulado *Epigrafia cristiano-latina* abrirá-lhe as portas, bem difíceis de transpôr, da Real Academia de História de Madrid, como outros lhe haviam facultado o ingresso na Academia das Ciências de Lisboa, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Instituto de Arqueologia, História e Etnografia, no Seminário de Estudos Galegos e na Sociedade Martins Sarmento.

A *Revista de Arqueologia* que tanto se honrava com a sua colaboração, lamenta profundamente a perda dêsse meticoloso investigador que tão honestamente marcou o seu lugar na arqueologia nacional.

DEPÓSITO LEGAL

# CARTAS DE PAÇO D'ARCOS

(Continuação da pág. 12)

## IV

Tudo ali, no Porto-Salvo, é claro e simples como o milagre da falua ou do cativo.

Os próprios paineis dizem-nos francamente quem os mandou fazer e os fez, nestas duas legendas suplementares, inferiormente escritas em azulejo também.

*Esta obra mandarão  
fazer os devotos de Lisboa  
no anno de 1740 por  
P. D. Bernardes.*



Vi o nome, — que entendo ser *Pedro Domingos Bernardes*, — para o índice deploravelmente escasso ainda dos nossos azulejistas tão originaes e tão descereimoniosamente desnacionalisados em holandeses e espanhoes pela critica estrangeirista de alguns compatriotas.

O próprio *Livro das contas* oferece-nos na sua franquesa chã, os nomes doutros artistas.

Denuncia-nos êle que naquele mesmo ano o corpo da ermida fôra forrado de azulejo novo, — provavelmente do Bernardes, o mais artistico, — passando o antigo, que é do século XVII, para a sacristia, o que custara 138\$975 reis.

Consertou-se também o alpendre da entrada, fazendo-se-lhe ou renovando-se-lhe os bancos de alvenaria. Este alpendre, sustido por colunas de cantaria, informa Fr. Agostinho que fôra feito pelo mestre de obras *João Valente Sucesso*, naturalmente na reconstrução de 1670, de Manuel Carvalho.

Diga-se de passagem que o santuário tinha outra entrada lateral, ao nascente, sôbre a qual externamente se regista numa pequena pedra a concessão régia do terreno, mas essa porta foi tapada, pela razão exposta na seguinte legenda pintada do lado interior:

*Esta porta  
foi inutili-  
zada por ter  
sido por ela  
roubada esta  
ermida, 1.ª vez  
e 2.ª aos 11 de  
Setembro de 1874*

Voltemos porém às grandes renovações do século XVIII.

A «Obra da pintura» diz o *Livro das Contas* que foi de *Sebastião da Silva Franco*, «procurador das obras, pintor.» Mais tarde, em 1771, apparece-nos outro pintor trabalhando ali. Chama-se *Joaquim José da Rocha*. Sejam de um ou outro, as pinturas que existem têm um certo merecimento.

Com terceiro pintor, mais antigo, nos encontramos ainda em obra carinhosamente conservada, e este não inteiramente desconhecido.

E' num livro manuscrito, em pergaminho, encadernado em marroquim, com fechos de prata.

Abre com uma formosa pintura representando a Senhora de Pôrto-Salvo, e explica assim o conteúdo e o trabalho artístico :

*compromisso  
da irmandade de  
N. S. do Porto Salvo  
do lugar de Caspolima  
& sita na Igreja de  
N. Sãra da Victoria  
desta cidade de Lx.ª  
Anno 1675*

*Ludovicus Nunes Tinoco, fecit*

E' o «compromisso» original com aprovação em 1 de Junho de 1677. Ora aqui está como um simples frontespício, — quanta vezes uma pequena inscrição, uma simples referência cronológica, — faz ou refaz a história.

Não foi positivamente em Paço d'Arcos ou na Caspolima, — vê-se, — nem além do meado do século XVII, que nasceu e se organizou em instituição regular a invenção e o culto da Senhora do Pôrto-Salvo cuja imagensinha graciosa, — em talha de madeira «estofada», — preside ao pobre santuário.

A irmandade composta na maior parte — «de gente marítima de Lisboa, por cuja conta correm as despesas» — como diz Fr. Agostinho, foi instituída

na chamada Igreja da Vitória, na freguesia de S. Nicolau, também do século XVII.

Quanto a Luiz Nunes Tinoco, pertencia a uma família de artistas que deixou nome na nossa arte daquele século. Era irmão, se bem me lembro, do notável architecto real João Nunes Tinoco que levantou em 1650 a planta de Lisboa.

Para concluir com Pôrto-Salvo: — as reparações dos «devotos» — a quem nos temos principalmente referido, foram a bem dizer uma verdadeira reconstrução.



CAPELA DE PÔRTO-SALVO

A própria «abobada de berço» deve ter sido renovada, e no fecho do cruzeiro se lê a data restaurativa de 1744.

O influxo protector do que dali a pouco havia de ser conde de Oeiras e senhor semi-feudal desta redondesa das abas de Sintra ao Jamor, assinala-se no pobre santuário com a estrela do seu braço de frêscia data.

Acêrca dêste senhorio e dêste senhor alguma coisa

interessante, e pouco menos que nova, fomos desencantar em dois velhos livros do tombo de Oeiras, mandados escriturar aí por 1762.

Antes, porém, de journadearmos para aquele lado, falemos de outro perdido santuário que inesperadamente encontrámos para as bandas de Liceia, em aventureira digressão numa manhã assoalhada e alegre, em busca de mais vestutas antigüalhas.

## V

Não era tanto a aventura que nos dirigíamos para as bandas de Liceia, em ócios domingueiros, um grupo de pseudo-banhistas de Paço d'Arcos,

que não fôssemos armados com a memória de Carlos Ribeiro sobre o famoso campo prèhistórico que encontraríamos ali muito sugestivamente determinado por grutas e restos de fortificações formidáveis.

Auspiciaram-nos bem o ímpeto archeológico, logo ao passar na Terrugem, duas quebradas talhas mouriscas, — as bem conhecidas e resistentes talhas de azeite e cereais, — em monturo de variada cacaria que nos não mereceu maior atenção, alvoraçados como íamos na ideia de mais respeitavel anti-güidade.

Contudo, quer-me parecer que a Terrugem, — ou mais exactamente as Terrugens, — são das mais antigas sentinelas perdidas senão da prèhistória, da história humana, dèste lado.

— Liceia, — e já o nome é simpàticamente impressionista, — é um local bonito e risonho que alegra, um panorama montuoso e pobre.

Só tenho ideia de outra povoação dèste nome, aí para os lados de Montemór-o-Velho.

Refrescados os corpos com uma bela *sangria* na primeira, senão única «casa do povo» da aldeia, fomos ver a igrejainha dali a dois passos num cômodo assoalhado que domina um vâle fundo e rochoso.

E' uma destas pequenas igrejas sertanejas, por vezes encantadoras na sua banalidade acuada e ingénua. Sobre a porta lê-se, aberta em pedra, esta legenda singelamente comovente como certas estrofes populares.

*Esta hermidã he do  
S.<sup>r</sup> Jesus da Pobreza  
e N.<sup>a</sup> S.<sup>ta</sup> da Piedade  
Foi feita a custa do  
povo d'este lugar  
A. D. 1761*

Um relógio de sol, em pedra encravada superiormente na fachada, tem a data de 1755.

Externa e internamente, porém, tem a igreja um aspecto juvenil que desdiz da idade acusada, e que se explica por ter sido consideravelmente reparada à custa de um devoto, — o Joaquim da Mestra, de Linda-a-Pastora, — em 1892.

Na breve volta pelo local notára eu já a freqüência de uma espécie de galeão ou nau esculpida em pedra, aqui e ali, nas fachadas de algumas casas velhas, lembrando o emblema heráldico da municipalidade lisboeta.

Guiados por um moço da terra dirigimo-nos, impacientes, para as famosas grutas por um caminho rochoso que orla a escarpa do vale sobre o qual se debruça a montanha em que elas se abrem.

Naturalmente porque aos nossos olhos profanos, de simples curiosos, não se impunha por tal arte a obsessão do entusiasmo archeológico, que êles não se fossem distraindo e espalhando irreverentemente pelos mais banais episódios da paisagem, — decerto, também, um pouco, porque em geral as afirmações e descobertas da Prêhistória, e em particular as da memória do meu velho e ilustre amigo e mestre Carlos Ribeiro me inspiraram sempre uma certa e a bem dizer instintiva reserva de confiança, parou-me a vista e restraiu-se-me a vontade na surpresa de um daqueles pequenos galeões que já encontrara na aldeia, desta vez ampliado e fortemente esculpido na própria rocha duma das grutas, axactamente ao lado da escancarada bôca.

Como não dera por isto Carlos Ribeiro?

Entrámos. Percorremos uma a uma as enormes aberturas, cheias de detritos da escavação, interrogámos os amplos tectos a espaços atravessados por grossos veios faceados por evidente trabalho humano como grossas traves que os sustivessem; remechemos, aqui ou acolá, o entulho de cascalho, e acabámos por concordar, numa grande timidez de confiança, que a Prêhistória devia ter muita razão para nos dizer que estávamos em pleno jazigo de povos e trabalhos antiqüíssimos, — tão antigos que os não atingia sequer a história positiva e corrente, — mas que o que tudo aquilo nos parecia, indeclinavelmente, era um grande campo e uma grande exploração de pedreiras, como as que nos lembrávamos de ter visto em várias partes e ocasiões.

Voltámos fóra, demos várias voltas, debruçamo-nos sôbre a penedia, alongámos a vista pelos campos, pelos montes, pelas ruínas de casebres; pelos grossos muros derruídos das encostas; de planta aberta ao vento, compulsando o livro, procurámos nortear as nossas observações pelas indicações de uma e do outro. Interrogámos diversos cacos, remirámos uma infinidade de penedos; recolhemos um ou outro *especime* de fossilificação ordinária.

Desoladamente, tivemos de reconhecer que sob o ponto de vista de um belo exemplar de campo prêhistórico, estava-nos malgrado o passeio.

Demais a mais, depois de consultar a memória do sábio lembrei-me de interrograr a de um velho campónio que nos passou à beira, e vibrou-nos êle êste golpe de misericórdia.

— «Saibam Vossenhorias que estas furnas foram feitas a arrancar pedras para a cidade, quando foi do *tarramoto*.

«Foram cedidas à Câmara de Lisboa estas pedreiras e dela safu a pedra com que se fez a Baixa. Foi uma enormidade, mas ainda ficou e se tira

alguma por aqui perto. Lembra-me que meu pai ainda aqui trabalhou, como já o fizera meu avô».

Estava explicado o galeão.

## VI

Se não descobríamos o campo prè-histórico da Liceia, descobrimos, do alto das famosas cavernas, lá ao fundo do vale, do outro lado do fio de agua em que lavavam roupas algumas mulheres, uma casaria de aspecto pretencioso e arruinado que nos despertou o apetite.

Era o *Brito*, disse-nos o guia

O Brito é uma velha herdade, com uma morada fidalga em que não se entra porque está a vir a terra, — e talvez já viesse, — tendo anexa uma capela ampla, interiormente forrada de soberbos painéis de azulejo ornamentais e panorâmicos que chegam ao tecto que é alto.

Enquanto não vinha a sacristan, — ou a mulher do guarda que representa de sacristão, — para nos abrir a porta, descansámos no pitoresco patiosinho, provando a água exelente que corre de uma velha bica no muro da capela, e tomámos informações.

O Brito fôra realmente um morgado importante e fidalgo, sendo ainda uma bela quinta que pertencia a Casal Ribeiro.

Certamente o ilustre estadista que além de o ser e mais ou melhor do que estadista era um artista pelo coração e pela inteligência, nunca conheceu de perto esta sua bela propriedade e aquela formosa capelinha abandonada onde além dos soberbos azulejos se viam ainda restos de velhas louças portuguesas.

A capela, ou mais exactamente o grande Crucificado a que ela é consagrada foi, e não deixou de ser, inteiramente, ainda, objecto de grande devoção nos arredores. Sôbre a porta da entrada há esta legenda :

*Arcta via, sed secvra*

E sôbre a haste que resta da cruz de pedra que encimava a fachada, lê-se ainda a palavra.

*.....dominantvr*

Que corresponderia a legenda igual à de um dos quadros de azulejos, — o do Cristo, — que veste o fundo da ermida :

*Rex regnvm domi-  
nvs dominantvr*



Externamente ainda, à direita da porta, uma lápide encravada na parede diz:

*O Ex.<sup>mo</sup> e em.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Nuncio Appost.<sup>co</sup>  
deste Reino  
concedeo perpetuamentea todos os fieis  
de hũ e outro sexo q. vezitarẽ hua so vez  
em cada dia a millagroza imagem do xp.<sup>o</sup>  
crucificadv, cõ a invocação do Rey dos Reys  
cita nesta hermida 50  
dias de indoligen-  
cia rezâdo diãte da imagẽ hua estaçãõ  
Esta graça foi concedida aos 3 de abril  
do ano do S.<sup>r</sup>  
de 1751*

Não rezei, confesso. Mas por isso mesmo talvez, pois que mais sincera e piedosa foi a compunção que senti no desolado eremitério, do que seria a reza, parecera que bem merecia senão a indulgência apostólica, o não ter lá apanhado a impertinente gripe que me castigou por alguns dias

A-par-dos enormes paineis de azulejos, excelentemente conservados, o que logo chama a atenção é a lápide de uma sepultura, na parede do lado do Evangelho, na capela-mor.

Por mais de um título é interessante a legenda que além de tudo, explica o título da herdade ou do morgado.

*Em oanno, d. n. sihs xp.<sup>o</sup> de 1637 em  
22 deianr.<sup>o</sup> fal.<sup>co</sup> o dz.<sup>or</sup> ignacio collaço  
de br.<sup>to</sup> fidalgo da caza de sva Mg.<sup>da</sup>  
cavall.<sup>ro</sup> porfesso daordem de xp.<sup>o</sup>  
c.<sup>or</sup> qjoi da corte qservio ao dt.<sup>o</sup>  
Sõr 42 anos em que etrarão os  
da peste d. 598 e 99 o qval foi caza  
do cõ. d. gimar da costa e miranda  
sosesora do morgado d'esta q.<sup>ta</sup> q  
faleceo em 19 de iulho de 634 q  
ambos se mandarão sepyltar  
nesta ermida p.<sup>n</sup> memoria de  
sevs sosesores p. hva  
ave maria*

Leitura :

— «Em o ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1637 em 22 de Janeiro, faleceu o desembargador Inácio Colaço de Brito fidalgo da Casa de Sua Magestade, cavaleiro profêso da ordem de Cristo, corregedor que foi da Côrte, que serviu o dito Senhor 42 anos em que entraram os da peste de 598 e 99. O qual foi casado com Dona *Guimar* da Costa e Miranda, sucessora do Morgado desta Quinta, que faleceu em 19 de julho de 634. Que ambos se mandaram sepultar nesta ermida para memória de seus successores. Pedem uma Ave Maria.»

VII

No Brito tivemos ainda uma vaga esperança de compensação arqueológica do mologro de Liceia. Como nos falaram doutras cavernas para os lados do «Casal da Moira,» deu-nos o nome rebate de quaisquer vestígios da moirama antiga, e fomos dar connosco ao sugestivo casal, fazendo caminho pela visinhança de Barcarena, na volta.

Não lográmos melhor colheita, e apenas repousando junto de uma fontezinha muito recatada na acomodação moderníssima de caiada alvenaria, num recanto do terreno montuoso, pudemos fantasiar a memória de alguma formosa agarena, transformada pela caridade cristã em consôlo e refrigério de gargantas, se não de almas sequiosas. O que a Fonte da Moira nos conta hoje é o seguinte :

*No anno de 1876 do nascimento de  
nosso Senhor Jesus Cristo  
a proprietaria da quinta da Moura  
D. Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa  
mandou restaurar esta fonte  
e concede licença ao publico para  
vir aqui buscar agua, reservando sempre  
para si e seus herdeiros a posse da dita  
fonte e agua, o que declara para  
conhecimento de todos*

O que é certo é que esta região contribuiu consideravelmente para a reedificação de Lisboa depois da catástrofe de 1755 e deve, em grande parte o seu desenvolvimento ao terremoto em conjunção com o facto de ter sido escolhida pelo ministro do Rei José para matéria prima do seu extraordinário domínio senhorial que poucos conhecem.

(*Continua*)

LUCIANO CORDEIRO

## UMA LÁPIDE FUNERÁRIA LUSO-ROMANA <sup>(1)</sup>

No mês de Junho de 1936 apareceu em Aldeia Nova, concelho de Miranda do Douro, a uns 50 metros da capela de S. João, sítio já assinalado por achados de igual natureza <sup>(2)</sup>, a seguinte lápide funerária luso-romana:

. . . . . M . . .  
Q · VALERI  
O · AN LXX  
AMMA  
E · VALE  
. . . . . XV

E' de granito aparelhado em forma quadrangular. Tem de altura 0,<sup>m</sup>36, de largura 0,<sup>m</sup>27 e de grossura 0,<sup>m</sup>23. No fundo, lado esquerdo, fizeram-lhe uma escavação que levou algumas letras.

1.<sup>a</sup> linha — Devia haver um D antes do M que lá está e, possivelmente, um S depois dele, para darem a conhecida fórmula D · M · S ·

2.<sup>a</sup> linha — A sétima letra algo falha, mas parece não haver dúvida; no mais clara.

3.<sup>a</sup> linha — A segunda letra A e N conjuntas.

5.<sup>a</sup> linha — A quarta e quinta letras pouco claras.

6.<sup>a</sup> linha — Foi atingida pela escavação e nela estariam as letras F · AN(orum).

Temos pois: (Diis) *M(anibus)* (Sacrum). *Q(uinto) Valerio an(norum) LXX. Ammae Vale(ri filiae vel uxori, vel libertae annorum) . . . ) XV*. Ou seja: Aos deuses manes e a Quinto Valério de 70 anos e a Ama, (filha? mulher? liberta?) de Valério falecida de . . . 15 anos.

---

<sup>(1)</sup> Do décimo volume em publicação das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*.

<sup>(2)</sup> Ver tomo IX, págs. 31, 32 e 33 das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*.

O nome Valério já é conhecido na epigrafia bragançana <sup>(3)</sup> e Amme aparece em lápides da vizinha província de Leão, em Espanha <sup>(4)</sup>. E' digna de louvor a prontidão com que o P.<sup>o</sup> Augusto César Pais, pároco de Miranda do Douro, se apressou a dar conta do valioso achado ao dr. Raul Teixeira, digno Director do Museu de Bragança, e a remeter-lho.

São raros os prenomes romanos na epigrafia bragançana (Quinto no presente caso), donde o valor do monumento e a prova de que a romanização foi mais completa do que muitos julgam.

P.<sup>o</sup> FRANCISCO MANUEL ALVES

---

<sup>(3)</sup> Idem, pág. 191.

<sup>(4)</sup> Ver *Guia Histórico-Descriptivo del Museo Arqueológico Provincial de Leon*, 1925, págs, 27 e 31.

# MACHADINHAS CASTREJAS<sup>(1)</sup>

A' memória do insigne Arqueólogo  
espanhol José Ramon Mérida

Na exploração das ruínas de Sabroso, iniciada em 1878 por Martins Sarmento, encontrou o incansável investigador vimaranense, junto à poderosa muralha do castro, do lado norte, um pequeno instrumento de bronze, com a forma aproximada de uma machadinha bipene (Fig. 1), cujo reduzido tamanho lhe mereceu a seguinte anotação no seu Diário das escavações: "Seria uma insígnia em miniatura?".

Publicado este apontamento em 1909, acompanhado de uma gravura, na série póstuma dos Inéditos de Sarmento subordinada ao título *Materiais para a Archeologia do Concelho de Guimarães* <sup>(2)</sup>, não mais veio a lume qualquer referência detalhada a tão curioso objecto; até que, em 1928, o malgrado estudioso Rui de Serpa Pinto chamou para êle a atenção dos arqueólogos <sup>(3)</sup> e, no ano imediato, dedicou-lhe na *Revista de Guimarães* um substancioso artigo <sup>(4)</sup>.

Após a publicação dêsse valioso estudo de Serpa Pinto, o conhecimento de novos exemplares de pequenos instrumentos de bronze semelhantes ao de Sabroso, aparecidos no norte de Portugal e na Galiza (Figs. 2, 3, 4 e 5), veio aumentar o interêsse do problema que a análise de tais objectos propõe à Archeologia.

Comecemos por mencionar a procedência e descrever as características de todos os exemplares que, à parte o de Sabroso, supomos inéditos:

---

<sup>(1)</sup> Este artigo deveria ser publicado no 3.º volume do «Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos», de Madrid, a convite do erudito investigador sr. D. Francisco Alvarez-Ossório, e em homenagem ao falecido Arqueólogo José Ramon Mérida, que foi Director do Museu Arqueológico Nacional do país vizinho. Porém, a guerra civil espanhola protelou, infelizmente, a saída do referido volume, não sabemos até quando, motivo por que hoje damos publicidade à nossa modesta colaboração nas páginas da *Revista de Archeologia*, sem prejuizo da sua reprodução futura no citado Anuário.

<sup>(2)</sup> Revista de Guimarães, vol. XXVI, p. 7

<sup>(3)</sup> Idem, vol. XXXVIII, p. 105.

<sup>(4)</sup> Idem, vol. XXXIX, p. 169 e ss.

- Fig 1 — Proveniente do Castro de Sabroso (Guimarães). Encontrado em 1878, por Martins Sarmiento. Depositado actualmente no Museu da Sociedade Martins Sarmiento. Pesa 11,5 gramas. Comprimento, 72 milímetros.
- Fig. 2 — Proveniente da Citânia de Santa Tecla (Galiza). Desconhecemos a data do achado. Está depositado no Museu de La Guardia, sendo-nos a sua reprodução fotográfica obsequiosamente facultada, em 1931, pelo Director daquele Museu, Sr. D. Julian Lopez Garcia. Dimensões e peso aproximados aos do exemplar de Sabroso.
- Fig. 3 — Proveniente da freguesia de Pêrre (Viana-do-Castelo), de um local perto do Monte do Crasto. Desconhecemos a data do achado. A reprodução fotográfica foi-nos obsequiosamente cedida, em 1933, pelo Arqueólogo vianense, Sr. Tomás Simões Viana. Pesa 29 gramas. Comprimento 65 milímetros.
- Fig. 4 — Proveniente da Citânia de Briteiros (Guimarães). Encontrado em 1934. Depositado no Museu da Sociedade Martins Sarmiento. Pesa 21,2 gramas. Comprimento 80 milímetros.
- Fig. 5 — Proveniente do Monte do Crasto, na freguesia de S. João de Rei (Póvoa-de-Lanhoso). Encontrado há mais de trinta anos, e hoje na posse do Sr. P.<sup>o</sup> José Carlos Simões de Almeida, professor na Escola Académica, de Guimarães<sup>(5)</sup>, que nos autorizou a sua reprodução fotográfica. Pesa 56,6 gramas. Comprimento, 85 milímetros.

O estudo morfológico e comparativo destes cinco instrumentos revela-nos o seguinte: O exemplar de Santa Tecla (Fig. 2), bem como o de S. João de Rei (Fig. 5), são os únicos que, rigorosamente, podemos considerar bipenes, por apresentarem tôdas as características que às bipenes são peculiares e essenciais — machado de dupla lâmina, com os dois gumes opostos num mesmo plano, ambos em posição cortante, e simétricos relativamente ao eixo do alvado<sup>(6)</sup>. Os exemplares de Sabroso e Briteiros

---

<sup>(5)</sup> Aqui testemunhamos novamente aos ilustres estudiosos, srs. Julian Lopez Garcia e Tomás Simões Viana, bem como ao sr. P.<sup>o</sup> José Carlos Simões de Almeida, o nosso agradecimento pela sua amabilidade.

<sup>(6)</sup> Ch. Daremberg e E. Saglio, *Dict. des Ant. grecques et romaines*, vol. I, p. 711, art. «Bipennis».

(Figs. 1 e 4), ambos do mesmo tipo (1), mas diferentes no comprimento, e principalmente no pêso (o da Citânia tem quasi o dôbro do de Sabroso), não podem considerar-se verdadeiros bipenes, visto, como já notara Sarmiento com respeito ao de Sabroso, só uma das lâminas «figurar um machado»; e outra fôlha, assimétrica daquela, muito encurvada para a parte inferior, não oferece uma disposição própria para cortar, e mais parece, conforme a justa observação de Serpa Pinto, uma espécie de contrapêso da lâmina oposta. O exemplar de Sabroso difere ainda do da Citânia por apresentar, na fôlha cortante, um ressalto (que, nas projecções vertical e horizontal da gravura, se distingue nitidamente), e também por ter na parte inferior e junto à boca do alvado, um pequenino anel saliente, que apenas permite a passagem de um fio. O exemplar de Pêrre (Fig. 3), é o que mais difere da bipene típica; tem, é certo, dois gumes (rectilíneos), mas dispostos em planos perpendiculares entre si. Além disso as lâminas são inteiramente assimétricas em relação ao eixo do alvado. Representa fielmente, em miniatura, o instrumento aplicado em desaterros, que hoje é conhecido pela designação de *alvião*, com uma lâmina destinada a cortar troncos e raízes, e outra para escavar terras duras. Por último, o exemplar de S.

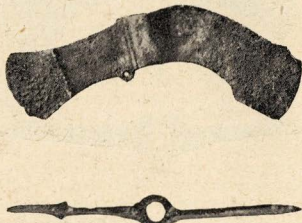


Fig. 1

(1) O aparecimento na Citânia de Briteiros desta machadinha, perfeitamente idêntica à de Sabroso, aliado a anteriores achados, nos dois povoados primitivos, de objectos tipologicamente iguais, como fibulas e fivelas circulares, pedras com a mesma ornamentação, fragmentos cerâmicos de vasilhas com os mesmos perfis, moedas romanas, etc., tudo isto relacionado com a vizinhança dos dois castros—leva-nos a duvidar da solidez da distinção cronológica entre eles estabelecida por alguns arqueólogos, que classificam Sabroso de *pré-histórico*, e a Citânia de Briteiros de *proto-histórica*. O facto de Sabroso, cuja exploração Martins Sarmiento deixou aliás por concluir, não ter até hoje revelado quaisquer inscrições latinas, nem a vulgar telha romana, não me parece absolutamente concludente para daí se inferir a negação do sincronismo da ocupação destes dois castros, e até a inteira identidade das suas culturas, posto que Sabroso seja de mais reduzida área e aspecto mais pobre do que a Citânia. E' de todos os tempos e em tôdas as regiões florescerem, a par dos centros da mais requintada civilização, povoados da mais atrazada e primitiva cultura.

João de Rei (Fig. 5), o mais forte, maior e mais pesado de todos, é uma interessantíssima bipene, igualmente de bronze, aparecida no Monte do Crasto, ao fazer-se o corte da estrada que, pela vertente desse monte, conduz à freguesia de S. João de Rei, do concelho da Póvoa-de-Lanhoso. O

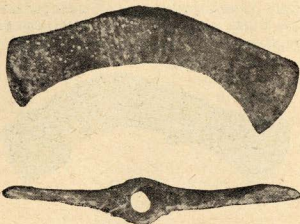


Fig. 2

seu possuidor conserva-a cuidadosamente guardada, e só um mero e feliz acaso nos deu conhecimento de tão formoso exemplar. Apresenta esta machadinha uma bela pátina, escura e lustrosa. As duas fôlhas são simétricas em relação ao eixo do alvado, e uma delas ostenta uma faixa ou manga mais saliente, de 10 milímetros de largura, fundida na mesma peça, e com uma decoração rectilínea, em espinha, correndo em tôda a volta. O olhal de encabamento tem 8,5 milímetros de diâmetro.

¿ Qual a utilização que os nossos antepassados faziam de tão pequenos instrumentos? ¿ Eram emblemas de ofício? ¿ Insígnias especiais, como acudiu ao espírito de Martins Sarmento? ¿ Oferendas funerárias, ou ex-votos relacionados com o culto da bipene, de origem oriental, como fixou Serpa Pinto? ¿ Meros objectos de adôrno individual, com propriedade talismânica? De facto, o pequeno anel suplementar que a machadinha de Sabroso apresenta, logo sugere a ideia de servir para deixar passar um fio e trazer pendurada ao pescoço; mas também êsse fio podia ter por utilidade uma melhor fixação do instrumento ao seu cabo. E se, para um seguro encabamento, era indispensável tal fio, como o provariam os outros exemplares que não têm outro orifício senão o do alvado, também tal orifício não era indispensável para trazer o objecto suspenso do pescoço, pois lá estava, para êsse fim, o próprio alvado. ¿ Será lícito, portanto, admitir igualmente a hipótese de uma utilidade industrial e prática para tais instrumentos?

Rigorosamente, cientificamente, tôdas estas perguntas devem ficar, por enquanto, sem resposta definitiva. A ignorância quasi total em que ainda se encontram os investigadores à cerca dos usos, ritos funerários e concepções religiosas dos primitivos habitantes dos nossos castros, aliada à circunstância de nenhum dos quatro objectos aqui descritos ter sido encontrado em qualquer sepultura ou necrópole, mas todos serem simples achados avulsos,



sem uma característica essencial do meio onde apareceram, que revele a sua manifesta aplicação, — coloca-nos nesta prudente reserva. Entre as numerosas colecções de ferramentas metálicas, de variados tamanhos e feitios, para uso industrial (trabalho da madeira, dos metais, da pedra, da olaria, etc.), especialmente da época romana, que se ostentam em alguns dos grandes museus de Arqueologia que conhecemos, não encontramos também instrumentos iguais àqueles de que nos ocupamos neste artigo. O Museu de Saint Germain possui um pequeno utensílio (?), de 60 milímetros de comprimento, muito semelhante ao de Pérre, que figura na série de ferramentas de pedreiro (8), mas Salomon Reinach considerou-o como emblema de ofício, achando-o excessivamente pequeno, «presque un jouet», para ter tido uma aplicação prática.

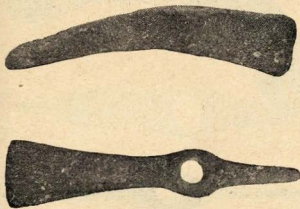


Fig. 3

Para o notável Arqueólogo portuense Dr. Serpa Pinto, o exemplar sabrosino, único desta série de proveniência galaico-portuguesa que êle conheceu, era uma *bipene* votiva, de importação púnica ou etrusco-romana, e, em concordância com esta hipótese, datava-o entre os séculos IV e III a. C. Com o brilho da sua invulgar erudição, fundamentava esta afirmativa no conhecimento directo e no estudo comparativo de outros exemplares mais ou menos aproximados do

de Sabroso, quer procedentes da Espanha (Balears, Alcalá-del-Rio, Itálica, etc.), quer da Itália (túmulos etruscos e etrusco-romanos), quer de Cartago (necrópoles púnicas). Firmava paralelamente a sua opinião com o testemunho de Siret e Santos Rocha, que nos teriam revelado exemplares de figuras esquemáticas representativas da bipene, praticadas em vasos respectivamente provenientes de Los Millares <sup>(8)</sup> e do Castro de Santa

<sup>(8)</sup> N.º 16.203, da vitrine 4, Sala XXVI (Vide Salomon Reinach, *Catal. Illustré du Musée des Antiq. Nationales au Château de Saint-Germain-en-Laye*, Paris, 1926, 2.ª ed., t. I, p. 288, 289).

<sup>(9)</sup> L. Siret, *Relig. néolith. de l'Ibérie*, Sep. da «*Revue Préhist.*», Paris, 1908, p. 16 fig. 14.

Olaya <sup>(10)</sup>. Porém, nem os machadinhos encontrados nos túmulos dos Baleares ou nas necrópoles púnicas de Cartago, nem as representações esquemáticas nos vasos citados por Siret ou Santos Rocha, nos parecem definitivos elementos de comparação para o caso sujeito, agora documentado com os novos exemplares aparecidos, que fixam e definem um *tipo* muito característico e muito especial. Certos machadinhos votivos, de origem púnica, os quais com propriedade se não podem, aliás, chamar bipenes, têm uma forma muito diversa da que nos apresentam estes exemplares galaico-portugueses <sup>(11)</sup>; e os desenhos esquemáticos dos vasos de Los Millares e Santa Olaya, simples triângulos unidos por um dos vértices, não devem, com segurança, ser tomados como representações da bipene. Nos citados por Santos Rocha, pelo menos, parece até tratar-se de grafitos vulgarmente interpretados como simples marcas, sem significação ideográfica, dos proprietários das vasilhas.

Déchelette afirma que a representação da bipene votiva, de uma larga expansão no Mediterrâneo oriental, tem no Ocidente raros indícios a comprovar a propagação de tal culto a esta parte do mundo antigo <sup>(12)</sup>.

Também recentemente o sr. Raymond Lantier nos esclareceu, com larga documentação <sup>(13)</sup>, que os cultos orientais que na Península penetraram, trazidos pelos navegadores comerciantes e pelos soldados dos exércitos invasores, só afloraram os

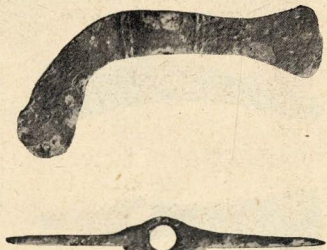


Fig. 4

<sup>(10)</sup> Santos Rocha, *Estações pré-romanas da Idade do ferro nas vizinhanças da Figueira*, in «Portugalia», Porto, 1907, vol. II, p. 342 e Est. XXVII, figs. 190 e 202.

<sup>(11)</sup> J. de C. Serra-Ráfols, *Las Islas Baleares*, Barcelona, 1929, fig. de p. 27; M. de Vogué, *Note sur les nécropoles de Carthage*, in «Rev. Archéol.», Paris, 1889, t. XIII, I, p. 174, fig. 26.

<sup>(12)</sup> J. Déchelette, *Manuel d'Archéol.*, Paris, 1924, 2<sup>e</sup> éd., II, p. 482, nota 6.

<sup>(13)</sup> R. Lantier, *Les dieux orientaux dans la Péninsule Ibérique*, in «Homenagem a Martins Sarmento», Guimarães, 1933, p. 185.

maiores centros populacionais e as colónias do litoral, deixando quasi intactos os povos do Interior e do Noroeste. Isto concorda com os textos clássicos, quando nos afirmam que onde mais custou a infiltrar a cultura dos invasores da Ibéria foi precisamente no Noroeste da Península, pelas dificuldades naturais do solo, áspero e montanhoso, e pela opposição do seu incola, rudemente hostil. Parece-nos, portanto, difficil comprovar com as pseudo-bipenes de Sabroso, Briteiros e Pêrre, e mesmo com as bipenes de Santa Tecla e S. João de Rei, a extensão, a estas regiões do afastado Noroeste, do culto da *bipene*, que teve seu início e largo centro de expansão no círculo cultural do Egeu. E se analisarmos os protótipos cretenses da bipene votiva, logo notaremos quão diferentes são dos nossos exemplares <sup>(14)</sup>.

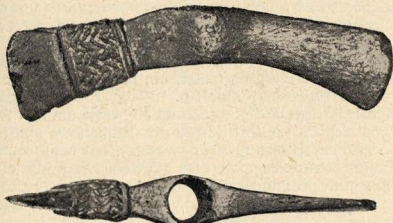


Fig. 5

¿ Deveremos, pois, excluir completamente das machadinhas galaico-portuguesas a ideia de um culto, a exteriorização de um simbolismo religioso? De modo algum, tanto mais que do culto, não próprio da *bipene*, mas do machado simples, no Ocidente da Europa, existem numerosos vestígios, desde os recuados tempos neolíticos até aos tempos históricos. O machado-símbolo, tanto nos aparece gravado em monumentos megalíticos <sup>(15)</sup> e grutas funerárias <sup>(16)</sup>, como na Idade do Bronze <sup>(17)</sup>, como já nos tempos da romanização <sup>(18)</sup>, como até

te das machadinhas galaico-portuguesas a ideia de um culto, a exteriorização de um simbolismo religioso? De modo algum, tanto mais que do culto, não próprio da *bipene*, mas do machado simples, no Ocidente da Europa, existem numerosos vestígios, desde os recuados tempos neolíticos até aos tempos históricos. O machado-símbolo, tanto nos aparece gravado em monumentos megalíticos <sup>(15)</sup> e grutas funerárias <sup>(16)</sup>, como na Idade do Bronze <sup>(17)</sup>, como já nos tempos da romanização <sup>(18)</sup>, como até

<sup>(14)</sup> J. Déchelette, op. cit., II, p. 480-481.

<sup>(15)</sup> J. Déchelette, op. cit., I, p. 606; Mendes Corrêa, *Art rupestre en Traz-os-Montes*, in «Rev. Archéolog.», Paris, 1929, t. XXIX, p. 131, fig. 10.

<sup>(16)</sup> J. Déchelette, op. cit., I, p. 585, nota 2; P. M. Favret, *La hache gardienne des tombeaux à l'époque néolithique, en Champagne*, in «Homenagem a Martins Sarmento», Guimarães, 1933, p. 113 e ss.

<sup>(17)</sup> J. L. de Vasconcelos, *Estudos sobre a época do bronze em Portugal*, in «O Arqueólogo Português», vol. XI, p. 182, 183 e 184, est., I, 5.<sup>a</sup> e II, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup>; vol. XIII, p. 300 e 304, figs. 1.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup>; E. Jalhay, *El culto del hacha en el Castro de Santa Tecla*, Sep. do n.º 217 do «Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense».

<sup>(18)</sup> O significado exacto da fórmula *sub-ascia*, que acompanha as dedicatórias de cer-

na época medieval, em tampas de sepulturas românicas<sup>(19)</sup>. Porém, a correlação, imediata e circunscrita, dos nossos exemplares com o primitivo culto cretense da bipene, ainda mesmo por intermédio de relações menos remotas, por via de influência cartaginesa, é que supomos duvidosa, por falta de elementos comprovativos.

Os exemplares analisados neste artigo foram todos encontrados em castros proto-históricos, pertencentes à cultura que, sob a influência romana, mas sem quebra da originalidade própria, floresceu nos últimos períodos da chamada 2.<sup>a</sup> Idade do Ferro. Os quatro exemplares portugueses foram achados quâsi à superfície do solo. No lugar onde apareceu o de Pêre, recolheram-se fragmentos de vasilhas do tipo castrejo de Santa-Tecla (Galiza), Santa-Luzia (Viana), etc. Nas imediações de Monte do Castro (S. João de Rei), já apontado pelo Padre Carvalho da Costa, em princípios do séc. XVIII, na sua *Corografia Portuguesa* (tômo I, p. 166 da 1.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1706), onde diz que sobranceiro à Igreja de S. João de Rei «está um monte, a que chamão o Castro, que mostra ser fortificação dos Romanos», apareceram outras antigualhas de características lusitano-romanas, tais como uma grande vasilha (*dolium*), fragmentos de *tegulae*, uma ara dedicada a Júpiter, etc. Também de um sítio muito próximo, chamado lugar da Mata, é proveniente um pequeno machado plano, de bronze, do tipo mais arcaico, que em 1901, o falecido e notável Epigrafiasta Martins Capela ofereceu ao Museu Municipal do Pôrto.

As circunstâncias dêstes achados fixam-nos pois, creio que sem motivo para hesitações, a cronologia de tais objectos nos últimos anos a. C., ou primeiros séculos da nossa era, e mostram-nos que são produtos de uma mesma civilização — a cultura dos castros. Se eram artigos de importação, ou fabrico peninsular, não pode decidir-se em absoluto; todavia, inclinamo-nos mais para esta última hipótese, já pela nítida diferenciação de forma dêstes nossos tipos, dos tipos de origem oriental, comprovadamente votivos, já porque na Península Hispânica, e neste avançado período cultural, se praticava correntemente a fundição e o trabalho dos metais.

Pela mesma circunstância de termos de datar estes achados de um pe-

---

tas inscrições funerárias romanas (*sub-ascia dedicavit*, etc.), não está ainda esclarecido, sendo muitas as interpretações propostas por diversos autores. Por outro lado as representações simbólicas da *ascia*, como instrumento de trabalho, são muito variáveis. Cf. *Dict. des Ant. grecques et rom.* cit., I, p. 465, art. «*Ascia*»; J. L. de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, Lisboa, III, p. 400, fig. e nota I.

<sup>(19)</sup> No Museu da Sociedade Martins Sarmento existem várias tampas de sepulturas do período românico, com a gravura do machado ritual.

ríodo relativamente avançado da Idade do Ferro, não julgamos aceitável a hipótese de tais objectos circularem como instrumento de permuta, isto é, na qualidade de moeda <sup>(20)</sup>, quando já nas populações dos nossos castros corria usualmente a moeda romana <sup>(21)</sup>.

Em face das nossas hesitações sobre o caracter amulético, votivo ou simbólico das machadinhas galaico-portuguesas, não deveremos talvez, afastar completamente a hipótese de elas poderem ter tido uma simples aplicação industrial. Não esqueçamos a tendência pela qual se deixam seduzir muitos investigadores, aliás competentes, atribuindo facilmente um significado religioso a todos os objectos de uso ignorado, cuja aplicação prática não ressalte imediatamente, da simples observação directa. ¶ A quantas fantasias não tem levado, em Arqueologia, a comodidade deste critério! ¿Porque não serão, pois, estas machadinhas meros instrumentos de trabalho? Os dois gumes da bipene de S. João de Rei estão embotados, denotando um forte desgaste provocado pelo uso, e até um pouco lascados da percussão. Certos officios, o da joalharia por exemplo, com seus finos cinzelados e repuxados, saídos das mãos dos nossos ourives proto-históricos, exigiam, sem dúvida, uma delicada ferramenta, talvez mais abundante e complicada do que da simplicidade das mesmas jóias poderá erradamente inferir-se.

Em contradita desta hipótese da aplicação industrial das machadinhas de bronze, dir-se-á que o seu alvado é demasiadamente estreito para nêle se poder adaptar um cabo bastante seguro e forte. Talvez. Nada afirmamos em absoluto; mas é lícito alvitrar ideias, sugerir todas as hipóteses, estabelecer paralelos, enquanto não surgem os dados concludentes e irrefutáveis, que permitam uma classificação verdadeira e definitiva.

Aqui deixo, pois, à competência dos arqueólogos, avivado o interesse pela decifração do problema que nos apresentam mais estes curiosos produtos da civilização castreja do Noroeste peninsular, que nas suas múltiplas manifestações, se revela sempre tão homogênea e tão caracteristicamente original e inconfundível, quer pela independência dos seus tipos industriais, quer pela variedade dos aspectos sociais da sua cultura.

MÁRIO CARDOZO.

---

<sup>(20)</sup> J. Déchelette, op. cit. p. 403 e ss.

<sup>(21)</sup> Na Citânia de Briteiros, a moeda mais antiga da série, já bastante grande, até hoje aparecida, é um denário de prata (encontrado em 1934), do tempo da República Romana, do séc. I a. C. mandado cunhar pelo monetário Lucius Thorius Balbus (Cf. Babelon, *Descript. hist. et chronol. des monnaies de la Rép. Rom.*, Paris, 1885-86, vol. II, p. 487). A mais moderna é de Constantino Magno (séc. IV da nossa era), e foi encontrada em 1879.

## INQUÉRITO SÔBRE PELOURINHOS

Por sugestão da Academia Nacional de Belas-Artes, publicou o então Ministério da Instrução Pública o decreto n.º 23122 de 11 de Outubro de 1933, destinado a proteger os pelourinhos, classificando como «imóveis de interesse público» todos aqueles que não estivessem àquela data já classificados, e tomando providências para as suas conservação e reconstituição.

Em cumprimento do art. 2.º desse decreto, iniciou a Academia, no dia 30 de Dezembro de 1933, um inquérito junto das Comissões Administrativas das Câmaras Municipais, enviando-lhes um impresso, para ser devolvido depois de preenchido, onde se solicitavam indicações não só sôbre a existência de pelourinhos, como ainda sôbre as suas características, bibliografia, e indicações sôbre os desaparecidos. Tôdas as perguntas essenciais eram de molde a poderem ser respondidas por aquelas entidades, mesmo que não desejassem recorrer a pessoas competentes, estranhas, como algumas inteligentemente fizeram.

No dia 3 de Janeiro de 1934 imediato, começaram de ser recebidas as respostas, sendo interessante notar que em 9 de Janeiro se recebeu a resposta do Município de S. Vicente, Ilha da Madeira.

Prolongou-se demasiadamente a recepção das respostas, embora tivessem sido feitas pela Academia mais duas circulares de insistência, e ainda aos últimos retardatários tivessem sido dirigidos officios especiais, e duas instâncias do Ministério do Interior.

Pois a pesar disto, necessário foi fazer um novo inquérito, em modelo especial mais reduzido, aos regedores das freguesias dos Concelhos de Beja e do Sabugal, cujas Comissões Administrativas nunca deram cumprimento ao Decreto n.º 23122, parecendo até que não tinham existência real.

Deve notar-se que as respostas dos regedores não foram, em geral, de valor inferior à da maioria das Comissões Administrativas das Câmaras.

Por estas causas, só em Maio de 1935 se conseguui dar por findos os trabalhos do inquérito, que hoje, encadernados em dois volumosos in-fólio, se acham facultados à consulta pública, na Biblioteca da Academia.

Dêles se extraiu também o Inventário dos Pelourinhos, publicado pela Academia em 1935.

Não se limitou, porém, a isto esta instituição, e procurou ir aperfeiçoando o trabalho, quer corrigindo-o, quer pondo-o em dia, tendo, porém, o cuidado de o fazer de forma a não haver confusão com os resultados do primitivo inquérito.

PELOURINHOS	DISTRITOS																	Totais							
	Angra do Heroísmo	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Evora	Faro	Funchal	Guarda	Horta	Leiria	Lisboa	Ponte Delgada	Portalegre	Pôrto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viscu	Erigidos	Não erigidos	
Das sedes dos Concelhos.....	erigidos ...	0	0	0	3	6	1	4	3	0	0	6	0	3	3	0	1	6	2	4	5	5	9	61	
	não erigidos	0	0	0	1	3	5	0	4	4	1	2	0	2	2	0	4	1	6	3	1	2	2	43	
De fóra das sedes dos Concelhos	erigidos ...	0	10	3	3	25	10	17	3	0	35	0	10	6	0	1	7	6	2	3	8	41	190		
	não erigidos	0	2	2	4	4	0	4	0	0	0	0	3	1	0	0	1	0	0	1	2	4	28		
																								251	71
	Totais.....	0	12	5	11	38	16	25	10	4	1	43	0	18	12	0	6	15	14	9	10	17	56	322	
Número total de Concelhos de cada distrito ...		5	19	14	13	12	11	17	13	16	11	14	7	16	14	7	15	17	20	13	10	14	24	302	
Número de Concelhos de cada distrito que não têm pelourinho erigido na sede.....		5	19	14	10	6	10	13	10	16	11	8	7	13	11	7	14	11	18	9	5	9	15	241	

Antes, também, da publicação da lista, teve o cuidado, e muito bem fêz, de dar publicidade às provas, pedindo a colaboração de todos para o aperfeiçoamento do resultado, o que, aliás poucos frutos deu, devendo no entanto citar-se, entre algumas das informações recebidas, a fornecida pela pela directoria do Museu Regional de Castelo Branco, muito completa.

Se os resultados do inquérito não se podem considerar notáveis e indicativos de elevada mentalidade de todos os que nele colaboraram, é certo que poucas vezes se terão no País atingido outros tão completos.

Dos resultados do inquérito (algumas alterações já neste se têm introduzido, mas não afectando as conclusões a tirar), apresentamos o mapa junto, do qual, bem como do exame das respostas recebidas, se podem tirar algumas interessantes ilacções.

a) — A primeira conclusão a tirar é que não há no País entidades oficiais às quais se possa recorrer com segurança e eficácia, em tais trabalhos. As Comissões Administrativas das Câmaras Municipais não compreenderam, na sua maioria, a importância e significado do inquérito, não lhe ligando a necessária atenção. Outras entidades não havia para quem se recorresse.

Os vogais correspondentes do Conselho Superior das Belas-Artes, últimos abencerragens da causa dos monumentos, foram imolados, sem serem substituídos, pela última reforma do Ministério. Esta primeira conclusão, não é das menos importantes.

b) — O número total de pelourinhos apurado, deve ser inferior à realidade, porque as informações prestadas pelas municipalidades pecaram, em geral, por incompletas, tendo muitos pelourinhos sido incluídos na lista por informações colhidas pela Academia, e confirmadas depois pelas Câmaras.

c) — Em 302 concelhos há erigidos 251 pelourinhos, mas isto não quer dizer que só haja 51 concelhos sem pelourinho, pois há alguns com mais de um, como por exemplo, o de Bragança, onde há 9. Realmente há 241 concelhos sem pelourinho na sede, ou sejam 75% do total dos concelhos. Embora haja concelhos de moderna existência que nunca tiveram pelourinho, e outros, que talvez não cheguem a 4, que o erigiram depois de encerrado o inquérito, são para ponderar os números apresentados, por mostrarem que se não compreende a razão do ser do pelourinho.

d) — Dos 322 pelourinhos assinalados no inquérito, apenas 251, ou seja 78%, se acham erigidos; e destes 190, ou seja 59%, estão fora das sedes dos concelhos, e apenas 61, ou 19%, nas sedes. Dos 71 pelourinhos fragmentados, ou em Museus, 43, ou seja 60%, pertenciam às sedes dos concelhos e apenas 28, ou seja 40%, às restantes freguesias. Donde se conclui



que os verdadeiros inimigos dos pelourinhos têm sido os edis, que poupam aqueles que não veem, ou cuja existência nem mesmo conhecem.

i) E' de notar também que as cidades mais importantes, a começar na segunda cidade de Portugal, não possuem pelourinho erigido!

e) — Existem em alguns Museus, pelourinhos completos ou quasi completos, sem que as municipalidades tratem de os repor nos seus primitivos locais, como preceitua o art. 4.º do decreto n.º 23122. Sirvam de exemplo o de Elvas, existente no Museu Municipal, onde também existe o de Campo Maior; o de Turquei, existente no museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e o da Póvoa de S. Cristina, actualmente no Museu de Machado de Castro, onde também, segundo informou no questionário a Câmara de Coimbra, «parece» existir o desta cidade.

E' facto que, depois da realização do inquérito, algumas Câmaras já reintegraram os seus pelourinhos, e que outras estão em via de o fazer, mas não se deve descurar o cumprimento do art. 4.º, pelo menos nos casos fáceis, como os que acabamos de citar.

Também nos parece que, mantendo a tradição, bem portuguesa, de assinalar a existência do município pelo pelourinho, os municípios de moderna criação deviam fazer erigir pelourinhos, no estilo da época em que foram criados.

f) — Os resultados do inquérito e a lista dos pelourinhos, vêm sendo actualizados pela Academia Nacional de Belas-Artes pelas informações particulares que esta vai colhendo na imprensa diária, mas conviria que as municipalidades fôsem obrigadas a comunicar oficialmente as alterações posteriores ao inquérito.

g) — A densidade dos pelourinhos é máxima em Trás-os-Montes e Beiras, decrescendo de norte para sul e sendo praticamente nula nas Ilhas Adjacentes.

h) — As respostas às perguntas respeitantes à architectura dos pelourinhos não são suficientes nem de molde a servirem para fundamentar quaisquer conclusões, nem dos documentos gráficos que as acompanharam se podem tirar ilacções algumas.

i) — Dos 251 pelourinhos erigidos, apenas 34, ou seja 13%, se achavam classificados anteriormente.

Além destes 34, havia mais 6 classificados — Alter do Chão, Póvoa de Lanhoso, Amares, Campo Maior, Batalha e Vila Franca de Xira — que se averiguou, pelo inquérito, não existirem erigidos, motivo por que já foram desclassificados os dois primeiros, convindo que se desclassificassem ou se reintegrassem, nos termos da lei, os restantes.

GARCEZ TEIXEIRA

ANTIQUITATES  
III  
MOSAICOS LUSITANO-ROMANOS  
EM PORTUGAL

(Continuação da pag. 23)

Leite de Vasconcellos, in *O Archeologo Português*, vol. VII, Lisboa 1903, págs. 147-148 e 284. *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa, 1913, pág. 177, fig. 72.<sup>a</sup>

*Alcobaça*: — Póvoa-de-Cós, concelho de Alcobaça: 6,<sup>m</sup>6 × 5,<sup>m</sup>5; tipo geométrico (círculos e quadrados); pedras brancas e pretas. Aproveitados alguns fragmentos elucidativos, está o mosaico estendido no I Pavimento do Museu Etnológico (1.<sup>a</sup> Secção. N.º 20 da *Guia Sumária do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos*, Lisboa, 1935, «Plano de Visita da Secção Lapidar» (1<sup>o</sup>)).

*Alcoutim*: — Montinho das Laranjeiras, concelho de Alcoutim; mosaico de *opus vermiculatum*, policrómico; peixes nadantes; revestimento de piscina (12).

Estácio da Veiga, *Collecção das Plantas e Desenhos*, Planta n.º 49.

*Almendral* (Quinta do Almendral), próximo de Faro, freg. da Sé. Nove pavimentos; de mosaico policrómico (branco, preto, azul-ardósia, vermelho, amarelo) uns, e bicolores (branco e azul-ardósia) outros; tipo geométrico (octógonos e quadrados, com cruz equilátera e suástica dentro dêles alternadamente, Planta n.º 28-C; com ornatos florais, Planta n.º 28-E; com rosáceas quadrifólias e cruz potentea, Planta n.º 28-A; quadrados concêntricos, Planta n.º 28-D; faixas paralelas, Planta n.º 28-B; e de caprichos geométricos, Planta n.º 28-G).

Estácio da Veiga, *Collecção das Plantas e Desenhos*, Plantas mencionadas. *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Lisboa, 1889, vol. III, págs. 34-35. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III,, pág. 624, fig. 338.

*Almoçageme*: concelho de Sintra: tipo geométrico, quadrados decora-

(1) Pelo Conservador do Museu, Luiz Chaves.

(12) A maior parte dos fragmentos de mosaicos, encontrados por Estácio da Veiga no Algarve, está no Museu Etenológico.

tivos e faixas de pujante moldura, de pedras brancas, pretas, vermelhas, e amarelas; grande fragmento; planta colorida no Museu Etnológico.

*Ameixial*: — Vid. *Santa-Vitória-do-Ameixial*.

*Aramenha* (?): — Portalegre: fragmento de mosaico branco e preto; a meio de molduras de desenho geométrico, um hipocampo andante à esquerda; no Museu Etnológico (3.<sup>a</sup> Secção, II Pavimento).

Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, pág. 494-495, fig. 258.

*Aramenha* (?): — muitos fragmentos de mosaico policrómico, de pedras brancas, pretas, vermelhas e amarelas; laçaria de tranças emmoldurantes; no Museu Etnológico (3.<sup>a</sup> Secção, II Pavimento).

*Arnal*: — Vid. *Leiria*.

*Arraiolos*: — fragmento pequeno, tipo geométrico, de pedras brancas, pretas e vermelhas; no Museu Etnológico (3.<sup>a</sup> Secção, II Pavimento).

*Arripiado*: — concelho da Chamusca: dois quadros de mosaico policrómico, de pedras brancas, azuis-ardósia, vermelhas e amarelas, num laçaria central, no outro moldura de trança; desenhos no Museu, feitos pelo Dr. Felix Alves Pereira, antigo Conservador.

— *Arronches*: — na Coutada do Povo: mosaico policrómico, branco, azul-ardósia e vermelho, fragmento com um veado; no Museu de Elvas?

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Portug.*, 1927 a 1929, vol. XXVIII, pág. 180-D, fig. 49.<sup>a</sup> (pág. 181).

— *Batalha*: — Vid. *Leiria*.

— *Bôca-do-Rio*: — próximo da Praia da Salema, entre esta e o forte de Al-mádena, freg. de Budens, concelho de Lagos: mosaicos de três salas (C, J e K) e um corredor (D); em C, de tipo geométrico, com quadrados de ornatos florais, brancos e azuis, idêntico em D (22,<sup>m</sup>05 × 3,<sup>m</sup>52), da Planta n.º 3-A; policrómico, de círculos florais, branco, azul-ardósia, vermelho e amarelo, da Planta n.º 3-B; tapete musival das quatro côres, quadrângulo, faixas de trança, emmoldurantes, duas faixas diagonais que saem do bocal de quatro vasos cantonais com suástica no bôjo, na sala K, Planta n.º 3-C

Estácio da Veiga, *Collecção de Plantas e Desenhos*, e in *O Arch. Portug.*, 1910, vol. XV, pág. 212 e ss.

— *Braga*: — notícia de um mosaico em fragmentos num quintal (de Fernando Castiço).

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Portug.*, 1918, vol. XXIII, pág. 358.

— *Braga*: — notícia de dois mosaicos, encontrados no Campo das Carvalheiras, quando em 1883 abriam os alicerces do Seminário dos Orfãos; pedras brancas e pretas, dispostas em figuras geométricas, e com um círculo flamejante.

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Port.*, 1923 e 1924, vol. XXIV, pág. 164, Estampa I, fig. 1 e 2.

*Búdens*: — conc.º de Lagos: Vid. *Bôca-do-Rio*.

*Búdens*: — outro mosaico, ao centro uma grande estrêla circundada por cercadura de fantasia; pedras brancas, azuladas e amarelas.

A. dos Santos Rocha, in *O Arch. Portug.*, 1896, vol. II, pág. 78.

*Chamusca*: — Vid. *Arripiado*.

*Condeixa*: — ruínas de Conimbriga: mosaico policrômico de desenhos animais, com tesselas brancas, pretas, vermelhas e amarelas.

Vergílio Correia, *O Arch. Portug.*, 1909, vol. XIV, pág. 260.

*Crato*: — Vid. *Granja*.

*Estoi*: — Vid. *Milreu*.

*Estremoz*: — Vid. *Santa-Vitória-do-Ameixial*.

*Fronteira*: — em S. Saturnino, monte construído sôbre um mosaico.

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Portug.*, 1929, vol. XXVIII, pág. 200 n.º 5.

*Granja*: — conc. do Crato: restos de «villa» lusitano-romana, com cinco pavimentos. um de 8<sup>m</sup>40 × 10<sup>m</sup>40, de desenho geométrico policrômico; outro de 8<sup>m</sup> × 11<sup>m</sup>30, policrômico; dois de xadrez, branco e preto; o último cinzento e rôxo.

«Comunicação do dr. Manuel Heleno, em sessão de estudo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, realizada no dia 10 de Abril de 1936».

*Guimarães*: — em S. Vicente de Oleiros.

Alberto Sampaio, *Estudos*, vol. I, pags. 81-82.

*Lagos*: — Vid. *Bôca-do-Rio*.

*Leiria*: — Arnal, próximo da Batalha, tipo geométrico, policrômico, de polígonos ornamentais, xadrezado branco e preto, com a figura central de Orfeu sentado num rochedo, rodeado de animais: pantera, veado, alce, gamo, coelho, lóbo, porco e raposa (*Orfeu I*); 10, <sup>m</sup>55 × 5, <sup>m</sup>45; levado para

fora de Portugal; outros mosaicos do mesmo edifício, de tipo geométrico, entrançados e gregas.

John Martin, in *Illustrated London News*, de 2-VIII-1856, *Archivo Pittoresco*, vol. I, págs. 125 e ss. e *O Arch. Portug.* vol. VII, págs. 313 e ss.

**Leiria:** — Martim Gil, a 1 Km. da cidade; mosaico de cêrca de 20m<sup>2</sup>; policrômico; de tipo geométrico, floral; com a figura central de Orfeu a tocar lira, no meio de aves e quadrúpedes (cão, veado), (*Orfeu II*).

Leite de Vasconcellos, *O Arch. Portug.*, 1889-1900, vol. V pág. 330 *Religiões da Lusitânia*, III, pág. 492, fig. 257.

**Leiria:** — Martim Gil: três mosaicos encontrados em 1872, por Marques da Costa, que lhes arrancou um fragmento trazido por Possidónio da Silva em 1873 para o Museu do Carmo; numa sala, tesselas brancas e pretas, de desenhos escamiformes; em outra, brancas, pretas, vermelhas e amarelas, com desenhos de laçaria e folhagem; na terceira, pavimento luxuoso a cinco côres, ao qual foi tirado o fragmento mencionado.

Marques da Costa, in *O Arch. Portug.*, 1896, vol. II, pág. 11, e 1905, vol. X, pág. 49. (*Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, I, 24).

**Leiria:** — S. Sebastião, perto da Batalha: resto de mosaico, achado num armazém de vinhos, pelo Rev. Dr. Patrício B. Russell, reitor do Colégio do Corpo Santo, e comprado pelo Ministro dos Estados Unidos em Lisboa, J. L. O'Sullivan; bicolor, tesselas brancas e pretas; canto com moldura dupla, de espinha e triângulos, e com um hipocampo andante à sua esquerda.

John Martin, in *Illustrated London News*, 2-VIII-1856, e tradução em *Archivo Pittoresco e O Arch. Portug.* mencionados; Leite de Vasconcellos, *Religiões*, III, 494.

**Loulé-Velho:** — belos mosaicos em casas arrasadas.

Estácio da Veiga, *Collecção de Plantas e Desenhos*, Planta n.º 22.

**Luz:** — frég. da Luz, Concelho de Tavira; pavimento de mosaico branco e azul, de tipo geométrico, losangos seriados e ligados por filetes, 3, m 30 × 3 m;

Estácio da Veiga, *Collecção de Plantas e Desenhos*, Planta n.º 36.

**Marim:** — Concelho de Olhão: casa com três mosaicos sobrepostos,

correspondentes a reconstruções: os dois inferiores formados de tesselas pequenas, com figuras, coloridas; o superior, de pedras grandes, técnica decadente, brancas e azuis escuras.

Estácio da Veiga, *Collecção de Plantas e Des.*, Plantas n.º 30-C e 30-D.

*Martim Gil* — Vid. *Leiria*.

*Mértola*: — entre o castelo da vila e o caminho para o cemitério, próximo da igreja; pavimento de casa, tesselas brancas, azuis, amarelas e roxas; ondas circulo-central com um cágado nadante.

Estácio da Veiga, *Collecção de Plantas e Des.*, Planta n.º 51-A.

*Milreu*: — frég. de Estoi, concelho de Faro: revestimento das piscinas, mosaicos policrómicos, de tipo geométrico, peixes; outro mosaico do mesmo tipo, nas escadas das piscinas, este quasi destruído á data da notícia,

Mgr. Pereira Boto, in *O Arch. Portug.*, 1898, vol. IV, pág. 158 e ss.

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Portug.*, 1917 vol. XXII. pág. 125.

*Milreu*: — corredor de mosaicos em volta da *piscina natatilis* (Planta n.º 25); fundo de piscina com peixes e roda flamejante, trança, e isca para os peixes (Pl. n.º 25-D), monstros marinhos, que lutam (cavalo e leão), de tesselas brancas, azuis, castanhas, vermelhas e amarelas, (Pl. n.º 25-B); peixes, de pedras brancas, azuis, vermelhas e amarelas (Pl. n.º 25-C); de tipo geométrico, rectângulos, losangos, hexágonos com laços, rosáceas, torçais, cruces e suásticas em três outras salas (Pl. n.ºs 25-E, F, G.); mosaico de corredor, com peixes e conchas (Pl. n.º 25-H); pavimento de tipo geométrico e de vasos com decoração floral (Pl. n.º 25-I); mosaico de piscina, com peixes e conchas, e com o círculo flamejante (Pl. n.º 25-J); pavimento de ondas brancas, e azuis-ardósia (Pl. n.º 25-K).

Estácio da Veiga, *Collecção de Plantas e Des.*, lugares citados.

*Milreu*: — fragmentos de três mosaicos de tipo geométrico, em ruínas de termas: um, de tesselas brancas e pretas; outro, destas côres e também de vermelho; e o terceiro, das mesmas três côres e mais a de rosa. No Museu Etnológico (3.ª Secção, II Pavimento).

(*Continua*)

LUIZ CHAVES

## NUMÁRIA DE PAX JULIA

O existir em Beja uma *Rua da Moeda* pode levar os menos avisados a crer que aí houve outrora uma oficina monetária do Estado que tivesse batido moeda, tal como em Lisboa, Pôrto ou Évora. Todavia, muito embora algum fundamento haja para confirmar o conhecido aforismo popular «não haver fumo sem fogo», de que são resultantes as ilações que se inferem daquela designação toponímica, não é êle contudo o suficiente para se dizer que Beja teve *Casa da Moeda*.

Como quer que seja apressamo-nos a notar que esta afirmação fazemos quanto a Beja povoação *de Portugal*; posto que, há dois mil anos, quando essa mesma cidade se chamava *Pax Julia* teve então não só oficina monetária, como o direito de bater moeda própria.

Posto isto, vejamos de quando data o nome daquela *Rua da Moeda* para depois nos referirmos mais de espaço aos velhos numismas que ostentam o nome e o símbolo dessa antiga *Civitas Lusitaniae*.

Graças a documentos trazidos a lume pelo erudito Bibliotecário da Câmara de Beja (1), dr. José Joaquim Braga, é hoje possível marcar quasi precisamente desde quando data a *Rua da Moeda* em Beja. Assim, sabendo-se que D. João III em 1524 concedeu licença ao Vêdor da Fazenda, Ruy Lopes, para descobrir no termo dessa cidade uma mina de azougue ou cobre, permitindo-lhe nessa mesma ocasião que, para ocorrer aos gastos de semelhante empresa, aí lavrasse, em uma casa «dos muros adentro» de Beja, *ceitis* com o cobre que ali achasse (2) — e num tombo de 1533 já haver referência à *Rua da Moeda*, permite-nos marcar o início dessa designação toponímica na terceira década do século XVI.

De modo que, ainda que Ruy Lopes não houvesse chegado a usufruir dessa concessão régia de bater moeda (3) (*ceitis*), por falta de metal ou

(1) in *Boletim do Município de Beja*, n.ºs 6, 8, 9 e 10 «Apontamentos para a Historia de Beja», Cap. VI.

(2) in Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III, Doações*, Liv. 37 fol. 128 v. E outra carta do mesmo assunto, *ibidem*; cfr. cit. *Boletim*, n.º 8, a pag. 125, onde vem a transcrição na integra.

(3) Note-se que só excepcionalmente o rei concedia essa prerogativa — e quando o fazia era geralmente por arrendamento; mas unicamente no que respeitava à *moeda subsidiária*, e nunca a outrem concedeu o lavramento da *moeda principal*. Isto mesmo de algum modo confirma o próprio alvará que, ao consentir a abertura dos cunhos para o lavramento dos *ceitis*, especifica: e não de outra moeda. Vid. a êste propósito o nosso trabalho *Moedas de Toro*. Lisboa, 1933. pags. 41 a 52.

qualquer outro motivo, o que de momento importa é saber que para isso deve ter aprestado uma oficina monetária, posto que nesse códice de 1533, ao fazerem-se umas confrontações, se diz: "... da parte do poente com cazas da moeda que sam do beador del Rey nosso Señor». E, o que ainda é deveras curioso, a identificação que nesse mesmo documento se faz dessa então recente *Rua da Moeda* com a antiga *Rua de Sam Falho* (1).

Quanto ao ter-se ou não chegado a cunhar moeda em Beja, não é por enquanto possível fazer qualquer afirmação categórica (2). Todavia, a par com os elementos acima apontados, outro documento existe que os vem reforçar: é o alvará que permite a Duarte Lopes poder, em 1525, abrir os ferros para o lavramento dos mencionados *ceitis* (3).

No entanto ainda mesmo que tal cunhagem se tivesse realizado, o que aliás não repugna aceitar, te-lo-hia sido por forma tão especial que isso não basta para que se possa dizer que Beja teve *Casa da Moeda* no sentido rigoroso da expressão de oficina do *Estado* que lavra dinheiro—como outras cidades o tiveram.

Posteriormente, alguns acontecimentos histórico-monetários ali se deram que de certo muito contribuíram para mais ficar arreigada no povo a crença de que em Beja se cunhou moeda. Foram êles os que dizem respeito ao aumento que as moedas por três vezes sofreram no alvor da dinastia brigantina, por motivo das despesas da Guerra da Restauração.

Assim, ordena o *Regimento de 1642* que para aí (em Beja) à semelhança de outras terras do Reino, fôsem levados os ferros de que havia mister para se *marcarem os tostões, meios tostões, quatro vintens e dois vintens*, «com as devizas de cento & uinte, cento, secenta, & sincoenta, por feaduras de algarismo», ou seja para sofrerem o aumento de valor extrínseco de 20% que revertia para a Fazenda Pública. E, como a casa para êsse destino havia de ser «fechada com grades de ferro» como aquele regulamento o diz, e anos depois, em 1662, novamente em aquela cidade se repete o que anteriormente se havia praticado—isto é, outro aumento de 25% nas moedas, apôsto com carimbo—e pelas mesmas razões—a manutenção da guerra com os espanhóis—torna-se crível que a casa então utilizada fôsse aquela que para idéntico fim se devera engradear vinte anos antes.

(1) Cfr. cit. *Boletim* n.º 16, 1922, pag. 249.

(2) Teixeira d'Aragão disse, in *Descrição das moedas*, Lisboa, 1875, vol. I, pag. 63 nota 2, que alguém lhe havia afirmado, aliás sem fundamento, que em Beja se haviam cunhado os *espadins de ouro* de D. João II, além de que as moedas dêste monarca que não tivessem marca de oficina monetária igualmente se deviam atribuir àquela.

(3) Vid. *Registo da Camara* (de Beja), a fol. 127 transcrito d'*O Bejense*, de 29-2-920. Cfr. *Boletim* cit. a pag. 126.



Ainda nesse mesmo local, naturalmente, se cumpriu a lei de 1688 que mandava recolher tôdas as moedas de prata (como dois anos antes sucedera com as de ouro) para se «encordoarem e cunharem com nova orla».

Porém, se ao tempo dos factos que apontamos se não pode indubitavelmente dizer que em Beja se cunhou moeda, de outros algo mais recuados da história dessa veneranda cidade—que por milénios já se conta—temos nós disso notícia no honroso privilégio de cunhar moeda própria que o *imperator* romano Júlio César lhe concedera, ao dar-lhe o nome que o recordava a *êle* e à *paz* que com ela celebrara: *Pax Julia*.



ASSE DE PAX JULIA

Era essa uma das cidades mais importantes da Lusitânia a que Ptolomeu e Antonino se referem. Plínio, o naturalista, lhe chama *Colonia Pacensis* e a designa como sendo cabeça de uma das três comarcas que pelo Imperador Tito foram criadas. Strabão, porém, lhe chama *Pax Augusta*; nome êste que evoca o fundador do império romano, Octávio Augusto César, mas que não perdurou, porque o do conquistador das Gálias já tinha ganho raízes no povo, e por elas prevaleceu.

Todavia, notaremos que nas raras moedas que se conhecem de Pax Julia, é a cabeça de Augusto que nelas se verifica, e não a de Júlio César, não obstante ser exequível que esta semelhantemente tivesse sido empregada em outros exemplares de que aliás não temos conhecimento. Dos poucos de que há notícia, grande é a analogia entre êles; e todos são *asses*. Porém, apenas de um se não levantam dúvidas acerca da sua autenticidade: o do *Cabinet des Médailles* de Paris, cuja descrição é esta:

1) — Cabeça de Augusto à direita.

Rev. Mulher sentada, à esquerda com o caduceo e a cornucópia, entre PAX-IV *Lia*. (Vid. a Estampa).

O simbolismo dêste tipo é bem mais sugestivo do que o do exemplar que abaixo descrevemos. Posto que a mulher representa a figura da Paz

(Pax) com os seus atributos de abundancia e felicidade, indicados pela cornucópia e o caduceo, que aquele não tem, e é o seguinte:

- 2) — Cabeça de homem imberbe à direita.  
Rev. PAX IVL entre duas linhas paralelas. Granulado.  
Arte grosseira.

Este exemplar, que existe no Gabinete Numismático de Berlim, foi descrito por Zobel de Zangróniz no seu *Memorial Numismático Español*, vol. V. pág. 189, nota. Contudo quem primeiro o reproduziu foi o Doutor José Leite de Vasconcellos in *O Archeologo Português*, vol. VI, p. 81, e Est. II, fig. 13-A, e posteriormente nas *Religiões da Lusitania*, III p. 305.

Porém damos este exemplar com tôdas as reservas posto que Vives y Escudero o tem por apócrifo.

Acêrca da numária de Pax Julia, podem consultar-se ainda as obras seguintes:

- Flores — *Medallas de las colonias, municipios y pueblos antiguos de España*, Madrid, 1758, Pt. II, pág. 541, Tab. 38, n.º 10.  
J. Eckhel — *Doctrina Numorum Veterum*, Viena, 1792, vol. I. pág. 13.  
Aloiss Heiss — *Description generale des monnaies antiques de l'Espagne*, Paris, 1860. pag. 410, Tab. 62, n.º 1, 2, 2 bis.  
Zobel de Zangróniz — *Memorial Numismático Español*, 1866, vol. I, p. 188.  
D. Antonio Delgado — *Nuevo metodo de classificacion de las medallas autonomas de España*, Sevilha, 1871. vol. II, p. 265. Pl. 66. n.º 1.  
Emilio Hübner — *Monumenta Lingua Ibericae*, Berlim, 1893. p. 135.  
" " *Corpus Inscriptionem Latinarum*, vol. II. p. 8, § 804.  
D. Antonio Vives y Escudero — *La moneda hispanica*, Madrid, 1924-26.

Pax Júlia de cidade que era e opulenta, passa com o rolar dos anos a ser *vila*, pois que o seu esplendor, mantido ainda como cidade episcopal no tempo dos godos, de que S. Aprígio foi o primeiro Bispo, decai com o domínio muçulmano, sob o qual se dá a transformação do nome de Pax (atravez de *Pace, Paca*—que os árabes diziam *Baja*, por não terem a letra *p* na sua linguagem gutural) para a forma que hoje tem: *Beja*. E de vila que era nos primeiros séculos de existência do Reino de Portugal, retoma os foros de Cidade, de que outrora gosara, pelo novo foral que El Rei D. Manuel lhe dera em 1512.

PEDRO BATALHA REIS



# CARTAS DE PAÇO D'ARCOS

(Continuação da pág. 40)

## X

Entre os curiosos documentos do 1.º livro do Tombo Municipal de Oeiras, regista-se um interessante Alvará firmado pelo poderoso ministro, em 12 de Maio de 1757, e apresentado por Dionísio Ferreira, morador e— «mestre caeyro» — em Paço d'Arcos, um antecessor do Sr. Rato, de hoje, em que se determina «que se não possa embargar ou apennar cal, tijolo, telha, madeiras, lenhas, obreiros, carros, barcos, bestas de carga» que se empreguem na fábrica e transportes destes materiais — «pela utilidade que será para a reedificação da cidade de Lisboa, multiplicarem-se as fábricas de cal, tijolo, lenha e madeira.

O que é curioso, — gracioso antes, — é que a esta razão o célebre ministro junta o contrapeso, inesperado em tal sujeito, — de que assim se consegue evitar também, como cumpre, — «monopólios que sómente poderão cessar pela liberdade das fabricas, facilidade dos transportes e concorrência dos que nelas e neles se empregarem».

Um grande mal, os monopólios... quando não eram os d'ele, como doutros documentos poderá ver-se.

E aqui voltamos nós a Oeiras.

Porque enquanto não se descobre, se é que pode vir a descobrir-se e se vale a pena averiguar, quem fundou Oeiras, podêmos ir afirmando que se não fôsse Sebastião José de Carvalho e Melo, ela não seria quem é, que, sinceramente, não é nem já agora poderá vir a ser muito.

Em todo o caso o padre Carvalho dá-lhe já em 1712 — «trezentos visinhos».

O terremoto de 1755 estragou grandemente a velha e insignificante povoação e logo o principal edificio à entrada, indo de Paço d'Arcos, — a igreja matriz, — pode dizer se o primeiro padrão do seu renascimento pombalino.

Não devia, porém, ser muito anterior a construção primitiva. De uma inscrição, que me esqueci de recolher, sôbre a porta da fachada, ficou-

-me a ideia de que a obra se concluiria ainda poucos anos antes da catástrofe. (1)

Há, porém, na sacristia um belo arcaz ou mesão de alcaias, feito de madeira do Brasil, que num filete ornamental de cobre, no rebórdo, tem uma legenda em duas linhas, pouco perceptível a olhos inespicientes, e que diz o seguinte :

*Estes. cachois. mdov. fa-  
zer. dõs. dias. frê. sen-  
do. ivis. nesta/  
stã. irmdê. doasmõ. sa-  
cramtõ.. deoeiras. noã.. de 1.6.9.4 (2)*

Deve ler-se assim :

—«Estes caixões mandou fazer Domingos Dias Fernandes, sendo juiz nesta Santa Irmandade do Santíssimo Sacramento de Oeiras, no ano de 1694».

A igreja é das mais amplas e formosas dos arredores de Lisboa. É mesmo um interessante exemplar architectónico.

Consagrada a N. S.<sup>a</sup> da Purificação,—da *Apresentação*, diz erradamente o Carvalho,—tem no altar-mor uma imagem da Padroeira, de madeira, que é uma verdadeira obra de arte, — dessa arte de santeiro tão totalmente desdenhada, geralmente, que entre nós produziu genuínos primores de inspiração e de composição artística, e que atravez de todos os desdens e de todo o abandono conserva ainda uma tradição e um culto digno da atenção mais simpática.

Quantas vezes diante de uma dessas pequenas lojas de *santeiros* que vão rareando, se escondem, como que vexadas vivuas nos arruamentos movimentados e opulentos da indústria e da arte moderna, não se me tem prendido demoradamente a vista e o pensamento numa dessas imagensinhas amorosamente esculpturadas por pobres e anónimos artistas que sem saber desenho nem saber ler, talvez, sabem afeiçãoar a madeira e verter nas en-

(1) A inscrição referida diz :

D. O. M. / et dive ejus paraenti in suae purificationis ve-/nerationem regnante . in Lusitania Joanne . v. / Augusto Pio Felici. Ulyssipone ecclesiae moderã- te thoma . I. Patriarcha S. R. E. Cardinali. curam: / operis habente. Antonio Rebello de Andrade / Christi. mjjitiae. equite. hoc. templũ. erexit. et. de / dicavit. universus populus. oeirensis: anno/D mini. M. DCC. XL. IV

(2) A legenda tem mais uma linha que facilmente passa desaperecebida e diz :  
«e os dev. . de esmola»

carnações o velho ideal devoto das supremas angústias ou da bemaventurança perene!...

Foi-me bem pago o interesse que me despertou a graciosa imagem de Oeiras. Subindo até ela e procurando qualquer indicação da sua procedência, li-lhe no pedestal, a um e outro lado, as seguintes informações:

*Ant.<sup>o</sup> Franc.<sup>co</sup> de  
Carv.<sup>o</sup> Prior desta  
Igr.<sup>a</sup> m.<sup>ou</sup> fazer esta imag.<sup>o</sup>  
a sua custa em 1810*

*Ezequiel Ansel-  
mo Romão esculpido  
Joze de Aravio Çer-  
gr.<sup>a</sup> pintou*

Pols Snrs., eram dois verdadeiros artistas o Anselmo Romão e o José Cerqueira, bem mais autênticos do que muitos dos que por ai andam pavoneados de geniais e de outros adjectivos asnos no reclamo próprio e das camarilhas amigas.

Foi assim também, examinando impertinentemente a bela imagem da «charola» de Tomar, que descobri um dia o nome do notável artista, — uma mulher, desta vez, — que a produziu. É bom examinar sempre. Bom, porque é justo.

### VIII

Logo ao entrar na matriz de Oeiras, reponta a gente com uma inscrição ao primeiro relance um tanto complicada, na primeira capela à esquerda.

E' esta:

*Esta Capela, he, insti:  
tyhida, poriaqvcs  
Coster, commisacote  
dianna; pela sva alma  
edesevtio iaqvcsgul, pe:  
laterfeitoasva cvsta.  
eaterperementado, com:  
tydo onessesario. Esta  
nela sepvltado, falesse:  
oem 27 denovembro de 1755*

Lê-se correntemente:

— «Esta capela é instituída por Jacques Coster, com missa quotidiana, pela sua alma e de seu tio Jacques Gul, pela ter feito à sua custa e a ter parametrado com tudo o necessário. Está nela sepultado.

*Faleceu em 27 de novembro da 1755.»*

Valia talvez a pena saber quem foi êste Coster, ou quem tinha sido aquele Gul. Em Paço d'Arcos ha ainda um beco chamado do Gould. Talvez o Gul de Oeiras,

Mas vamos de caminho, e já outra legenda mais ostentosa nos chama a atenção. E' a de uma grande campa rasa na capela-mor ao lado de duas outras campas iguaes mas sem legenda.

Marca a sepultura de António Rebelo Andrade, um illustre cooperador ou bemfeitor da igreja.

Di assim:

*Antonio Rebello Andradio  
equiti. ordinis. Christi  
praefecto. aerari  
bullae. crucialae  
quod condendo. huic. templo  
multam. pvcuniam  
ornando multam supellectilem  
de suo contulit  
conjugi. dulcissimo  
uxor. Maestissima  
Francisca, Assisia. Sexia  
fecit et. sibi. et filiiis  
posterisque eorum  
An. MDCCLXV*

O sobrado moderno da igreja cobriu naturalmente outras sepulturas, além de que é tradição que fez remover e destruir algumas.

Como vila, Oeiras tem a sua certidão de baptismo num Alvará do Rei D. José, de 22 de Junho de 1759, servindo-lhe de padrinho Sebastião José de Carvalho e Melo, dias antes feito Conde de Oeiras — «de juro e herdade».

O *Portugal antigo e moderno* traz erradas estas datas.

Tendo — «feito mercê» — daquelle título ao seu conselheiro «e Secretario de Estado dos Negocios do Reino», — manda o Rei, com a referenda de Manuel Gomes de Carvalho e de Joseph Cardoso Castelo, pela — «Chancellaria Mór da Corte e Reino», — que — «o dito lugar de Oeiras seja logo

erigido em Villa, que terá por termo o districto do seu actual julgado», — como parece que não podia deixar de ser para maior lustre da prosápia condal.

Por não faltar a todos os sacramentos, transforma-se em Carta Régia de 13 de Julho, o Alvará — «d'esta creação», — ficando definitivamente entendido que o afortunado loco — «d'aqui em diante se possa chamar e chame Villa de Oeiras, e haja n'ella juizes ordinarios e de orphaos», — «e a dita Villa de Oeiras e moradores d'ella» — gosem — «de todos os privilegios, honras e proeminências que teem e de que usam as mais villas d'estes Reinos».

Mais altos destinos, porém lhe estavam reservados já na magnanimidade da Corôa ou do seu potente ministro.

Uma vez separada da arraia miuda dos burgos sem juizes e dos reguengos sem título, restava consorciar a Vila com o Condado e valorisar mais praticamente o último.

## IX

Sabidamente, um título de conde era ainda alguma coisa mais do que uma simples distinção decorativa e teórica no tempo do Senhor Rei D. José; nem as razões da graça se escondiam, por envergonhada minguá, na simples fórmula banal e vaga da chancelaria de hoje. Por isso, com o alvará do título, e com o da nobilitação do loco, emparelhou logo outro em 12 de Junho (1759), que — «por graça especial» — fazia ao novo conde mercê — «além de outras que pelos mesmos respeito slhe também fiz, do Reguengo do logar de Oeiras que logo mandei erigir em vila, com o relêgo, da mesma forma que tem o outro Reguengo chamado de apar de Oeiras e todos os seus direitos e pertenças, assim como até agora me pertenciam, de juro e herdade, transferindo-se as ordinarias, tenças e mais pensões temporais ou perpétuas que no mesmo Reguengo se achavam actualmentemente assentadas para quaisquer outros Almojarifados que eu fôr servido declarar».

Desnova essa *respeitos* o diploma: — são os — «distinctos e uteis serviços que por mais de 20 annos me tem feito Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, do meu Conselho, nos logares de Enviado Extraordinario na Corte de Londres e de Ministro Plenipotenciario na de Vienna d'Austria, e de Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra e ultimamente no de Secretario de Estado dos Negocios do Reino, desempenhando cabalmente em todos os referidos logares as obrigações da sua qualidade e dos seus ascendentes».

E' ainda — «a exacta fidelidade, zelo e amor do meu Real serviço

com que o tenho visto executar as minhas Reaes ordens e responder no cumprimento d'ellas».

E' também — «a intima confiança que d'elle fiz e faço esperando que assim obrará sempre em tudo o mais de que o encarregar pela satisfação que d'elle tenho».

E finalmente é — «por folgar de lhe fazer honra e mercê em satisfação dos ditos serviços e do despacho que havia deferido a seu tio Paulo de Carvalho de Athaide, arcipreste da Santa Igreja Patriarchal, do Conselho de el Rei meu Senhor e Pae e seu sumilher da Cortina, e da acção que lhe competia para replicar ao dito despacho, pedindo o acrescentamento delle pelos mais annos que o dito seu tio serviu até ao tempo em que falleceu e pela qualidade do serviço que fez».

Ha de convir-se que bem mais facil é, ou que bem menos «respeitos» e ceremonias exige hoje a manipulação titular.

Novo alvará, de 3 de Outubro de 1763, aclara estas e as graças anteriores, fazendo saber que — «nas mercês que tenho feito ao Conde de Oeiras, do Reguengo da mesma vila e seu termo, com todos os seus direitos e rendas, assim como antes se arrecadavam para a minha Real Fazenda, foi e é da minha Real intenção comprehender a de que o mesmo Conde Donatario possa nomear, para serem pagos á sua custa um almoxarife que seja juiz dos direitos Reaes, com um escrivão de seu cargo e um feitor do Pescado, como havia antes da dita mercê para cobrarem os mesmos direitos executivamente, contanto que a jurisdição privativa e o procedimento executivo do referido Almoxarife sejam restritos á arrecadação dos direitos que pelo dito Foral que dei á mesma Villa, declarei que ficariam pertencendo ao sobredito Conde Donatario e dos outros direitos do Reguengo por elle subrogados com facultade minha com a casa de Cascaes na qual antes da subrogação havia Almoxarife e juiz dos direitos Reaes».

Mal se comprehenderá isto, porém, se não se dissesse que no intervalo dos dois diplomas, outros se tinham succedido definindo melhor e de mais em mais consolidando a criação de um extraordinário domínio senhorial apenas esboçado nos primeiros.

Por alvará de 1 de Abril de 1760, é ainda a Coroa que tendo erigido em vila o lugar de Oeiras, e considerando que — «se faz necessario criar justças para a boa administração do governo da referida Villa que hajam de servir na Camara della», — *naquele ano*, directamente nomeia essa administração.

Ofereço às prosápias municipalistas de Oeiras os nomes dos seus primeiros camaristas, escolhidos já e nomeados, — mais francamente do que hoje, — pelo ministro do Reino que era o próprio conde.



Foram :

«Para juizes : Felix Joseph Guilherme, Leandro Joseph Ribeiro.

Para vereadores : Eleutério da Silva, Luiz Duarte, Cipriano Francisco.

Para procurador : João Baptista Santos».

Provisão Régia de 26 do mesmo mês e ano, manda ir à recém-nascida e afortunada vila, nem mais nem menos que José de Seabra da Silva, com «a própria carta da criação» — e com o alvará de I, dar execução a ambos os diplomas e posse às justiças nomeadas. Vai e desempenha-se, sem a menor detença, da comissão, o ilustre desembargador, — no mesmo dia, em auto lavrado por Francisco Carlos de Oliveira — «escrivão da camara e da almotaçaria das sizas».

Já agora registem-se os nomes de alguns funcionários eleitos pelos primeiros «juizes e vereadores» da nova municipalidade.

Em 24 de Maio (1760) dá-se posse de *homem da vara* da vila, ao procurador Joaquim Rodrigues; de igual cargo em Paço d'Arcos, a Francisco Lopes da Silva, nomeação que aliás «não teve efeito», sendo em 28 substituído por Marcelino de Oliveira; e de *juiz ventanario*, no lugar de Caspolima, a Matias do Couto, dêsse lugar.

Em 28 do mesmo mês e ano é ainda substituído o *homem da vara* de Paço d'Arcos por Nicolau Francisco — «oficial de sapateiro» — no lugar; toma posse do cargo de *juiz ventaneiro* do lugar de Guisas, Sebastião Dias «homem fazendeiro» dêsse lugar; para almotacel em Oeiras são sucessivamente nomeados Manuel Jorge, José Nunes, Domingos António de Montes, Jacinto Isidoro, por 3 meses cada um ou substituindo-se; para tesoureiro do concelho e Sisas Reais foi em 7 de Junho escolhido aquele mesmo Manuel Jorge.

Mas tudo isto pareceu muito armado no ar ao prático e organisador Donatário, — o grande Ministro, — que se apressou a requerer ao Rei, — «fosse servido mandar ordenar nm Foral pelo qual se houvesse de regular e arrecadar os direitos Reais e mais tributos na dita Vila á semelhança» — nada menos! — «dos outros forais que pelo Senhor Rei D. Manuel de gloriosa memoria, meu predecessor foram dados a cada uma das vilas e cidades deste Reino».

## X

Sebastião José de Carvalho e Mello possuía alguns bens patrimoniaes d'aquelle lado, no dizer discretamente vago de um dos documentos alludidos.

Da primeira mulher lhe adviera parte de um morgado, e os irmãos

Francisco Xavier de Mendonça e Paulo de Carvalho de Mendonça, — o futuro cardeal, — fazendo-se também proprietários em Oeiras, tinham se proposto a consolidar-lhe e acrescentar-lhe a casa, criando nelle, à minguá de successão própria, o herdeiro, continuador, melhor talvez: o fundador de uma prosápia senhorial.

As duas famosas quintas constituíam já uma bela propriedade; — principalmente «a primeira», a do palácio que Carlos Mardel, morto três anos depois, traçou com mal disfarçadas pretensões de Paço Real que havia ser em 1775 e 1776.

O novo conde recebera uma parte importante do termo da vila; o reguengo de apar de Oeiras.

Restava, porém, definir demarcar, consolidar definitivamente, perpétuamente, — «de juro e herdade», — na divisão territorial e orgânica do Estado a razão e a grandesa real do novo título.

— «A villa de Oeiras e seu termo é toda de reguengo» — diz logo o Foral, como quem diz que é toda do Rei que pode, consequentemente, — *l'estat c'est moi*, — dispôr dela como na sua ciência certa e poder absoluto lhe aprouver.

É não era um palmo de terra nem um punhado de humanidade êsse termo e julgado — «todo de reguengo», — que passou a construir gloriosamente o novo condado, o senhorio simi-feudal do potente ministro.

— «Começa o termo de Oeiras desde a ponte da Cruz Quebrada, pelo rio acima até á ponte chamada *de Jamor*», — que lá está ainda, — «pela parte do nascente; voltando da dita ponte de Jamor, para o norte, chega até o Casal chamado da Veiga exclusive, por pertencer já este Casal ao districto de Barquerena» — e não Barcarena como dizem agora.

«D'aquí vae continuando até á ermida de Nossa Senhora do Socorro do Lugar de Leão, e d'aquí the junto do Lugar de Talaide, que é do termo de Cintra».

«D'este Lugar que está demarcado, vae dar ao sitio chamado de Parreiras e a vinha e pomar de Corvinel, junto ao rio chamado da Ribeira da Lage».

«O mesmo rio pela parte do poente, serve de divisão até á villa de Oeiras, cortando para o mar, até á praia, junto ao forte chamado do Arieiro, e pela parte do sul confina com o mar até o logar em que começa o termo» — isto é, de além-Oeiras até à Cruz Quebrada.

(Continua)

LUCIANO CORDEIRO

## EPIGRAFIA BRAGANÇANA

O letreiro disposto segundo indica o gráfico, encontra-se na fachada e rosácea da igreja paroquial da antiga vila e sede do concelho de Mós, hoje incorporado no de Moncorvo, e apareceu quando deram uma raspagem e lavagem ao frontespício do templo,

segundo nos comunicou em carta de 9-3-1937 o Sr. Manuel António Pombo, a quem agradecemos a remessa da inscrição e a quem, nessa altura lembrámos os inconvenientes de tais raspagens nas inscrições, pois facilmente levam elementos que as tornam ilegíveis, sendo de toda a prudência deixá-las ficar como estão.

Nunca será demais a repetição deste aviso à monomania dos canteiros, que julgando aclarar as letras as estropiam bárbaramente.

Diz a tradição local que a rosácea foi trazida das muralhas da fortaleza, agora completamente derrubadas e lançadas por terra, desta vila de Mós e colocada na igreja.

A julgar pelos *aa* de tipo redondeado, sem travessão ao meio; pelos *ZZ* em forma do algarismo 3 e pelo *i* da rosácea em forma do algarismo 7, parece-nos que a inscrição será do século XVI ou, pelo menos, deve incluir-se entre os séculos XV a XVII (1).

1.<sup>a</sup> linha. Anotamos o *z* em forma do algarismo 3, equivalente das letras *z* ou *i*. Nesta linha a última letra pode ser a sigla de *et caetera* ou não ser letra e simplesmente uma rabisca sem significado como então muito se usava (2).

2.<sup>a</sup> — Na rosácea o *d* da palavra *adua* deveu sofrer com a tal raspagem o desaparecimento da parte do círculo da pança. A letra seguinte a esta similhando o algarismo 6, pode ser *u*, *b*, *v*, muito usado na época indicada.

(1) Muñoz y Rivero, *Manual de Paleografia*, 1917, pag. 47 e 57.

(2) Idem, pag. 267, linhas 11 e 16; pag. 280, linha 1; pag. 333 no fundo. Pe. Andrés Merino, *Escuela de leer letras cursivas antiguas*, pag. 312 e 33.

Em Damiro as letras D e r são bem conhecidas na grafia da mesma época. Damiro aparece como nome próprio já no século X <sup>(3)</sup>.

Aio é apelido português <sup>(4)</sup>.

Não deve fazer dúvida o encontrarem-se na palavra anterior letras pertencentes à seguinte, porque este abuso vem já da letra gótica e continuou na francesa ou carlovíngia succedânea daquela desde meados do século XI por diante. Fenómeno idêntico se nota já nos textos epigráficos romanos.

E' certo que algumas letras podem ter valor diverso daquele que lhes indicamos pois tanto no alfabeto gótico como no carlovíngio, variam muito de formato havendo muitas semelhantes, mas o contexto e a tradição atrás referido parecem justificar a leitura que damos e vem a ser:

A(fonso ou outro nome próprio começado por A e terminado em o) *Rodriguez e António Diz et caetera. Adua po* (r) A(fonso ou outro nome próprio começado por A e terminado em o) *Rodriguez e Damiro Aio Diz*

*Adúa* significa «certa imposição de dinheiros para reparar, compor, fazer de novo, ou aumentar as cavas, torres, muros, castelos, fossos, e outras semelhantes obras militares que se ordenavam á defesa da terra. Também algumas vezes se chamou adúa por certas patrulhas, ou quadrilhas de gente plebêa, que eram obrigados a trabalhar corporalmente nas obras de fortificação» <sup>(5)</sup>. Neste sentido de adúa estarão os indivíduos da inscrição.

Na era de 1373 (an. Cr. 1335) concedeu el-rei D. Afonso a Pedro Dias seu procurador em terra de Bragança «a terça do rendimento da igreja de Mós em remuneração das despesas que fizera na construção dos muros dessa vila, sob condição de os reparar quando fosse necessário» <sup>(6)</sup>.

Mós teve foral dado por el-rei D. Afonso em 1162.

FRANCISCO MANUEL ALVES  
Reitor de Baçal

<sup>(3)</sup> A. A. Cortezão, in *O Arqueólogo Português*, vol. X, pag. 51.

<sup>(4)</sup> Pe. Pedro Augusto Ferreira, *Dicionário de apelidos portugueses*.

<sup>(5)</sup> Viterbo *Elucidario*, artigo Adúa.

<sup>(6)</sup> Idem, artigo Castelatico.

# O CALÍGRAFO

## BERNARDINO XAVIER DE QUADROS

No trabalho que publicámos, em 1923, sob o título de *Subsidios para um dicionário bio-bibliográfico dos calígrafos portugueses*, demos a biografia dêste calígrafo baseando-nos, apenas, no que dêle escrevera o erudito Inocêncio Francisco da Silva no vol. 8.º do seu valioso *Diccionario bibliographico*.

Porém um documento original, existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, (1) vem fornecer-nos mais alguns elementos para a biografia dêste afamado calígrafo.

Nasceu em Gôa no ano de 1760. Foi seu pai Sebastião Xavier de Quadros, que exerceu o cargo de oficial da secretaria do Estado da India.

Segundo o requerimento, a que aludimos, que, no final, será reproduzido na íntegra, ao qual se atribui a data de 1800, passou à Itália, a fim de ali se adiantar nas artes e ciências, no ano de 1787.

Estabeleceu a sua residência em Veneza, onde ensinava a arte de escrever.

Por ocasião da invasão, em 1797, das tropas francesas foi obrigado a deixar êste país e a partir para Portugal atravessando a Espanha.

Em Málaga casou, naturalmente, com alguma senhora espanhola.

Nesta cidade exerceu, também, a profissão de mestre de escrita, utilizando o seu *abreviado metodo*

De Málaga se transportou para a côrte de Madrid, onde residiu durante três anos, exercendo a mesma profissão e logrando criar excelentes discípulos.

Tendo ali tido conhecimento de que, na sua terra natal, haviam morrido seus pais, resolveu partir para Lisboa, deixando sua família em Espanha, a fim de se habilitar a receber a respectiva herança, na posse de seu irmão Martinho Xavier, oficial da secretaria do Estado da India.

No seu requerimento solicita, talvez a D. Miguel Pereira Forjaz, a sua Alta Protecção para a fundação, em Lisboa, de uma Aula Académica para nela ensinar, à mocidade, *hum elegante character de letra* e a obtenção de

---

(1) Ao seu ilustre director o sr. Dr. Alcides Bezerra, distincto escritor, devêmos o conhecimento e cópia dêste documento, que examinámos durante a nossa recente estada (Setembro-Outubro de 1936) no Brasil. A Sua Ex.ª que, tão amavelmente, nos acolheu, quando visitámos o arquivo que, com tanta proficiência, dirige, aqui apresentamos os nossos rendidos agradecimentos.

uma ajuda de custo do Príncipe Regente para pôr em prática este projecto.

Não sabemos qual teria sido a solução deste requerimento.

Em 1818 morava na calçada de S. Francisco n.º 16, 1.º e era professor no Colégio de S. João Baptista, estabelecido no palácio denominado do Patriarca, à Junqueira, dirigido por Fernando Tschernay, alemão (²).

Em Dezembro de 1820 dirigiu, à Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, um requerimento, em que pede um emprêgo condigno.

Segundo Inocêncio, que conservava o original deste documento, junto a êle figurava uma sentença de justificação pela qual se mostrava que o calígrafo e seus antepassados haviam prestado serviço nos estados da Índia e em Moçambique.

No jornal *A Nação*, n.º 2859 de 14 de Maio de 1857, vem uma noticia biográfica deste calígrafo.

Ali se afirma ter requerido para ser empregado nalguma das secretarias de estado ou servir de mestre de escrita das sereníssimas infantas, parecendo ter chegado a obter algumas promessas, que, aliás, se desconhece se foram ou não cumpridas.

Conclui o articulista ignorar o que, depois, fôra feito dele.

Neste artigo ha estas palavras acerca do seu merecimento: «Foi um dos melhores calígrafos do seu tempo, e se em tudo o não podemos equiparar ao famoso Domingos dos Santos Morais Sarmiento; porventura nalguns pontos o excedeu, como foi na escripta microscopica, e na variação de caracteres em que costuma escrever. Possuimos dois primorosos especimens deste grande artista».

Também guardamos, na nossa colecção, um exemplar caligráfico deste autor, datado de Lisboa 12 de Abril de 1815, no mesmo género dos indicados (³).

Francisco António Rodrigues de Gusmão mencionou este calígrafo a

---

(²) Vid. o folheto *Publicação do Collegio de S. João Baptista*, etc, Lisboa: Na Impressão Regia *Anno 1818*.

No Arquivo Histórico Militar existe um requerimento deste individuo, datado de 26 de Abril de 1826, como procurador de diversos mestres armeiros prussianos, que, em 1806, tinham vindo para Portugal, segundo um contracto assinado pelo célebre juriconsulto e diplomata Silvestre Pinheiro Ferreira. Alguns destes foram exercer a sua profissão no Brasil.

Nesta epoca morava no Largo do Corpo Santo, n.º 8, 1.º andar.

(³) Figurou, em 1932, sob o n.º 120, na exposição de calígrafos que se realizou na Associação dos Arqueólogos Portugueses por iniciativa do sr. Dr. Xavier da Costa e do autor destas linhas, que elaborou o respectivo catálogo *Indicador da Exposição Bibliográfica de Calígrafos Portugueses realizada pela Associação dos Arqueólogos Portugueses em Novembro de 1932*, 8.º, de 16 pag.

pag. 553 do vol. 33.º do *Instituto*, de Coimbra, no interessante artigo *Noticia de alguns artistas de que não tracta o Dictionnaire historico-artistique, de Raczynski*.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

## DOCUMENTO

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Bernardino Xavier de Quadros, n.<sup>al</sup> de Goa, penetrado do mais profundo respeito a V. Ex.<sup>a</sup> representa, q.<sup>e</sup> vindo da sua Patria com o destino de se adiantar nas Artes, e ciencias, passou a Italia no anno de 87, e fixando a sua rezidencia em Veneza por motivo de estar alli ensinando publicam.<sup>to</sup> a Arte de Escrever; se vio obrigado a abandonar aquella Cid.<sup>e</sup> na ocazião q. foi acometida, e devastada pelas Tropas Francezas, e no regresso que fazia p.<sup>a</sup> Portugal por Espanha, se cazou em Malaga, onde precizado a usar da dita profissão fez, mediante o seu abreviado método, rapidos progressos na mocid.<sup>e</sup> daquela terra, da qual por não ser de vasta povoação, e acharse por cauza da guerra, consternada, o seu comercio tudo interrompido, se transplantou para a Corte de Madrid, na qual tem rezidido por espaço de 3 annos, exercitando a mesma profissão, e com a mesma felicidade que nas outras terras, de deitar optimos discipulos; e tendo o sup.<sup>o</sup> noticia da morte de seus Pays em Goa, e que estava a partir p.<sup>a</sup> aquelle Porto a Nau chamada de viagem, veio a esta Corte a habilitarse, como já se tem habilitado no Julzo da India, e Mina p.<sup>a</sup> perceber a herança dos falecidos seus Pays, que se acha em poder de seu Irmão Martinho Xavier off.<sup>al</sup> da Secretr.<sup>a</sup> daquelle Est.<sup>o</sup>, e entretanto como amante, e Professor da Arte de escrever tem passado a indagar, e a observar o aumento della, chegando ao excesso de hir pelas Escolas a ouvir a seus Mestres, e a velos trabalhar, tudo afim de adquirir os mais solidos conheçim.<sup>tos</sup> que aqui possesse haver nesta Arte. Feitas pois todas estas observaçoens, se persuade o sup.<sup>o</sup> com todo o fundam.<sup>to</sup>, que pode interessar muito a si, e ao publico, estabelecendo nesta Cidade huma Aula Academica p.<sup>a</sup> ensinar esta Arte a mocidade della de baixo da Alta Protecção de V. Ex.<sup>a</sup>: port.<sup>o</sup> B. a V. Ex.<sup>a</sup>, que por hum effeito da natural propensão que V. Ex.<sup>a</sup> tem de fomentar, e promover tudo quanto redunde em utilidade da Nação, se sirva tomar de baixo da sua Alta Protecção este projecto concorrendo para que S. A. Real. aprovado o papel adjunto, mande dar ao sup.<sup>o</sup> huma ajuda de custo p.<sup>a</sup> pôr em pratica os desejos patrioticos, que lhe assistem de ensinar a Mocidade desta Corte hum elegante caracter de letra, visto não achar o sup.<sup>o</sup>; quem a conta da sua liquidada, e bem parada legitima, le adiante algum dinheiro p.<sup>a</sup> dispôr huma Casa, e mandar vir de Madrid a sua familia. E. R. M. Secção Historica do Archivo Nacional, em vinte e seis de Outubro de mil novecentos e trinta e seis. Armando Cordeiro Kitzinger, amanuense. Confere. Argemiro Mattos de Souza, Chefe de Secção. Visto. Rio de Janeiro, directoria do Archivo Nacional, em 26 de Outubro de 1936. Alcides Bezerra, director.

## TRÊS INSCRIÇÕES PORTUGUESAS

Das três inscrições de que apresentamos a leitura, a primeira cremos ser ainda inédita, se bem que se encontre em lugar facilmente acessível e seja de fácil leitura; a segunda figura, em leitura corrente, na *Colecção de Epitaphios, Inscrições e Lettreiros*, por A. Joaquim Moreira, ms. existente na Biblioteca da Academia das Ciências, não tendo sido, cremos, reproduzida pela imprensa; e a terceira já foi publicada, mas de forma que nos parece necessitar de revisão. E' este o motivo porque as publicamos.

Como a sua leitura foi feita sobre reproduções fotográficas, aliás bastante nítidas, julgamos muito conveniente que se faça a sua verificação, e eventual correccão, sobre as próprias lápidas.

---

: T̄ENPORE : D̄NI : REGIS : ALFONSI :  
PORTUGALIE : MR̄ : FERNANDVS : CON  
POSVIT : MVRVN : ISTVN : E : M̄ : CCCI :  
: MARTINVS : GOCALVI[Z] : CASTELLARIVS  
DNI : REGIS : CIRCVNDAVIT : HANC : VILL[A]N :  
[HAC] : PARTE

Nas muralhas de Melgaço, à saída de uma das portas. Caracteres unciais e alguns visigóticos. Apenas houve a reconstituir o Z na 4.ª linha, que se não distingue na fotografia, por coincidir com uma junta das pedras, e o HAC da última linha, onde, pelo desgaste da pedra, a reprodução é insuficiente.

Mestre Fernando parece dever ter sido o pedreiro que fez a obra de reconstrução da muralha, mas Sousa Viterbo não o cita.

A notar ainda a coincidência de ter sido nomeado, cêrca de 1265, Mestre de Templo em Portugal, Gonçalo Martins, sendo em 1263 *castellarius* de Melgaço Martim Gonçalves.

---

[E]RA : M : CC : VII : XV : KL̄ IVNII : DEDICATA FVIT : ECIA ISTA  
[PER] MANVS IOANIS BRACHARENSIS ARCHIEPI : ET PETRI  
[T]ERCII PORTVGALENSIS : ET MENENDI LAMECENSIS  
[ET] GVNDISALVI VISENSIS EP̄ORVM



Caracteres misturados, visigóticos e unciais. Aberta em granito. Acha-se na Igreja de S. João de Tarouca à direita, exteriormente, da porta principal. E' citada, sem ser transcrita, a pág. 60 da *Monografia do Concelho de Tarouca*, do falecido abade Vasco Moreira. Não confundir com a inscrição transcrita a pág. 55 da mesma obra.

Não oferece dúvidas a sua leitura, e as letras acrescentadas entre parentesis, estão, na fotografia, encobertas pela pilastra do portal.

Notaremos apenas: — na 2.<sup>a</sup> linha, *Ioanis* está abreviado com o *I* sobreposto ao *O*, o *A* tem a perna direita curva, sendo o *N* representado pelo mesmo *A*, ou pelo traço que corta o prolongamento da sua perna esquerda.

Os restantes nexos e abreviaturas são de uso corrente.

---

ERA  
D 150  
4 ANS  
ESTA CAPELA : MANDOV : FAZER  
OS : MAREANTES

Colocada na parede exterior da Capela dos Mareantes, da igreja matriz de Viana do Castelo. Lavrada em relêvo, em granito. Caracteres diversos, como adiante se verá.

Acha-se reproduzida no livro *Esboço Historico de Vianna do Castello*, por Luiz de Figueiredo da Guerra, e ainda no jornal *Pero Gallego*, em um artigo do mesmo falecido erudito, sob o título de *A lapide dos Mareantes*. A leitura apresentada é

AVE JESUS E MAE MARIA — MANDOU FAZER OS MAREANTES — ERA DE 1404 ANS

Posteriormente, noutro trabalho do mesmo autor: *A Arte em Portugal—Viana e Caminha*, esta data é corrigida para 1504.

A leitura que apresentamos é a seguinte:

IH[ES]VS ERA D[E] 1504 AN[O]S  
ESTA CAPELA : MANDOV : FAZER  
OS : MAREANTES

Justifiquemo-la, podendo o leitor, para mais fácil compreensão do nosso raciocínio, consultar a nítida fotografavura que acompanha o último trabalho citado.

Note-se desde já que a inscrição foi evidentemente escrita por pessoa de poucas letras, e gravada por canteiro bem medíocre e analfabeto.

Foram empregados caracteres diversos, alguns deles, como os das abreviaturas de *Jesus* e os da última linha bem característicos. Já assim não são os da penúltima linha que, depois de cuidado exame, se vê serem filiados no gótico minúsculo de fôrma, sugestionados ainda pelo gótico de mão.

Notemos o que nos parece interessante para a leitura. A abreviatura IHVS é muito comum e, se se considerar a incompetência do artífice, revela-nos a sua relativa perfeição que ela foi copiada de outra inscrição existente. São também inspirados em outras inscrições os caracteres do começo e fim da inscrição, com carácter arcaico.

O algarismo 5 apresenta uma forma pouco comum que aparece na letra de mão no final do século XV, e que o faz confundir, à primeira vista, com um 4.

A última linha nenhuma dificuldade oferece, mas a leitura da penúltima devido à irregularidade da forma das letras e às múltiplas geminações, necessita de justificação.

Apresentamos, para justificar a nossa leitura, um esboço, separando as geminações, e com ligeiras correcções à forma de algumas letras, partindo do princípio de que, sendo as letras em relêvo, admissível é que, passados quatro séculos de exposição às injúrias do tempo e dos homens, algumas pequenas porções tenham desaparecido.

ENB CAPMA

Depois da primeira letra, incontestavelmente um *E*, interpretamos o sinal seguinte, com a forma de um *U* invertido, como o nexa gótico do *S* e do *T* minúsculos juntando-lhe, para isso, o traço inclinado que constitui a parte superior da letra seguinte que, com uma pequena ligação em baixo, é sem dúvida um *A*. Teremos assim a palavra *Esta*. Embora sem pontos de separação, segue a palavra *capela*, em caracteres assás comprimidos, ligando-se por isso uns aos outros.

Separando-os, como fizemos no esboço, e procurando sempre a sua comparação com o gótico minúsculo, ver-se-á, cremos, ser aceitável a interpretação que propomos.

A parte superior do *C*, vem tocar no *A*. Êste, de forma minúscula, está aberto em baixo, talvez por êrro do lavrante ou por essa parte ter caído. O *P* não tem a perna abaixo da linha da escrita e é geminado com a perna vertical do *E*. Segue-se o *L*, o qual, não tendo o prolongamento superior, parecia, com a parte direita e superior do *E*, constituir um falso *Y*. O *A* final é indubitável. Estas duas palavras constituíam a maior dificuldade de tôda a leitura.

Na palavra *mandou*, o *M* apresenta a forma minúscula, embora imperfeita; o *A* tem a forma uncial; o *N* tem a perna esquerda a toda a altura da linha e a direita, mais pequena, gemina com o *D*, cuja perna direita gemina, por sua vez, com o *O*; segue-se o *V*, com um traço sem valor, por debaixo, que o analfabeto artífice ali pôs, talvez por analogia com o traço superior do *A* maiúsculo.

A palavra *fazer*, depois de um *F* bem feito, tem as quatro letras restantes num só nexa, êle só suficiente para mostrar as dificuldades da leitura da inscrição.

A palavra *ave*, da leitura do Dr. F. da Guerra, resulta provavelmente da *ave* que sobrevoa a inscrição. Não só não era de uso em tal século traduzir o figurado nas inscrições, como também, se assim não fôsse, se deveriam interpretar também os dois mascarões dos cantos e o florão inferior. A nosso ver, a *ave* será apenas uma pomba, símbolo do Espírito Santo, ou uma simples gaviota ornamental, que ao artífice regional seria grato reproduzir.

Eis os resultados a que chegámos pelo estudo das fotografias e que, decerto, não deixarão de ser cotejados com a inscrição, pelos eruditos de Viana, como é mister para haver certeza na interpretação da interessante lápida, embora haja, no sentido, concordância com os documentos apresentados pelo Dr. F. da Guerra (1).

GARCEZ TEIXEIRA

---

(1) Já depois de impresso o comêço dêste artigo, tivemos ocasião de ver, no vol. 4.º de *O Arqueólogo Português*, reproduzida em excelente gravura a inscrição de Melgaço, acompanhando-a um substancioso artigo do Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos. A leitura não diverge essencialmente da que apresentamos.

## UM DOCUMENTO REFERENTE AOS TÁVORAS POSSIVELMENTE INÉDITO

Nas investigações a que, a-fim-de se documentar sôbre bandeiras e uniformes do nosso Exército para um trabalho que tencionava publicar, meu Pai procedeu em vários Arquivos, investigações que sob a forma de grande quantidade de apontamentos juntamente com uma collecção de livros aguarrelados e outros sôbre uniformes estão hoje encorporados na Biblioteca do Ministério da Guerra, encontrou meu Pai nessa biblioteca o documento cuja cópia segue que, julgando-o eu inédito, pensei poderia haver interêsse em dar a conhecer:

Para Franc.<sup>o</sup> X.<sup>o</sup> da Veiga Cabral

Tenho recebido as cartas de V. S.<sup>a</sup> de 13, 14 e 25 do mez de Janeiro, as quaes não tenho dado resposta, por conta da minha jornada para a V.<sup>a</sup> de Salvaterra e Quinta de Pancas, onde me acho acompanhando a El-Rey Nosso Senhor.

Não obstante esta minha ausencia estou certo, que V. S.<sup>a</sup> estará entregue da Sentença por q foram executados os Reos do Barbaro e Sacrilego delicto, que sempre n'este Reyno será com o maior horror proferido. Na dita Sentença terá V. S.<sup>a</sup> visto, que o Appellido da Familia do Coronel do Regimento de Dragões dessa Prov.<sup>a</sup>, neste Reyno foi extincto, e tambem mandado por S. Mag.<sup>e</sup> que ninguem pudesse uzar das Armas de que ella usava, antes estas fossem, por toda a parte onde se achassem, abatidas e picadas, do que fica sendo claro não poder o dito Regim.<sup>to</sup> uzar de Estandartes em que se achem as taes Armas; como porem até agora o d<sup>o</sup> Coronel se não acha sentenciado, não ha Titi<sup>o</sup> por onde tenha perdido o seu Posto, e se os Estandartes constarem só da sifra do seu nome proprio, sem que tenham as Armas, nem o Appellido, nenhuma difficuldade ha para se poder o dito Regim.<sup>to</sup> servir de tais Estandartes.

D.<sup>a</sup> G.<sup>e</sup> a V. S.<sup>a</sup> Pancas 17 de Fevr. de 1759.

D. Luiz da Cunha

Este Aviso que foi dirigido ao Sargento-Mor de Batalha Governador das Armas da Província de Traz-os-Montes, encontra-se no L.<sup>o</sup> 117 fls. 16 v. e 17 dos Avisos para o citado Governador e para outros e o Coronel a que se faz referência deve ser João Baptista de Távora irmão de D. Teresa de Távora e Lorena.

Nos livros *«As prisões de Junqueira»* do Marquês de Alorna e *«Sucessos de Portugal»* de Ferraz Gramosa encontram-se interessantes referências a êste membro da familia dos Távoras que depois da data indicada no *«Aviso»* veio a ser preso tendo falecido de uma apoplexia no Forte de Junqueira onde estava encarcerado, complemento de informação amavelmente prestado pelo Rev. P.<sup>o</sup> Sales erudito arquivista da já citada Biblioteca.

RAUL DA COSTA COUVREUR

ANTIQUITATES  
IV  
MOSAICOS LUSITANO-ROMANOS  
EM PORTUGAL

(Continuação da pág. 60)

*Montemor-o-Velho*: — no lugar da capela de Nossa Senhora do Des-  
têrro; mosaico de tipo geométrico, de pedras brancas, cinzentas, vermelhas e  
amarelas; está no Museu de Santos Rocha, da Figueira da  
Foz.



CANTO DO MOSAICO DE OEIRAS  
(FRAGMENTO)

*O Arch. Portug.*, vol. II  
1896, págs. 156-157.  
Santos Rocha, in *Por-  
tugalia*, vol. I pág. 815.

*Montinho-das Laranjei-  
ras*: — vid. *Alcoutim*.

*Oeiras*: — na Rua das Al-  
câcimas, descoberto em Janei-  
ro de 1903; pavimento poli-  
crômico, prolongado por  
baixo das paredes da casa,  
em cujo quintal está; tesselas  
brancas, azuis-ardósia, verme-  
lhas, amarelas, alaranjadas,  
roxas e cinzentas; círculo cen-  
tral com molduras entrança-  
das, dentro de quadrado  
com tarjas de tranças e ca-  
deias, vasos cantonais com  
folhagem, aves poisadas em  
hastes enfloradas; outra de-  
coração geométrica.

Vergílio Correia, in *O Arch. Portug.* 1913, XVIII, págs. 93-95.

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Portug.* 1916, vol. XXI, pag. 142 e ss.

*Penela*: — S. Simão, lugarejo da freguesia de S. Eufémia; num quin-  
tal, que era da capela de Nossa Senhora da Graça, um mosaico de quadra-

pos de pedras brancas, cercadas de azuis; — outro, em quintal contíguo: desenhos de tesselas brancas, azuis e vermelhas.

*O Século*, de 17 de Maio de 1901.

*O Arch. Portug.*, 1903, vol. VII. pág. 60.

*Portimão*: — fragmentos de três mosaicos: um, de pedras brancas, pretas e vermelhas com faixa de desenhos triangulares seriados, entre fitas ou barras, de um lado brancas e do outro pretas (Portimão?); outro, de pedras brancas e pretas; o terceiro, muito grosseiro, de pedras grandes, brancas. No Museu Etnológico (3.<sup>a</sup> secção. 2.<sup>o</sup> pavimento).

*Portimão*: — Val-da-Arrancada, a 2 km. de Portimão: pavimento de mosaico de tesselas brancas, pretas, vermelhas; cercaduras de trança; laços, nós, peixe.

Leite de Vasconcellos, *De Terra em Terra*, Lisboa, 1927, vol. II, p. 263.

*Portimão*: — na Quinta da Abicada, a 7,5 km. de Portimão: mosaico de chão, rectangular, 3<sup>m</sup>,52 × 4<sup>m</sup>,42, de pedras brancas, pretas e vermelhas; cercadura com desenhos de combinações geométricas de figuras limitadas por segmentos rectilíneos umas e curvilíneos outras; outros ornatos são compostos de estrélas de seis raios, inscritas num quadrado; outro compartimento, maior, de desenhos diferentes, parcialmente destruído; e um fragmento de terceiro mosaico.

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Portug.* 1918, vol. XXIII, p. 128, figs. a pag. 127, n.<sup>os</sup> 44 e 45. *De Terra em Terra*, vol. II. pags. 263-264.

*Póvoa-de-Cós*: — Vid. *Alcobaça*.

*Póvoa-de-Varzim*: — José Fortes, *Restos de uma vila lusitano-romana*, Pôrto, 1905,

*Quintos*: — conc.<sup>o</sup> de Serpa: fragmentos de cercaduras, outro com um círculo e um peixe, de mosaico policrómico; no Museu de Beja.

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Portug.*, 1906. vol. VIII. pág. 163.

*Santa Vitória do Ameixial*: — freg. do concelho de Extremoz: série de sete mosaicos, já mencionados: corredores com mosaicos de tesselas brancas, pretas e vermelhas, de tipo geométrico, losangos e círculos; mosaico branco e preto do *impluvium*, com desenhos de gregas e meandros; a sala principal do balneário, coberta de mosaico policrómico de alto valor artístico e técnico, dividido em figurações mitológicas, atléticas, homéricas a)

nave de Ulisses passa pelas Sereias), mágicas, etc.; sala alta com o mosaico retalhado poligonalmente, símbolos báquicos, distribuídos regularmente, em volta de hexágono central com a pantera bebente numa *urna* com suástica, de tesselas brancas, pretas e vermelhas. O mosaico da sala do balneário está montado no I Pavimento do Museu Etnológico; dos outros há fragmentos elucidativos, maiores ou menores, no mesmo lugar.



QUADRO DO MOSAICO DE SANTA VITÓRIA DO AMEIXIAL  
A NAVE DE ULISSES

Lagos: mosaico de pavimento de balneário, explorado em 1878; tipo geométrico, estrelado; de pedras brancas e pretas.

Estácio da Veiga, *Collecção das Plantas e Des.* Planta n.º 5-A e in *O Arch. Portug.*, 1910, vol. XV, págs. 219-220.

*Silveirona*: — concelho de Estremoz; mosaico de tipo geométrico, de tesselas brancas, pretas e vermelhas; exploração do dr. Manuel Heleno; amostra no Museu Etnológico (I Pavimento n.º 22).

*Tavira*: — Vid. *Torre-d' Ares*.

*Tomar*: — pavimento policrómico de *opus vermiculatum*, muito deteriorado.

Leite de Vasconcellos, in *O Arch. Portug.*, 1914. vol, XIX p. 146-147.

Luís Chaves, in *Boletim da Associação Central de Agricultura*, n.º 4, de Abril de 1922. Referências in *O Arch. Port.*, 1912, vol. XVII, pág. 284; 1918, vol. XXIII, pag. 360, n.º 97; e 1930-31, vol. XXIX, pág. 196, n.º 7.

*S. Saturnino* — Vid. *Fronteira*.

*Senhora-da-Luz*: —

**Torre-d'Ares:** — Concelho de Tavira: pavimento de mosaico, de figurações marinhas: aos cantos um polvo ataca peixes.

Estácio da Veiga, *Collecção das Plantas e Des.*, Planta n.º 34.

**Tôrres-Novas:** — lugar da Craveira, próximo de Tôrres-Novas: pavimento de sala com as dimensões de  $7^m \times 7^m$ , composição mixta e de tipo geométrico, formada de parte central com medalhões e cercaduras das quatro côres fundamentais, e com faixa envolvente de tesselas brancas e pretas.



MOSAICO DE SANTA VITÓRIA DO AMEIXIAL  
AS TRÊS SEREIAS

Comunicação do dr. Manuel Heleno, em sessão de estudo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, realizada no dia 21 de Março de 1937.

**Torrezão Velho:** — freg. de S. Bartolomeu de Pechão, concelho de Olhão: orla de mosaico.

Estácio da Veiga, *Collecção das Plantas e Des.*, Planta n.º 29.

**Tralhariz:** — Concelho de Carraceda de Anciães, na Quinta da Ribeira, no Monte-Chão ou Monte-da-Chã: dois pavimentos musivados;  $6^m \dots \times 5^m \dots$ , de tipo geométrico, tranças, cadeias, gregas, círculos, losangos; tesselas policrômicas, brancas, preto-cinzentas, azul-cinzentas, vermelhas, amarelas e verdes; fragmentos no Museu Etnológico (II Pavimento), brancos, pretos e vermelhos.

Ricardo Severo, in *Portugalia*, vol I, pags. 394-395, figs. 2 e 3.  
Cfr. *O Arch. Portug.*, vol. V, pag. 193 e ss. e vol. VII, pág. 148.

**Tróia:** — defronte de Setúbal (Tróia de Setúbal): pavimento de mosaico da casa C; outro da casa E; a duas côres, branco e preto; tipo geométrico e laçarias.



Marques da Costa, in *O Arch. Portug.*, 1934, vol. XXIX, págs. 24 e 28, fig. 40, Estampa IX.

*Tróia*: — fragmentos finos de mosaico branco, preto e vermelho, de tipo geométrico, em exposição no Museu Etnológico (II Pavimento).

*Vila Real*: — fragmentos de dois mosaicos: um de pedras brancas e pretas; outros de pedras brancas, pretas e vermelhas; tipo geométrico; estão no Museu Etnológico (II Pavimento).

*Vizela*: — mosaico policrómico de boa composição decorativa de tipo geométrico: losangos de pedras brancas, pretas e amarelas ao centro, laçaria e rosáceas; e quadrados, de branco, preto, amarelo, azul e vermelho; encontrou-o em 1880 o Abade Oliveira Guimarães; há desenhos coloridos no Museu Etnológico (II Pavimento).

*O Arch. Portug.*, 1903, vol. VIII, pag. 243.

LUIZ CHAVES

## UMA INSCRIÇÃO GÓTICA EM S. PEDRO DE DOIS-PORTOS

A igreja de S. Pedro de Dois-Portos, construída no cimo de um monte sobranceiro ao lugar, é um vasto templo quinhentista, de três naves divididas por duas fileiras de colunas onde se apoiam arcos de volta perfeita com as arestas chanfradas, que suportam um curiosíssimo tecto de alfarge b̃rbaramente mutilado pela abertura de uma ampla claraboia.

Das antigas sepulturas resta, encastrado na parede da nave da Epístola, um ossuário, de escasso valor artístico, com a seguinte inscrição gótica insculpida s̃bre uma fita fortemente ondulada :

ESTA SOPULLTA . E DAMTAN . MJZ . CAUALLR<sup>o</sup>  
DA CASA DEL RY  
E FJLLIPE . XEMÊDZ . SEU F<sup>o</sup> CAUALLEY<sup>o</sup>  
DÁ CASA D RREJ

Destacada esta inscrição, um pouco apressadamente, dos meus cadernos de apontamentos, não procurei indagar quem tenham sido estes dois cavaleiros, pai e filho, que por tais paragens viveram, possivelmente nalguma das muitas quintas e herdades que outrora se erguiam por aquelas verdejantes encostas, e decerto, pessoas gradas na região. Que outros lhes investiguem os feitos. Eu limito-me a apontar-lhes os nomes denunciados pelo velho letreiro.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

## EPIGRAFIA TORREANA

A antiga e acolhedora vila de Torres-Vedras, pode ainda orgulhar-se de possuir nas suas velhas igrejas e monumentos um número apreciável e curioso de inscrições lapidares que, longe de considerar como irritantes velharias sem interesse nem belesa a macularem-lhe o aspecto progressivo, inteligentemente conserva como páginas respeitáveis que são da sua história.

Sobre o valor documental de tais pedras, vem a propósito citar o testemunho autorizado do ilustre académico e distinto primeiro conservador da Torre do Tombo, sr. dr. Laranjo Coelho:

«Para a reconstituição do passado de uma região ou de uma localidade avultam, com particular e valioso interesse, as inscrições lapidares das suas igrejas e capelas, das suas muralhas e fortalezas, dos seus pórticos e monumentos, das suas casas solarengas, dos seus edificios públicos» que «constituem um dos mais interessantes capítulos e elucidativos subsídios não sómente para o estudo biográfico das personalidades que na terra e nos cargos da sua governança tiveram uma situação de relêvo. . . como também para a história das suas instituições e estabelecimentos, dos seus usos e costumes, das suas artes e officios, das suas festas e diversões, enfim, dos múltiplos e variados aspectos da sua vida social» (1).

\*

Por amável sugestão do ilustre Director da Biblioteca Municipal de Torres-Vedras, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Salimas Calado, destaquei dos meus modestos cadernos de apontamentos as cópias das inscrições lapidares por mim recolhidas durante as rápidas visitas à histórica vila, onde bem diversos afazeres por vezes me levam.

A brevidade do tempo dedicado a tal recolha, nem sempre isenta de dificuldade, deixa-a naturalmente sujeita a correções que um exame mais atento indicará.

Graças a Deus há na terra quem, por seus conhecimentos, pelo amor a estas velharias e, sobre tudo, pela sua permanência nela, pode corrigir e completar a simples e apressada colheita.

Lisboa, Páscoa de 1937.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

---

(1) — Vid. «Revista de Arqueologia», vol. I, pág. 194.

# SANTA MARIA DO CASTELO

1

E MCCXV  
QV̄NDO OCCIDET  
MAGIST ME  
NENDVS QVIN  
TO ID' OCTVB' (2)

2

E MCCLXXXVIII; ME...  
....E...BRA SA

3

AQVI IAS IOAM PAC  
HECO CAPELAM Q  
VE FOI... (B)EN  
EFICIADO NESTA I  
GRA E NA DE S. PEDRO  
DESTA VILA FALEC  
EO AOS·IS·DABRIL DE  
1S86 E DEEI(X)OV HV A  
NIVERSARIO CAD  
A ANO NESTA IGREA  
POR SVA AL(MA)

4

ESTA SEPVLTV(RA) .....

---

(2)—Publicada e comentada por J. M. Cordeiro de Sousa, *Uma inscrição inédita no castelo de Tôres-Vedras* in Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa, serie 55.

AS OBRAS DESTA CAPELLRA  
 S DOS PRIORES DESTA IG.  
 AS OBRAS DESTA CAPELLA  
 MOR DO DOVRADO DO TECTO  
 RETABOLOS SACRARIO E DES  
 TE CARNEIRO SE FISERÃO  
 A CVSTA DO PRIOR E BENE  
 FICIADOS DESTA IG.<sup>A</sup> NO ANO  
 DE 1662 SENDO PRIOR NELLA  
 IOÃO DE TORRES CAPELLAÕ  
 Q̃ FOI DE S.<sup>A</sup> MAG.<sup>DE</sup> E MESTRE  
 DAS CEREMONIAS DE SVA  
 CAPELLA REAL

PATER  
 NOSTER

S DOS BENEFICIA  
 DOS DESTA IG.<sup>B</sup>

S DOS BENEFISIA  
 DOS DESTA IGRA

# SÃO PEDRO

## 1

- 1) — AQUY JAS... (estrado)...M ; BR
- 2) — AUO ; A... (estrado).....  
..... (estrado).....
- 3) — C... (estrado)... DONA JSABEL
- 4) — ; SUA ; F<sup>A</sup> ; E P'OR ; ESTA ; JGREIA ;  
HO ; QUAL ; PASOU ; A Z6
- 5) — ; DOITUB(RO) ; ERA ; DE ; 15Z4 <sup>(3)</sup>

## 2

AQI JAS CA.....GLZ  
.....  
DE . . . . . SEU AUO (?)  
POR . . . . . MS  
A. . . . . HO SEU  
CASAL DE MARTIM  
CIL E MOREO NA E  
RA DE 1527 ANOS <sup>(4)</sup>

## 3

NOBILIV̄ · 9DĀ · IOHĀNIS · LOPZ ·  
P(ER)ESTELO · ET · EIVS · VXORIS ·  
PHILIPA · LAVRENTIO · OSSA ·  
TVMVLATA · CVBANT · <sup>(5)</sup>

---

<sup>(3)</sup> — Caracteres góticos.

<sup>(4)</sup> — Idem.

<sup>(5)</sup> — Caracteres latinos. Publicada por Pinho Leal, in *Port. ant. e mod.* Vol. 9, pág 695.

4

AQUI ACERQUA · DE · SEUS QYRY  
DOS · PAI · HE · MAIA · MTONYO :  
P(ER)ESTRELU · SEU · FILHO · ESCOLHEU CASA ·  
PERA SÊPRE <sup>(6)</sup>

5

ESTA SA HE DE GR<sup>A</sup>  
CIA VAZ̃ Q̃ S<sup>A</sup>CT̃  
GLA AIA . F. <sup>A</sup> DO D<sup>O</sup>  
TO(R) IOR.....<sup>V</sup>

6

.....  
FALECEO A 22  
DE SEPTBR<sup>O</sup> DE  
S6I E DE SE  
VS HERDEIROS

7

AQVI IAS · BELCHIOR  
CARVALHO · TERRA ·  
NISTO · SE AÔ DE TOR  
NAR TODOS · OS QVE  
QVA · FICAÔ · FALECEO  
Ê · 20 DE IVLHO · IS87  
E DE SE(VS).....

<sup>(6)</sup> — Caracteres góticos. Publicada por Gabriel Pereira, in *Torres Vedras, notas d'Arte e Archeologia*, pág. 6. Publicadas estão duas inscrições (3 e 4), por J. M. Cordeiro de Sousa in *As sepulturas dos Perestrelas em S. Pedro de Torres Vedras*.

AQVI . I(AS).....  
 NHO.....  
 OS.....  
 CELRO. DO.....  
 DOS. A ESTA IGREI...  
 ANIVRO. PELO.....  
 ES-O-PRIOR E.....  
 BRIGADO. A.....  
 R CADA ANO.....  
 VRos PO.....  
 MA. E DE.....

AQVI IAS D IZABEL DO  
 REGVO PRA MOLHER  
 QVE FOI DO DESEMBA  
 RGADOR MEL FIGRA DEL  
 GVADO FALEEO A 22 DE  
 MAIO DE 1655 NESTA  
 SEPTRA SE NAO ENTER  
 RARA PESSA ALGVM  
 A SENAO O DITO SEV  
 MARIDO

AQVI IAZ O LDO ANTO  
 GOMES PAES ESTA SA  
 HE SVA E DE SEVS DESEN  
 DENTES FALECEO A 4  
 DE CETBRO DE 1670 A  
 NNOS



11

AQVI · 1ª Z · TOMAS  
LEITAM

12

NV̄QVA DESCÃO  
AC(H)EI NESTA VIDA  
TA CAMCADA SE  
NA AQVI NESTA M  
OZADA CRISTOV  
A DIAS CAPATE  
IRO ESTA SEPVL  
TVRA (HE) SVA...  
E..... (1)

13

S.ª DE SVEIRINHO  
VAZ Q DEIXOV OS BE  
NS E CAZAES DOS CV  
NHADOS A ESTA  
IGR PELOS QVAES HE  
OBRIGADO O PRIOR  
A DIZER . 6 . ANNS . POR  
SVA ALMA E DECEDETES  
CADA ANO E HVM RES  
PONSO . . . . . E  
OS DE . . . . .

---

(1) — Publicada, em parte, por J. M. Cordeiro de Sousa, in *Apontamentos de epigrafia portuguesa*.

14

SA DO PE AGOSTINHO  
NVNE COMMISRO DO  
S OFFICIO E VIGRO DA  
VARA DESTA VILLA  
E DE SEVS HERDEIROS

15

SA DE. . . . .  
N. . . . .  
. . . . . E DE SEV SOBRIN  
HO O PE IOAO PTO  
E DE TODOS SE  
VS PARENTES

16

AQVI IAZ O DOV  
TOR ANTONIO DE A  
ZEVEDO CLERIGO  
DE MISSA  
PATER NOSTER

17

(SA PE)RPETVA D FRCO PEBR (?)  
. . . . . E SEVS ERDEROS NELA IAS  
O PE TVMEE DA COSTA BENEME  
RITO THEZOVREIRO QVE  
FOI DESTA IGREIA  
TE. . . . .

*(Continua)*

## CARTAS DE PAÇO D'ARCOS

(Continuação da pág. 72)

Todo êste termo, insiste o Foral — «é de terra reguengeira que paga o quarto para o reguengo, de todos os frutos que produzirem as terras do dito reguengo e se medirem por pote e alqueire», — como quem diz: — líquidos e sólidos, — «e ao reguengo pertencem todos os maninhos e terras incultas».

Uma consolação de imposto, de que se vão sofrivelmente aproximando os nossos financeiros de hoje: — benza-os Deus!

Mas não podia ficar descautelada de garantia, a redução a dinheiro dêste rédito em género, e por isso — «foi reservado na dita vila e termo, o tempo do relêgo para nele se venderem, primeiro que nenhuns outros, os vinhos do nosso Reguengo; vem a ser: os primeiros três meses de cada um ano, Janeiro, Fevereiro e Março, dentro dos quais nenhuma pessoa sem licença do relengueiro», — que saberia faze-la pagar compensadoramente, — «póde vender vinho, pena de perdimento do vinho e da vasilha em que fôr achado a vender, pela primeira vez, e pela segunda pagará em dobro, e pela terceira pagará anoviado, e lhe será tomado, além disso, todo o vinho que tiver, ainda que nesse tempo o não tenha em venda. Porém, durante os três meses do relêgo, toda e qualquer pessoa poderá vender sem licença, o seu vinho para fóra, em grosso».

Mas convém aclarar: — «o privilégio do relêgo só aproveita para o vinho que se houver dos direitos do dito reguengo» — isto é para a quarta parte que a êste pertence de quanto nêle se produzir — «e para nenhum outro», — além de que — «de todo o vinho que se vender antes de findos os ditos três meses se julgará findo o relêgo e ficará livre a toda e qualquer pessoa vender o seu vinho em grosso e miudo ainda dentro dos três meses contanto que já não haja vinho no relêgo, e pelo contrário se ainda depois dos três meses sobejar vinho do relêgo nem por isso se julgará durar o relêgo, porque acabados os ditos três meses, acabou o privilégio».

Uma observação ao correr da pena e sem lançar estas modestíssimas lembranças em aventuras de crítica ou de controvérsia doutrinal.

Isto que nos parece tão opressivamente complicado e antigo, é alguma coisa parecida com o que a sapiência estadista dos nossos governos moderníssimos entende ter inventado de melhor para resolver certas questões

escabrosas que de vez em quando os maça: — a dos trigos ou das farinhas, por exemplo.

Com uma pequena diferença, geralmente, que não parece que mereça o nome de atenuante.

E' que em vez de ser o Estado — porque em suma não era outra coisa o Rei, — que trata de defender-se e garantir-se, são vários outros e muitos outros personagens que se locupletam e protegem, à sombra ou à custa dele, até.

Mais compreensivamente: o *sindicato* substituiu o *reguengo*.

## XI

Duplamente interessante êste foral de Oeiras: em primeiro lugar por ser dos poucos chamados *novíssimos* ou promulgados depois da célebre reforma dos forais antigos por D. Manuel, e por outro lado, por marcar a criação um tanto ou quanto anacrônica de um grande senhorio ou donataria fidalga, por simples arbítrio Real, na pessoa de um ministro e valido da Corôa, sem tradição solarenga.

De resto, moldado, como êle próprio diz, pelos forais — “dados às vilas de Sintra e Cascais que são as mais visinhas e cujos usos e costumes se acomodam mais aos de Oeiras e seu termo”, — não oferece um grande interesse privativo que o caracterise e distinga da reforma munuelina.

Seja dito de passagem que Cascais teve Foral logo no começo da monarquia. Dera-lho Afonso Henriques e reformara-lho Sancho I. Recebeu o Foral *novo* ou manuelino, em 15 de Novembro de 1514.

Feita marquezado por João IV, em 19 de Novembro de 1643, na pessoa do conde de Monsanto D. Alvaro Pires de Castro, Cascais tem, pois, uma prosápia histórica bem mais autêntica e legítima que a de Oeiras, embora não a tenha presado e honrado melhor, valha a verdade.

Conversaremos nisto se me não faltar o tempo e ao leitor a pachorra.

Com toda essa velha prosápia, Cascais não tardou em sentir a sombra de nobreza de fresca data da nova e visinha vila.

Logo em 1764, Carcavelos que pretencia ao marquezado de Cascais e cuja fidalga antiguidade, entalada entre Cascais e Oeiras, não conseguiu medrar, passou-se com armas e bagagens, isto é, com o seu reguengo e os seus vinhos, para o senhorio novo.

Um alvará de 9 de abril daquele ano, ponderando — “que pelo falecimento da Marquesa de Cascais, última donatária da vila de Carcavelos ficou esta incorporada na minha Corôa a que também pertence a vila de

Oeiras», -- e a que -- «pela separação em que se acham», -- as duas vilas -- «não há o número de pessoas idóneas para servirem os cargos de juizes, vereadores e procuradores das Câmaras e para a administração da justiça e benefício da economia pública», -- encorpora -- «ambas as referidas vilas e seus termos, ficando tudo unido em uma só jurisdição», -- e consequentemente no novo senhorio e donataria de Sebastião José de Carvalho e Melo -- «com declaração de que se não devem pagar novos direitos desta união que não contém mercê nova, mas sómente providência para a melhor administração da justiça e bem comum das referidas vilas».

Não sei se veem bem . . .

Mas devem ver, que o processo e o palavriado não teem mudado muito.

E já agora alonguemos ainda um pouco a digressão.

Estes anos de 1763 e 1764 foram ferteis em acontecimentos na rareada crónica de Carcavelos.

De um deles, sofrivelmente escuro fala-me um officio que encontrei registado no primeiro livro do Tombo de Oeiras. E' dirigido em 9 de Junho de 1764, da «Quinta do Marçom», por Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, um desembargador, a Felix José Guilherme, -- «senhor juiz ordinário da vila de Oeiras».

Diz lhe o desembargador que -- «Sua Magestade», -- leia-se o seu potente ministro, -- «por aviso da Secretaria de Estado, de 5 do corrente, me manda, ordene a Vossa Mercê. . . que logo que receber esta passe ao lugar de Carcavelos e casa donde vive D. Joana Teresa e a ponha em sua liberdade, expulsando dela a Manuel Alves e a toda a sua família e que nunca mais por si nem por outrem tenham trato algum com a dita D. Joana, com cominação de serem degredados para Castro Marim».

Mas deve o juiz intimar o Alves a dentro de 3 dias dar-lhe contas -- «de todo o tempo que administrou a casa da dita D. Joana, com receita e despesa e no que ficar alcançado se fará logo execução».

Deve ainda chamar João Carreiras, fazendeiro. -- «e que lhe mande fazer entrega de todos os bens de raiz de que possuir a dita Dona Joana para que os administre e faça neles todos os adubios necessários, de que há-de dar contas perante Vossa Mercê».

Feito isto procurará o juiz um criado e uma criada -- «para assistirem à dita D. Joana no que lhe fôr preciso e cada um deles vença por ano 10:000 réis além do seu sustento ordinário».

A' D. Joana, mandará também o juiz -- «assistir por conta de suas rendas com dez mil réis por mez, e no fim do ano lhe tomará Vossa Mercê contas, e no que restar, tiradas as despesas, se porá em depósito para se acudir à dita D. Joana em alguma urgente necessidade».

Mandada registrar esta ordem — «para que dela conste a todo o tempo», — pena é que nada pódéssemos encontrar mais que nos desse por miudo a história do extraordinário caso que tão vivamente interessava o Senhor Rei D. José, ao qual o desembargador dizia que tinha de — «fazer presente» — o cumprimento da resolução.

Não saíamos de Carcavelos ou do seu termo, sem deixarmos registada a fundação dum morgado e quinta importante a que andam vinculadas interessantes recordações de quando a côrte veraneava e folgava por esta região.

Encontrámos o registo numa carta de doação régia de 1 de Fevereiro de 1763, no tombo de Oeiras, também.

Em 1407 instituiu para aqueles lados, o cónego da Sé de Lisboa, Gonçalo Martins um grande morgado. Constava êste, segundo um alvará de 19 de Janeiro de 1763, — «da quinta chamada da Alagôa, de três casais a ela anexos e denominados do Zambujal, da Caracusta e de Tires, no termo de Carcavelos, e de umas casas na Cordoaria Velha, cuja capela» — acrescenta o diploma, — «se acha vaga há muitos anos e usurpada à minha real corôa».

Tendo, pois, à mão de semear todo êsse belo morgadio, a corôa, pelo alvará e carta aludidos, dá-o — «por graça especial que não poderá ser alegada por exemplo», — a José Francisco da Cruz, = fidalgo de minha casa e tesoureiro-mor do meu real erário» — «tendo consideração ao zêlo, desintêrêsse, actividade e préstimo com que... me tem servido a meu contentamento, assim no mesmo erário como em outros importantes negócios de minha real fazenda e do bem comum dos meus vassallos», etc.

Não vão daqui tirar-se novas objurgatórias indignadas contra o velho regime da monarquia a valer. Se ela dava dêstes belos morgados com que sempre alguma cousa ganhava a cultura agrícola do país, pelo menos, o regime novo, — novíssimo até, — outros morgadios não menos valiosos criou e distribue com bem menos cerimónias, e bem mais duvidoso proveito.

## XII

Quem nos poderia contar coisas interessantes e divertidas da vilegiatura da côrte e da fidalguia do tempo do Senhor Rei D. José e da piedosa Senhora D. Maria I, por êstes sítios e até por esta mesma quinta da Alagôa, era Júlio Mardel, aquele graciosíssimo e erudito espirito, desperdiçado, de contista e tropeiro de outros e melhores tempos.

Não deixemos de registrar que concedendo ao José Francisco, o velho morgado do cónego Gonçalo Martins, — «de juro e herdade, fóra da lei

mental, para êle e seus descendentes e sucessores», — o alvará de 1763 expressamente preceitua que ficaria a quinta de Carcavelos — «sendo cabeça dele com denominação de morgado da Alagoa, da qual tomará o apelido o sobredito Donatário» — que logo no próprio diploma recebia no nome burguês a etiqueta da prosápia nova.

José Francisco da Cruz Alagoa, é como o documento apelida já o feliz Tesoureiro-Mor.

Voltemos, porém, a Oeiras, que se faz tarde e vai comprida de mais a conversa.

Investido, como vimos, da faculdade de nomear o Almojarife e juiz dos direitos reais do reguengo: — do de Oeiras, propriamente dito, e do *de a-par-de-Oeiras*, — «Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Senhor Donatário das Vilas de Pombal, Carvalho e Cercosa, e dos Reguengos e Direitos Reais» — aludidos, — «comendador das Comendas de S. Miguel de Três Minas e de Santa Marinha da Mata de Lobos, na Ordem de Cristo, etc». — como êle próprio se proclamava em Carta de 27 de Março de 1761, — «faz saber», — aos que esta Carta virem, que não terão sido muitos — «que tendo informações de que na pessoa de António José Correia de Freitas correm os requisitos necessários para bem servir o dito officio: há por bem fazer-lhe mercê dêle em sua vida sòmente, e com o dito officio haverá o ordenado e todos os emolumentos, prois e precalços que directamente lhe pertencerem».

E' -lhe pois passada esta Carta — «para que por efeito dela seja o dito Antonio Joseph Correia de Freitas obedecido como Almojarife e por tal reconhecido nos ditos Reguengos pelas pessoas e justiças a quem pertencer, e lhe façam dar posse, cumpram e guardem. e façam inteiramente cumprir e guardar esta minha Carta, sem dúvida alguma na maneira que nela se contém».

Muito formalista, o novo Rei de Oeiras, que tinha também a sua chancelaria, mandava que o agraciado jurasse nela — «aos santos Evangelhos de bem e verdadeiramente servir o dito officio guardando em tudo o serviço de Deus, de El-Rei Nosso Senhor, o meu e o direito às partes, do que se fará termo nas costas desta Carta que por firmeza de tudo lhe mandei passar, por mim assinada, e selada com o sêlo de minhas armas.

Fecho: — «Dada em o sítio de Nossa Seuhora da Ajuda, aos 37 de Março de 1761. — *Conde de Oeiras*».

Para que em tudo pareça uma Carta Régia, nem faltava ao diploma, registado em 22 de Abril no 1.º livro do Registo da Câmara de Oeiras, a folhas 18, o conhecido berbicacho do formulário:

— «Carta de propriedade do officio de Almojarife e juiz dos Direitos Reais dos Reguengos da Vila de Oeiras e de a-par-de Oeiras, de que Vossa Excelência fez mercê a Antonio Joseph Correia de Freitas na forma acima declarada.—Para Vossa Excelência ver. — João Baptista de Araujo a fez. — Registada a folhas 21 verso do Livro das Cartas, Alvarás e Mercês da Casa de Sua Excelência. — Houve posse a juramento dos Santos Evangelos. Nossa Senhora da Ajuda, a 27 de Março de 1761, João Baptista de Araujo.»

Que engulho de crítica histórica, o de registar sem maior comento esta paródia insolente da tradição feudal!

Mas deixemos de remissa a crítica, e exgotemos o registo da paródia que é o que nos intareassa agora, neste simples apanhado de perdas ou apagadas lembranças.

Ao contrário do que parece, não estavam satisfeitos ainda todos os sacramentos para a definitiva feitura e consagração do novo senhorio ou do novo senhor de Oeiras.

Inesperadamente, apparece-nos um novo diploma extremamente interessante pelos curiosos dados históricos e biográficos que nos oferece aavez da costumada logomaquia doutrinal, polixa e servilmente cortesã, do estilo diplomático do tempo... e do *homem*.

E' o alvará de 11 de Outubro de 1766, incluindo em Carta de 23 dêsse mês e ano, que corôa e consolida definitivamente a criação e doação na pessoa do potente ministro, — «do Senhorio da vila de Oeiras com jurisdição de apurar as eleições da Câmara, de confirmar os que forem eleitos, de que se chamem por êle, e de que as apelações que sahirem dos juizes vão ao seu ouvidor que êle puzer, querendo, e com a dada de todos officios da Câmara, Tabeliães e escrivão dos orfãos que também se chamarão por êle e servirão pelas Cartas que êle lhes passar, reservando sómente para mim», — para a Corôa, — «a correição e maior alçada, o que tudo lhe concedo de juro e herdade para sempre na forma da lei mental com a dispensa de três vezes fóra da mesma lei».

E que ninguém se permita alimentar hesitações ou dúvidas, pois que — «todas as sobreditas mercês e doações lhe faço de meu moto-próprio, certa ciência, poder real, pleno e absoluto, para o que hei por dispensadas as Ordenações do Livro 2.<sup>o</sup> em geral e em especial a do Título 45 e tôdas as outras Ordenações, leis, regimentos em contrário», — por essa razão perfeitamente simples e decisiva: — «*por ser esta a minha Real vontade*».

Ficamos entendidos.



### XIII

O que tem uma certa graça, — uma feição até, um tanto ou quanto pi-  
caresca, — é que se por um lado nos surpreende o alvará de 11 de Outubro  
de 1766 concedendo um senhorio que parecia suficientemente dado e re-  
dado ao potente ministro do Senhor Rei D. José, por outro lado, quando  
entendêramos, na fé e à letra dos diplomas anteriores que êsse Senhorio  
lhe era conferido pelos merecimentos e serviços próprios, — pelos «res-  
peitos» prolixamente expostos até num dêsses diplomas, das embaixadas em  
Londres e Viena, de vários secretariados de Estado, da longa e acrisolada  
dedicação ao Rei, e da ininterrupta confiança dêste, — o novo Alvará vem  
dizer-nos muito explicadamente que é pelos merecimentos, pelos serviços  
pelos «respeitos» de outrem, — não de Sebastião José de Carvalho e Melo,  
mas do irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, não do donatário e  
conde de Oeiras, mas do — «ministro e secretário do Estado dos Negócios da  
Marinha e domínios ultramarinos que também serve dos Negócios do Reino».

Nem poderá dizer-se que o Alvará de 1766 representa simplesmente  
uma ampliação das mercês e doação anterior, — ou melhor da jurisdição  
primeira e sucessivamente conferida, porque se é certo que essa jurisdição  
se amplia ou completa, nos termos indicados, evidente é que já nela se in-  
cluíam termos precisos e fundamentais de Senhorio e vassalagem territorial  
e forense. à antiga portuguesa, e o que o novo Alvará confere ao conde de  
Oeiras pelos serviços e a ostensivo pedido do irmão é o Senhorio da Vila  
de Oeiras de que êle realmente fôra já investido pelos serviços próprios.

Fraquejava o futuro Marquês perante a má lingua do tempo, que lou-  
vado Deus! não seria mais viperina e damnada do que a de hoje, ou do  
que foi sempre nesta querida pátria que parece até ser a dela, por condição  
e constelação do clima?

Obtemperava o valente e poderoso sábio à inveja dos conterrâneos que  
no fim de contas não havia de ser mais pulha e feroz então, do que hoje e  
do que sempre tem sido nesta bemdita terra que a arrasta na história como  
trambolho fatídico das suas virtudes e das suas glórias?

Nem pensar em tal, tem senso comum.

Bem arranjado estaria êle, — «o grande Marquês», que grande, embora  
não marquês, era já; — e bem arranjada estaria Lisboa, a monarquia, a na-  
ção, se êle estivesse a prender-se com má lingua a não ser para a cortar, —  
ou com a inveja, a não ser para a mandar pendurar na fôrca!...

Fôsse, porém porque fôsse, que agora não tratamos disso, o Alvará de  
1766 é a exclusiva resenha apologética do irmão do Conde, e o senhorio  
de Oeiras é proclamado nêsse curioso documento como galardão e padrão

dos serviços do primeiro e não do segundo: -- «relevantes serviços» — diz logo o texto, — «obrados desde 4 de abril de 1735 em que assentou praça no Regimento da Armada, por espaço de 15 anos 8 menses e 23 dias, até 7 de janeiro de 1751, em praça de soldado e nos postos de tenente de companhia, de coronel e capitão-tenente, sendo o último posto que occupou no serviço de marinha o de capitão de Mar e Guerra».

E desdobra se então essa bela folha de serviços.

Assentando praça de soldado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado marchara com o seu regimento, — o da armada, como fica dito, — para o aquartelamento da Vidigueira, «e recolhendo à côrte» embarcára em 1736 na nau *Nossa Senhora da Arrábida*, que foi em socorro da colónia do Sacramento, como anos depois havir de ir meu pobre avô, — perdoe-se-me esta lembrança doméstica.

A *Senhora da Arrábida* incorporou-se na esquadra que fazia a campanha do Rio da Prata, e «cessando as hostilidades por se haver concluído a trégua entre esta Côrte e a Madrid». Mendonça Furtado partia em 1737 do Rio de Janeiro para a capitania de Pernambuco, na mesma nau, — «que foi por ordem do governador e capitão general daquela Capitania, Henrique Luiz Pereira Freire, em companhia da esquadra que comandava o capitão de mar e guerra José Soares de Andrade, à ilha de Fernando de Noronha, por constar que se haviam estabelecido nela os franceses».

Convém lembrar que todos êstes serviços de idas e voltas do futuro ministro não os rememoramos nós de nossa casa, mas são assim minuciosamente autenticados no diploma.

No «porto» de Fernando de Noronha, Furtado salientara-se — «não só no serviço do Mar, mas também nas fortificações e fachinas com a grande actividade, distinção e zelo» — que exhibira, e abastecida e fortificada a ilha — «com tudo que era preciso para a sua defesa», — voltara a Pernambuco, — «onde entrou em 7 de Fevereiro de 1738» e donde regressou ao Reino comboiando «a frota da mesma Capitania».

— «De sorte», — recapitula o diploma, — «que no decurso desta viagem esteve sempre em acção pelo espaço de 2 anos menos 7 dias até 10 de junho de 1738».

Nos anos seguintes até o de 1750 embarcou oito vezes — «de guarda-costa», — indo duas aos Açores e uma a Tanerife — «para receber os cabedais que nela se achavam pertencentes assim à praça desta côrte como ao comércio de Hespanha, correndo nesta viagem a nau em que já, o evidentíssimo perigo de naufragar».

(Continua)

LUCIANO CORDEIRO

## DESCRIÇÃO DAS PINTURAS DO REAL PALÁCIO DE MAFRA

*A pág. 309 (ed. 1823) da sua conhecida Collecção de Memorias, diz Cirilo Volkmar Machado, referindo-se aos trabalhos de pintura que requereu e fôra encarregado de executar no palácio de Mafra:*

*«Transportado aquella real Villa em Maio de 1796 fui pintando alguns tectos, cuja descrição não cabe na brevidade destas memorias...».*

*Ora, na Biblioteca da Academia Nacional de Belas-Artes encontram-se os borrões dessa descrição, ou de parte dela, ignorados pelo público e pela quasi totalidade dos investigadores. Como são documentos deveras interessantes, não apenas para a história do palácio, mas para a história das belas-artes em Portugal, aqui transcrevemos alguns, mantendo-lhes a ortografia e a pontuação empregadas pelo seu autor.*

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

O Real Palacio de Mafra, pela augusta pessoa aq.<sup>m</sup> pertence, pela sua vastidão, riqueza de materias magnificencia e primor d'architectura hé hum dos mais famosos da Europa, e por conseq.<sup>cia</sup> domundo todo.

elle não cede ao Escurial ao Vaticano, ao Luxemburgo ao Louvre e a outros da maior nomeada. Asua decoração interior deve pois corresponder asoberba doseu exterior: e se para o ornarem como ele merece não existem os Raphaelis os Rubens, eos outros artistas celebres q̄. enrequeirão os outros com os seus doutissimos pinceis aomenos, deve-se cõmeter esta empreza difficulosa ao mais ou a hũ dos mais habeis dos pintores q̄ florecem notempo prez.<sup>10</sup>

Eu tive atemerid.<sup>o</sup> não só deaceitar mas até derequerer esta commissão. o amor proprio me seduzio fazendome esperar q̄ amesma magnificencia do edificio. ahonra e oprazer deservir hum soberano e hum tao augusto e amavel Soberano. seria capaz deelevar o meu coração até aponto de . . . . . requerido p.<sup>a</sup> odesempenho. eu vejo porisso com bast.<sup>o</sup> magoa q̄ elleme enganou eq̄ nos temos hũ P.<sup>o</sup> Alexandrino hũ Dom.<sup>os</sup> de Seq.<sup>a</sup> hũ Fr.<sup>o</sup> Vr.<sup>a</sup> eoutros, q̄ são m.<sup>10</sup> mais proprios p.<sup>a</sup> odesempenho desta gr.<sup>10</sup> empresa.

Seria p.<sup>a</sup> desejar q̄ sepracticasse com o Palacio de Mafra o q̄ Julio segundo practicou com as do Vaticano.

Depois deofazer pintar comgr.<sup>de</sup> com immensas despesas pelos mais celebres pintores q̄ então seconhecião. appareceo Raphael como hū astro brillh.<sup>le</sup> q̄ os eclepisou, enomesmo inst.<sup>o</sup> aq̄<sup>1o</sup> Papa mandou apagar todos os paineis p.<sup>a</sup> serem denovo repintados poreste gr.<sup>de</sup> homem. Arepresentação q̄ faço devese tanto menos suspeita q.<sup>1o</sup> ella não he nada ameu favor e confesso q̄ assim como aprincipal recompensa dogr.<sup>de</sup> homem he a gloria e oapplauso. assim tb<sup>m</sup> não ha nada q̄ mais odesamme e entristeça q̄. ver as suas obras despresadas erebatidas: mas sehe mão não obter os applausos as honras eos premios, nãoseria m.<sup>1o</sup> mais injurioso obtelos sem as merecer. Aimpostura meparece mais vergonhosa deprimivel q̄ aignorancia e q.<sup>do</sup> o naofosse eu nunca meresolveria apreferir. hua vangloria ehua conveniencia passageira eq̄ me interessaria por algū tp.<sup>o</sup> á verdad<sup>a</sup> gloria deq̄ Anação e o principe secobrirão. empregando. os homens mais peritos nas couzas desta importancia. Alem dagloria ha hua razão deconveniencia ehé q̄. as obras desta grandesa expostas aos olhos dos estud.<sup>tes</sup> nos tp.<sup>os</sup> futuros influem intimam.<sup>1o</sup> sobre o gosto q̄ elles adoptão. Os Frescos de Raphael fizeram os Romanos gr.<sup>des</sup> desenhadores, as obras do Ticiano e do Veronez, gr.<sup>des</sup> coloristas os de Veneza, os paineis do Corregio. nobres eeleg.<sup>tes</sup> os da Lombardia, assim como as do Bonarota. corretos mas frios os Florentinos.

Seria portanto p.<sup>a</sup> desejar torno a dizer, q̄ seaniquillassem as mas pinturas feitas ultimam.<sup>1o</sup> nos tetos de Mafra p.<sup>a</sup> as refazerem mais habeis pinceis: mas não digo q̄ eu o desejaria: indaq̄ o aprovasse antes confesso q̄ se possesse sobreviver a hua tal vergonha. nao meatreveria ao menos e exercer e a ensinar mais hua arte tão noble etão sublime.

Por outra p.<sup>1o</sup> tb.<sup>em</sup> mepersuado q̄ os gr.<sup>des</sup> pintores ja nomeados se recusariam, por effo de modestia eattenção a retocar a obra dhu pintor q̄. está vivo: Nestas circunstancias embarassantes atrevome apropor oseg.<sup>1o</sup> expediente q̄. eu supponho ser digno de attenção dos Ministros de V. A. aq.<sup>m</sup> toca ainspeção destas obras.

Os tons baixos na musica e os espaços sombrios na pintura sendo emsi mesmos desagradaveis são. . . . necessarios porq̄ fazem parecer mais armoniosos e mais brillh.<sup>es</sup> os reales damesma sorte he, os gr.<sup>des</sup> pintores antes de comecarẽ outras obras de q̄ tivessem tempo de fazer aqui algua peça bem acabada, e eu aproveitando me então dos seus conselhos retocasse as q̄ tendo já feitas: as m.<sup>as</sup> ficarão mais toleraveis por menos defeituosas e senão uteis por contribuirẽ a dar hum maior lustre as q̄ se fizesse denovo. por este principio hūa só casa bem pintada poderia dar hum novo ser e hū g.<sup>de</sup> valor a todas as outras depois defazer em vão as mais serias e repetidas reflexoens, sobre esta materia achei emfim a ogr.<sup>de</sup> Labirintho das m.<sup>as</sup> ideas asahida q̄

acabo de propor e q̄ tenho a honra de comunicar a V. S. e submeter as . . . . . de S. Ex.<sup>a</sup> ficando bem certo q̄ a sua decisão será sempre amais acertada.

Explicação da pintura q̄ por ordem de S. A. R. executou Cyrillo Volkmacher Machado, notecto de hũa das Galerias do Real Palacio de Mafra, no anno 1802

Aplanta da Galeria he hum rectangulo de — palmos decomprido por — de largo: a sua altura, até amocheta da Simalha he — palmos e até o fecho da abobada — de — emhũ so painel de — palmos de comprido, e — delargo.

Consiste apintura detodo otecto, elle representa o precipicio de Phaetonte. He bem sabida detodos o contexto desta fabula.

Brevissimas reflexoens feitas sobre alguns dos paineis q̄. ornão agaleria novam.<sup>10</sup> decorada neste Real Palacio de Mafra.

#### PAINEL DO TECTO:

Havendo Phaetonte depois q̄ soltou á vista do Escorpção as redeas aos conductores do seu carro motivado hũ incendio quasi universal resolveose Jupiter, p.<sup>a</sup> evitar aruina int.<sup>1a</sup> do mundo, a matallo com hũ raio, e nao cede ás rogativas do Sol q̄ posto de Joelhos diante delle, lhepede com aternura depay. p.<sup>a</sup> conservar avida do seu f.<sup>o</sup> Amesma aguia parece opposta atão injusto requerim.<sup>10</sup> e querer insultar o Deos da Luz Os outros Planetas &<sup>a</sup> pag. 2 e 3 — Espadanás já secas.

#### QUADRO DAS PAREDES EMGERAL.

Eu segui nestes paineis hum mixto composto do expressivo do gracioso e do futil. Este ultimo, emquanto sedistinguirão P.<sup>o</sup> de Cortona, e Lucas Jordao he omais proprio p.<sup>a</sup> os casos como foi o pres.<sup>10</sup> emq̄o artista nao tem os meios nem otp.<sup>o</sup> de poder estudar pela natureza cada objecto inteiro, todounto e cadap.<sup>10</sup> dele separadam.<sup>10</sup>

#### QUADRO DAS ELIADES

Como humgrand<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> de escriptos fallao só em tres irmas de Phaetonte Lampecia. Phaitusa e Lampetusa devo dizer q. p.<sup>a</sup> enriquecer acom-

posição, aqui, como temja feito outros artistas eauthorid.<sup>o</sup> de Hygino, oq.<sup>1</sup> nomeia e lhechama Egle Lampecia Tibéa, Eteria e Deocipe. alem das 6 ir-  
maas, tb.<sup>em</sup> introdusi Clinene em distancia dando o abraço dadespedida a  
duas de suas f.<sup>as</sup> ehua das Ninfas de Hesperie q forceja p.<sup>a</sup> desprender das  
raizes opé daq domina o 1.<sup>o</sup> grupo. Se a planta q<sup>r</sup> deser ap<sup>te</sup> do pe dr.<sup>to</sup>  
sobre a ql setorma esta figura não cahe aplumo debaixo da cavid.<sup>e</sup> fuscila  
do pescoço e perde alguma cousa oequilibrio he porq<sup>o</sup> oseu corpo não he  
todo sustentado. emsi mesmo mas parte delle descança sobre o ombro dr.<sup>to</sup>  
da officiosa ninfa e nos braços da irmaá q a eleva p.<sup>a</sup> cima :

Devo pedir escusa p.<sup>a</sup> os m.<sup>tos</sup> defeitos em q cahi e como am.<sup>a</sup> vont.<sup>o</sup>  
eomeu dever he servir m.<sup>to</sup> bem, etrabalhar q.<sup>to</sup> for dam<sup>a</sup> p.<sup>to</sup> por não p<sup>a</sup>  
nao abusar de tanta benigni<sup>de</sup> da benigni.<sup>de</sup> conq. estes Sr.<sup>os</sup> sedignao dese-  
jara ter os meios q os outros pintores tem de estudar: vem aser. hū lugar  
aonde competentes modelos assim . . . possam ser como artificios exactam.<sup>to</sup>  
observados. receber hu clarescuro vantajoso e pinturesco.

DESCRIPÇÃO DA PINTURA FEITA NO REAL PAÇO DE MAFRA,  
NA 1.<sup>a</sup> ANTECAMARA DA PARTE DO NORTE

Sobre oito columnas da ordem Corinthia se eleva huma especie de  
*Dómo*. q representa o templo do Destino: Esta divindade (q os Poetas con-  
siderávão como o arbitro soberano dos deoses e dos homens, e q se faz  
conhecer pela coroa de estrellas, epela urna aonde estão depositadas as sor-  
tes dos mortaes) mostra escripto no livro dos altos destinos q tem nas mãos,  
aos augustos Ascendentes da Casa de Bragança: a gloria aq̄ os Seus suces-  
sores devem ser elevados sobre a terra, principalm.<sup>to</sup> aquella q̄ o Céu, haja  
tantos séculos, havia preparado, p.<sup>a</sup> bem da Nação Portugueza. ao Sr. D.  
João o IV, emais ainda ao Amabilissimo Principe N. S.

A' vista de tanta fe'icid.<sup>e</sup> todos elles exultão de prazer.

Hugo Capeto (\*) extasiado. levanta os braços eos olhos ao Céu, p.<sup>a</sup> lhe  
render as gracias: o Conde D. Henrique (conhecido pela cruz q̄ tem lavrada  
no escudo) e D. Affonso I, observao ainda o livro, e cheios de respeito  
adorão a Providencia. De hum outro lado, apparecem sobre nuvens os pri-

---

(\*) Alguns authores estrangeiros creem q̄ o Conde D. Henrique era 3.<sup>o</sup> filho de Gui-  
lherme, Duque ou viceduque de Lorena; porem aopinião dos nossos melhores escriptores he  
q̄ elle fora 4.<sup>o</sup> filho de Henrique de Borgonha, neto de Roberto 1.<sup>o</sup> Duque de Borgonha, bis-  
neto de Roberto o devoto Rei de França e 3.<sup>o</sup> Neto de Hugo Capeto de quem derivão as fa-  
milias Reaes de França e de Portugal.

meiros Reys de Portugal; á dir.<sup>ta</sup> D. Sancho 1.<sup>o</sup> D. Affonso o gordo, e D. Sancho Capello, á esquerda D. Affonso 3.<sup>o</sup> em cujo escudo vemos as quinas de Portugal sobre os Castellos do Algarve; porq̄ este Monarca foi o primr.<sup>o</sup> q̄ possuiu aquelle Reyno: segue-se D. Diniz, instituidor da Ordem de Christo cuja insignia tem bordada no manto: Depois delle estão D. Affonso IV, D. Pedro o 1.<sup>o</sup> e D. Duarte.

No gruppó principal, ao pé de D. Affonso Henriquez, tambem está em acto de admiração o Sr. D. João o 1.<sup>o</sup>; elle se distingue pela cruz de Aviz bordada no manto, e pela serpe q̄ tem sobre o elmo, porq̄ atomou por timbre em hõra de S. Jorge aquem encommendou a proteccão do Reyno: Seu filho, o Sr. D. Alfonso. Conde de Barcellos, e 1.<sup>o</sup> Duque de Bragança, está logo abaixo, vestido á militar segundo o uzo dos Romanos, e bem se distingue pelas armas da caza de Bragança q̄ tem esculpidas no escudo. Elle se entretém com o Condestavel, D. Nuno Alvares, seu sogro arespeito da futura gloria e grandeza deste seu Augusto Neto. D. Nuno deve aqui entrar, porq̄. Sobre as suas terras q̄ se estendião quazi a terça parte do reyno, lançou os fundamentos desta grande caza a mais augusta e opulenta detoda a Hespanha.

O Destino aponta p.<sup>a</sup> o alto do tecto, onde sevê, n'hum disco luzente, cingido pela immortalid.<sup>o</sup> as lizes e quinas, gloriosos brazẽs das reaes Familias Franceza e Portugueza. Acompanhão este circulo luminoso, d'hua p.<sup>te</sup> a Prudencia, a Justiça, a Fortalesa, e daoutra o valor militar as sciencias e as belas artes.

Naluneta opposta aesta sevê a serie dos Duques de Bragança. D. Fernando 1.<sup>o</sup>. D. Fernando 2.<sup>o</sup>, cuja parte Superior docorpo está encoberta com o arco do Templo. D. Jaime he o mancebo q̄ domina o gruppó eos dois genios q̄. estão sentados aopé delle sustentão, hu, o escudo com as armas reaes, q̄ se lhe concederão qd.<sup>o</sup> El Rey D. M.<sup>el</sup> querendo passar A Castella o fez jurar herdr.<sup>o</sup> do Reyno na falta de successão, o outro tem obanco depinchar deouro: estebanco q̄. significa a precedencia q̄ nascortes tem acima de todos osGrandes, costuma ter tres pez; mas como D. Jaime era Principejurado. deve ter só dous: Os outros Duques são, D. Theodozio 1.<sup>o</sup> D. João 1.<sup>o</sup> D. Theodozio 2.<sup>o</sup>

Seguem-se os Monarcas começando em D. João 2.<sup>o</sup>. na ordemdos Duques, e 4.<sup>o</sup> na serie dos Reys; este, deve hir collocado entreas janelas, em humquadro historico alegorico. q̄ servirá tb.<sup>em</sup> p.<sup>a</sup> conservar amemoria dasua feliz occlamação (\*)

---

(\*) Todos os retratos destes Principes estão em Vilavicoza, feitos pello famoso Quillard. eu q̄ menão quero poupar a fadiga nenhũa, p.<sup>a</sup> dar apossivel perfeição aestas obras, nãotenho

Na medalha q̄ fica por cima, hirá D Affonso 6.º. As estatuas q̄, decóroa o seu ornamento representão a Tristeza ea Infelicidad.<sup>c</sup>; na medalha sobre a porta dap.<sup>10</sup> do Sul deve hir o Sr. D Pº 2º acompanhado da Justiça, e da Fortaleza corporal; Naq̄ lhe fica fronteira hirá o Sr. D João o V tendo aopé de si areligião e amagnificencia, e naq̄ está opposta ás janelas collocaremos o Sr. D. Jozé, entre aMagestade ea Politica; finalm.<sup>10</sup> na parede grande a S.<sup>ra</sup> Raynha D. Maria 1.<sup>a</sup>.

Atequi, todo ocolorido, deve ser maneado com tanto artificio q̄ pareça. mas não seja mt.<sup>o</sup> brilhante poisq̄ me proponho reservar os maiores realces para a Imagem de S. A. R. o Augusto Principe Regente D. João o 6º o Heroi de toda esta maquina pinturesca, eo digno objecto a q̄ toda ella se refere: Avirtude heroica representada no. Hercules q̄ está em cima. he relativa aeste painel.

*Nota* — Todos sabem q̄ o adorno interior de hum edificio deve corresponder á sua decoraçáo exterior; e porisso, não convem ás pinturas. dos magestozos Palacios senão assumptos heroicos e Sublimes: O famoso Le Brun, pintou no Louvre as accoens Gloriosas de Luiz XIV. Rubens no Luxemburgo as da Raynha M.<sup>a</sup> de Medicis; Raphael e Julio no Vaticano as de Carlos Magno, Constantino o grd.<sup>o</sup>, Leão X. Julio 2.<sup>o</sup> S. Leão 8.<sup>a</sup>. Nós tambem fazd.<sup>o</sup> patente atodos, neste grande quadro a serie genealogica donosso Soberano mostramos ao Mundo, com jactancia irreprehensivel, q̄ ha o Principe aquemos Portuguezes tem a honra de obedecer, eaquem com tanta justiça eleald.<sup>o</sup> sabem amar, equalhe tambem a fonte d'onde deveráo m.<sup>10</sup>s dos gr.<sup>10</sup>s Personagens deste Reyno q̄ reflectindo de si a mesma Luz q̄ recebem, vão augmentar com ella o esplendor do throno portuguez.

(Daqui até o fim da «explicação» está riscado o original).

Devese advertir q̄. aesta obra ainda falta avida q̄ as pinturas recebem nos últimos toques q̄ selhes dão.

#### ESPLICAÇÃO SUCCINTA

- 1 O velho q̄ tem aope desi aurna q̄ está coroado deestrelas e segura olivro he a Divind<sup>o</sup> q̄ preside aos destinos.

---

duvida de hir á quelle Palacio e copiar q.<sup>10</sup> for necessario á m.<sup>a</sup> empreza. Podia mesmo seragora. emq.<sup>10</sup> S. A. está em Maфра. p.<sup>a</sup> aproveitar este tp.<sup>o</sup> visto não opoder empregar no tecto.



- 2 O Monarca q̄ está sentado nas nuvens, levantando os braços e olhos aocéo he Hugo Capeto.
- 3-4 os q̄ estão deojelhos segurando olivro dos destinos econtemplando os dois decretos, são Oconde D Henrique e DAffonso Henriques.
- 5-11 Os q̄ estão sobre as nuvens d'hu eoutro lado são. Aap.<sup>10</sup> dir.<sup>1a</sup> D. Sancho 1.<sup>o</sup> DAffonso 2.<sup>o</sup> DSancho Capelo; e daesquerda DAffonso 3.<sup>o</sup>. DDiniz D Affonso 4.<sup>o</sup> D P.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> e D. Fernd.<sup>o</sup>
- 12 O Heroe q̄ está aope de DAffonso Henriq<sup>es</sup> com a serpe emcima do Elmo he D. João o 1.<sup>o</sup>
- 13-14 Os dois q̄ conversao logo aopé delle, são Nunalvares Per.<sup>a</sup> e o 1.<sup>o</sup> Duque de Bragança D. Affonso f.<sup>o</sup> de D. João o 1.<sup>o</sup>

#### Observação.

Seoauthor da Eneida afimdesemostrar agradecido aos principes seus bemfeitores pousando. . memoria fizesse conduzir Eneas ao inferno p.<sup>a</sup> dar aconhecer toda asua posterid.<sup>o</sup> etendo feito com m.<sup>1a</sup> arte emt.<sup>o</sup> trabalho a pintura dos seus descend.<sup>tes</sup>:

Somt<sup>o</sup> como... a de Marcello ede Augusto ou não os tocasse com mais cores m.<sup>10</sup> mais vivas q̄ as De todos os outros nao seria tido por hū homem inconseq.<sup>10</sup> ou antes totalm.<sup>10</sup> insensato. Sem duvida: O mesmo me acontecerá se eu nestacasa depois de pintartoda agenealogia da Casa de Bragança nao collocasse em (?) lugar superior ecom tintas mais brilh.<sup>es</sup> otrato de S. A: Mas aportaq̄ seabrio ngra<sup>do</sup> parede parece formar hū inven cível obstaculo. Eu digo q̄ não. O conceito q̄se deveria fazer da arte edo engenho se não fossem capazes de vencer tãopeqn<sup>as</sup> difficuld.<sup>es</sup> eu vejoali lugar suficiente p<sup>a</sup> hu gr.<sup>de</sup> painel ep.<sup>a</sup> hua porta dezvezes melhor q̄ a actual.

Vasco da Gama desembarca em Calecut.

Camões. Lusiad. Canto 7.<sup>o</sup> St. 44.

Afonso de Albuquerque edifica a fortaleza de Cochim.

Osorio. Heronymi Osorii, Lafiteau, Hist. des Decouvert. L. 1.<sup>o</sup>.

Os Almeidas derrotão Cutialle em Panane.

Barros. Dec. 2.<sup>a</sup> cap.<sup>o</sup> 6.<sup>o</sup> L.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup>.

Duarte Pacheco desbarata o Camorī no Passo Cambalum.

D. Góes Chron. del Rei D M<sup>el</sup> c. 86.

O combate nos Passos de Palseret e no do váo está no cap. 88.

Ant.<sup>o</sup> da Silvr.<sup>a</sup> obriga Solimão e Cofar a q̄. levantem o cerco de Diu  
Faria e Sousa Asia Portugueza. T. 1.<sup>o</sup> P. 4.<sup>a</sup> N.<sup>o</sup> 5 e seg.<sup>tos</sup>.

D. Joao de Castro triunfa em Goa de Insar-Kan.  
Freire de Andrade Vida D. João de Castro L.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> N.<sup>os</sup> 40 e 41.  
De Reb.<sup>us</sup> Gert. Emm. Reg. Lusit. Lib. VII.

Ant.<sup>o</sup> do Casal he o Custodio dos Franciscanos de Diu.  
Isabel Madr.<sup>a</sup> mulher de Mestre João valorosa em Diu.  
De Rebus Emanuelis Regis Lusitaniae.

---

O Primr.<sup>o</sup> painel representa o desembarque de Vasco da Gama em Calecut. O Almir.<sup>1o</sup> vestido ao uso Hespanhol daq.<sup>tes</sup> tp.<sup>os</sup> com roupa á Franceza de Setim carmezim da mesmasorte q̄ odescrive Camoens no canto 2.<sup>o</sup> St. 97. he recebido com demonstraçoens degrd.<sup>e</sup> amiz.<sup>o</sup> pelo Catual ou Regedor daq.<sup>1a</sup> Rn.<sup>o</sup> q̄ oconvida asubir nopalanchim emq̄ deve ser levado aprez.<sup>a</sup> do Samori.

«e emquanto hu co' otro hão fallando  
Nas causas q̄ lheo tempo offerencia  
Monçaide entr'e'elles vai interpretando  
As palavras q̄ de ambos entendia.

Lus. c. 7 st. 46.

O Deos do Indo parece admirar erespeitar onosso Heróe (\*).

---

(\*). Aintroducção desta divind.<sup>e</sup> pagaã emhũ painel puram.<sup>1o</sup> historico he hua daq.<sup>1as</sup> li-berd.<sup>es</sup> q̄ Horacio concede igualm.<sup>1o</sup> aos poetas e aos pintores. e de q̄ huns eoutros setem ser-vido m.<sup>1os</sup> vezes.

Richardson noseu ensaio sobre a Theoria da Pintura diz: Outra manr.<sup>a</sup> de q̄ os Pintores se servem p.<sup>a</sup> exprimir os seus sentim.<sup>tos</sup> he. pintar figuras q̄ representem certas cousas as q.<sup>es</sup> senao podem bem explicar deoutro modo. O Author do Dicionario jionologico diz no seu di-curso preliminar q̄ introduzir figuras al-goricas nhũ quadro sem precisaõ pod: ser hua esterilid.<sup>e</sup> degenio: mas sabellas empregar aproposito he sem duvida superiorid.<sup>e</sup> deen-genho. O Abb.<sup>o</sup> du Bos nas suas Reflexoens criticas sobre apintura &. approva similh.<sup>es</sup> liberd.<sup>es</sup> sendo ellas usadas com grd.<sup>e</sup> prudencia pois q̄ am.<sup>1a</sup> vont.<sup>e</sup> deparecer discreto tem-feito dizer oufazer as maiores tolices.

(Continua)

## MESTRE JENÔNIMO, ILUMINADOR

No Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses existe uma lápida com uma inscrição, já publicada pelo erudito director desta Revista, nas suas *Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo* (1), e que diz:

[EST]A SEPULTURA HE DE MES  
[TR]E JERONIMO YLLUMINA  
DOR E DE SEUS HERDEIROS

A falta de letras provém de estar cortado um canto da lápida, por esta ter tido outra aplicação, ou por haver sido deslocada do seu primitivo local.

Não se sabia a proveniência desta pedra. Apenas se podia calcular que fôsse de Lisboa, em vista de ser de calcáreo rijo da região. Nenhum outro pormenor era conhecido sobre este artista.

O acaso deparou-nos num texto que, com certeza, se refere ao Mestre Jerónimo da lápida.

Frei Manuel da Esperança, na sua *História Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco* (2), diz, tratando do Convento de S. Francisco da Cidade:

*«Concorrião em Lisboa por rezão do seu commercio muitas nações estrangeiras, em particular as de Hespanha, nas quaes algũas vezes se via muito grande desemparo. Os prezos não tinham fuor pera o seu liuramento: os enfermos morrião nas estalagens, & uarios sem auer quem os curasse: & a os mortos faltua a caridade dos viuos pera lhes dar cõueniente sepultura.*

*Considerou tudo isto um ourives da prata, por nome Pedro de S. Pedro & compadecido de miseria tão grande instituiu hũa santa irmandade, que tivesse por officio acudir a estas necessidades. Os companheiros que pera isso buscou, posto que assistião na cidade, quasi todos erão também estrangeiros, Biscañhos, & Castelhanos. E tomando por protectora a Senhora Mãe de Deus, em dia de Sant-Iago Maior, 25 de Julho de 1502. congre-*

(1) Lisboa, 1936. — 2.<sup>a</sup> edic. — Pág. 25.

(2) Vol I, pág. 198.

*gados na nossa casa do capitulo elegerão de comum consentimento os primeiros officiaes, que avião de servir .....*

*Mandarão trazer de Flãdres a imagem da sacratissima Virgem, a qual estando num almazem da cidade com muitas mercadorias, tudo amassou o edificio que de repente caio, & sòmente o caixão, em que estaua mettida, ficou inteiro, & são. Obrigado deste caso, que parecia milagre, o escriuão da irmandade Mestre Hieronymo, illuminador, & morador na rua noua, qual outro Obededon, a recolheu em sua casa, donde depois a conduzimos em procissão pera o nosso convento, acompanhandonos nella os padres de São Domingos, da Santissima Trindade, & do Carmo, com innumeravel gente, cujos applausos accendeo ainda mais hum elegante sermão, que no fim deste acto solemniissimo prègou o Mestre frei Luiz de Raz, nosso Ministro Provincial.»*

A irmandade a que se refere Fr. Manuel da Esperança sendo fundada em 1502, natural é que a morte de Mestre Jerónimo se tivesse dado no 1.º quartel do século XVI, em que ainda se fazia uso do gótico minúsculo. Este facto, a igualdade de nome, e a de profissão, levam-nos a supor que se trata de uma mesma pessoa.

Sendo assim, ficaremos sabendo que o iluminador quatrocentista morava na Rua Nova, e que era escrivão da irmandade a que se refere Fr. Manuel da Esperança, e ainda que viveu no fim do século XV e começo do XVI. Poderemos também suspeitar que era biscaíno ou castelhano, como Pedro de S. Pedro, o que justificaria o tratamento pelo nome próprio. Também se poderá admitir como provável que a lápida em questão provém das edificações do Convento de S. Francisco da Cidade, onde se achava a Santa da devoção de Mestre Jerónimo. Desta mesma procedência, há naquelle Museu algumas outras lápidas sepulcrais.

Eis o pouco que pudémos averiguar a respeito dèste iluminador que, a avaliar pela maneira como era tratado, e pela época em que viveu, poderá ter sido um dos artistas que trabalharam nos primorosos livros da «Leitura Nova».

GARCEZ TEIXEIRA

## A INFANTA D. ANA DE JESUS MARIA

Em contradita com alguns dos nossos escritores, a Infanta D. Ana de Jesus Maria, o 9.º filho de D. João VI (então Príncipe-Regente), e de D. Carlota Joaquina, nasceu no palácio de Mafra aos 23 dias do mês de Dezembro de 1806. Apelidaram-na, por isso, de *Infanta saloia*.

Segundo as crónicas do tempo, as preces começaram na Basílica do Monumento em 3 daquele mês, e em 23 às sete e meia da manhã foi anunciado o parto com foguetes; tangeram os sinos maiores das tôrres e ouviram-se os carrilhões. Na Basílica celebrou-se missa de Pontifical com Te Deum e benção. Em 28 houve o costumado beija-mão no paço de Mafra, onde a côrte se encontrava desde os princípios de 1806 e se conservou até à véspera do embarque para o Brazil.

A festa em acção de graças realisou-se na mesma Basílica em 25 de Janeiro do ano seguinte, 1807, com música de Baldi; orou o padre-mestre Santana, do convento de Mafra e terminou com a procissão do Sacramento. Em 24 de Fevereiro do mesmo ano celebrou-se missa de Pontifical mas em acção de graças pelas melhoras da Rainha (D. Maria I), com música de Marcos Portugal.

\*

O baptismo da Infanta, revestido da maior solenidade, teve lugar na Basílica de Mafra em 18 de Janeiro de 1807. Foi baptisante o Principal Deão da Igreja Patriarcal, assistentes monsenhores Rebello e Valadares, padrinhos o Infante de Espanha D. Pedro Carlos e a Princesa viuva D. Maria Benedicta.

Da Patriarcal vieram quatro mestres de cerimónias, dois altareiros, dois tesoureiros, etc. O templo foi ornado como nos dias de festa maior.

As 10 horas da manhã o Guardião do convento cantou missa solene, votiva, a que assistiram o Príncipe-Regente, os Infantes e alguns fidalgos, Seguiu-se a benção da agua para o baptismo, na capela das Virgens (a primeira da nave lateral direita). Foi também celebrante o Guardião do convento e ao acto assistiram o Príncipe-Regente, os Infantes, a camareira-mor, dois camaristas, os condes de Caparica e Valadares, o marquês de Vagos e os guarda-roupas Lobatos.

De tarde o Principal Deão, paramentado de roxo, dirigiu-se para o faldistório, previamente colocado na nave central da igreja, em frente da capela dos Mártires (a terceira da nave lateral direita), precedido da Cruz patriar-

cal e da comunidade que o aguardava no corredor da sacristia; acompanhavam o Prelado e os seus assistentes que pegavam nas fímbrias do pluvial, os acólitos do Pontifical e os mestres de cerimónias.

A cruz procissãoal ficou junto ao cancelo de Santa Bárbara (no extremo da nave principal da direita), com os religiosos mais novos da Comunidade; os mais velhos ocuparam, em duas alas, a nave central até à capela das Virgens.

Os archeiros formaram em alas na galileia, desde a porta principal da igreja até à escada-nobre que sobe ao terceiro pavimento e ao torreão do norte na frente principal do palácio, onde ficavam os aposentados das Rainhas, e, ao tempo, os da Princesa D. Carlota Joaquina. Os trombeteiros colocaram-se uns na capela das Virgens e outros na galileia junto dos archeiros.

No templo não entravam «homens de capote, mêmemente pessoas de casaca e asseiadadas» diz um dos cronistas.

No entretanto organizava-se o cortejo no palácio, em parte na antecâmara (junto aos aposentados da Princesa D. Carlota), ornada de damasco, com um pequeno leito imperial para a Infanta, e depois por completo na sala dos veadores, guarnecida de damasco encarnado e com um docel sob o qual se achavam, em uma mesa coberta de veludo encarnado, as insignias, a veste cândida, a vela com quatro ducatões de vinte mil reis cada um e o sendal; num dos lados da sala estava o pátio branco bordado a ouro.

Da sala dos veadores seguiu o cortejo para a Basílica, pela escada nobre e pela galileia, com a ordem seguinte: à frente 12 porteiros da real câmara, seis dos quais com maças de prata, — arautos, passavantes e reis-de-armas, — o Juiz do povo e seu escrivão com as suas varas, — moços da real câmara, — o Corregedor do crime côrte e casa, — a côrte e pessoas nobres, — os fidalgos de título que precediam o marquês de Pombal com o prato dos massapões, o marquês de Penalva com a veste cândida numa salva de prata e o duque de Cadaval com a vela e ducatões em outra salva» acompanhados cada um com dois moços-fidalgos. Seguiu-se o Príncipe-Regente com os infantes, e por último junto do pátio os padrinhos. Debaixo do pátio, que era conduzido pelos marqueses mais antigos nas varas da frente e pelos de menor idade e nobresa nas varas de traz, ia a Infanta nos braços do visconde de Barbacena, no impedimento do conde de Cavaleiros mordomo-mor, assistido de dois moços-fidalgos; seguiam o pátio a família real (menos a Princesa mãe), a Camareira-mor e sua irmã e todas as damas do paço com seus donairos.

Ao entrar no templo o visconde de Barbacena depositou a Infanta em outro berço imperial, na capela do Crucifixo (a primeira da nave lateral esquerda, actualmente capela do baptistério da freguesia de Santo André de

Mafra), e o acompanhamento tomou os logares que lhe foram designados. Momentos depois o visconde de Barbacena levou a Infanta junto do Prelado, que a recebeu de pé com os seus assistentes, mestres de cerimónias, acólitos do Livro e Candela e os padrinhos, e, já sentado, começou o acto dos exorcismos, como do ritual; terminando este acto seguiu o cortejo para a Capela-mor, ao qual se juntaram os maceiros do convento e a comunidade, atrás da Cruz processional, e na devida altura o Principal Deão junto das dignidades eclesiásticas que já vinham do palácio.

O Prelado baptisante tomou assento no faldistório, no lado da Epístola, a Infanta foi conduzida pelo substituto do Camareiro-mor para um terceiro berço imperial ricamente ornamentado, como os dois primeiros, que se encontrava na Capela de São Pedro de Alcântara (colateral esquerda — lado do Evangelho). O Príncipe-Regente, o Infante D. Pedro, as dignidades eclesiásticas, os convidados, a côrte e a nobresa acomodaram-se nas cadeiras da parte interna da capela; os demais componentes do cortejo ficaram no cruzeiro, junto do cancelo que então vedava a entrada da Capela-mor; as insígnias foram colocadas em três credências aos lados do altar.

Mudado o faldistório para o centro do supedâneo, onde se sentou o Prelado, virado para o povo e já paramentado de branco, com a mitra preciosa, a Infanta voltou à capela-mor, com o mesmo acompanhamento da família real, padrinhos e damas do paço que ficaram de um e outro lado da parte superior do presbitério e ao centro o visconde de Barbacena com a Infanta nos braços, no primeiro degrau do supedâneo.

Cumprido o ritual nesta última parte da cerimónia, foi a Infanta apresentada ao Deão baptisante que, mesmo do faldistório e com a mitra na cabeça, lançou a água preparada de manhã na capela das Virgens e retirada em quantidade suficiente para uma pia mais pequena, fez a unção dos óleos servindo-se da âmbula, o que tudo lhe foi ministrado bem como a veste cândida e a vela, pelos seus acólitos e pelos padrinhos, das três credências do altar-mor. Serviu de sumilher de cortina e enxugou os óleos, a convite do mestre de cerimónias, o Principal Furtado, um dos convidados, que se encontrava na primeira cadeira junto do Arcebispo de Braga e do bispo de S. Tomé. Por último a Princesa recolheu de novo ao leito da capela colateral.

O Deão, retirado o faldistório para o lado da Epístola, voltou-se para o altar e, sem a mitra, entoou o Te-Deum, que o côro continuou com música de Marcos Portugal (com uma execução que durou 48 minutos, — diz um dos cronistas), e terminados os versículos e as orações *pro gratiorum actione*, o Deão baptisante recebeu a mitra e deitou a bênção, como nos pontificais, depois do que voltou ao faldistório e assim se deu por finda a cerimónia do baptismo.



O cortejo foi de novo organizado, a Infanta sempre nos braços do visconde de Barbacena seguiu debaixo do pátio e tudo se encaminhou para o Paço. A comunidade acompanhou o cortejo até à saída do Templo.

\*

Em seis de Junho do mesmo ano um violento abalo de terra alarmou os habitantes do Palácio, que vieram aglomerar-se no largo fronteiro ao Monumento. A Princesa D. Carlota Joaquina, sem qualquer auxílio, tomou a Infanta nos braços e desceu ao claustro norte do edifício acompanhada simplesmente da sentinela da sala dos archeiros, que só abandonou o seu posto por imposição da Princesa, o que lhe valeu a subida ao posto imediato.

Muitas pessoas, principalmente as que ocupavam os mezaninos, passaram a noite no jardim do Cêrco, com receio de uma repetição que veio a dar-se no dia 10.

\*

Seis meses depois a família real abandona precipitadamente o palácio de Mafra, na véspera do embarque para o Brasil, e a Infanta condenada a uma vida de agitação, ao infortúnio, começou assim, desde tenra idade, a cumprir a sina adversa de amarguras de que resa a História.

*(Continua)*

JÚLIO IVO



## O MACHADO NEOLÍTICO DE CARVOEIRO

O nosso amigo, sr. Bernardino Tomaz da Silva, importante proprietário da freguezia de Carvoeiro, — Viana do Castelo — presenteou-nos com um interessante machado neolítico, objecto da presente notícia.

A freguezia é rica em vestígios arqueológicos: num dos seus montes encontram-se, assaz conservadas, as ruínas da cidade prè-romana conhecida pelo nome de Carbona (Carmona—Caramona), que mereceu um estudo do erudito investigador, General Sr. Lacerda Machado apresentado ao benemérito Instituto Histórico do Minho. Tégulas de característica cerâmica romana têm sido achadas com frequência. O toponímico dá ricos elementos, não só pela alusão aos Mouros (o que não significa, contudo, a sua necessária presença *in-loco*), mas, também, pelas designações nitidamente germânicas de *Fonte de Godos*, *Campos de Godozendo*, *Armães* (evolução de *villa Hermanis*, ut J. Leite de Vasconcelos, em resposta a consulta nossa); e, da Arqueologia histórica ha, ainda férteis contribuições em túmulos, convento, igrejas e capelas, cruzeiro comemorativo das invasões francesas, etc. Na freguezia limítrofe de Durrães, o infatigável investigador que é o professor sr. Daniel Maciel, tem encontrado instrumentos de tipologia asturiense na margem do Rio Neiva que, é possível haver, também na orla e nas praias fluviais carvoeirenses.

Foi num dos campos pertencentes ao nosso citado amigo que, eventualmente, depois de realizadas algumas operações de lavoura, foi encontrado o referido machado.

O exemplar é precioso.

A própria substância em que foi trabalhado é pouco vulgar em uso arqueológico: fibrolite.

O comprimento máximo é de oito centímetros e o gume curvilíneo do machado não tem um centímetro de flecha para três e meio de corda; esta corresponde à maior largura do objecto; a menor largura é de dois centímetros; a espessura máxima, mais próxima do gume do que da extremidade oposta a êle, regula por centímetro e meio. O seu pêso é de 125 gramas.

Com excepção do gume, relativamente afiado, as arestas que limitam os planos das restantes faces encontram-se boleadas, torneadas, devido ao polimento do objecto, que foi feito com cuidado mas não tanto que nalguns pontos, se bem que poucos, apareçam asperezas com todo o aspecto de serem irregularidades naturais do bloco que o artista não disfarçou ao lavar a pedra.

O machado é pequeno, como se vê pelas dimensões dadas. Não tem as de muitos instrumentos neolíticos, de maior talhe e pêso.

E' provável que tivesse sido utilizado para fins industriais nas muitas e variadas applicações que aos machados se dão; mas não é impossivel, também, que se trate dum machado votivo, portanto, testemunho da actividade espiritualmente superior do homem neolítico, de resto, já manifestada por outros índices.

Não raras vezes o homem fabricava *ex-votos* reproduzindo entes e objectos de uso comum, em substância ou dimensões não habituais e, daqui se infere que, por um processo mental de abstracção, tinha na sua frente, não a cousa ou ser material e utilizável, mas a sua imagem, como que a *ideia*, o que faz supôr a existência dum culto ou dum alto simbolismo de natureza espiritual.

E' certo que o machado de Carvoeiro, ora descrito, não está precisamente no caso de ter sido fabricado em matéria diferente, pois que ela tem, se não, a mesma contextura dos sílices, pelo menos resistência e dureza equivalentes; mas o seu pêso e dimensões exíguas permitem formular a hipótese de se tratar dum machado votivo.

FALCÃO MACHADO

AQVI·IAZ  
 LVIZ·DA·SIL  
 VA·MOVSI  
 NHO·DE·AL  
 BVQVERQ̄  
 QVE·FALES  
 CEO·NESTA  
 VILLA·DE·TOR  
 RES·VEDRAS  
 AOS·XXVII·DE  
 DEZEMBRO·  
 DE·MDCCCXLI  
 REQ.I.PAC. (\*)

## SANTIAGO

1

SA DE ANTO TXRA CABR  
 DE SVA M E DECENDENTE(S)

---

(\*) Publicada por Gabriel Pereira, ob. cit., pág. 17 e por J. M. Cordeiro de Sousa, *Noticias do Passado*, in «Diário de Notícias» de 14-5-36.

# GRAÇA

## 1

ESTA · CAPPELLA · MANDOV · FAZER · MA-  
RIA SERRAM · BORGES · PERA · SE SEPVL  
TAR · ELLA E SEV · MARIDO · BERTHOLA-  
MEV · PACHECO · DE SANDE · A QVAL · ORNOV  
E A PPARAMENTOV · DE RETABOLO · OR  
NAMENTOS · ALAMPADA · CALIX · GALHE  
TAS E CASTISSAIS · DE PRATA · E TVDO · O  
MAIS QVE ERA · NECESSARIO PERA O  
CVLTO DEVINO · E OS RELIGIOZOS DES  
TE CONVENTO · TEM OBRIGACAÕ DE  
DIZEREM HVA · MISSA · QVOTIDIANA · IN  
PERPETVVM · PELLA ALMA · DE BERTOLA  
MEV PACHECO · DE SANDE · E HVM OFISIO  
DE NOVE LICOENS · CADA ANNO · E · FAZE  
REMFESTA · COM MISSA · E PREGACAÕ  
TODOS OS ANNOS · EM SINCO DIAS · DE  
NOSSA SNRã · A SABER · PVRFICACAÕ A  
SSVMPCAÕ NATIVIDADE · CONCEICAÕ  
E EXPECTACAÕ PERA O Q TVDO DEIXOV  
RENDA FIXA · A ESTE CONVENTO · E DEIXOV  
MAIS SINCO MILRS DE IVRO · PERA A FA  
BRICA · DESTA CAPPELLA · COM OBRIGA  
CAÕ DE ESTAR · A LANPADA · ASEZA · TODOS  
OS DOMINGOS E DIAS SANTOS · E POR  
SVA MORTE DEIXA ESMOLA PARA HVA  
MISSA · QVOTIDIANA · POR SVA ALMA ·  
E OS ERDEIROS · DESTA CAPELLA · SAÕ  
FRANCISCO · VAS DA RVIVA · E IACIN  
TA LEITOA · E OS QVE ELLES AO EN DI  
ANTE NOMEAREM · CONFORME A ES  
CRITVRA · QVE FES COM ESTE CON  
VENTO · EN 20 DE MAIO DE 1644 <sup>(9)</sup>

---

<sup>(9)</sup> Publicada por Madeira Torres, *Descr. hist. e econom. da vila e termo de Torres Vedras* (ed. 1862), pág. 132, nota dos ed.

ESTA CAPELLA · HE DE MARIA · CABREIRA · E DE SVA IRMÃ · CA=  
 MILIA FROIS · FILHAS · DE ANDRE · CABREIRA · E DE MARGAIDA  
 PRETA · A QVAL ORNARAÕ E PARAMENTARAÕ A SVA CVS  
 TA · DE ORNAMENTOS · PRATA E TVDO · O MAIS · Q̃ PERA O OR=  
 NATO DESTA · CAPELLA · FOI NECESSARIO · E OS RELIGIOSOS  
 DESTE · CONVENTO · TEM · OBRIGACAÕ · DE DISEREM · PA SEMPRE  
 DVAS · MISSAS · QVOTIDIANAS · HVA PELLA · ALMA · DE CAMILIA · FROIS · PE =  
 LLAS QVAIS · MISSAS · DERAÕ DE ESMOLA · A ESTE CONVENTO  
 DOVS · MIL · CRVSADOS · CON Q̃ SE ACABOV · DE FAZER · ESTA IGRA  
 E DERAÕ MAIS · SEM · MIL R̃S · PA AS OBRAS · DA MESMA IGREIA  
 COM OBRIGACAÕ DE OS RELIGIOZOS · TEREM · A LAMPADA  
 DESTA CAPELLA · ASEZA · TODOS OS DOMINGOS · E DIAS SANTOS  
 E NESTA · CAPELLA · SE SEPVLTARAÕ TODOS · OS PARENTES Q̃  
 MARIA CABREIRA · NOMEAR · EM SEV TESTAMENTO CÕ  
 FORME · A ECRETVRA · Q̃ SE FES · NAS NOTAS · DE ANTONIO  
 DORIOS · AOS 10 DIAS · DO MES · DE IVNHO · DO ANNO DE 1638 (10)

ESTA CAPPELLA · HE DE AMT<sup>o</sup> GODINHO DA CVNHA · AQUAL  
 OVVE · E FES PA · SEPVLTR<sup>A</sup> · DE DONA M<sup>A</sup> · DAZ<sup>oo</sup> SVA MOLHER  
 E PA NELLA SE ENTERRAR · E AS MAIS PAS Q̃ ELLE ORDENAR TEM  
 OBRIGASAÕ OS PADRES DESTE COMVENTO DIZEREM NE  
 LLA PERA SEMPRE MISSA QVOTIDIANA COM RESP<sup>o</sup> PE  
 LLA ALMA DE DONA M<sup>A</sup> E · DO DE ANT<sup>o</sup> GODINHO · E DE ANT<sup>o</sup>  
 D · OLIVEIRA DA FONSECA · E VILANTE CABRAL DAZ<sup>oo</sup>  
 PAJ E MAY DA · D · DONA M<sup>A</sup> DAZ<sup>oo</sup> · Q̃ ASIM O MANDOV  
 EM SEV TESTAM<sup>to</sup> DEIXADO FAZENDA · Q̃ O D CON  
 V<sup>to</sup> POSVE · PA A D · OBRIGACAÕ · SAN MAIS OBRIGA  
 DOS A DIZEREM · TODOS OS PRIMEIROS · SABADOS DE

(10) Publicada por Madeira Torres; ob. cit., pág. 131 nota.

CADA MES MISA · CANTAADA A NOSSA SRÃ COM SEV  
RESPº · E HVM OFICIO DE 9 LICIS CADA ANNO EM  
28 DE IANRº · ERA DE 1626 DIA EM QVE · FALLECEO A DI  
TA · DONA M<sup>A</sup> · POR SVA ALMA E DO D · ANTº GODINHO  
DA CVNHA SEV MARIDO QVE DEV POR ESTA · O  
BRIGACAM · FOROS PERPEPETVOS DE DRº E MA  
IS · QVATRO · MIL E DVZENTOS · RES · CADA ANNO  
PERA · AZEITE · DALAMPADA DESTA CAPELLA · E  
FABRIGA · DELLA · OS QVAIS SE NA PODERAM  
GASTAR · EM OVTRA COVZA · COMO TUDO CO  
NSTA DAS ESCRITVRAS · FEITAS NAS NOTAS  
DO TA<sup>M</sup> ANTº DOS RIOS NOS ANNOS · 1627 · 628  
PATER · NOSTER · POR ESTES DEFVNTOS (11)

4

LUIZA. D'ABREU BULHÕES  
DA ANTIGA FAMILIA DE TRAS OS MONTES  
1810 = 1875.  
E SUA MULHER  
MARIA DA CONCEIÇÃO DE BULHÕES,  
1816 = 1872.

FORAM TRASLADADOS PARA AQUI OS SEUS RESTOS  
EM MARÇO DE 1890

RECORDAÇÃO DE SEUS FILHOS

---

(11) Publicada por Madeira Torres, ob. cit., pág. 131, nota.

# NOSSA SENHORA DO AMEAL

## 1

ESTA·CASA·DE : NOSA·SNRA·HE : OBRIGADA·Ē·CADA·HŪ·ANO· CĀTAR·LX  
E : DVAS·MISAS·S·LĪ·Ē : LĪ·SEGŪDAS·FEIRAS·DO·ANO : CŌ : SVAS·VES  
PERAS : CĀTADAS·E·TRES·Ē : TRES·FESTAS·DO : AÑO·S·NATAL·PASCOA  
E : SŪO : SPŪ·E·AS·SETE·Ē·SETE : FESTAS·PNCIPAES·DE·NOSA·SNRĀ·QVE  
VĒ : NO : ANO : E·QVORENTA : E·SETE·MISAS : PELLOS : BEĒS :  
LEIXADOS·AA·CŌFRARIA : P(ER)·OS·DEFVTOS·Ē·DE : MIL·B·BI : (12)

## 2

AQVI·IAS : ANA :  
DAGVIAR : MOL<sup>E</sup>R  
Q̄·FOI : DO·L<sup>oo</sup> : I·DE·CA  
MOES : FIDALGO :  
DA·CASA·DEL·REI :  
NOSO·SŌR·E·DO·SE<sup>v</sup> :  
DESEMBARGO : FA·  
LECEO·NESTA·VL<sup>A</sup> :  
AOS·XXII : DE·DEZ<sup>RO</sup> :  
DE·ISSI : (13)

(12) Publicada por Madeira Tôrres, ob. cit. pág. 115.

(13) Publicada por Madeira Tôrres, ob., cit., pág. 117.

3

S·DE MA<sup>EL</sup>·DA C  
VNHA E DE SE  
VS·ERD<sup>OS</sup>·ISS2

4

PE . . . . . DE  
NOSA SE(NH)ORA D IS6S

## CAPELA DOS SAPATEIROS

1

ESTE OSPITAL HE OBI<sup>G</sup>ADO  
PERA SÊPRE TER H<sup>V</sup> CAPELÃ Q DI<sup>Ç</sup>  
V<sup>À</sup> MISA C(A)DA DOMÏGO AOS C  
ÕFRADES DE SÃ GIÃO HË A SVA C  
APELA E DIRÃ A CL(E)TA DE ICLIN  
A DNE A FIDELIVM DEVS · Ê <sup>(14)</sup>

2

HOC·SACELLUM·A·SUTOR(I)BUS  
HUJUS·OPPDI·FRECTUM·EMPORIO  
DIVI·PETRI·AERA·CAESARIS·1397·  
DEINDE·HUC·A·MISERICORDIA  
TRANSLATUM·ANNO·CHRISTI 1586  
AB·PSA·INSTAURATÛ·EST·M·JUNII 1849 <sup>(15)</sup>

---

<sup>(14)</sup> Caracteres unciais. Mutilada em 1936. Publicada por Madeira Torres, ob. cit. pág. 148 nota e por Pinho Leal, *Port. ant. e mod.* vol. 9, pág. 672, nota.

<sup>(15)</sup> Publicada por Madeira Torres, ob. cit., pág. 148, nota, e por Pinho Leal, ob. cit. vol. 9, p. 672, nota.



## CHAFARIZ DOS CANOS

1

ERECTVM·EST·HOC  
OPVS·PER·.....ATV̄  
DVADV VELHO IVDICĒ  
IVSSV·INFANTIS·DO  
MINE NOSTRE·ANO  
1561 <sup>(16)</sup>

2

AD PUBLICAM UTILI=  
TATEM·ET IN MAIO=  
RUM REVERENTIAM  
ANNO 1831

3

REAEDIFICARE ET DE=  
NUO HOC MONUMEN=  
TUM ERIGERE JUSSIT  
PRAETOR I. P. Q. EMAUZ

## CHAFARIZ DO LARGO DA CÂMARA

IOSEPHO I  
P. P. IMP. AD  
CARCER PO  
PUL. Q. COM  
MOD FONT.  
HUNC PUBL  
EXP PRES.  
PROV. ERIG  
CVRAVIT AN  
MDCCLXXVI <sup>(17)</sup>

<sup>(16)</sup> Publicada por J. Vieira, *Torres Vedras Antiga e Moderna*, pág. 94.

<sup>(17)</sup> Publicada por Pinho Leal, ob. cit. vol. 9, pág. 680, e por J. Vieira, ob. cit., pág. 99.

# CÂMARA MUNICIPAL

1

ESTA CASA: E QUINTAL  
HE DO CONCELHO:  
ISIS: <sup>(18)</sup>

2

AETERNII.SACR  
IMMACVLATISSIMAE CON  
CEPCIONI MARIAE IOAN IV  
PORTVGALL.REX VNA  
CVM GENERAL.COMTI  
IS SE ET REGNA SVA.  
SVB ANNVO CENSV TRI  
BVTARIA PVLlice MOVIT.  
ATQUE DEIPARAM IN IMPE  
RII TVTELAREM ME LECTAM  
A LABE ORIGINALI PRAE  
SERVATA PERPETVO DEFEN  
SORV̄ IVRAMENTO FIRMA  
VIT.VIVERE TVT PIETAS  
LVSITAN.HOC VIVO LAPIDE  
MEMORIA LEPERENNE  
EXARARI IVSSIT  
ANN.CHRISTI MDCXLVI  
IMPERII SVI VI

# MUSEU MUNICIPAL

ESTA IRMIDA MANDOU·FA  
ZER·JO ALUËZ·POR·DE SANTA  
M DO CASTELO·E FOY ACA  
BADA ËNO ANO DE NO  
SO SOR IHU DE T E III E R I  
ANOS <sup>(19)</sup>

---

<sup>(18)</sup> Publicada por Gsbriel Pereira, ob. cit., pág. 12.

<sup>(19)</sup> Caracteres got. Publicada por Pinho Leal, obr. cit. vol. 9, pág. 690.

# CARTAS DE PAÇO D'ARCOS

(Continuação da pág. 104)

## XIV

Já agora levemos a cabo o importante registo que mais parece ou pode supor-se ser uma auto-biografia autêntica.

Em 13 de Junho de 1751, o soldado de 16 anos antes, partia de novo para o Brazil — «com o emprego de Governador e Capitão General» — das duas capitánias do Grão Pará e Maranhão, começando sem detença — «com a maior actividade e constancia a executar as Reais ordens para se restaurar e restabelecer aquele importante Estado, da última ruína a que estava reduzido, regulando a arrecadação da Fazenda Real e fundando o estabelecimento sólido das Reais rendas que achou extinctas».

— «E com o estabelecimento delas» — vai dizendo redundantemente o diploma, — «a forma da sua efectiva arrecadação, a liberdade dos infelizes indios que gemiam na mais dura e perniciosa escravidão, a fraqueza do commercio, e ultimamente o injusto, arrogante e universal poder dos chamados jesuitas estabelecidos em todo aquele Estado, constituíam os interessantes fins que deviam ocupar todo o seu cuidado».

Ora para os citados fins, diz o documento e temos de crer na fé dele, que não temos agora tempo nem lugar para maior averiguação, Furtado de Mendonça, seguiu — «os importantes meios que eu honrei com a Minha Real aprovação e que felizmente lhe serviram para com effeito executar as piíssimas e importantíssimas ordens que Eu fui servido mandar-lhe expedir para resuscitar aquele muito mais cadaver do que Estado».

Não esquecendo nem demorando, a-par-das providências de ordem e conveniência interna, as que assegurassem a defesa e consolidação, — a expansão mesmo, da soberania portugueza, — o Capitão General, penetrando pela margem norte do Amazonas, foi fundar no Macapá a vila de S. José e — «estabeleceu nela os seus primeiros moradores, delineando a fortaleza que ali se acha».

Feito isto deitou-se a jornada — «por toda a dita margem setentrional até à fortaleza dos Pauxis, na extensão de mais de 300 léguas e, visitando as povoações que naquelas partes existem, successivamente passou nesta deligência à margem austral do mesmo rio e aos caudalosos rios Tapajos, Chingú, Abacaxis, Aratinem e outros muitos que entram por esta parte

naquele rio das Amazonas até se recolher à cidade do Pará, no fim de Julho de 1752», — um ano depois de ter para ela partido de Lisboa.

Com este tirocinio de explorador, Furtado, recebendo ordem para preparar as demarcações dos domínios portugueses «da parte do norte», organizou uma expedição — «de muitas e grandes embarcações que eram necessárias para aquele fim e todos os mantimentos e petrechos que se faziam precisos para o exército que marchava a encontrar e socorrer os comissários hespanhois com os quais havia de concorrer não só como General mas como Plenipotenciário; — e poz-se êle próprio a caminho em 4 de Outubro de 1754.

Prosseguindo na exploração dos grandes afluentes do Amazonas, visitou — «as chamadas Aldeias nele estabelecidas por toda a extensão do dito rio e do rio Negro, até finalmente chegar ao arraial da Aldeia de Mariva, hoje vila de Barcelos, com 88 dias de perigosa e prolixa viagem».

Ali deveria encontrar-se com comissários castelhanos.

Tendo provido à instalação da numerosa expedição e da que se esperava com êsses comissários, Furtado por não perder o tempo e acautelar o futuro, subiu o rio Negro até às cachoeiras, fazendo plantar roças para o abastecimento do arraial, — «dando todas as providências indispensaveis para se podererem executar, sem falta alguma e com toda a decência, as Minhas Reais ordens».

Para a côrte propuzera êle a fundação de uma colónia — a vila de Borba a Nova, — no rio da Madeira, colónia iniciada já sob o nome de Aldeia do Trocano.

Recebendo a autorização régia, partiu em 6 de Dezembro (1755) do acampamento, onde regressava a 13 de Fevereiro do ano seguinte, tendo deixado fundada a nova vila.

No sertão se conservou todo um ano, regressando em 24 de Dezembro de 1756 ao Pará, para — «principiar logo a dispor a publicação das duas piissimas e santissimas leis da liberdade dos Indios e da abolição do governo temporal dos Regulares, de sorte que na sua execução não houve as perturbações, tantas vezes sucedidas naquele Estado por semelhantes motivos, tendo a felicidade de dispor este negocio por tal forma que, exceptuados os Regulares, não houve pessoa alguma que deixasse de conhecer o interesse que resultava das referidas Leis, não só ao Estado, em comum, mas também a cada um dos habitadores dele, no seu particular».

Desta vez, pelos menos, é indeclinavelmente verdadeira a adjectivação enfática do Alvará.

São as duas leis, posto que das menos conhecidas, das mais autenticamente gloriosas da administração «pombalina», e com uma delas, — a da

liberdade dos Indios, — que aliás não é singular, podemos nós fazer engulir às prosápias filantrópicas dos anti-escravistas de hoje as malsinações sandias com que se não têm fartado de caluniar a nossa dominação ultramarina.

Caracteristicamente importante sob todos os aspectos foi igualmente a secularização — mais exactamente a restituição ao domínio e governo do Estado, — do aldeamento dos indígenas, original processo de colonização e de cultura pelo qual, contudo, nem sempre e inteiramente são razoáveis e justas as banais acuações feitas aos jesuítas

A própria execução inteligente dessa medida revela que não se desconhecia, nem brutaemente se quiz destruir, o que havia de prático e proveitoso no processo, pois, que longe de abolir e dessolver o aldeamento, por um lado — «ficaram todas aquelas povoações inteiramente livre da tirania que as tinha assolado, respirando dela debaixo de meu Real e Fidelíssimo Domínio», — isto é do domínio directo do Estado, — e por outro, o próprio Governador e Capitão General se propoz, internando-se de novo no sertão, a promover e desenvolver êsse aldeamento.

Muito interessante, o registo do diploma, nesta parte.

— «E mandando eu reduzir a povoações civis e decorosas todas as Aldeias que até àquele tempo haviam sido pouco menos do que currais de homens, tratados neles como animais, «Furtado de Mendonça saiu do Pará — «a fim de vagar como vagou (leia-se: vagueou) por todos aqueles grandes e numerosos rios para neles fundar por si mesmo as ditas povoações em toda a distancia do rio das Amazonas e suas margens setentrional e austral e igualmente nas do Rio Negro e todos os mais que se engolfam no mesmo rio das Amazonas, em mais de 800 léguas de distância, estabelecendo nelas 62 vilas e lugares, fundando naqueles povos a cristandade que não conheciam, dando-lhes regras para o seu governo civil e económico, e fazendo-lhes conhecer as utilidades da lavoura e do commercio pela composição do Directório que eu fui servido elevar a Lei e mandar imprimir e publicar para se ficar seguindo, observando e por êle se governarem aquelas povoações».

## XV

Tracejando elogiosamente a actividade, a dedicação «ao Real Serviço»; em suma e como diríamos hoje: o senso organisador e regalista do enérgico e digno irmão e delegado do grande estadista, não desaproveita êste o belo ensejo de acentuar, — de carregar mesmo, talvez, — com igual ou maior vigor o fundo negro do qual a sua obra resalta gloriosamente.

Achava-se, diz o diploma, — «todo aquele continente e toda a substância

dêle debaixo do domínio e dominação dos jesuitas que nele tinham lançado tão profundas raizes e se achavam de mais possuidos pelas temerárias imaginações de que nem eu mesmo nem pessoa alguma tinha direito ou acção ao referido Estado e que todo o interêsse devia ser e era insolidez do comum daquela arrogante sociedade, por cuja razão não sobejaram ao sobredito — capitão-general — «nem eficácia nem prudência nem tolerância alguma que podessem ser conducentes para arrancar o mesmo vastíssimo continente das mãos dos ditos jesuitas que o reputavam absolutamente pertencente à sua referida sociedade e que dele se tinham feito tiranos formidaveis e invenciveis régulos».

Não exagera muito, o texto, valha a verdade mas a culpa não era tanto dos jesuitas como dessa mesma Coroa.

Emancipada a administração — «por se achar a arrecadação dos dízimos e tudo o mais pertencente à fazenda real inteiramente absorvida», — Mendonça Furtado — «tal método» — applicou às finanças amazónicas — «que só na ilha de Joanes, quando pelas absolutas usurpações dos ditos Regulares nunca o maior rendimento dos seus dízimos passava de 204\$000-reis, logo no anno de 1756 subiu o rendimento dos mesmos dízimos a 13:000 cruzados e depois a 27:000». Também os dízimos do comércio dos Indios, que nunca houve até àquele tempo, passaram a fazer uma atendível soma no recebimento da Real Fazenda e se foram aumentando à proporção todas as mais arrecadações, como me é notório ao meu ministério e a todo aquele vastíssimo Estado».

Chamado à Côrte a convalescer — «das graves e perigosas enfermidades em que o fizeram caír aquellas continuadas fadigas e trabalhos de corpo e de espirito» — Mendonça Furtado chegando a Lisboa em 28 de Maio de 1759 recebia em 18 de Junho seguinte, — «por um puro efeito da minha incomparavel grandeza» — diz-lhe o Rei, — «a distintíssima honra» — de ser nomeado — «no emprêgo de Secretário de Estado que se acha exercitando».

Como estas coisas se tem simplificado depois! . . .

Estavam arrançadas muitas illustres pessoas do nosso conhecimento se tivessem de maçar-se tanto para serem ministros . . .

Para encurtar como faz o diploma, registaremos apenas os principais serviços incumbidos ao novo Ministro: — «regulação e pagamento das dívidas antigas dos Armazens», — govêrno e economia do Arsenal da Ribeira das Naus» — direcção do cemércio dos cortes e transportes das madeiras dos domínios ultramarinos para a construção das fragatas e naus de guerra desta Coroa», — intendência sôbre a fundição da artilharia para os Arsenais da Marinha e Exército» — «planos do estabelecimento da Marinha que foi criar na cidade do Pôrto» — havendo — «promovido quanto cabia nas suas

fôrças todos êstes tão diversos e tão importantes emprêgos com applicação, trabalho, desvelo e efficácia a que se pode estender o seu ilimitado zêlo e amor que tem à Pátria e ao meu Real serviço».

Em face pois desta longa e brilhante fôlha de serviços, e não por querer enaltece-la imodestamente, mas ainda—«sim e tão sómente por grandeza minha e para lembrança da mesma honra que me tem devido»—quem tal havia de entender se o não dissesse o diploma?—Mendonça Furtado pedira ao Rei que—«lhe fizesse mercê conceder aquelas graças que à minha real benignidade parecessem competentes para o referido efeito» — e até para que não tendo sucessores e não precisando maiores proventos, ficassem na casa—«a que deveu o nascimento, a educação e a subsistência perpetuadas algumas honradas memórias de que êstes mesmos serviços que tem feito foram engrandecidos por mim e ao mesmo tempo estimulem os sucessores dela para me servirem com o mesmo zêlo, disvêlo e deligência com que êle tem procurado exceder o seu pequeno préstimo».

Comovedor, não é verdade?

Pois é exactamente com êste enternecedor pretexto, — «e para que na sua casa fique sempre viva a memória da boa vontade que lhe tenho e em remuneração dos sôbreditos serviços»,—que o Régio alvará conclue por — «fazer mercê, além de outras a seu irmão o Conde de Oeiras, do senhorio da vila de Oeiras» — mercê que o mesmo conde sempre providente e formalista não se demora em fazer desdobrar em duas cartas de doação, uma de 10 de Novembro relativamente à jurisdição de apurar as eleições da Câmara, de nomear para os diversos officios, etc., outra de 24 do mesmo mês e ano.

Por esta última fica entendido e definido que—«os quartos e direitos do reguengo de Oeiras» — ficam—«para sempre vinculados» —ao morgado do conde—«ficando para sempre com a natureza de bens patrimoniaes para todos os herdeiros e sucessores da sua casa e morgado, os quais direitos do reguengo comprehendem tôda a dita vila e seu termo com o território assinado no § primeiro do seu Foral, pertencendo ao mesmo reguengo todos os maninhos e terras incultas, e os direitos do quarto que se deve pagar comprehendendo todos os frutos que se medirem por pote e alqueire».

Estava desta vez constituído o feudo de Oeiras e reconhecido e proclamado seu régulo Sebastião José de Carvalho e Melo.

LUCIANO CORDEIRO

## DESCRIÇÃO DAS PINTURAS DO REAL PALÁCIO DE MAFRA

(Continuação da pag. 112)

No 2.<sup>o</sup> vemos a pintura do 1.<sup>o</sup> cerco de Diu sustentado tão valorosamente.<sup>10</sup> por Antonio da Sylv.<sup>12</sup> de Menezes.

Sultão Badur Rey de Cambaia vendose precisado avalerse dos nossos p.<sup>3</sup> rebater as forças dos Mongules ou Mogores seus inimigos deu licença p.<sup>3</sup> edificarmos a fortaleza de Dio. Seu sobr.<sup>o</sup> esucessor Mahamud pertendeo destruilha depois dever malogradas todas as suas delig.<sup>as</sup>..... a Nuno da Cunha entao g.<sup>or</sup> da India p.<sup>3</sup> q̄ o protegesse concedendolha e supermio a licença de edificar a fortaleza de Diu q̄ os nossos desejavao com ardor havia m.<sup>10</sup> esta fortaleza e muralhas foi feita em 49 dias enomendo p.<sup>3</sup> g.<sup>or</sup> della Ant.<sup>o</sup> da Sylv.<sup>3</sup> deMenezes cunhado de Nuno da Cunha. Badur vendo-se poucotp.<sup>o</sup> depois livre dos Mogores quis traidoram.<sup>10</sup> tor-

---

Toda a vida de Maria de Medicis pintada superiorm.<sup>1c</sup> em 24 paineis na Galeria do Luxembourg he cheia de similh.<sup>es</sup> liberd.<sup>es</sup> Logo no 1.<sup>o</sup> painel as 3 Parcas fiao os dias da q.<sup>1a</sup> Princesa debaixo dos auspicios de Jupiter e Jano. No 2.<sup>o</sup> Lucina com hua tocha illumina as Graças da minina acabada de nascer. ... aguardar a cid.<sup>o</sup> de Florença aq.<sup>16</sup> tem junto asi o D.<sup>3</sup> torio Arno os destinos espalhao sobre ella flores as mãos cheias e assi os mais O Poussin personificou tb.<sup>em</sup> a Nilo no seu quadro de Moyses salvado das aguas. Raphael na passagem dos Israelitas com a arca do Testam.<sup>10</sup> pelo jordão representou aq.<sup>16</sup> rio na figura de hũ velho q̄ empura as aguas com as mãos as q.<sup>3</sup> formao como os muros de hũa rua poronde ape enxuto po.<sup>e</sup> de passar o exercito. Lebrun na Galeria de Versailles onde colorio as açcoens gloriosas de Luis 14 representou em hũ quadro o Heroe na figura de hũ velho q̄ selevanta espantado à vista daq.<sup>1c</sup> monarca etremulo demedo deixa cair das mãos o remo ou especie de lanca q̄ lhe serve de divisa.

Em outro quadro m.<sup>1as</sup> figuras humanas q̄ representao as cid.<sup>es</sup> eos rios das front.<sup>as</sup> Holandezas e as atropeladas pelo carro do Rey guiado pela victoria: A Hespanha querendo obstar aos seus progressos he ferida e deixa cair amascara. Tb.<sup>em</sup> os melhores Poetas tomarao similh.<sup>es</sup> liberd.<sup>es</sup> Camoens introduz o Indo e o Ganges no 4. st 73 fallando com El Rey D. M.<sup>er</sup> indaq̄ em sonho. Voltaire no C. 1.<sup>o</sup> da..... corpos humanos e.....

Les vents sont dechainés sur les vagues emues.

Milton faz caminhar a victoria comgrd.<sup>es</sup> asas ao lado do Messias: Se tantas etaes aurothid.<sup>es</sup> nao bastassem p.<sup>3</sup> satisfazer os criticos, poderiamos lembrar lhes q̄ tb.<sup>em</sup> nas escrituras seachao mt.<sup>as</sup> similh.<sup>es</sup> imagens só repetiremos hua q̄he tirada do Psalmo 97. v. 9. Os Rios baterao as palmas das mãos eas montanhas exultarao ou estremecerao de prazer na P... do S.<sup>r</sup> &.



nar a ter a praça mas sendo descoberto morreo afogado foggindo dos nosos q.<sup>o</sup> querião prender. Succedeolhe seu sobr.<sup>o</sup> Mahamud q̄ foi logo a tempo contra o forte combinando o seu exercito comoutro. . . . 14 & h. comandados por Alucasso e Coge Çofar, oq.<sup>1o</sup> Solimão, Baxa do Cairo, ali conduzio em 70 velas composto de Janisaros Mamalucos Tarlaques Arabes Abexinos e. . . . . forçados e renegados; bloquearão regularm.<sup>1o</sup> a praça. elles formarão 6 baterias com mais de 100 peças, alem de 9 basiliscos q̄ jogavao ballas de 90 p<sup>a</sup> 100 libras e 5 morteiros q̄ lançavão pedras de 6 a 7 pes de circunferencia tudo dirigido porhabeis engenheiros de modo q̄ desde 4 ate 29 de 8.<sup>bro</sup> de 1538 e fogo incess.<sup>1o</sup> foi tao vivo q̄ arruinarao totalm.<sup>1o</sup> as muralhas. Silv.<sup>ra</sup> q̄ vivia (?) e prevenia tudo vigiava mandava e combatia em toda a p.<sup>1o</sup> tendo só 40 homens dos 600 deq. era composta aguarrição 4) q̄ por faltos de forças. e de muniçoens não podião cõbater com elles ecom as mulheres, q̄ Isabel da Veiga m.<sup>or</sup> de h̄ Off.<sup>a1</sup> e Anna Frez casada com o cirurgiãõ mor enduziãõ apegar emarmas. rebateu todos os assaltos continuados de dia edenoite; No ultimo, q̄ foi geral, emq.<sup>1o</sup> 14 galeras a acometerão dap.<sup>1o</sup> do mar. 14§ homens divididos em 3 corpos a escalavao pela banda da terra. Rebatido o 1.<sup>o</sup> corpo, investio o 2.<sup>o</sup> com maior furor, mas os cercados domabravura de leoens os rechaçarão tb.<sup>em</sup> oq̄ visto pelos q̄ compunhao o 3.<sup>o</sup> destacam.<sup>1o</sup> investirao sim mas frouxam.<sup>1o</sup> ebemdepressa seretirarão tendo 500 mortos emais de 1§ feridos. Frc.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> de França md.<sup>oo</sup> por embaixadores ã Lx.<sup>a</sup> pedir oretrato d'Ant.<sup>o</sup> da Sylvr.<sup>a</sup>

O Assumpto do 3.<sup>o</sup> painel he a construcção da fortalleza de Cochim por Affonsode Albuquerque.

Odo 4.<sup>o</sup> representa a batalha naval eq̄ o vicerey D. Franc.<sup>o</sup> de Almd.<sup>a</sup> derrotou o famoso Cutival noporto de Panasse em 26 de 9.<sup>bro</sup> de 1507.

Tristão da Cunha depois deter com Albuquerque e D. Affonso de Noronha derrotado o bravo Atybraim (?) f.<sup>o</sup> do Rey de Coxim, nopais dos Tartagues, foi a India fez levantar ocerco de Cananor e emq.<sup>1o</sup> esperava monção p.<sup>a</sup> partir de Cochim p.<sup>a</sup> Lx.<sup>a</sup> foi como ViceRey D. Fr.<sup>co</sup> de Almeida em 12 embarcações a Panana 15 leguas de Cochim queimar 16 navios dos Mouros. e tb.<sup>em</sup> a cid.<sup>o</sup> q̄ seguia opartido do Camori D. Lourc.<sup>o</sup> de Almd.<sup>a</sup> e Nuno da Cunha f.<sup>os</sup> dos 2 generaes e emulos novalor fiserao as maiores proesas Dos nosos morrerao 18 os inimigos perderao 200 p.<sup>a</sup> 300 h. etoda a artilheria. O vicerey armou alli alguns cavallr.<sup>os</sup>

Este painel. inventado eexecutado por famoso pintor soccorrido por h̄u sabio a.<sup>o</sup> dos artistas e das polidas artes q̄ conhece he digno deornar o Palacio de Mafra. em.<sup>1o</sup> superior atodos os elogios q̄ eu lhepoderia faser. (em *entrelinha*;) he de Seqr.<sup>a</sup> tem cousas boas em detalhe otodo fas máo ef.<sup>1o</sup> ha na composicao e prespetiva dos planos bas.<sup>1o</sup> erro.

Não me lembra q.<sup>1</sup> dos gr.<sup>des</sup> poetas da Italia querendo louvar outra excelente batalha tb.<sup>em</sup> excl.<sup>te</sup> disse q nella morti i morti e ivivi pareamo vivi. Nao sepode diser mais em menos palavras e este nosso parece tersido feito p.<sup>a</sup> aobra deq. tratamos.

No 5.<sup>o</sup> painel sedá hua idéa do triumpho de DJoão deCastro em Goa.

Coge Çofar; f.<sup>o</sup> dehū Italiano e d'hua Grega era isto a q sechama hū fino politico enao podendo ganhar amiz.<sup>o</sup> econfiança dos nossos como de sejava sobe ocultar hū odio mortal debaixo de hua amiz.<sup>o</sup> apar.<sup>te</sup> Os seus pres.<sup>tes</sup> e civilid.<sup>es</sup> faziao dormir os nossos já m.<sup>to</sup> relachados moles ericos. elles roubavao as f.<sup>as</sup> emulher dos Mouros egentios ematavao-nos comose fossem caens. os Latrocinos erão freq.<sup>tes</sup> os navios apodrecião nos portos as municoens erao vendidas aos inimigos pelos feitores e ate pelos mesmos command.<sup>tes</sup> os sold.<sup>os</sup> desertavao por falta depagam.<sup>to</sup> e em Diu apenas estavao 90 homens dos 250 q ogene.<sup>a1</sup> ali deixára q.<sup>to</sup> Çofar depois de 7 a.<sup>s</sup> depreparativos seresolveo aromper aguerra. D Joao Masc.<sup>as</sup> entao g.<sup>or</sup> da Praça sepreparou omelhor q pode e defendeo como hū heróe ateq sendo socorrido sucessivam.<sup>te</sup> por D. Fernd.<sup>o</sup> D Alvaro e D João deCastro. Este so com 4§ homens derrotou os 45§ Indios e 700 janisaros q formavao oexercito, matou os Chefes Juruscao (?) e Coge Çofar: Os nossos forao sempre exorta.<sup>dos</sup> pelo p.<sup>o</sup> Custodio dos Franciscanos o q.<sup>1</sup> ainda depois de ter obraco dir.<sup>to</sup> quebrado com hū tiro deped.<sup>ro</sup> continuou sempre a inspiarlhe valor e confiança.

Isabel Friz fez gr.<sup>do</sup> . . . entre o inimigo e Isabel Mad.<sup>ra</sup> m.<sup>er</sup> docirurgião mor morreo cõbatendo com m.<sup>to</sup> valor.

Em Goa foi D. João recebido debaixo do Palio coroado de palmas seguido por Jusarcao sobr.<sup>o</sup> do gener.<sup>1</sup> domesmo nome epor 600 prisonr.<sup>os</sup> despojos petrexos deguerra bandr.<sup>as</sup> arrastadas: As damas das janelas oroadas de ricas tapeçarias da India lhe Deitavao flores eaguas cheirosas Senos compararmos esta entrada de D João de Castro em Goa comas de Paulo Emilio Julio Cesar Aureliano em Roma parecernos há hua procissão enão hū triúfo; mas era tal amodestia dos heroes portugueses q este mesmo acto pareceo mt.<sup>o</sup> vaidoso a Rainha D. Catharina q.<sup>do</sup> disseq DJoão seovera como Catholico mas triufara como gentio. He de. . . . Calisto. foraocolocados e 1804 e o de Pacheco e 1805.

O 6.<sup>o</sup> painel contem Duarte Pacheco defendendo o Passode Cambalans; He de Seqr.<sup>a</sup> o heróe seacha sobre onavio mt.<sup>o</sup> aolonge demodoq senão vê alguns barq.<sup>ror</sup> no 1.<sup>o</sup> pavim.<sup>to</sup> deitão vigas e taboas naagoa. hū comitre toca atrõbeta cõ q os m.<sup>da</sup>, nhū barco emoutro mais longe está hū guerr.<sup>o</sup>

eemdistici.<sup>3</sup> tem acid.<sup>c</sup>: Os barqr.<sup>os</sup> são bempintados: e opainel faz bom eff.<sup>o</sup> mas o asūpto hemal desempenhado. No tecto João Glz Zarco da Camara descobre a Madr.<sup>3</sup> onde achou os Sepulcros d'Arfet e Manchin por 1420 Rodrg<sup>o</sup> deSouza como Padrinho assiste ao baptm.<sup>o</sup> dorey deCongo, Vascoda Gama herecebido em Calecut pelo Samori Pedralvares Cabral em Porto Seguro md.<sup>ov</sup> arvorar a Cruz pelo P.<sup>o</sup> Fr. Henrq<sup>e</sup> Superior dos Mission.<sup>os</sup> Franciscanos em 1500: Nomeio afama ea Cosmografia Sustentado amedalha de D Henriq.<sup>e</sup> a 1.<sup>a</sup> o laurea epregoa as suas accões a 2.<sup>a</sup> comocompasso apontap.<sup>a</sup> o cabo sobreoglobo aestorea oindica aseugenio lhetira ovéo Gama investe com o Adamastor q̄ o ameaça, e turbado está mas não medroso Cabral he levado pelos temporaes ao Brasil c̄ baixo, e Colombo he trasido em ferros pela perfidia depois de descobrir o Mexico... hū genio escreve na tabela oseu epitafio a Castella ya Leon nuevo mūdo dio Collon.

Nos almofadados ha letr.<sup>os</sup> 1.<sup>o</sup> vascoda Gama desembarca em Calecut. Cam. Lusiad canto 7.<sup>o</sup> st. 44 Arcanjo Foschim inv. epint. em 1804. Os Almd.<sup>as</sup> derrotao Cutialli em Panane. Barros Dec. 2.<sup>o</sup> cap.<sup>a</sup> 6.<sup>o</sup> L.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> D.<sup>os</sup> de Seqr.<sup>a</sup> inv. epint. em 1804. Aff.<sup>so</sup> d'Albuquerque fez edificar afortalesa de Cochim. La Fiteau hist des Decouvertes L.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> Cyrillo inv. epint. 1804. Ant.<sup>o</sup> da Silvr.<sup>a</sup> de Menezes fas levantar ocerco de Diu, Faria e Souza. Asia Portugu.<sup>a</sup> T. 10 P.<sup>to</sup> 4.<sup>a</sup> n.<sup>o</sup> 5 e Seg.<sup>tes</sup> Jose da Cunha Taborda inv. epint. em 1804. D João de Castro triúfa em Goa de Jusarkan. Andrade Vida de D. João de Castro L.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> n.<sup>oo</sup> 40 e 41. Calisto (B<sup>meu</sup>) Inv. epint. 1804 Duarte Pacheco desbarata o Camori nopasso Cambalam. La Fit. Histoire des decouvertes L.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> D.<sup>os</sup> de Seqr.<sup>a</sup> inv. epint. em 1805.

Andre Glvz tentou Academia, e fez escrever a carta Apologetica oterremoto consumio m.<sup>tas</sup> pinturas. ARaynha no alvara de 23 de Agt.<sup>o</sup> de 81 § 25 declaraq̄ os Professores e substitutos da Aula de desenho gosarão os privilegios denobres encorpord<sup>os</sup> em dirt<sup>o</sup> especialmente no Codigo tit. de P<sup>rofessoribus</sup> et Medices e... de... todos os q̄. a frequentarē.

Como os escrupulosos podem desaprovar q̄ nhū painel puram.<sup>to</sup> historico se mtroduzisse hua figura fabulosa ou pelo menos emblematica, nos lhe lembrariamos q̄ seachão nos melhores pintores enos mais famosos poetas similh.<sup>es</sup> liberd.<sup>es</sup> Richardson noseu Ensaio sobre a Theoria da Pintura o Abb.<sup>o</sup> Du Boi nas suas reflexoens criticas oauthor do Dicionr.<sup>o</sup> Iconologico, em.<sup>tos</sup> outros as aprovão, eaconselhão, comtanto q̄sejão trazidas a proposito. Toda avida de M.<sup>a</sup> de Medicis pintada superior.<sup>te</sup> pelo Rubens em 24 paineis na Galeria do Luxembourg: he cheia desimilh.<sup>es</sup> alegorias No painel q̄ repres.<sup>ta</sup> o

desembarque sevê a França ea Cid.<sup>o</sup> de Marselha personificadas recebendo arainha debaixo do paleo, seguida de Nereidas e Tritoeus... easim são todos os mais: O Poussin noseu Quadro de Moyses salvado das agoas deu uma forma humana aorio Nilo o mesmo fez Raphael na passagem da Arca pelo Jordão, representando este rio na figura de hũ velho q̄ com os braços aparta as agoas p.<sup>a</sup> hũ e outro lado. Le Brun na Galeria de Versailles pintou ant.<sup>o</sup>... no acto de q̄rerer levantar-se espavorido a vista de Luis 14 e tremulo demedo deixa cahir o ramo das mãos; e noutro quadro representou de baixo defiguras humanas m.<sup>tas</sup> cid.<sup>es</sup> erios da frontr.<sup>a</sup> Holandesa atropeladas pelo carro do rey guiado pela victoria; Camoens nos Lusíadas entroduz o Indo e o Ganges falld.<sup>o</sup> com el Rey D. M<sup>oi</sup> voltaire no canto 1.<sup>o</sup> das Henriadas da aos ventos corpos humanos... de cadêas. «Les vents sont des chaines sur les vagues emués. Milton faz caminhar a Victoria comgrd.<sup>es</sup> asas ao lado do Messias.

Setantos e taes exemplos não bastassem recorreriamos ás poesias sagradas dem.<sup>tos</sup> Psalmos: No v. 9 do 97.<sup>o</sup> achamos tb.<sup>em</sup> os rios com figuras humanas. Os Rios diz o Psalmista, bateram as palmos das mãos e as montanhas exultaram de prazer naprez<sup>a</sup> do Sr.

NOS GRD. <sup>es</sup>	NOS PAINEIS	NO RODAPÉ
1. <sup>o</sup> o Infante D. Henrique		
2. <sup>o</sup> Duarte Pacheco	A defeza de Cochim	A sua ētrada em Lx. <sup>a</sup>
3. <sup>o</sup> Os Almeidas	Acção marítima em Dio cõtra Hocē 1509	Estabelece hũ rey em Quiloa
	Acção contra o Catial em Panane e de mar	derrota o Emir no mar
4. <sup>o</sup> Aff. <sup>o</sup> de Albuquerque	Tomada de Malaca faz o forte de Cochim com seu primo	D. Fernd. <sup>o</sup> de Lima mostra mond. <sup>o</sup> o cam. <sup>o</sup> da gloria a seu irmão.
	Tomada de Goa de Albu- querque	
5. <sup>o</sup> Nuno da Cunha	Tomada de Baçaim To- mada de Damão por Martī Aff. <sup>o</sup> de Souza	Faz o forte de Dio
6. <sup>o</sup> D. João de Castro	O seu triunfo—sua morte	Defeza de Dio

Damão ao pé de Baçaim, estava desãparada; mas o forte tinha 200 turcos e... pontes. Mtim. Affonso de Souza gen.<sup>al</sup> do mar foi com 40

veas descala antes do dia. Fra.<sup>o</sup> da Cunha foi o 1.<sup>o</sup> q sobio mas a escada se quebra. Os inimigos abirão hua porta p.<sup>a</sup> sahir e os nossos entrarão por cima delles depois de renhido combate:

D Frc.<sup>o</sup> de Lima

D Luis de Atayde

D Frc.<sup>o</sup> Cout.<sup>o</sup>

D Antão de Noronha

D Constant<sup>o</sup> de Bragança

D João Masc.<sup>as</sup>

D Henrique de Menezes g.<sup>or</sup> 1525

João Glz de Castello br.<sup>co</sup> foi por baixo da artilheria de Goa tomar hu lingua nhũ Paráo. 1510.

P.<sup>o</sup> Mas.<sup>cas</sup> com Affonso de Albuquerque se signala no cerco de Benasterim, Mobeja p 477. do 1.<sup>o</sup> 1513

D Ant.<sup>o</sup> de Noronha

Almd.<sup>a</sup> da o throno de Quiloa q̄ tinha usurpado Ibrahim, nosso inimigo, a Mahomet Amonim. corooou com grd.<sup>e</sup> cerimonia, e ofez vassalo de Portugal. 1506 faz alli hũ forte

Depois de declarado Vicerey tratou de menor o rey de Cananor e concede como porgraça o fazer alli hũ forte.

D. Frc.<sup>o</sup> de Almd.<sup>a</sup> descobre Ceilão e toma posse della faz hu forte nas Anchedivas.

Diogo Mendes de Vasc.<sup>os</sup> fez pender a fortuna na tomada de Goa 1510. p. 27. e tem toda a honra desta jornada g.<sup>or</sup> de Malaca e Cochim.

Fortalezas edificadas por nos em Arguim Ilhas em S. Jorge da Mina, em Mozambique, em Cochim, em Anchediva, em Sofala, em Ormuz, em Ceilão, em Chaul, em Coulan.

Ant.<sup>o</sup> Moniz Barreto se retira de Candem.

Mathias d'Albuquerque defendeo o Brasil contra os Hollandezes

D. Constant.<sup>o</sup> de Brag.<sup>ca</sup> faz hua fortaleza em Damão.

Isabel Frz a velha de Dio ou tbem Isabel Madr.<sup>a</sup>

D. João Mas.<sup>cas</sup> succede a Sepulveda no Governo de Dio. Sustenta o 1.<sup>o</sup> cerco em q teve a principal gloria.

Ant.<sup>o</sup> da Sylvr.<sup>a</sup> de Meneses defendeo o 1.<sup>o</sup> An.<sup>o</sup>? 1.<sup>o</sup> md<sup>ou</sup> pedir o seu retrato em 1538. G.<sup>or</sup> Nuno da Cunha seu cunhado. . . . Gama de Noronha. D. Luiz de Mello em Malaca derrotou o Rey de Achem. soccorreo Goa. & no tp.<sup>o</sup> de D. Luiz de Atayde. 1571. Diogo de Mesquita Missionr.<sup>o</sup> não teme ser metido nhuã peça.

D. Antão de Noronha irmão do vicerrey D. Affonso. 1553. etb.<sup>em</sup> vicerey. Heitor da Sylvr.<sup>a</sup> em 1529 no tp.<sup>o</sup> de Lopo de S. Paio.

(Continúa)

## O BUSTO DA INFANTA D. MARIA, FILHA DE D. JOÃO III (\*)

A conservação do nosso património escultural de valor histórico, não tem merecido até hoje a atenção a que tem jus, dado o seu valor artístico e documental. Para justificação dêste acôrto, e referindo apenas o que respeita a Tomar, citaremos o facto de D. João III, de quem é uso citar-se o gosto artístico, ter mandado destruir os túmulos e jacentes dos mestres das Ordens de Cristo e do Templo, que existiam no interior da Igreja de Santa Maria de Olival, para fazer as desenxabidas capelas da nave do sul.

Nos meados do século passado, foi retirado das ruínas da Igreja de S.<sup>ta</sup> Catarina, não sabemos com autorização de quem, o túmulo com jacente de D. Gonçalo de Sousa, e transportado para o Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa, onde se acha exposto às intempéries, que acabarão por arruiná-lo, dada a natureza da pedra.

Ainda não há muito, e à mingua de umas centenas de Escudos, deixaram de se moldar e recolher a algum museu os bustos de D. João III, D. Catarina e Frei António de Lisboa, que existem no Convento de Cristo, de incontestável valor histórico, por terem sido esculpidos em vida dos retratados.

O estudo para identificação das estátuas que ainda não estão identificadas, também necessita ser metodicamente feito, conjuntamente com a reprodução indispensável, de forma a prestar-se ao estudo da indumentária e da iconografia portuguesa.

E' de justiça deixar aqui consignado que valiosos trabalhos, escritos e de documentação gráfica, têm já sido publicados sôbre a escultura nacional, por distintos investigadores e artistas, mas também não se deve ocultar que muitas dessas publicações têm desaparecido por falta de recursos e do auxílio do Estado, e que muito há ainda por fazer.

Procuraremos concorrer para êsse trabalho de identificação, com êste modesto estudo que, como adiante se verá, não é completo como desejávamos.

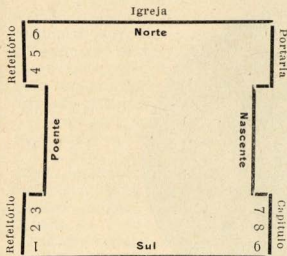
Nos restos do primitivo Claustro Principal, de João de Castilho, que

---

(\*) De acôrdo com o director da «Revista de Arqueologia», foi êste artigo publicado no último tomo dos «Anais da União dos Amigos dos monumentos da Ordem de Cristo».

servem actualmente de vestíbulo do Refeitório, existe na sôbreporta mais próxima da escada, um busto que julgamos ser o de D. Maria, filha de D. João III e de D. Catarina.

Está reproduzido na gravura a seguir, devendo desde já dizer-se que, devido às sugidades da pedra, os valores do claro-escuro estão falseados, o que, evidentemente, prejudica o valor da reprodução.



ESBÔÇO DO CLAUSTRO PRINCIPAL

Para seguirmos o raciocínio que nos guiou, apresentamos um esbôço dos restos do primitivo Claustro.

E' facto sabido, e incontroverso, que, no antigo vestíbulo do Refeitório, por onde se faz serventia de um dos púlpitos dêste, existem os bustos de D. João III e de D. Catarina nas sôbreportas indicadas respectivamente com os n.<sup>os</sup> 3 e 2. Na sôbreporta n.<sup>o</sup> 1 existe apenas um florão.

O busto que julgamos ser de D. Maria, está na sôbreporta n.<sup>o</sup> 4, existindo nas n.<sup>os</sup> 5 e 6 dois singelos florões.

No vestíbulo da Casa do Capitúlo, nos locais n.<sup>os</sup> 7 e 8 existem dois bustos de santos e, no n.<sup>o</sup> 9, o busto, com legenda, de Fr. António de Lisboa.

No vestíbulo da Portaria nenhum busto grande existe.

O busto do n.<sup>o</sup> 4, de que tratamos, não pode ser um simples medalhão ornamental, como era de uso empregar na época, porque outros medalhões análogos deveriam ser colocados em 5 e 6, como o exigiam os mais elementares preceitos architectónicos, tal como se deu no centro dos vêrgas das portas, com medalhões em baixo relêvo. Foi portanto êsse busto ali propositadamente pôsto, não havendo outro para colocar em 5 e 6, para equilíbrio da ornamentação, e que fôsse de pessoa categorizada para poder o seu busto estar ao lado do busto referido. Vejamos qual a categoria que deveriam ter, tendo em vista o rígor da pragmática da época.

No antigo vestíbulo do Refeitório, acham-se em 2 e 3 os bustos da rainha e do rei, sendo assim êste o lugar de honra, e, portanto, o outro vestíbulo do mesmo Refeitório, que actualmente serve, deveria ser o imediato local em primazias.

No vestíbulo do Capítulo, além das imagens de santos em 7 e 8 encontra-se também em 9, como dissemos, o busto de Fr. António, de Lisboa. Sendo êste um bastardo real, deverá o busto colocado no n.º 4 ser de personagem de gerarquia superior, ou seja de um dos filhos do rei. Isto presuppõe também que, à data da construção, não houvesse outros filhos em idade competente para os seus bustos occuparem as sôbreportas n.ºs 5 e 6.



BUSTO DA INFANTA D. MARIA

Os filhos de D. João III e D. Catarina, foram :

- D. Afonso, que n. em 1526 e m. de tenra idade;
- D. Maria, que n. em 1527 e m. em 1545;
- D. Isabel, que n. em 1529 e m. de tenra idade;
- D. Brites, que n. em 1530 e m. de tenra idade;
- D. Manoel, que n. em 1531 e m. em 1537;
- D. Filipe, que n. em 1533 e m. em 1539;
- D. Denis, que n. em 1535 e m. em 1537;
- D. João, que n. em 1537 e m. em 1554;
- D. António, que n. em 1539 e m. em 1540.



O exame desta relação mostra que o busto existente só pode ser o de D. Maria.

Embora não seja fácil dizer qual a idade que teria a retratada quando foi feito o seu busto, cremos que não andaremos muito longe da verdade atribuindo-lhe 7 a 9 anos. Sendo assim, vê-se que o Infante D. Manoel, o mais velho dos irmãos, teria quando a obra se fez, uns 4 anos, idade imprópria para figurar naquele local.

A data da execução desta parte do Claustro oscilaria assim entre 1534 e 1536, o que está em harmonia com o que é conhecido a êste respeito por documentos e pelas datas gravadas na obra. A empreitada que compreendia a construção dêste Claustro foi dada em 1533, embora se saiba que a obra havia começado já anteriormente. No púlpito do Refeitório existente na parede conjunta com o Claustro, está gravada a data de 1536. No vestibulo do Capitulo está gravada a data de 1545.

Restava agora, para confirmar estas suposições, comparar o busto com os retratos existentes daquela Infanta.

O livro *Portraits d'Infantes — XVI<sup>e</sup> siècle* (1), apresenta um retrato, de autor desconhecido, quando a retratada teria cêrca de 16 anos. Também, com esta idade, existe outro retrato, juntamente com os de seus pais, no quadro «Nossa Senhora de Belém», actualmente no Museu das Janelas Verdes.

Entre retratos esculpidos e pintados, tirados em idades tão distanciadas, e em tão diferentes períodos de desenvolvimento, não é fácil a comparação. No entanto, desta, não resulta uma impossibilidade.

A obra acima citada, indica ainda a existência, na Biblioteca Nacional de Lisboa, de uma iluminura alegórica, representando aquela Infanta, em criança. Infelizmente, nem naquela Biblioteca, nem no Arquivo da Torre do Tombo, se encontrou agora tal iluminura, cuja comparação com o busto de Tomar seria decisiva. Isto não quer dizer que ela não exista, e que mais tarde se não possa fazer a comparação.

A Infanta D. Maria, que nascera a 15 de Outubro de 1527, casou em 15 de Novembro de 1543 com o Príncipe D. Filipe, de Espanha, que depois foi rei, primeiro do nome, de Portugal. Faleceu em 12 de Junho de 1545, dando à luz o Infante D. Carlos, que veio a falecer a 24 de Julho de 1548, vítima da tremenda tragédia em que seu próprio pai teve o papel de agoz.

F. A. GARCEZ TEIXEIRA.

---

(1) Por Louise Roblot-Delondre. Paris, 1913. Pág. 105

# MOEDAS DE D. JOÃO I

UMA HIPÓTESE NA CLASSIFICAÇÃO DAS MOEDAS DE D. JOÃO PRIMEIRO

## I

1 — Todos aqueles que se dedicam a assuntos numismáticos conhecem as dificuldades que há em encontrar as fontes históricas onde se possam estudar as leis monetárias antigas e que essas dificuldades sobem de ponto quando se pretende apurar o motivo de alterações sobrevindas em determinadas espécies, e assim, o respeito que temos sempre pelos investigadores leva-nos a nunca deixarmos de prestar a nossa homenagem a todos aqueles que paciente e eruditamente rebuscando em arquivos teem podido trazer à observação daqueles que se interessam por estudos desta natureza o fruto dos seus trabalhos.

Entre nós, pela compilação que, dessas leis ou determinações dispersas fêz e pelo estudo que sôbre elas executou, não devemos deixar de destacar o illustre numismógrafo Teixeira de Aragão que na sua monumental obra sôbre a *Numismática Portuguesa* tanta documentação facilitou aos cultores desta Ciência.

Teixeira de Aragão é sempre para nós uma autoridade na matéria, perante cuja memória nos curvamos e cujas afirmações nos fazem reflectir profundamente antes de levados por deduções, ou, tiradas das suas próprias citações, ou, provenientes do conhecimento de elementos de que o Mestre não dispôs, nos atrevermos a contestá-las.

E assim, ao permitirmo-nos apresentar agora um estudo com o título *Hipótese na classificação das Moedas de D. João Primeiro*, não pretendemos, como aliás é muito vulgar hoje *corrigir* seja quem fôr, nem dogmáticamente estabelecer a última palavra sôbre o assunto, tão sómente nos propondo apresentar uma hipótese de alteração que se nos afigura determinada pela natural evolução que todas as ciências experimentam, mercê da contribuição de vários e do conhecimento de factos novos, para êste caso especialmente representados pelo aparecimento de exemplares desconhecidos a Teixeira de Aragão, e assim, sem o menor desmerecimento pelo trabalho do notável investigador, vejamos se algumas observações permitem, a 60 anos de distância, que se apresentem considerações que possam representar, apenas pelos motivos indicados, alguns passos mais dados no desvendamento do sistema monetário do Rei de Boa-Memória, de conhecimento particular-

mente deficiente pela legislação que chegou até nós, nebuloso nas alterações que os valores sofreram pelas contingências a que a Nação esteve sujeita no seu acidentado e glorioso reinado, e a cujas fontes de consulta, escassas e confusas, Lopes Fernandes se referiu da seguinte forma:

«Faltam as notícias circunstanciadas de muitas moedas deste reinado, as chronicas de Fernão Lopes se acham bem estropiadas pelos erros das copias tendo até alguns paragraphos trocados, transtornando todo o sentido da Historia. O livro do Snr. Rei D. Duarte não está exacto, de sorte que estas descripções deveriam ser extrahidas de melhores documentos se os houvessem em epocha tão complicada nos valores dos metaes».

## II

### CLASSIFICAÇÃO DE TÊIXEIRA DE ARAGÃO

2 — Na sua «*Descripção Geral e Historica das Moedas cunhadas em nome dos Reis Regentes e Governadores de Portugal*» Teixeira de Aragão grupa as moedas dêste monarca pela seguinte forma:

- I — *Reais de prata de 10 soldos como Regedor e Defensor do Reino.*  
De 9 a 5 dinheiros. Cunhados de 1383 a 1385 (n.ºs 1 a 3).
- II — *Reais de 10 soldos como Rei.*  
Da liga até 1 dinheiro. Cunhados de 1386 a 1397. (n.ºs 5 a 7, 18 e 19, 23 a 34).
- III — *Reais de 3 1/2 libras ou de 70 soldos.*  
Da liga de 1,5 dinheiro. Cunhados de 1398 a 1408 (n.ºs 12 a 17).
- IV — *Meios reais cruzados de 35 soldos.*  
Cunhados depois de 1408. (n.ºs 20 a 23).
- V — *Reais de Prata de 350 libras ou 7000 soldos.*  
De liga de 10 dinheiros. Cunhados de 1408 a 1415? (n.º 4).
- VI — *Reais de 10 reais ou de 35 libras ou de 700 soldos.*  
De liga de 3 a 1 1/2 dinheiro. Cunhados depois de 1415 (n.ºs 8 a 11).
- VII — *Ceitis.*  
De cobre (n.ºs 35 e 36).

VIII — *Real de prata.*

De liga de 6. dinheiros. (n.º 25).

A respeito desta moeda nenhuma hipótese é formulada.

III

OBSERVAÇÃO DE FERREIRA BRAGA SÔBRE OS CEITIS

3 — Começaremos por fazer referência às considerações do illustre numismata também já falecido Snr. Ferreira Braga que utilizando documentos transcritos por T. de Aragão, conclue que as moedas que este autor denominou *Ceitis*, devem antes ser consideradas *Reais Pretos*, alteração por depreciação do *Real de 3 1/2 libras* de que conservaram a gravura e a equivalência de 70 soldos, batidas parece em cobre puro (1).

IV

MOEDAS DE VALOR INFERIOR A 10 SOLDOS

*1.ª Cunhagem como Rei. Meios-Reais e Quartos de Real*

4 — Vejamos seguidamente se alguns factos nos podem conduzir a supôr a possibilidade de outras alterações na classificação indicada em II.

Da enumeração dos exemplares de D. João I feita por T. de Aragão, conclue-se que a moeda de menor valor na equivalência a soldos foi o *Real de 10 soldos* nas suas diferentes modalidades desde 1383 a 1387 a que corresponderiam ligas, cunhos e módulos diferentes conforme a depreciação que as dificuldades financeiras teriam, segundo as hipóteses que apresenta, feito tomar às moedas deste valor (n.ºs 1 a 3, 5 a 7, 18 e 19, 23 a 34).

Ora independentemente da consideração da possibilidade, de conveniência e de necessidade de moeda de equivalência mais reduzida, a tradição dos reinados anteriores, mostra que houve sempre moeda de valor inferior a 10 soldos.

Sem irmos mais longe verifica-se que em tempos de D. Fernando os *Reais de Prata* do começo do reinado valiam é certo 10 soldos, mas que havia e são conhecidos *Meios Reais*, portanto de 5 soldos, que existiam *Torneses* de 8 soldos, e *Meios Torneses* de 4 portanto, *Barbudas* de 2 sol-

---

(1) Cf. «Archeólogo Português XII n.ºs 5 a 8 de 1907.

dos e 4 dinheiros e *Meias-barbudas*, *Graves* de 7 soldos, *Pilartes* de 5 e finalmente *Dinheiros* de  $\frac{1}{9}$  de soldo.

Não teria então havido em tempo de D. João I também moeda de menos de 10 soldos?

A estranheza que a falta de moedas inferiores ao *Real de 10 soldos* nos suscitou, foi sentida, já anteriormente a nós, por Lopes Fernandes que ainda que não dizendo qual o motivo chama *fracções* aos *Reais de 10 soldos* de dimensões reduzidas em relação ao tipo n.º 5 a 7, por Schulman, que no catálogo de leilão da Coleção Júdice dos Santos e em outros considera, é certo, também sem justificação, determinados *Reais* como *Quartos de Real*. Dela é ainda testemunho o facto de em vários catálogos de leilões e de colecções particulares se encontrarem classificados determinados *Reais* como *Meios Reais*, como *Quartos de Real*, etc. e o próprio T. de Aragão aludindo à moeda miúda diz:

«Deixando de se cunharem os *dinheiros* e *mealhas* e tornando-se geralmente correntes as moedas de *10 reais* devia sentir-se escassez de moeda miúda e é provavel que D. João I para a suprir lavrasse o cobre puro como usavam alguns estados europeus.

Seria esta moeda na primitiva destinada à conquista de Ceuta ou feita depois para ahi correr?»

e mais adiante depois de citar a opinião de Viterbo, não justificada, de que o *ceutil* valia a sexta parte de um *Real* diz:

«... nos leva a acreditar que o *Ceutil* primeira moeda de cobre portugueza foi lavrada, no fim do reinado de D. João I».

Quere dizer, T. de Aragão pensa que continuariam durante o reinado a correr como valores mínimos os dos reinados anteriores, mas escassamente e que só no fim do reinado se teriam cunhado moedas de valor inferior a 10 soldos, os *Ceitis*, cuja equivalência parece admitir ser de  $\frac{1}{6}$  de real.

O falecido numismata Sr. Ferreira Braga estabelece porém e a nosso ver muito bem, que o *Ceutil* de T. de Aragão deveria ser antes *Real Preto* valendo 70 soldos isto é  $\frac{1}{10}$  do *Real de 10 Reais*, portanto, durante o reinado não se teria cunhado moeda de valor inferior a 10 soldos.

5— Antes de proseguirmos, verifiquemos que o exame da obra de T. de Aragão e das moedas do reinado nos permitem formular as seguintes observações:

a) Os *Reais como Regedor e Defensor do Reino* (I), os de 350 libras como *Rei* (V), os *Reais de 3 1/2 libras* (III), os *Meios reais Cruzados* (IV) e os *Ceitís* (*Reais Pretos*) (VII) apresentam todos módulos que se podem considerar como sensivelmente constantes dentro de cada espécie.

b) Apresenta-se uma moeda de módulo reduzido em relação ao Tipo II, a que se assemelha, considerada no entanto como *Real de Prata* (VIII).

c) Os denominados *Reais de 10 soldos* podem grupar-se em 8 tipos quanto à gravura:

a) n.º 5 a 7	b) n.º 27 e 28	c) n.º 29	d) n.º 30	e) n.º 31	f) n.º 32	g) n.º 33	h) n.º 34
n.º 18 e 19							
n.º 23 e 24							
n.º 26							

— Os do Tipo a) constituem, quanto a módulo, variantes das moedas n.º 5 a 7.

— Os do Tipo b) assemelham-se, em redução de módulo, pelo emprêgo do Y aos *Reais de 10 reais* (VI).

— Os restantes tipos em módulo reduzido não apresentam tão claramente como os anteriores semelhança com tipos *grossos*.

d) Os *ceitís* (*reais pretos*) (VII) apresentam em redução do módulo e alteração de metal o cunho dos *reais de 3 1/2 libras* (Obs. de Ferreira Braga).

6 — Começemos por verificar se alguns factos se podem apresentar que provem ter havido moeda de valor inferior a 10 soldos, mínimo valor considerado por T. de Aragão.

a) Assim no vol. VIII n.º 506 do *Archeólogo Português* em artigo da autoria do erudito falecido coleccionador sr. Manuel Joaquim de Campos encontra-se descrita como pertencendo ao coleccionador sr. Cyro de Carvalho, uma moeda de prata, que mais tarde aparece sob o n.º 42 no Catálogo Schulman do leilão d'êste coleccionador, com a gravura característica dos *Reais como Regedor* (I), pesando porém apenas 30,6 grãos, características que necessariamente levaram Manuel Joaquim de Campos a considerá-la como um *meio-real* das cunhagens como Regedor e Defensor do Reino.

Esta moeda figura hoje no notabilíssimo medalheiro do coleccionador Ex.<sup>mo</sup> Sr. Robert Shore, existindo outra, aparecida há pouco, na não menos importante colecção do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Mirabeau. São duas preciosas raridades das poucas que ainda não foram para o estrangeiro, como tantas têm ido.

b) No catálogo já citado do leilão Cyro de Carvalho, encontra-se sob o n.º 56 uma moeda designada como *Real de prata de 12 dinheiros* com 26 mm. de diâmetro e o peso de 62 grãos, exactamente igual, na gravura, à da moeda n.º 25 de Aragão, por este autor designada *Real de prata de 6 dinheiros*, a qual pesa 35 grãos e tem 18 mm. de diâmetro.

No catálogo do leilão Júdice dos Santos, figura sob o n.º 432 uma moeda igual à anterior com a designação de *Real de 3 1/2 libras*, cujo peso desconhecemos, e na nossa coleção existe finalmente um terceiro exemplar análogo, que à simples vista se reconhece dever ser de lei inferior à dos reais de 1383 e 1385 e pesa 65 grãos.

Comparando estes 3 exemplos com o n.º 25 de Aragão, e com outro exemplar existente no museu de Copenhague, que pesa 31 grãos, somos levados a pensar que estas duas últimas moedas não serão *Reais de 6 dinheiros*, mas sim *Meios-Reais*, fracções dos 3 exemplares que acabamos de citar.

A denominação dada nos catálogos indicados de *Real de 12 dinheiros* e de *Real de 3 1/2 libras* às outras moedas indicadas, consideramo-las como confusões, sendo interessante a primeira, em que o bem conhecido perito de numismática sr. Schulman, certamente levado pelas dimensões da moeda, confundiu *toque* com *valor*.

Antes de formularmos as duas primeiras conclusões dêste nosso estudo, faremos notar que este grupo de moedas a que nos estamos referindo, perfeitamente análogas na gravura, apresentam tôdas no campo as letras I H E S sobrepujadas por uma coroa em que figura como ornato principal e perfeitamente destacado (vide n.º 25 Aragão), uma grande cruz de Avis, a pesar-de na legenda apresentarem tôdas já a indicação não de Regedor e Defensor do Reino mas de Rei.

Este facto leva-nos a considerar estas cinco moedas como muito interessantes, pois pensamos que devem, possivelmente, pertencer à primeira cunhagem após as Côrtes de Coimbra de 1385 por nelas perdurar ainda a cruz do antigo mestrado do Rei D. João I.

Formulamos então, como primeira conclusão fundamentada na existência dos *meios reais* das colecções Shore e Mirabeau, que durante o Governo do Mestre de Avis houve moeda divisionária do *real de 10 soldos*, e como segunda, baseada nas considerações que acabamos de apresentar sobre os cinco exemplares com a legenda de Rei mas com a cruz de Avis, que, pelo menos no começo do reinado, teria havido também moeda divisionária da de 10 soldos, seguindo-se o que vinha já dos reinados anteriores e nomeadamente do de D. Fernando.

7—Ocorrem portanto as seguintes interrogações:

Esta prática não teria continuado?

Não teria havido outras moedas divisionárias?

Com efeito, examinando com mais pormenorização o tipo *a)* indicado a páginas 3, das moedas que T. de Aragão denomina *Reais de 10 soldos*, verificamos o seguinte:

1.º Que no citado tipo existem dois módulos principais, os representados pelas moedas n.ºs 5 a 7 e pelas n.ºs 18 e 19 variando pouco de peso. Praticamente de 66-58 a 54-43 grãos e legalmente, segundo a tabela de págs. 216 do volume I da obra do autor indicado, de 61, 44 a 51,2 seja uma variação de 10,2 grãos.

2.º Que na 3.ª variante deste tipo representado pelas moedas n.º 23 e 24, o peso varia praticamente, segundo Aragão, de 25 a 30 grãos com variação bem acentuada do módulo em relação ao das moedas anteriores. Na nossa coleção existem exemplares deste tipo cujos pesos variam de 20 a 30 grãos.

Na tabela já citada verifica-se que o número de peças por marco nos *Reais* n.ºs 5 a 7 era de 75, nos n.ºs 18 e 19 era 90 e que nos 23 e 24 era 180 donde o peso destas últimas é 25,6, metade do das n.ºs 18 e 19.

Como o peso dos exemplares dos n.ºs 5 e 7 era de 61,44 grãos e o dos n.ºs 18 e 19 era 51,2, verifica-se que o peso de 25 a 30 grãos, dado por Aragão para os exemplares n.ºs 24, de 23 sensivelmente metade dos indicados para os n.ºs 5 e 7 e 18 e 19.

3.º Que o exame dos vários exemplares dos tipos n.ºs 23 e 24 permite dizer que há exemplares de diâmetros diferentes e que nos de maior diâmetro as dimensões das letras IHNS do campo da moeda são sensivelmente iguais às das empregadas nos *Reais* n.ºs 5 a 7, ao passo que nas de menor diâmetro elas se aproximam das usadas nos n.ºs 18 e 19.

4.º Que nos exemplares dos tipos n.ºs 23 e 24 de maior diâmetro, se encontram moedas de liga mais rica do que nos de menor diâmetro, paralelamente ao que se verifica entre os *Reais* n.ºs 5 a 7 e 18 e 19.

Não são conhecidos, julgamos, exemplares de *Reais* do módulo dos n.ºs 18 e 19 cunhados em Evora, vendo-os porém nos tipos 5 a 7 do maior módulo, ora os exemplares do tipo 23 e 24 cunhados nessa cidade, não indicados em Aragão, que possuímos, são também dos de maior diâmetro nesta variante que estamos considerando.

5.º Que as moedas n.ºs 23 e 24 são mais raras que as n.ºs 5 a 7 e 18 e 19, paralelamente ao que acontece com os *Reais* e *Meios Reais* de prata.

De tôdas estas verificações surge no nosso espírito a interrogação: não poderão as moedas n.ºs 23 e 24, nos seus módulos diferentes, ter sido



moedas de outro valor, que não 10 soldos, em relação de módulo e valor com outras?

Afigurando-se-nos bem provado, pelo que expusemos, que no Governô do filho de D. Pedro I, como *Regedor e Defensor* e, pelo menos no comêço do seu reinado, houve *Meios Reais de 5 soldos*, pensamos como terceira conclusão que é possível que as moedas n.<sup>os</sup> 23 e 24, nos seus módulos diferentes, tivessem sido, não *Reais de dez soldos*, mas sim *Meios Reais* que na variação de módulo e de liga teriam acompanhado as idênticas alterações que as situações económicas fizeram experimentar aos *Reais de 10 soldos*, fazendo-os passar do tipo dos n.<sup>os</sup> 5 a 7 ao do dos n.<sup>os</sup> 18 a 19.

8—Examinemos agora o exemplar n.<sup>o</sup> 26, último do tipo *a*) que estamos considerando.

T. de Aragão denomina esta moeda ainda como *Real de 10 soldos* mas é certo que na tabela de págs. 216 e no cálculo de págs. 208 considera como pêso mínimo das moedas dêste valor 25,6 grãos, a que corresponde o pêso de 3584 grãos em 140 peças nos pagamentos e quatro libras por uma dêsse cálculo, ora é certo que atribue à citada moeda n.<sup>o</sup> 26 o pêso de 16 grãos, inferior ao limite mínimo indicado e que na nossa colecção existe um exemplar análogo, isto é de Evora, pesando 15 grãos e ainda outro de Lisboa com o pêso de 13,5 grãos.

A anomalia exposta e a consideração dos pesos, que indicámos, levam-nos a verificar que êles representam sensivelmente a parte dos *Reais de 10 soldos*, dando-se o facto interessante de constituirem com as moedas n.<sup>os</sup> 23 e 24, uma série de idêntica gravura que irá dos n.<sup>os</sup> 5 a 7 ao 26.

Sem mais nos alongarmos apresentamos como quarta conclusão a hipótese de que tais moedas sejam *Quartos de real* valendo portanto 2,5 soldos, valor que encontra paridade em moedas do reinado anterior.

Passemos agora ao tipo *b*) do n.<sup>o</sup> 3 de pág. 148.

Estas moedas que, como as anteriores, não são muito vulgares, assemelham-se também no cunho, pelo emprêgo do Y no campo, substituindo o IHNS, aos *Reais de 10 reaes* cunhados depois de 1415 e indicados em Aragão sob os n.<sup>os</sup> 8 a 11.

Ora as moedas n.<sup>os</sup> 8 a 11 pesam praticamente 50-70 grãos e legalmente deviam pesar 64, de sorte que o pêso de 16 indicado por Aragão e confirmado pelo de vários exemplares existentes para as moedas n.<sup>os</sup> 27 e 28 representa a quarta parte do das primeiras.

Esta consideração juntamente com a da identidade da gravura leva-nos a aventar, como quinta conclusão, as hipóteses de que tais moedas fôsem cunhadas não de 1386 a 1387, mas depois de 1415 e que representem também *Quartos de real* ou de *175 soldos*.

9 - Examinemos agora os tipos *c)*, *d)*, *f)* e *g)*.

A análise dos seus cunhos mostra-nos que as duas últimas possivelmente serão de Lisboa e que as duas primeiras foram batidas em Evora, oficina que, segundo Aragão, só teria trabalhado no começo do reinado. As n.<sup>os</sup> 29 e 33 apresentam no reverso uma cruz semelhante à usada nos *dinheiros* de D. Fernando, as n.<sup>os</sup> 30 e 32 apresentam, a primeira as quinas ocupando toda a moeda como nesses *dinheiros*, e as duas a cruz irregular dos *Tornesos* de D. Fernando e dos *dinheiros* de D. Sancho, cunhos que não voltam a aparecer durante o reinado.

As considerações expostas levam-nos a formular, como sexta conclusão, a hipótese de que tais moedas tenham sido cunhadas no começo do reinado de D. João I, em que trabalhou a casa da moeda de Evora e imperando ainda no espírito dos artistas gravadores a lembrança dos cunhos dos reinados findos.

Mas que valor lhes atribuíam?

O de *10 soldos* não, caso sejam de aceitar as razões expostas, porquanto as moedas dêste valor tinham outro módulo.

Confessando a nossa incapacidade classifica-las-hemos em complemento de hipótese anterior, como de *valor incerto*, possivelmente correspondendo a valores mínimos com paridade nos reinados anteriores.

10—Consideremos agora os últimos dois tipos *e)* e *h)* representados pelas moedas n.<sup>os</sup> 31 e 34, ambas da oficina do Pôrto.

A primeira apresenta certa semelhança com exemplares *grossos*, a segunda é de cunho único. Pesa a primeira 20 grãos, da segunda desconhece-se o pêso, mas pelas dimensões talvez se lhe possa atribuir o mesmo ou aproximado.

Com reserva que traduziremos pela forma interrogativa, diremos em sétima conclusão: serão dois *Meios reais* de tipo desconhecido de *Real*?

11—Referir-nos-hemos agora, para terminar, a uma raríssima moeda existente no Museu Municipal do Pôrto, descrita como inédita no Tomo II do seu catálogo em publicação, sob o n.<sup>o</sup> 81, com a designação de *real de 10 soldos* e pesando 1,14 g. ou seja 22,8 grãos.

Com a devida vênia, pela reconhecida autoridade do ilustre autor do catálogo, afigura-se-nos que esta moeda, cuja gravura é análoga à dos *reais de 3 1/2 libras*, em redução de módulo, talvez melhor ficasse considerada entre as cunhagens de 1398 e 1408 dêstes *reais*.

E como o seu pêso (22,8 grãos) é sensivelmente metade do dos *reais* citados (39 a 51 grãos) não seria aceitável, dentro da nossa orientação, admitir-se, como oitava conclusão, que seja um *meio real de 35 soldos*? Pensamos que sim.

Acrescentaremos que já conhecíamos esta moeda figurando sob o n.º 542 no catálogo Schulman do leilão Júdice dos Santos, onde é considerada *quarto de real*.

V — CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA

12—Recapitulando o que temos vindo expondo, apresentamos a seguinte hipótese de classificação das moedas de D. João I, em harmonia com as conclusões que julgamos poder formular.

A — *Como Regedor e Defensor do Reino*

- (I) — *Moedas de prata de 9 dinheiros*  
 N.ºs 1 a 3 de Aragão. . . . . I
- (II) — *Meios reais de prata* . . . . . Novo  
 Exemplares das colecções R. Shore e Dr. Mirabeau.

B — *Como Rei*

- (III) — *Reais de prata de 6 dinheiros (1.ª cunhagem)* . . . . . Novo  
 Exemplares das colecções Cyro de Carvalho, Júdice dos Santos e Raul Couvreur.
- (IV) — *Reais de prata de 6 dinheiros (1.ª cunhagem)* . . . . VIII  
 N.º 25 de Aragão. Exemplar do Museu de Copenhague.
- (V) — *Reais de 10 soldos até 1 dinheiro* . . . . . II  
 N.ºs 5 a 7, 18 e 19 de Aragão. . . . .
- (VI) — *Meios reais de 5 soldos*. . . . . II  
 N.ºs 23 e 24 de Aragão,
- (VII) — *Quartos de real de 2,5 soldos*. . . . . II  
 N.º 26 de Aragão.
- (VIII) — *Reais de 3 1/2 libras ou de 70 soldos* . . . . . III  
 N.ºs 12 a 17 de Aragão.
- (IX) — *Meios reais de 35 soldos* . . . . . Novo  
 Exemplar n.º 81 do Museu Municipal do Pôrto e n.º 542 da Colecção Júdice dos Santos.
- (X) — *Meios reais cruzados*. . . . . IV  
 N.º 20 a 23 de Aragão.

(XI) — <i>Reais de prata de 350 libras</i> . . . . .	V
N.º 4 de Aragão	
(XII) — <i>Reais de 10 reais ou de 35 libras</i> . . . . .	VI
N.ºs 8 a 11 de Aragão	
(XIII) — <i>Quarto de real de 175 soldos</i> . . . . .	II
N.ºs 27 e 28 de Aragão	
(XIV) — <i>Reais pretos de 70 soldos</i> . . . . .	VII
N.ºs 35 e 36 de Aragão	
(XV) — <i>Moedas incertas</i>	
a) N.ºs 29, 30, 32 e 33	} de Aragão . . . . .
b) N.ºs 31 e 34	
	II

Lisboa, Fevereiro de 1936.

RAUL DA COSTA COUVREUR.

## A INFANTA D. ANA DE JESUS MARIA

(Continuação da pag. 118)

De entre as crónicas que nos relatam o acto do baptismo da infanta D. Ana de Jesus Maria sómente uma, conquanto não assinada mas da autoria de um dos religiosos do convento de Mafra, nos apresenta maior soma de detalhes, um mais largo desenvolvimento na descrição do ceremonial que presidiu àquele acto religioso. Segue abaixo.

A notícia que demos do baptismo da infanta omite, propositadamente, alguns daqueles detalhes e apresenta outros, como elucidação, recolhidos de procedença diversa. Assim, não cançamos o leitor e, com a publicação do manuscrito, pretendemos apenas acudir a qualquer exigência da leitura documental ou dissipar as dúvidas que, da veracidade, possam suscitar-se.

«No dia 18 de Janeiro de 1807 batisou-se a Snr.<sup>a</sup> Infanta D. Anna de Jesus Maria, 9.<sup>a</sup> filha do Príncipe Regente N. Snr., no Real Convento de Mafra.

Prelado batizante foi o Principal Deão da Santa Igreja Patriarchal, Padrinhos o Snr. Infante D. Pedro Carlos e a Snr.<sup>a</sup> Princeza D. Maria Benedicta, Assistentes ao Prelado Monsenhores Rebello e Valladares, 4 mestres de ceremonias da Patriarcal, 8 Acolitos da mesma, 2 Altareiros e 2 Theoureiros, etc.

Ornato da Igreja, do dia referido: o altar mor tinha todo relicario e banquetas ricas, frontal, e cortinado da primeira ordem nas tribunas, cortinas e docel branco, alcatifa encarnada, e todas as mais tribunas da Igreja ornadas A' porta da Igreja, do lado da Epistola, no Altar das Virgens, estava a Pia do Batisterio. Sua factura he semelhante a huma maquina de madeira; he coberta nas ilhargas e costas; estava toda forrada de damasco encarnado e branco, dourado de lhama, na frente formava um portal com arco em cima e as cortinas do mesmo portal apanhadas. Na frente em cima ao fechar tinha as armas do reino. No meio ficava a pia que era de pão, todo bornido e pintado, sobre o estrado da mesma factura da maquina. Tinha dentro, na tal pia, huma toalha finissima, toda ornada de renda branca, e por cima a tampa que cobria tinha hum pano de damasco branco bordado de oiro que cobria a mesma pia. Aos lados estavam duas credencias, cobertas de seda encarnada, huma tinha o vaso da Lavanda e pratos de Gremial e limão; e a outra servia para se por a cuberta da pia quando se tirava. Da parte direita da mesma capella, estavam tambem cadeiras para os Senhores se sentarem e almofadas de veludo roxo, etc.

No altar do crucifixo, fronteiro ao da pia do Baptisterio, estava o leito para a Menina, todo coberto por cima, e em roda, ornado de damasco de oiro, de seda encarnada, figurando leito imperial; na capella de S. Pedro de Alcantara da parte de dentro do cancello, estava tambem outro semelhante para o mesmo destino.

Na manhã do mesmo referido dia 18 ás 6 horas tocou-se a Prima, e cantou-se, como tambem Tercia, Missa conventual, e Sexta, e Noa; e pelas 10 e meia tocarão solememente os sinos, e cantou Missa votiva solemne o Guardião, que foi a do SS. Nome de Jesus, huma só oração, Gloria, Credo e Prefacio da Natividade.

Antes de se dar principio á referida Missa votiva 2 moços de Camara, acompanhados

de 2 Archeiros, tinham ido buscar agoa em duas quartas de prata, á fonte mais proxima desta villa, e apenas chegarão, foi lancada na dita pia por hum dos Mestres das ceremonias que estava junto ao Batisterio.

Concluida a referida Missa a que assistiu S. A. R. e alguns fidalgos : os Ministros e o Celebrante vieram todos 3 ao lado da Epistola, e ahi tirarão os seus manipulos, o do Celebrante, estola e Casulla : e vestirão-lhe a estola roxa e pluvial; o estendarte tinha a este tempo entrado pela porta do Evangelho condusido por hum Acolito; os Ministros Diacono e Subdiacono retirarão-se á Sacristia, o Celebrante sentou-se; entretanto os Acolitos cerroferaios, pegando nos castiçães, ajuntarão-se á Cruz, e principiarão a caminhar até ao Altar das Virgens e seguindo a nossa Comunidade. A cruz ficou junto ao cancello de fora do Altar, e a Comunidade situou-se em 2 alas até defronte do altar do Crucifixo. O Principe Regente e a sua Familia Pequena todos entrarão para dentro da Capella do Batisterio, e assistiram a todo o Acto. O Celebrante Guardião ficou de fora fechando a Comunidade; tendo aos lados 2 Mestres de Ceremonias, e atraz o Acolito do Livro. Deu-se principio ás Ladainhas pelos 2 cantores de sobrepellizes e proseguio a cantar a nossa Comunidade. (Hora já antes disso se tinha descubierto a pia por hum dos Mestres de Ceremonias). Antes do verso—*ut nos exaudire digneris*—o Celebrante Guardião levantando-se em pé, disse por 2 vezes cantando o verso—*ut tentum istum*—como está no ritual —formando as cruzes ás palavras *benedicere* + *et consecrare*—*digneris* — tornando a ajoelhar até ao ultimo *Kirie eleison*—disse depois o *Pater noster*, e Credo em voz alta, em tom ferial e os versiculos seguintes como tem o ritual. A primeira oração disse-a em pé; e dahi caminhou para o Batisterio, ao Exorcismo da agoa, virando-se para o Altar, dizendo ao mesmo tempo as palavras—Exerciso te creatura aquæ = e tudo mais como está no ritual romano — Cap. 7 da Benção da Fonte Batismal, que se costuma fazer fóra dos dias Sabado Santo e do Pentecostes.

Concluido todo o Acto da Benção que o Celebrante Guardião cantou em vós alta, e deitados os Oleos pelas galhetas, de Catecumenos e Chrisma, misturou-se outra parte de agoa na pia do Batisterio que estava em dois frascos de crystal, que tinha vindo do Jordão. O Celebrante Guardião depois de lancada a referida agoa, metendo a mão direita dentro, girou em roda toda pia, revolvendo huma com outra agoa; cubriu-se a pia, e retirarão todos ao corredor da sacristia, lavando antes o Celebrante as mãos em limão e jarro de agoa que tudo estava em huma credencia ao lado do Evangelho do mesmo Altar da Capella das Virgens. A todo este Acto assistirão o Principe Regente N. Senhor, seus Filhos, camarais mor e dois camaristas, Conde de Caparica, Marquez de Dagos, Conde de Valadares e Guardaroupas Lobatos.

#### Preparação para o Acto do Batismo na Capella Mor e Igreja:

Na Capella Mor estava o paramento branco para Principal, como he costume, no meio do Altar; mitra preciosa; faldistorio vestido de branco e alcatifa; ao lado da Epistola 3 credencias, duas ao lado da Epistola e huma, a do Evangelho, que estava deste lado chamase credencia das ofertas, em que tinha os Santos Oleos cubertos de veo branco bordado, e dois castiçães aos lados com luzes. As duas credencias da Epistola huma era de lavanda, outra da pia do Batismo; a da lavanda tinha vasos de prata e bacias; e a outra da pia, tinha tambem 2 grandes jarros de prata dourados, hum prato pequeno tambem de dourado com a concha dentro, e a pia Batismal em que se lançou e trouxe agoa do Batisterio. Ambas estas credencias estavam cubertas de seus veos de volante e com franja prateada em roda. Esta credencia tambem tinha aos lados dois castiçães com luzes.

No corpo da Igreja defronte do Altar dos Martires, estava o faldistorio cuberto de roxo com a face virada para o mesmo Altar da parte de fora entre os confessorarios: estava tambem huma credencia com hum pano de seda roxo, e em cima tinha hum prato com hum vaso dentro do sal para a Menina.

A' entrada da Igreja junto do Altar do Crucifixo, na frente do leito imperial, estava tambem huma credencia ornada de damasco encarnado, destinada para os fidalgos reporem e descançarem as insignias.

#### Ornato das Salas do Palacio:

A Sala da antecamara estava ornada de damasco, e leito imperial; a sala dos veadores estava tambem ornada de cortinas de damasco encarnado, tinha a hum lado o docel e huma meza por baixo cuberta de veludo encarnado onde estavam as insignias, veste candida, vella com 4 ducatoens cada hum de 20 mil reis, estava tambem o sendal para o Mordomo Mor e que servio o Visconde de Barbacena, por impedimento do Conde de Cavalleiros. Emfim a hum lado da mesma sala dos veadores estava tambem o pallio branco todo bordado de oiro que serviu para conduzir a Menina

Da ordem e disposição dos individuos que pertencião a este Acto, como guardas reaes, archeiros e trombeteiros que vierão assistir para as alas do corpo da Igreja, e para o instrumental:

Archeiros estavam em duas alas perto do corpo da Igreja, e os instrumentistas trombeteiros estavam huns no Altar da Pia do Batisterio, e outros pela Galilea até á escada onde havia de sahir os personagens pertencentes ao batismo. Na Igreja tambem não entrava homens de capote, meramente pessoas de casaca e aseados.

Dispostas assim as cousas, o Principal Deão, preparado no seu quarto de capa magna com pelles, encaminhou-se á Sacristia, acompanhado dos Mestres de Ceremonias Patriarchaes, e do seu Caudatario. Ahi achou já preparados no Altar o paramento roxo., amito, alva, cingulo, Cruz, estola e pluvial, e mitra aurifrigia. Estavam tambem já prontos de sobrepelises sobre o roquete, os Monsenhores Rebello e Valladares assistindo ao referido Preiado, e tambem outros mais Acolitos Patriarchaes. Os referidos assistentes encaminhando-se ao Prelado, já sentado no faldistorio, tirando-lhe o solideo encarnado, e a capa magna, prepararam-no de roxo, conduzindo do altar os paramentos os Acolitos. Já a este tempo estava tambem disposta em 2 alas a nossa Comunidade no corredor da Sacristia, esperando que o dito prelado se parmentasse; o que tudo feito, caminhou a Cruz processional Patriarchal, que a nossa Comunidade seguiu a dois e dois; atrás os Acolitos do Pontifical, e Mestres de Ceremonias Patriarchaes e ultimamente Sua Ex.<sup>a</sup> com os 2 Assistentes aos lados pegando nas fimbrias do pluvial. A cruz ficou logo junta aos cancellos de St.<sup>a</sup> Barbara com os Acolitos aos lados, e a Comunidade, ficando logo ahi junto da Cruz os mais novos, os mai4 velhos forão-se espalhando em duas alas até quasi junto á Capella onde estava a pia do Batisterio á entrada da Igreja.

O Prelado sentando-se no faldistorio que estava na Igreja defrante da Capella dos Martires ahi esperou que chegasse perante si toda a comparsa do Paço.

#### Entrada na Igreja para o batismo da Menina :

Diposta em comparsa a fidalguia do Paço, todos sabião da antecamara da Menina para a sala dos Viadores, onde estavam as insignias, e o pallio na sala do docel Vinham adiante da comparsa 6 porteiros de Camara com 6 maças de prata, e outros tantos sem ellas, vestidos todos de suas vestes pretas, com manteloens e cabellos cahidos. Atrás destes os arantos, ou reis de armas vestidos de sendais bordados a ouro; seguia-se a estes o Juiz do Povg e seu escrivão ambos de vara e vestidos de manteloens e cabellos cahidos; moços de Camera; Curregador do Crime, Corte e Casa, de beca e cabellos cahidos. Atrás deste a Corte toda e fidalguia. Em ultimo lugar todos os fidalgos de titulo, em seguida a estes as insignias. Em primeiro lugar, o Marquez de Pombal que levava o prato dos massapoens; depois deste o Marquez de Penalva que levava em huma salva de prata a Veste Candida; immediatamente logo

a este o Duque de Cadaval com a vella com os ducatoens em huma salva. Aos lados de cada um dos fidalgos que levavão as insignias hião 2 moços fidalgos, acompanhando-os.

Depois de todos os fidalgos das insignias seguio-se o Principe Regente N. Snr. e os seus Meninos Filhos. Atrás destes, chegado ao pallio adiante hião os Padrinhos Infante de Hespanha, e a Princeza Viuva. Nas hastes do pallio pegavão os Marquezes mais antigos, indo adiante os mais antigos pelas nobreza e titulos de suas casas e familia. Debaixo do pallio pegava na Menina o Mordomo Mor Visconde de Barbacena, levando ao seu lado de huma e outra parte 2 moços fidalgos para o ajudarem a pegar na Menina. Atrás do pallio hião todas as Snr.<sup>as</sup> Pessoas Reaes, exceto Mãe. Hião tambem todas as Damas do Paço com seus donarios, e Camareira Mor, com sua irmãa.

Toda esta comparsa veio pella Galilea, a entrar pella porta principal da Igreja, onde a nossa communitade esperava, e juntamente o Prelado Deão junto ao seu fadistorio, com os dois Monsenhores e os mais Snr.<sup>s</sup> Patriarchais.

Apenas todos entrarão, tomando e seguindo os seus respectivos lugares, a Menina conduzida pello Mordomo Mór, foi entretanto tomar posse do seu leito que estava no Altar do Crucifixo; concluida esta pequena demora. tratarão todos se encaminharem pella Igreja acima e o Mordomo Mor, levando perante do Prelado Deão a Menina, elle a esperou em pé; chegou e sentou-se logo, dando principio ás perguntas e exorcismos, tendo aos lados os Monsenhores e Mestres de Ceremonias Acolitos do Livro e Candela, e os Padrinhos da Menina. Proseguiu todo o acto de exorcismos, hora sentando-se e levantando-se no tempo que tirava a Mitra, e cantava as oraçoens, como expressa claramente o Pontifical para o batismo dos meninos.

#### Conclusão do Acto de exorcismos, e comparsa para a Capella Mór:

Completo todo o acto de exorcismos, encaminharão-se á Capella Mór; os nossos maceiros principiarão a caminhar, atras destes a Cruz Patriarchal, e nossa Comunidade. Atraz 6 porteiros de Camara com as maças de prata, outros tantos sem ellas, logo os arautos, passavantes, reis de armas, Juiz do Povo e seu escrivão, moços de Camara. depois Corregedor do Crime, Corte e Casa, todos estes ficarão em allas á porta dos cancellos da Capella Mór da parte de fora. Logo immediato a estes os fidalgos de titulo, estes todos entrarão para a Capella Mór; atrás logo os fidalgos que trazião as insignias, que forão tomando os seus lugares no presbiterio, e depositando-as na credencia as suas insignias. Os mais fidalgos da comparsa, esses foram tomando os seus lugares no Coro onde he costume, dentro das cadeiras. Seguiu-se a estes o Principal, com os seus Assistentes que se encaminharam ao fadistorio no lado da Epistola. Em conclusão o Principe Regente N. Snr. a Menina nos braços do Mordomo Mor, o Padrinho e Madrinha aos lados, e atrás do pallio a camareira Mor e as Damas com os seus donarios. O Principe Regente e seu filho, depois de estar já no presbiterio, tomou o lugar do costume e seu Filho na cadeira do coro. Os fidalgos que pegarão nas hastes do pallio, depois que todos entrarão para a Capella Mor, tomarão o lugar das cadeiras, unidos aos outros.

Tendo todos tomado os seus respectivos lugares, o Principal seutou-se no faldistorio, e despindo o paramento roxo ajudado dos Assistentes e Acolitos, tomou o branco e mitra preciosa; e conduzido o fadistorio para o supedaneo, no meio do Altar, ahi se sentou virado para o povo, com os Assistentes aos lados. Entre tanto o Mordomo Mór, conduziu a Menina para o leito da Capella de S. Pedro de Alcantara, e as damas todas e padrinhos da mesma menina acompanharão. Feita a breve demora e cerimonia, caminharão outra vez para a Capella Mor pella porta do lado do Evangelho o Mordomo Mor e todo o acompanhamento que d'antes tinha hido. As damas todas fizerão alas na plano do presbiterio de hum a outro lado á frente do Altar, e o Mordomo Mor e padrinhos da Menina ficarão no infimo degrão. O Prelado Deão proseguuiu o Acto das perguntas segunda vez, como expressa o Pontifical. E



para acção de batizado fez mesmo sentado, com a mitra na cabeça, pegando o padrinho na creança, e administrando da credencia os dois Acolitos que trazião a pia e a concha para agoa. Para unção dos oleos hum Acolito trouxe da credencia a Ambula, igualmente tambem a veste candida e a vella, a que ajudarão os padrinhos como é costume nos Batismos e expressa o Pontifical. Tambem servio de Submilher de Cortina, para limpar com algodão os oleos á Menina, o Principal Furtado, que tambem hera convidado para este fim antes pello Mestre de Ceremonias. O seu lugar no coro hera na primeira cadeira, junto ao Arcebispo de Braga e ao Bispo de S. Thomé do lado da Epistola.

Completa toda a Acção do Batismo, retirarão-se para o leito imperial a Menina nos braços do Mordomo Mór e todas as mais damas que acompanharão este Acto. O Principal Deão, tirando-se-lhe a mitra e o faldistorio de baixo, virou-se para o Altar com os Assistentes e levantou o—Te Deum—a que o coro proseguiu de musica; no fim concluiu com os v.v. e orações *progratiarum actione*—e recebendo depois a mitra deitou a benção como ne costume nos Pontificais.

No fim de tudo veio sentar-se e caminharão a Cruz e a Comunidade e todo o mais acompanhamento de fidalgos até á porta da Igreja a recolherem-se ao Paço, e dahi para o curredor da Sacristia em que se deo fim a todo este Acto».

Este manuscrito foi salvo por Eusébio Gomes, empregado menor do Convento, quando da extinção das ordens religiosas em 1834. Então o Convento ficou em completo abandono; Eusébio Gomes, acompanhado de alguns habitantes da vila, cerrou as portas, fechou as celas e tódas as demais dependências do Convento e assim se evitou o desaparecimento dos objectos de valor, das preciosidades artisticas como paramentos bordados a torçal e outros, que hoje se admiram no museu do Monumento e que representam tambem um alto valor intrínseco.

Eusébio Gomes foi mais tarde Almoxarife do Palácio de Mafra. Era avô do falecido major de infantaria Guilherme Luiz dos Santos Ferreira, nosso dedicado amigo e conterrâneo, que nos cedeu aquele documento; pela nossa parte, e com autorização sua, foi por nós oferecido à Casa Loulé, na pessoa do último Duque, em Novembro de 1905, por intermédio do nosso saudoso amigo e condiscípulo o Conde de Mafra, D. Thomaz de Melo Breyner. Deve existir, como de direito, no arquivo daquela casa.

JÚLIO IVO

## UMA VELHA INSCRIÇÃO DE S. FRANCISCO DA CIDADE

Aproveitada no lagedo do corredor que conduz à entrada da cisterna do velho convento de S. Francisco da Cidade, vê-se parte de uma das mais antigas campas que nos restam do arruinado edifício.

Decerto para ser-lhe dado qualquer aproveitamento nas obras da reconstrução, foram-lhe cortadas duas faixas, uma no sentido do comprimento, outra no da largura, fazendo-lhe desaparecer boa parte da inscrição que lhe corria em volta.

As suas dimensões actuais, segundo informação do erudito arqueólogo e meu amigo, snr. eng.<sup>o</sup> Garcez Teixeira, são  $0,64 \times 1,25$ .

Na parte inferior do rectângulo deixado livre pelo letreiro, está gravada uma bota sem tacão e com a biqueira bastante ponteaguda voltada para a banda da cabeceira.

A representação de instrumentos de officio ou de objectos que podem indica-lo, é relativamente vulgar em sepulturas medievais. É bem conhecido o epitáfio do alfaiate Diogo Afonso, no Carmo, acompanhado por uma tesoura e uma régua, e recordo-me de certa campá do Museu de Guimarães, que tem gravado um cutelo, e de uma cabeceira de sepultura do Museu de Tôrres-Vedras, onde esculpiram uma canga e um arado, etc. Vinha de longe esse costume. Tais representações encontram-se, como se sabe, em estelas romanas.

A incompleta inscrição, feita com caracteres do século XIV, resa assim :

QA<sup>i</sup> . . . IAZ / . . . . . / . . . . . / EUEEZ E SUA FILHA / UATELID / A

O nome de Vatelida é que, evidentemente, vem dar maior interêsse a esta loisa. É porém assunto que me limito a apontar, para não meter a foice na ceara alheia.

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA.

O GENERAL PORTUGUÊS  
 ANTONIO FIGUEIRA DE ALMEIDA  
 HEROI DA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA  
 DA GRÉCIA EM 1823

Na Guerra da Independência da Grécia em 1823, distinguiram-se alemães, ingleses (entre eles Lord Byron, notável poeta, que morreu em Missolonghi), italianos, polacos e... um português.

Este português que, tão longe da sua Pátria, foi honrar, nos campos de batalha, o nome de Portugal, chamava-se António Figueira de Almeida.

Graças aos documentos, conservados no Arquivo Histórico Militar, podemos reunir aqui alguns dados biográficos d'este personagem.

Nasceu em Elvas em 1781, sendo filho de Manuel Figueira de Almeida, furriel e sargento do Regimento de Artilharia n.º 3, então aquartelado naquela cidade e neto de Francisco Xavier de Almeida, soldado do mesmo regimento.

Em 1784, a 6 de Novembro, contando apenas três anos de idade, sentava praça no regimento, em que servia seu pai, depois de ter sido dispensado por Sua Magestade, segundo aviso de Aires de Sá e Melo, ministro e secretário de estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, datado de 10 de Outubro daquele ano.

Prestou juramento de bandeiras em 3 de Novembro de 1796 e principiou a fazer serviço quatro dias depois.

Seguidamente foi promovido : a cabo em 26 de Abril de 1806; a furriel em 6 de Dezembro de 1808 ; a 1.º sargento em 1 de Dezembro de 1809 e a sargento de brigada em 1 de Setembro de 1810.

Conservou-se no Regimento de Artilharia n.º 3 até 29 de Novembro de 1808, data em que passou ao Regimento de Cavalaria n.º 8.

Pertencendo a este regimento fez as campanhas de 1810, 1811 e 1812, durante a Guerra Peninsular, tendo entrado na acção de Fuentes de Canto, em que êle se distinguiu. Por estas campanhas foi incluído numa lista de agraciados com a cruz de campanha da Guerra Peninsular.

Achamos interessante transcrever os juizos, a seu respeito, formulados por alguns dos seus chefes.

Em 15 de Fevereiro de 1815 informava d'êle o tenente coronel José Pereira de Lacerda : «Tenho por muito bom este sargento de brigada, é bem

comportado, serve muito bem, tem bastante desembaraço, e respeita sempre muito os seus superiores, por cujas razões até ajuízo dele poderá ser muito bom oficial».

Em 4 de Março de 1816 o major Hugh Owen, pai da infeliz Fanny Owen, de quem se occupou Camilo Castelo Branco, escrevia a seu respeito, numa informação semestral: «Parece-me muito desembaraçado e bem capaz de desempenhar as obrigações de ajudante.»

Este mesmo comandante, em 30 de Junho daquele ano, afirmou que se elle não tivesse estado quasi dois anos doente, teria sido despachado para aquelle pòsto.

Foi promovido, em 1816, a alferes para a Divisão de Voluntários Reais do Príncipe, que se destinava a Montevidéu, mas esta promoção não se manteve por ter regressado ao seu regimento (Regimento de Cavalaria n.º 8).

Como não se publicaram almanaques do exército, durante o período que durou de 1818 a 1825, não nos foi possível concluir se este individuo teria chegado a official no Exército Português.

No 1.º vol. das interessantissimas *Memórias*, do Marquês de Fronteira, encontra-se a seguinte referênciã a António Figueira de Almeida: «Alem dos officiaes, houve só um individuo comprometido (numa revolta que, em 1823, se deu em Elvas), que foi um antigo porta-estandarte de cavallaria, que tinha sido ajudante da Guarda Nacional a cavallo, em Lisboa, homem pouco importante e que se chamava Figueira de Almeida, o qual se escapou para Badajoz. Este individuo, concorri eu, mais tarde, estando em Paris, para que elle fizesse parte da expedição do coronel Fabvier (1) e que entrasse ao serviço da Grécia, na guerra da independência. Morreu tenente general e governador de Athenas, conhecido pelo general Almeida.»

Por esta transcrição se verifica que foi o Marquês de Fronteira quem contribuiu para que António Figueira de Almeida fòsse servir, na Grécia, a causa da independência dèste país.

Na Grécia prestou relevantes serviços que lhe valeram ser condecorado com as cruzes de ouro do Salvador e da Independência.

Nèste país desempenhou as funções de governador militar de Nauplia da Romania e dos seus fortes, entre elles o de Palamedes, comandante geral, interino, do Peloponeso e comandante da guarda.

Atingiu ali o pòsto de general de brigada e foi, ainda, agraciado com a gran-cruz da Ordem Helénica.

---

(1) Carlos Nicolau, barão Fabvier, illustre official francês, que nasceu a 15 de Dezembro de 1783 e faleceu em 15 de Setembro de 1855. Prestou notáveis serviços à Grécia, durante a guerra da independência.

Em Portugal, por decreto de 15 de Março de 1839, foi agraciado com o grau de oficial da Ordem de Cristo.

Faleceu em Bataglia (Veneza) a 21 de Janeiro de 1847.

Têve, pelo menos, dois irmãos: José Figueira de Almeida, que atingiu o posto de brigadeiro e Francisco Figueira de Almeida, que chegou ao de tenente de artilharia.

Na Grécia projecta-se, agora, construir no Jardim dos Heróis da cidade de Missolonghi, um cenotáfio dedicado à sua memória, entre os túmulos dos oitenta Generais do Exército Grego da Guerra da Independência, e os monumentos erigidos, pelos governos alemão, inglês, italiano e polaco, em honra dos seus compatriotas, que morreram pela liberdade deste país.

Cinquenta e quatro anos depois deste português ter combatido pela independência da Grécia, isto é em 1897, outro nosso compatriota, José

*Antonio Figueira d'Almeida*  
*Coronel*

Maria Furtado de Mendonça e Matos, neto da poetisa D. Maria José Furtado de Mendonça, autora do livro de versos *Flores de inverno*, partia, como voluntário, a bater-se por este país contra a Turquia.

No seu livro *Na Grecia. Notas d'um estudante voluntário na guerra grego-turca*, publicado naquele mesmo ano, faz-nos êle o relato da parte que tomou nesta guerra, fazendo parte do Corpo de Voluntários Italianos, do comando do general Riccotti Garibaldi, filho do célebre Garibaldi.

Em 13 de Maio era promovido a 1.º cabo e cinco dias depois a sargento e aspirante a oficial, após a batalha de Domokos.

No seu diário escreve, às 4 horas do dia 17 de Maio: «Até ao presente tenho feito a minha obrigação de português, que combate por uma causa nobre.»

E, no próprio dia em que mais acesa foi a batalha, diz: «Consultando a minha consciência, ella diz-me que fiz o meu dever. Combati com ardor e sempre na primeira fila.»

Assim se prova, mais uma vez, que os portugueses têm aparecido, sempre, em toda a parte da terra...

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

## DOCUMENTOS

N.º 1

Le Colonel Antoine Figueira d'Almeida Gouverneur Militaire de Naulie de Romanie et de ses forts, Commandant Général par intérim du Peloponnese à Son Excellence Le Ministre Secrétaire d'Etat au Departement de la Guerre à Lisbonne

Le soussigné a servi sa patrie (Portugal) depuis 1796 jusqu'au mois d'Août 1823, époque de l'anéantissement des libertés constitutionnelles ; il fût obligé de se réfugier en Espagne, puis de là en Grèce, ou il sert depuis 13 ans, ayant mérité par ses services dans la lutte contre la tyrannie turque la Croix d'or du Sauveur ainsi que celle de l'indépendance, recompenses qui attestent que sa conduite a été constamment celle d'un vrai Portugais.

D'après ses considérations il ose espérer s'être rendu digne auprès de Son Excellence le Ministre de la Guerre, d'obtenir le remplacement de la Croix des Campagnes de sa patrie, croix qu'il avait reçu avant de quitter le Portugal, mais qu'il a perdue ainsi que le brevêt et presque tous ses papiers dans les vicissitudes et les dangers auxquels son émigration l'a exposé durant une période de 15 années.

A l'appui de sa réclamation il croit devoir rappeler brièvement sa Carrière Militaire qu'il a commencée dans le Régiment d'Artillerie n.º 3, il passa de là en 1808 à la Cavalerie, et le dernier corps, dont il a eu l'honneur de faire partie en Portugal a été le 1.º de Cavalerie intitulé de «Lisbonne» et formé en 1823.

Il y acquit le Grade d'Adjudant Major électif, mérite assez remarquable dans un Corps composé de Généraux et d'officiers Supérieurs hors de service.

En consequence et comme ancien titulaire de la décoration reclamée à lui accordée par les décrets d'institution, il ne doute pas que Son Excellence le Ministre de la Guerre de S. M. T. F. ne lui accorde sa haute protection; de plus il ose la supplier d'intervenir auprès de S. M. la Reine à fin qu'elle daigne y joindre aussi la Croix d'un de ses Ordres Royaux Militaires, faveur qui, en témoignant de ses services envers sa Patrie le rendra plus fier encore du titre de Portugais, qu'il ne cessera jamais d'honorer par ses actions et ses sentiments patriotiques.

Il prie enfin Son Excellence le Ministre Secrétaire d'Etat de la Guerre de vouloir bien lui transmettre sa décision par le moyen du Chargé d'affaires

res de Sa Majesté Hèllénique à Madrid, Monsieur le Comte A. Metaxa, qui se charge de l'expédition de la présente.

A. F. d'Almeida

Colonel (\*)

N.º 2

Antonio Figueira d'Almeida, Coronel ao serviço da Grecia pede um titulo pelo qual possa uzar a Medalha da Guerra Peninsular, por haver perdido o que possuía, e pede mais huma das Condecorações Militares Portuguezas em recompensa dos serviços prestados em Portugal.

A Comissão nomeada em virtude da Portaria do Ministerio da Guerra, de 10 d'Abril do corrente anno, examinando a pretensão do Supp.º, e não vendo bazeada a sua supplica, em documento algum, não pode emitir hum parecer definitivo a tal respeito; no entanto a circumstancia de haver em hum Paiz Estrangeiro chegado ao posto de Coronel, sendo hum emigrado pela Cauza da Liberdade, parece o torna merecedor da Contemplação de Sua Mag.<sup>de</sup>

Sala da Com.<sup>ª</sup> na Rua do Ferregial de Baixo 29 de Novembro de 1838.

(a) *João X.<sup>er</sup> de Rezende*, cor.<sup>61</sup> de Cavr.<sup>a</sup>, *Anselmo de Nor.<sup>a</sup> Torrezão*, cor.<sup>61</sup> d'Inf.<sup>a</sup>; *Antonio da Silva Bastos*, ten. cor.<sup>61</sup> d'Art.<sup>a</sup>

N.º 3

Parecer da Commissão do Ministerio da Guerra acêrca das pertencens de Antonio Figueira de Almeida, Coronel ao serviço da Grecia.

A Commissão revendo o requerimento do supplicante e papeis juntos; entende quanto ao Diploma que pede, que não se offerece duvida em se lhe passar um documento extrahido da relação que deo o Regimento de Cavallaria n.º 8 das praças que devião ser contempladas com a cruz de distincção da Guerra Peninsular; conformando-se totalmente com o parecer dado em 29 de Novembro de 1838, pela Commissão creada em virtude da

---

(\*) Sem data, mas deve ser de 25-2-1838

Portaria de 10 de Abril do referido anno, acerca da condecoração que pertende de uma das Ordens Militares Portuguezas.

Sala das Sesoens da Commissão do Ministerio da Guerra 6 de Março de 1839.

*A. B. Pereira do Lago*

B. e Pres.<sup>to</sup>

N.º 4

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. S. M. a Rainha attendendo aos serviços que Antonio Figueira de Almeida, actualmente coronel ao serviço da Grecia, prestou no Exercito de Portugal, e Tomando igualmente em consideração os seus serviços em prol das Liberdades Publicas; Houve por bem Conceder-lhe o Habito da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, o que participo a V. Ex.<sup>a</sup> a fim de que esta Soberana Resolução seja levada a effeito por meio do competente Diploma. D.<sup>s</sup> G.<sup>a</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> 14 de Março de 1839. *Ministro do Reino.*

N.º 5

Ministerio do Reino. 2.<sup>a</sup> Repartição. III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Sua Magestade a Rainha Houve por bem por Decreto de 15 de Março corrente Fazer Mercê a Guilherme Francisco d'Almeida de o Nomear Cavalleiro d'Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valôr Lealdade e Merito, e a Antonio Figueira d'Almeida de o Nomear Cavalleiro da Ordem de Christo; o que tenho a honra de participar a V. Ex.<sup>a</sup>, em resposta aos seus officios de 13 e 14 do corrente, e para que V. Ex.<sup>a</sup> se digne de fazer constar aos agraciados que para haverem os seus Diplomas os devem sollicitar desta Repartição dentro do prazo legal. D.<sup>s</sup> G.<sup>a</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino em 18 de Março de 1839. III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, *Antonio Frnz. Coelho.*

N.º 6

Le Colonel Antonio Figueira d'Almeida, Gouverneur Militaire de Navplie de Romanie et de ses forts à S. E. le Ministre Secrétaire d'Etat du Département de la Guerre, etc. etc. etc.

Lisbonne

Le soussigné a servi sa Patrie (Portugal) depuis 1796 jusqu'au mois d'Août 1823 époque de l'anéantissement des libertés constitutionnelles : il



fut alors obligé de se réfugier en Espagne, puis de la en Grèce ou il sert depuis 15 ans, ayant obtenu par ses services dans la lutte contre la tyrannie Turque, la Croix d'or du Sauveur, ainsi que celle de l'indépendance, récompenses attestant que sa conduite a constamment été celle d'un vrai Portugais.

D'après ces considérations, il ose espérer s'être rendu digne, auprès de S. E. de Ministre de la Guerre, d'obtenir le remplacement de la Croix des Campagnes de sa Patrie, croix qu'il avait reçue avant de quitter le Portugal, mais qu'il a perdue, ainsi que le brevet et presque tous ses papiers, dans les vicissitudes et les dangers de sa longue émigration.

A l'appui de sa réclamation, il croit devoir rappeler brièvement sa carrière militaire, commencée dans le Régiment d'Artillerie n.º 3, il passa de là, en 1808, à la cavallerie, et le dernier Corps dont il a eu l'honneur de faire partie, en Portugal, a été le 1.º de Cavalerie intitulé de Lisbonne, et formé, en 1823. Il y acquit le grade d'Adjutant Major électif, mérite assez remarquable dans un Corps composé de Généraux et officiers supérieurs hors de service.

En conséquence, et comme ancien titulaire de la décoration réclamée, et à lui accordée par les décrets d'institution il ne doute pas que S. E. le Ministre de la Guerre de S. M. T. F. la Reine de Portugal ne lui accorde à cet égard sa haute protection. De plus il ose la supplier d'intervenir auprès de S. M., afin qu'Elle daigne y joindre aussi la croix d'un de ses ordres royaux militaires, faveur qui, en témoignant de ses services passés envers sa Patrie, le rendra plus fier encore du titre de Portugais qu'il ne cessera jamais d'honorer par ces actions et ses sentiments patriotiques.

Cette même demande ayant été transmise dès le 25 février 1838 par la voie de Mr. le Comte A. Métaxa, alors Ministre de Grâce auprès des Cours de Portugal et d'Espagne, mais étant restée sans résultat, le soussigné prend la liberté d'adresser cette nouvelle, priant S. E. le Ministre de la Guerre de vouloir bien l'exposer sous les yeux de S. M. et de lui faire connaître, en son temps, la décision royale par l'intermédiaire du Representant de Portugal à Athènes, lequel est prié de transmettre la présente.

Il a l'honneur d'être, avec le plus profond respect,  
Nauplie, le 3 Mars 1840

Le très humble subordonné  
*Antonio Figueira d'Almeida*  
Coronel

A' S. E. le Ministre de la Guerre

N.º 7

M. da G. 1.ª D. 4.ª R. III.ºº e Ex.ºº Snr. Sirva-se V. Ex.ª determinar que pela Repartição a seu cargo, se faça constar a Antonio Figueira de Almeida que se acha Coronel no Exercito da Grecia; que Sua Magestade a Rainha Houve por bem condecora-lo com a Ordem de Christo em attenção aos serviços que prestou no Exercito Portuguez, cujo diploma deverá solicitar pelo Ministerio do Reino; e que se lhe não pode enviar o diploma que solicita do distinctivo concedido pelos serviços da Guerra Peninsular por se não terem distribuido; porém que pode uzar da Cruz n.º 3 a que tem direito segundo as averiguações a que se procedeo. D.ª G.ª a V. Ex.ª 29 de Abril de 1840. III.ºº e Ex.ºº Snr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros.

N.º 8

Serviço da Republica. Consulado de Portugal em Atenas, 22 de Outubro de 1937. N.º 137/22. — Homenagem de Missolonghi a um general português. — Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros. Excelência: Tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª o pedido, que acabo de receber, do *maire* de Missolonghi:

1 — Em termos calorosos, aquela autoridade anuncia-me o proposito de elevar um cenotafio à memoria de Antonio Almeida Figueira (ou Antonio Figueira Almeida?) no Jardim dos Heróis da cidade de Missolonghi, entre os tumulos dos oitenta generais do exercito grego da Independencia e os monumentos erigidos pelos Governos inglês, alemão, italiano e polaco em honra dos seus nacionais mortos pela libertação da Grecia.

2 — O nosso compatriota foi general de Brigada do exército grego, Grã-Cruz da Ordem Helénica e, depois da independencia da Grecia, Comandante da Guarda.

3 — Nasceu em Elvas, em data que o officio não precisa, e morreu na estancia de aguas de Betaglia (Veneza) em 21 de Janeiro de 1847.

4 — O Municipio de Missolonghi desejará obter o retrato do General Almeida para a galeria de quadros historicos do Palácio Municipal, e ainda o maior numero possivel de informações a respeito dos descendentes do herói.

5 — Respondi que me dirigiria a V. Ex.ª e que com o maior prazer satisfaria os desejos expressos na communicação a que me refiro. — A Bem da Nação. *Eduardo de Carvalho*.

*Nota final* — Foi este officio que deu origem ao encontro dos diversos documentos, com os quais foi elaborada a biografia deste herói português, quasi desconhecido em Portugal.

# SERRAS DE ÁGUA NAS ILHAS DA MADEIRA E PÔRTO SANTO

A instalação, na ilha da Madeira, das *serras de água* — engenhos destinados a serrar madeiras pela acção da força hidráulica — data dos primitivos tempos do povoamento e colonização da ilha, que, como no-lo refere o Infante D. Henrique, foi por este mandada povoar por homens de sua casa cerca de 1425 (1), doando-a depois, por carta sua datada de Lagos, no primeiro dia de Novembro de 1450, a João Gonçalves Zarco, cavaleiro de sua casa (2). As ilhas do arquipélago madeirense — novamente achadas ou redescobertas (3) e ocupadas no reinado de D. João I — foram doadas ao mesmo Infante por el-rei D. Duarte, seu irmão, em 1433 (4).

---

(1) «Começej de *povorar* a mjnha Ilha da madeyra averá orá xxxb. annos e isso mesmo a do porto santo e des y prosegujndo a deserta». — Carta de doação da espiritalidade das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta à Ordem de Cristo, pelo Infante D. Henrique, feita em 18 de setembro de 1460 e trasiadada a pags. 20-21 do Mss. (Livreria) n.º 516 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; fls. vij v.-viii do Códice n.º 235 da Ordem de Cristo, deste mesmo Arquivo («Livro das escripturas da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo», pelo dr. Pedro Alvares Sêco) e fls. xij-xiiij do Mss. n.º 737 do Fundo geral da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(2) «Eu Infante dom amrique... dou carreguo a Johã gliz zarco cavalleiro de minha casa da minha Ilha da madeira da terra des aquem do canço dez pasos como se vai pelo rio acima atee ponta do tristão... Eu fiz esta mercee ao dito Joham gliz por elle ser ho primeyro que por meu mandado a dita jlha *poborou* e por outros muytos serviços que me fez». — Carta de doação da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco, de 1 de novembro de 1450, lançada a fls. 56-57 e 77 v-78 do *Livro das Ilhas* (Arquivo da Torre do Tombo), trasladada em carta de D. Afonso V, datada de 15 de novembro de 1451, da qual fazem parte estes dizeres: «E dissenos o dito ynfante meu tyo que resguardando elle como Joham gonçalves Zarquo cavaleyro de sua casa, fora o primeyro homê que por seu mandado fora *poborar* as ditas ylhas, & depois que em ellas estevera atee ora fez em ellas fazer grande *povoraram* muitas bemeifeitorias e cousas por que a nossa terra vinham grandes proveitos...» (Referido *Livro das Ilhas*, fls. 56 e 77 v.).

(3) Vide o opúsculo *Quando foi descoberta a Madeira? Resenha histórica*, por Jordão de Freitas; Lisboa, 1911. — Segundo Gomes Eanes de Azurara, «foe o começo da *povoracão* desta ilha no anno do nacimiento de Jhu Xpõ de mil e iiij. xx annos». E' manifesta a discordancia d'este cronista com o que, como vimos acima, refere o proprio Infante.

(4) Carta dada em Sintra a 26 de setembro de 1433. — *Chancelaria* de D. Duarte, Liv.º 1, fls. 18-18 v. e *Liv. das Ilhas*, fls. 21-21 v.

Nessa carta de doação de 1450 se encontra a mais antiga referência às *serras de água* na ilha da Madeira. Aqui diz o Infante doador:

“Outro sy me praz que o dito Joham gonçalves aja pera sy todollos mojnhos de pam que ouver em a parte da dita jlha de que lhe asy dou carreguo e que ninguem nõ faça hy mojnho senão elle ou a quem a elle aprouver, E esto senã emtenda em moo de braço (5) que a faça quem quiser nã moemdo a outrẽ nem atafonas senam elle ou a quem elle aprouver. Item me apraz que aja de todas *serras dagoa* que hy fezerem de cada humã hũm marco de prata em cada hũn anno ou seu çerto vallor ou duas tauoas cada somana das que custumarẽ serrar nas serras segumdo pagam todallas outras cousas o que serrar a dita serra e esto aja tambẽ o dito Johã gliz de quallquer emgenho que se hy fizer, tiramdo vieiros de ferraria ou outros metaes.”

Várias devem ter sido as *serras de água* montadas no território da capitania doada a João Gonçalves Zarco. A mais conhecida — conquanto porventura não mais remota — é a que foi instalada no interior da ilha, ao norte de uma das suas mais antigas freguezias (a freguezia da Ribeira Brava, já existente em 1440), próximo de uma pequena capela, da invocação de Nossa Senhora da Ajuda, que, erecta em séde de uma nova freguezia em 1676, deu a esta a denominação de *Freguezia da Serra de Agua*, sendo bispo da diocese D. Fr. António da Silva e seu primeiro pároco o P.º Manuel da Silva (6).

No concelho da Calheta (na costa oeste da Madeira) ha uma ribeira com o nome de *Ribeira da Serra de Agua da Calheta*.

Ha também notícia de uma *serra de água* junto da Ribeira de Santa Luzia (Funchal).

---

(5) Em umas instruções enviadas de Aljezur (Algarve) a João Gonçalves Zarco pelo Infante D. Henrique, dizia-lhe este: «E mandai a João Afonso que correja outra *mõ*, e se faça um *moinho dagoa*, segundo o de Tomar» (In «Saudades da terra», de Gaspar Fructuoso, Liv.º 2.º, cap. 14, pag. 90 na edição de 1925. Porto, pelo dr. Damião Peres).

De uma outra carta do Infante para Zarco, datada de Albufeira aos 5 de Dezembro de 1452, consta que Diogo de Teive se obrigou por contracto a fazer na ilha da Madeira «hum *engenho de agua* pera se nelle fazer assucar».

(6) *Chancelaria da Ordem de Cristo*. Liv.º 61, fls. 326-326 v. — «Esta freguezia acha-se situada em grande parte num extenso, fundo e apertado vale, circundado por alterosas e abruptas montanhas. Rodeiam-na o pico da Cruz, o pico dos Cedros, o pico grande e outros, todos de agigantada estrutura e de uma grande e imponente magnificencia» (do «Elucidario Madeirense», vol. 2.º, pag. 475).

Por carta de 30 de Julho de 1492, D. João II fez mercê a Nuno de Sousa, fidalgo da Casa da Rainha e seu vedor, de «huú çarrado de canaveaes com huã *serra dagua* e engenho e casa de purgar em a rribeyra de sambartollameu que foy damdre gomçallvez e o vendeo por preço de duzentos e cimquenta mill rreaes. O quall çarrado parte da banda de baixo com o mar e de çima da Ilha com terras delle dito amdre gomçallvez» (1).

No território da capitania oriental da Madeira (jurisdição de Machico), — doada por D. Henrique a Tristão Teixeira (2), 10 anos antes, por carta de 8 de Maio (ou Março) de 1440, passada em Santarem — se fundaram tambem *serras de agua*, conquanto nenhuma referência se lhes faça nesta henri-

---

(1) *Ilhas*, fls. 20-21. No cap. XVI das «Saudades da terra», pag. 105, faz-se referência a estes engenhos de assucar existentes junto da Ribeira de S. Bartolomeu, mas não se fala na *serra dagua*.

(2) Marido de Branca Teixeira, sua prima (Vide «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 2.º, 1932, pags. 123-124).

*Tristam texeira*, cavaleiro da casa do Infante D. Henrique, é como o 1.º capitão-donatário de Machico, vem nomeado, quer no treslado da doação incorporado na carta de confirmação de D. Afonso V de 18 de Janeiro de 1452, a fls. 74 v.-76 do *Livro das Ilhas*, quer na carta de D. Manuel de 8 de março de 1501, que a confirma e vem lançada neste mesmo Livro, de fls. 73 v.-76 e fls. 40 v. do Livro 37 da Chancelaria de D. Manuel. *Tristan Tessera* é como tambem o menciona Cadamosto na sua «Prima navigazione», cap. 4.º, onde diz ter estado na ilha da Madeira em Março de 1455. Nas «Ilhas do Atlantico» de Valentim Fernandes (a fls. 170 da sua Collectanea, Mss. iluminado n.º 154 da Biblioteca Nacional) lê-se: *Tristam teyxeyra*.

De notar é todavia que o apelido *Teixeira* não figura no treslado da doação incorporado na citada carta de 18 de Janeiro de 1452, lançado a fls. 21-22 v. do *Livro das Ilhas*. O uesmo succede com o correspondente treslado incorporado na carta de D. João III, de 2 de Fevereiro de 1549, a fls. 184-187 do Liv.º 55 da respectiva Chancelaria, doando a capitania de Machico ao conde de Vimioso. — Em ambos estes treslados, o capitão-donatário é designado simplesmente por «*tristam* cavalleiro de minha casa na ilha da Madeira»; sem o apelido *Teixeira*.

Azurara, na sua «Cronica de Guiné» (cap. 83 do Mss. de Paris, editado em 1841 .ou cap. 49 do Mss. de Munich, de que a Biblioteca Nacional possui uma cópia autêntica), di-lo «escudeiro nobre», tal como a João Gonçalves Zarco; e nomeia-o simplesmente por *Tristam*. «Miles quidem nomine *Tristan*» é outrosim como se lê na «Relação» de Diogo Gomes de Sintra (fl. 289 do supracitado Códice iluminado n.º 154).

João de Barros (1552) chama-o *Tristam Vaz*; António Galvão (1563) e Damião de Goes (1567), *Tristam vaz teixeira*.

Numa outra sua carta do supracitado ano de 1452, datada de 17 de Fevereiro, D. Afonso V designa-o por «*Tristão da Ilha* cavaleyro da cassa do Infante Dom enrique» (Respectiva Chancelaria, Liv.º 12, fl 6 v.).

Que eu saiba, porem, nenhum diploma das Chancelarias Reais do século XV menciona o 1.º capitão-donatário de Machico com o nome de *Tristão Vaz*.

quina carta de doação. Segundo refere Gaspar Fructuoso, nas suas «Saudades da terra», em cinco freguezias desta capitania (Seixal, Boaventura, Santana, Faial e Machico), havia sitios denominados *Serra de água*.

Interessante e sobremaneira elucidativa é a descrição que Gaspar Fructuoso nos dá da *serra de água* que em seu tempo ainda existia na penúltima destas freguezias. Diz êle:

«Está nesta freguezia huã *serra dagoa*, que foi hum grande, e proveitoso engenho em que dous ou tres homês chegaram por engenho hum páo de vinte palmos de comprido, e dous, e tres de largo à serra, e por arte hum só homem, que he o serrador com hũ só pee (como faz o oleiro quando faz a louça) leva o páo avante, e a serra sempre vaj cortando, e como chega ao cabo com o fio, com o mesmo pé dá para traz fazendo tornar o pao todo, e torna a serra a tomar outro fio, de maneira que quem vir esta obra, julgará por mui grande e necessaria invenção a *serra dagoa* naquella Ilha, onde não era possivel serrarem se tam grandes páos como nella ha, com serra de braços, nem tanta soma de tavoado, como se faz para caixas de açúcar, que se fazem muitas, e para outras do mais serviço, que vem ser cada anno muito grande soma» (9).

Falando da freguezia de Ponta Delgada, na costa norte da Madeira, diz também Gaspar Fructuoso que esta freguezia tem «muitas agoas onde tem duas *serras dagoa*» (10).

Em outra altura (cap. XII, pag. 83), diz êste autor que na Madeira «avia tanta quantidade de madeira tam fermosa, e rija, que levavão para muitas partes copia de tavoas, traves, mastros; que tudo se *serra cõ engenho dagoa*, dos quais ainda agora ha muitos da banda do norte da mesma Ilha» (11).

A ilha do Pôrto Santo fôra doada pelo Infante D. Henrique a um outro cavaleiro de sua casa, Bartolomeu Perestrelo, por carta de 1 de Novembro de 1446: seis anos e meio depois da doação da capitania de Machico a Tristão Teixeira, e quatro antes da doação da capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco.

---

(9) «Saudades da Terra», cap. XVIII, pags. 123 (edição de 1925, Pôrto).

(10) Citado cap. XVIII, pag. 123.

(11) «Engenhos de agua» é a expressão empregada pelo P.<sup>o</sup> António Cordeiro na sua «Historia Insulana», 1717, pag. 73.

Nesta doação a Bartolomeu Perestrello, as *serras de agua* na ilha do Pôrto Santo veem consignadas em termos idénticos aos da doação feita a João Gonçalves Zarco. Assim :

«Eu o Jfante dom emrique... dou carreguo a bertollameu p(er)estrello cavalleiro de mjnha casa <sup>(12)</sup> da mynha Ilha do porto sancto... Outro sy me praz que o dito bertollameu pero estrello aja pera sy todollos moinhos de pam que ouver na dita Ilha de que lhe asy dou carreguo & que ninguem nam faça hy moinhos senam elle ou quem lhe aprouver. E esto-se nam em-tenda a moo de braço que a faça quem quizer nõ moendo a outrem nem atafonas senom elle ou quem lhe aprouver. Item me praz que aja de todal-las *serras dagoa* que hy fizerem de cada hūma hum marco de prata em cada hūm anno ou seu certo vallor ou duas taboas cada somana das que costumarem serrar paguamdo porem a my ho dizimo de todallas ditas serras segundo paguom das outras cousas o que serrar ha dita serra y esto aja tambem ho dito bertollameu pero estrello de quallquer emgenho q̄ se hi fizer tiramdo vieiros de ferrarias ou outros metaes» <sup>(13)</sup>.

*Serras de água* tinham-nas também a ilha de S. Tomé <sup>(14)</sup>, a ilha de S. Tiago <sup>(15)</sup> e a ilha de Ano Bom <sup>(16)</sup>.

Tambem as houve o arquipélago dos Açores: ilha de S. Miguel <sup>(17)</sup>; ilha Terceira <sup>(18)</sup>; ilha de S. Jorge <sup>(19)</sup>; ilha Graciosa <sup>(20)</sup> e ilha do Faial ou ilha do Pico <sup>(21)</sup>.

No primeiro quartel do século XVI foi viver para a ilha de S. Miguel,

---

(12) «Bertollameu Perestrello, huū fidalgo que era da casa do iffante dom Joham», no dizer de Azurara (referido cap. 83 da «Cronica de Guiné»).

(13) Referido *Livro das Ilhas*, fl. 94. Esta carta foi «dada em a minha villa».

(14) Cartas de doação desta ilha: a João Pereira, em 3 de Fevereiro de 1440; a Alvaro de Caminha em 29 de Julho de 1443; a João de Paiva, em 17 de Janeiro de 1486 e a Fernão de Melo em 6 de Dezembro de 1499. — *Livro das Ilhas*, respectivamente a fls. 101, 104 v., 117 e 60.

(15) Carta de doação da capitania da ilha de S. Tiago (parte norte) a Rodrigo Afonso, em 29 de Outubro de 1497. — *Ilhas*, fl. 70 v.

(16) Carta de doação a Jorge de Melo, em 16 de Outubro de 1503. — *Ilhas*, fl. 126.

(17) Carta de doação da Infanta D. Beatriz, tutora de seu filho D. Diogo, duque de Vizeu; de 10 de Março de 1474, a Rui Gonçalves da Camara.

(18) Carta idem, idem, de 17 de Fevereiro do mesmo anno, a Alvaro Martins Homem.

(19) Carta de doação do duque de Vizeu D. Diogo, de 4 de Maio de 1483, a João Vaz Cortereal.

(20) Carta de doação delrei D. Manuel, de 3 de Agosto de 1510, a D. Alvaro Coutinho.

(21) Carta idem, de D. João III, de 15 de Julho de 1550, a Manuel de Hutra Cortereal.

com sua família, o madeirense João Gonçalves Ferreira, que, por ser natural da *freguezia da Serra d'Agua*, se tornou ali conhecido pelo nome de João Gonçalves Ferreira, o da "Serra d'Agua". A êle se refere Gaspar Fructuoso no Livro 4.º, cap. 34, das suas "Saudades da terra": "... pelo que se veiu morar abaixo à vila, em umas boas casas que comprou sobre a ribeira, junto da ponte, onde mandou fazer um *engenho de serra d'agua*, como os da ilha da Madeira, com seus escravos e um João Lourenço, seu creado, que era mestre do dito engenho e endereçava os escravos" (22).

JORDÃO DE FREITAS

---

(22) Lugar citado, pag. 222 da edição de 1924 (Ponta Delgada).



## UMA INSCRIÇÃO ROMANA

Na região onde se levanta a aldeia beirôa da *Póvoa de Midões*, num airoso planalto que domina a margem esquerda do Mondego, em frente ao Carregal do Sal, os vestígios da civilização romana são relativamente abundantes. Restos de cerâmica, moedas, mós, a toponímia, tradições locais, inscrições, etc., aparecem com facilidade, quando se procede a qualquer sumária investigação.

E' de um documento epigráfico, que se conserva naquela risonha aldeia,



Foto. do Autor

A INSCRIÇÃO COM OS CARACTERES AVIVADOS A OIZ

que vou ocupar-me, documento que data do ano 80 da era cristã, e relativo à construção de uma fonte. Julgando de interêsse o torna-lo conhecido, já reproduzindo-o, já apresentando a sua leitura, aqui o venho trazer como elemento a inventariar.

Encontra-se a inscrição aberta em uma pedra de granito da região, que mede ao comprimento 1<sup>m</sup>,50 e à largura 0<sup>m</sup>,35, e foi aproveitada, como aliás muitas outras, dos restos de uma desaparecida povoação luso-romana, que não distava muitas centenas de metros da actual aldeia, sendo designada na tradição popular pelo topónimo de *Nabril*.

É esta a razão por que a pedra onde se lê a inscrição de que vou tratar, pedra bem valiosa, evidentemente, se encontra encravada na parede de uma casa térrea, bem do tipo tradicional das construções locais.

A inscrição, inclusa numa cartela rectangular, rematada nos topos por dois pequenos ângulos, e que mede 0<sup>m</sup>,93 por 0<sup>m</sup>,29, ocupa três regras de 0<sup>m</sup>,10, num total de quarenta e dois caracteres latinos.

Epigráficamente, apenas há a notar, nesta inscrição: o primeiro A, que não é cortado pelo travessão; o E que se lhe segue ser reduzido e elevado; e um nexa de um I e de um C.

Fora da cartela ficou um F, antecedido de um ponto divisório, certamente por imperícia do canteiro que a insculpiu.

A inscrição, tal como se nos apresenta, é:

IMP·TITO·VIII·COS  
FONTEM·AEDIFICAVIT  
SEVERVS·VIV·F

que em leitura corrente, depois de desdobradas as abreviaturas dará:

IMPERATORI·TITO·VIII·CONSVLI  
FONTEM·AEDIFICAVIT  
SEVERVS·VIVII·FILIVS

e se traduz por:

*Em honra do imperador Tito, durante o seu oitavo consulado, Severo, filho de Vivio, construiu esta fonte.*

ARMANDO DE MATTOS.

## DESCRIÇÃO DAS PINTURAS DO REAL PALÁCIO DE MAFRA

(Continuação da pag. 139)

### OBSERVAÇOENS FEITAS SOBRE O PAINEL Q. REPRESENTA AFONSO DE ALBUQUERQUE

Frc.º de Albuquerque chegou á India com 6 vellas em 1503 atempoq̄ o Rei de Cochim, retirado na Ilha da Naypii tinha sofrido aperda dequasi todos os seus estados.

O Samori q̄. oodiava mortalmt.º, por ser am.º dos Portuguezes, lhos havia tomado áforça d'armas.

Albuquerque e Nicolau Coelho fizeram mudar aface das couzas. ajudarão no restaurando quanto este havia perdido. Em premio de hũa tal empr. lhe pedirão licença p.ª edificar hũa fortaleza em seu lugar principal aq.ª serviria tb.ºm p.ª defeza della esegurança do seu commercio. Aq.ª<sup>16</sup> monarcha lhaconsedeo atempoq̄. alli chegava Affonso de Albuquerque commando hua peq.ª esquadra: Os dois Heroes repartirão entre elles os balhos e emq.º o 1.º foi carregar as Naos q̄ deviãõ partir p.ª Lisboa ficou o 2.º mandando construir oforte: Apressa comq̄. sefez não deu tempo a procurar materiais mais solidos q̄. amadr.ª de Coddã Pana ou de Toda-pana. arvores comopalmr.ªs indaq̄ diversas das da Africa e Asia menor.

Aprincipalação doquadro deve se hepossivel ocupar nelle o 1.º lugar. mas hua fortaleza naopoderia alli caber senão emgrd.º distancia e os operarios porconseq.ªta devem ficar tanto aperda devista q̄. não podem chamar asi aattenção dos espectadores foi preciso pois para fazer ascena recorrer a outros meios Eu escolhi o instante emq̄. o Rey de Cochim sendo restituído aos seus estados chega ao sitio donde sepodia avistar anova fortaleza; esem embargo de ter dado a licença p.ª se fazer fica admirado á vista daregularid.º daobra edaprestesa comq̄ foi feita. Affonso de Albuquerque oacompanha: e apontando p.ª oforte deixaver q̄. oseu descurso he relativo aelle. Esta attitude he talvez aunica q̄. lhe comvem nesta scena porq̄. sendo elle o Heroe doquadro e pelanobresa dasua figura pela luz viva q̄. recebe pelo lugar superior emq̄. seacha, circunstancias todas q̄. competem como ao Heroe do quadro. os olhos vão todos aelle. e delle ao objecto p.ª

q̄. está apontando; modo singular de conhecermos q̄. o d.<sup>o</sup> objecto he hua p.<sup>1o</sup> essencial naq.<sup>1o</sup> painel.

Dois serradores cortão hũa arvore daq.<sup>1as</sup> 4 malabares e 2 portugueses conduzem p.<sup>1o</sup> de hũ tronco p.<sup>a</sup> o forte... com m.<sup>1os</sup> trabalhão ainda p.<sup>a</sup> o completar.

A chegada do Rey aos seus estados e aprez.<sup>a</sup> de hũ heroe tão novo naq.<sup>1es</sup> paizes faz nascer hua gr.<sup>1o</sup> varied.<sup>e</sup> de expressoens nos comparcas daq.<sup>1o</sup> theatro.

Alguns malabares e hũ chinez estendem a vista eos pescçoos p.<sup>a</sup> verem oseu Rey resgatado eaq.<sup>1o</sup> q̄. o libertou. Hum Bramani, levantando as mãos ao Ceo mostra q̄. lhedagraças por este benef.<sup>o</sup>.

Os Mouros inimigos capitaes dos Portuegueses descobrem nas suas aççoens q̄. tem gr.<sup>1o</sup> pesar do seu estabelicim.<sup>1o</sup> Hum pagem do Heroe por sua ordem tem feitoarder gomas aromaticas dentro dhũ raro eeleg.<sup>1o</sup> perfumador p.<sup>a</sup> honrar o Rey amanr.<sup>a</sup> dos orientaes outro portuguez o segue tando nas mãos hua bandeira... e he seguido d'outro com acruz militar de xpo e as letras *IN HOC SIGNO VINCES*.

Hũa das couzas mais Essencias q̄. deveter hũ quadro he dar bem clar.<sup>1o</sup> aconhecer q.<sup>1</sup> he oacontecim.<sup>1o</sup> q̄. q.<sup>r</sup> representar e p.<sup>a</sup> esse fim fiz primeiramt.<sup>o</sup> ver q̄ pelas produçoens territoriaes a scena do quadro era passada na India. Alli se vê hum coq.<sup>1o</sup> hũa bananeira hua Jaq.<sup>1a</sup> cujos fructos são tão grd.<sup>1es</sup> q̄. carregão hũ homem.

O sitio da Scena he analogo á nobreza do assumpto: De hum lado, sobre pedestal demarmore sevê colocado humidolo damesma materia a quem as palmas de hum coqueiro... entre e misteriosos idolos q̄ adorão os malabares. Do outro lado hũa Jaqueira hũa Todapana e hua bananeira ser- vem de fundo ao padrão levantado pelos nossos para fazer memoravel aquella epoca. he hum pedestal coroado com a esphera e nella a Letra spera in deo. divisa tomada por El-Rey D. M.<sup>1o</sup> a Inscripção em letras... diz assi

*A. J. C. N. R. e ao B. A. S. T.  
R. El. R. D. M.  
os Albuquerque  
D. D. est. Forte  
em 1503*

A Iesus Christo nosso Redemptor e ao Bemaventurado Apostolo S. Tiago. Reynando ElRey D. M.<sup>1o</sup> os Albuquerque dedicarão esta fortaleza em 1503.

Affonso de Albuquerque era commendador daordem de S. Tiago e sua

Capitania era a Nao S. Tiago e tinha p.<sup>or</sup> devoção com este santo e porisso deuaesta Praça o seu nome. A Igr.<sup>a</sup> feita iguالم.<sup>te</sup> de madr.<sup>a</sup> foi dedicada a S. B.<sup>mo</sup>

Deste modo, sem recorrer a meios extraodr.<sup>os</sup> e desusados pude conseguir dar clarам.<sup>te</sup> aentender aos espectadores q.<sup>1</sup> seja o assumpto do meu painel a 1.<sup>a</sup> entre as obrigaçoens do compositor.

Emq.<sup>to</sup> aocostume, sendo aacção festiva especifica não vesti omeu heroe deguerreiro massi de corteção aouso dq tempo com aq.<sup>tas</sup> modificações q. naturalm.<sup>te</sup> poderião requerer oclima ard.<sup>te</sup> daq.<sup>tes</sup> paes como são os braços nus. &<sup>a</sup> o Rey de Cochim, tem um vestido q̄. sendo pinturesco concorda bem com ostrajes q̄. alli usavão naq.<sup>te</sup> seculo. q̄ era hua peça depaño fino dalgodão comq̄. se cobrião dacintura ate o Joelho. aroupa rosada abra-celete deouro he como hua ordem decavalaria, so concedida aos monarchas, q̄. lutando com hu tigre o matarão ou aq.<sup>tes</sup> aq.<sup>m</sup> os Reys querem honrar. os mais os trazem de prata ou deosso de Bufalo. e o preto piq.<sup>no</sup> q̄. sustenta as... da decencia... e embelece m.<sup>to</sup> o quadro. emq.<sup>to</sup> a coroa ella não he estranha naq.<sup>tes</sup> paes... esta libertad.<sup>e</sup> poderia entrar non.<sup>o</sup> daquellas q̄. Horacio concede aos poetas epintores. o Samorim, istohe o Rey de Cananor e o de Calecut. nvnca sahião do Palacio sem coroa deouro dovalor de 500 ducados tendo a figura de hua especie de tiara oubarrete denoite q̄. seeleva empona. o circulo deouro naorelha era costume universal Mas desde peqn.<sup>os</sup> metião enrolada no furo daorelha hua folha de palmr.<sup>a</sup> oq̄. fazendo continuado esforço p.<sup>a</sup> seabrír hia aumentando a circunferencia do buraco aberto ser capaz de caber por elle o braço e os brincos q̄. lhes metem pesão as vezes 4 onças. elles nao sahem senão empalanquim ou acavalo em elefante. a do Rey de Cochim apparece aqui nhúa certa distancia aope delle alguns Naires q̄ formão aguarda de corpo daq.<sup>te</sup> Soberano.

O Sacerdote Brachmane tem 3 cordoens lancados atracollo q̄ he hu emblema da S. S. Trind.<sup>e</sup> deq̄. elles tem hua idea confusa.

Entre a comparsaria ha duas mulheres estrangeiras noaiz indaq̄ Asia-ticas hua julgõdeser na.<sup>1</sup> da Georgia outra da Circassia hua dellas olha com hua attenção naovulgar p.<sup>a</sup> o heroe eaoutra escuta com curiosid.<sup>e</sup> o q̄. o pagem da bandr.<sup>a</sup> esta dizendo ao Moiro comq.<sup>m</sup> conversa.

O Subtabló tem dentro namedalha amascara de hua mulher da Ilha de Tanna hua das do mar do sul como nos a vemos desenhada nas viagens de Cook os seus cabellos frizados com artificio são cobertos emparte com hua fita feita dafolha de bananeira e hua especie de gibão tecido de folhas de palmr.<sup>a</sup> O colar hecomposto de circulos de tartaruga tendo no meio hu buzio raro. os brincos são compostos dessimilh.<sup>es</sup> circulos edecaroços &

Na festonada sedeixão ver alguns cachos e folhas de pimenta flores

ebotoens dafruta estrellada, folhas flores fruto de Blati ou Jambos Silvestres de Talipi-pariti cujas folhas são avermelhadas eas flores cor derosa— Cadu — pariti comflor amarelada e folhas similh.<sup>es</sup> os dedos das maos humanas &.ª &.ª As borboletas saõtodas Americanas.

A historia das descobertas offerece a cada passo assũptos bem dũgnos dos mais celebres poetas, historiadores e pintores dos povos estrangeiros.

Se m.<sup>ios</sup> tem tirado dellas grande utilid.<sup>de</sup> a nação portuguesa tem a honra de ser aquella q̄. abriu o caminho atodas as outras.

Amemoria do Infante D. Henrique q̄ foi o primeiro motor desta grande obra hebem digna de Ser transmitida á mais remota posterid.<sup>o</sup>

Se esses S.<sup>tes</sup> oapprovarem nos podemos executar este desenho notecto dogabinete junto á Capelinha dap.<sup>le</sup> donorte.

O Infante D. Henrique mostrando astaboas de Ptoiomeu a Joao Goncalves Zarco e Simão Vaz q Descobrirão as d.<sup>as</sup> Ilhas. Depois dever apparecerem Gil Eanes e M.<sup>r</sup> de Bitancourt.

Humpouco mais distante Ageografia Levanta hũ veo decima do Globo e mostra os mares da India a Vasco da Gama o Brasil a Pedralvares Cabral, e a Magalhaens o seu estreito.

Varias ilhas com aberturas por onde lanção fumo e fogo — não ha ervas plantas nem arvores e apenas aparecem hum resto de algumas espadanas.....

#### QUADROS DAS PAREDES

Aos assumptos correspondentes destes quadros convem hum estilo expressivo ou esignificante. Os mais famosos artistas da Grecia sacrificando tudo á belleza, em que forão inimitaveis evitavão as expressoens violentas dos affectos que podem tornar fea a mais rara formosura. Entre os Modernos, Rafael he nesta parte como em outras muitas, o mais perfeito exemplar e parecer, diz Mengs, q'elle retratava, os proprios Heroes e as outras pessoas que queria representar com as suas... expressoens. Outros pintores ainda os muito habeis parece terem retratados comediantes cujas paixoens são exageradas, affectadas e fingidas e que estudão os gestos que mais podem agradar e impor, e não aquelles que inspira a natureza, de modo que antes he hũa affeciação que hũ sentimento.

(Continúa)

## AS INSCRIÇÕES DO CASTELO DE PALMELA

Sem contar alguns trabalhos mais de caracter literário ou descritivo (1), não conheço nenhum estudo àcerca do castelo de Palmela, além da pequena, posto que valiosa, monografia editada pelo «Serviço dos Monumentos Militares», que embora sem nome de autor, foi elaborada pelo meu Ex.<sup>mo</sup> amigo e ilustre arqueólogo Snr. eng.<sup>o</sup> F. A. Garcez Teixeira, cuja modéstia não sei se me perdoará a indiscrição.

Pois bem merecia a altaneira fortaleza que lhe investigassem a remota existência.

«Ignora-se quando fôsse fundada a vila de Palmela, mas, pelas suas excepcionais condições, o local que ocupa deve, desde a mais remota antiguidade, ter sido ocupado e fortificado.» (2)

Após a tomada pelos cristãos de Afonso I em 1147 (3), apparecem-nos vagas referências àcerca dêste fortíssimo ponto de apoio para as investidas dos territórios por conquistar (4), das alternativas de posse por moiros e cristãos (5), da sua doação à cavalaria de Santiago em 1186 (6) e do estabelecimento ali da cabeça da Ordem que antes vagueara por Lisboa, Alcacer e Mértola (7). Depois ainda encontramos rápidas notícias das almenaras durante o cêrcro de Lisboa (8), das correrias de Nuno Álvares sôbre o visinho castelo de Almada (9), do lúgubre papel de cárcere do bispo de Evora (10), e pouco mais.

---

(1) Vilhena Barbosa, *O castelo de Palmela*, in «Archivo Pittoresco», vol. III (1860), pág. 313 e *O castelo de Palmela*, in «Monumentos de Portugal» — Gabriel Pereira, *O castelo de Palmela*, in «Rev. Ilustrada», 1890 — Higino de Mendonça, *O castelo de Palmela*, in «Illustr. Portuguesa» — Sousa Gonçalves, *O castelo de Palmela*, 1930.

(2) (Garcez Teixeira), *O castelo de Palmela*, ed. do Serv. dos Mon. Militares, pág. 3.

(3) Herculano, *Hist. de Portugal*, l. II, pág. 380.

(4) *Id.* pág. 382.

(5) Vilhena Barbosa, *Monum. de Portugal — O castelo de Palmela*.

(6) Schaefer, *Hist. de Portugal*, vol. I, cap. IV, pág. 97.

(7) Brandão, *Monarch. Lusit.* P. III, l. XI, cap. XXV, pág. 337.

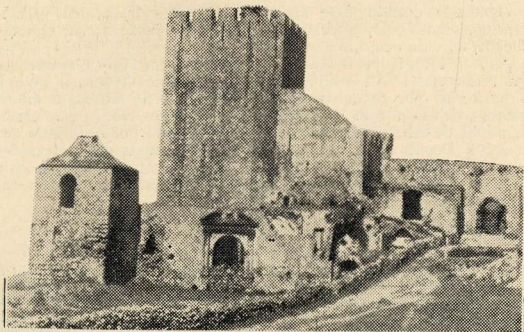
(8) *Cron. do Condestabre*, cap. XXXV.

(9) Fernão Lopes, *Cron. de D. João I*, cap. CXLVII.

(10) Rezende, *Cron. de D. João II*, cap. LIV.

Com o desejo, talvez um tanto impertinente, de prestar a minha pobre contribuição a êsse futuro trabalho que alguém certamente empreenderá, destaquei dos meus cadernos de inscrições as que um dia colhera em rápida visita ao vetusto castelo que foi sede e cabeça dessa notabilíssima Ordem cuja cruz floreteada tanta honra transmitia outrora aos que ao peito podiam ostenta-la.

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA





I

- 1) — REINANDO ELREI D. PO SEGVNDO MANDOV FAZER ESTA FORTIFI
- 2) — CACÃO O DVQVE DO CADAVAL MESTRE DE CAMPO GN.<sup>AL</sup> JVNTO A  
PES
- 3) — SOA DE S. MAG<sup>DE</sup> MANDANDO AS ARMAS DAS PRASSAS DE SETVVAL  
CAS
- 4) — CAES E SENDO CAPP<sup>AM</sup> GN<sup>AL</sup> DA CAVALLARIA DA CORTE E PROVIN
- 5) — CIA DA ESTREMADVRA E DOS CONSELHOS DESTADO E GVERRA DE
- 6) — S MAG<sup>DE</sup> E DO DESPACHO DAS M<sup>CES</sup> E EXPEDIENTE PRESIDENTE DO
- 7) — TRIBVNAL DO TABACO MORDOMO MOR DA R<sup>A</sup> D. M<sup>A</sup> SOFIA DE 1689

Sôbre a porta reconstruida do velho castelo, esta enfatuada inscrição mais atesta a vaidade do nobre duque do que a obra que quer comemorar. Refere-se à ampliação da fortaleza pelo sistema Vauban que deveria tornar a defesa mais eficiente pelos lados do norte e do levante, onde o terreno é menos escarpado, contra a moderna arte da guerra, ante a qual a velha muralha moira já nada podia<sup>(1)</sup>.

II

AQVI JAZ P<sup>O</sup> LOPES DE GO  
ES FIDALG<sup>O</sup> DA CA<sup>SA</sup> DO SOR M<sup>TE</sup> DE SANTIAGV<sup>O</sup> DVQVE  
DE COÏBRA F<sup>O</sup> DELREI  
DÔM J<sup>O</sup> FOI CAVALEIR<sup>O</sup> DA ORD<sup>E</sup> DE S<sup>ATI</sup>  
AGO E SE FINOV  
A DE SETBRO DE 514

No pavimento da igreja de Santiago. Inscrição insculpida em volta de uma campa. Caracteres góticos minúsculos e latinos, o que é muito pouco vulgar. As 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> linhas estão por baixo da 1.<sup>a</sup> Ao centro um brasão de armas.

---

(1) A cópia dêste letreiro, dada a sua altura, a má visibilidade e a pressa da visita, foi feita pelo falecido arqueólogo Marques da Costa, para a oferecer ao eng.<sup>o</sup> Garcez Teixeira, que por sua vez ma facultou.

Dêste Pero Lopes de Gois, que foi fidalgo da casa do Infante D. Jorge e cavaleiro de Santiago, não achei rastro nas chancelarias reais ou na da Ordem, nem nos numerosos documentos do convento de Palmela, que se conservam na Torre do Tombo.

Tenho porém uma vaga ideia de já ter encontrado êste nome, não sei se na desabrida contenda entre o descobridor da Índia e os freires de Palmela, sôbre a malfadada questão de Sines, ou se em qualquer narração dos nossos cronistas.

Noto apenas, e talvez desprese uma util indicação, que na sua campa se vêem umas armas onde não figuram as quadernas dos Gois<sup>(12)</sup>.

### III

AQUI IAZ DOM MÊ  
DAFOMSO : DE LAMEI  
DE PRIOR : MOOR : QE  
FOI DA ORDEM DE SAM  
TIAGO E FALECEO AOS  
XXIII DE FEUEREIRO  
1546

Na igreja de Santiago. Caracteres góticos minúsculos.

Uma relação manuscrita dos priores-mores de Palmela, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa<sup>(13)</sup> e organizada no convento na segunda metade do século XVIII, durante o priorado de D. João Teotónio Cordeiro Pereira, começa justamente no ano em que morreu D. Mendo Afonso. Aliás é uma simples relação de nomes e datas que pouco elucida.

### IV

S ; DO : LCoD : BMTº  
MJZ

---

<sup>(12)</sup> Vilas Boas, Nobil. Port.

<sup>(13)</sup> *Extracto dos S.ºs Priores Mores q. tem havido neste Conv.º da era de 1546 em diante.* Ms. (B. 5-6) 411.

Na mesma igreja. Caracteres góticos minúsculos.  
Quem tenha sido êste Bento Martins, que outros consigam dizê-lo, já que a sua modéstia se limitou a assinalar a simples licençatura.

V

AQVI IAS D DO DE GOV . . . . .  
PRIOR MOR Q̄ FOI DESTE  
COMVTO E ORDEM DE SAM  
TIAGO E DO CONSO DELR  
EI D. SBAM N S EMBA  
XOR DELREI D JOAM 3º  
EM O CONCI  
LIO DE TRENTO FALE  
CEO NESTE CONVTO A 2  
DE ABRIL DE 1576

Diz-nos Barbosa, na *Biblioteca Lusitana*, que Diogo de Gouveia nasceu em S. Pedro da Arrifana, no termo de Santarem. Era filho do Dr. Gonçalo de Gouveia que foi dezembargador da Casa da Suplicação e de sua mulher D. Joana Velho de Castelo-Branco.

Foi mandado a Paris para estudar no colégio de Santa Bárbara, onde o tio, irmão mais novo de seu pai, era então reitor. Na universidade de Paris terá recebido o grau de doutor em Teologia<sup>(14)</sup>.

Além do conhecido professor da velha universidade francesa, que segundo nos diz Castilho<sup>(15)</sup>, foi sepultado junto às grades da capela-mor da Sé de Lisboa, tivera o pai de D. Diogo outros irmãos: o P.<sup>o</sup> Manuel de Gouveia e D. Inez de Gouveia, todos êles filhos daquele Antão de Gouveia que esteve na batalha de Toro, e netos de um Gonçalo Dias de Gouveia que diziam ser filho de João de Gouveia.

«Divulgada a fama de tantas letras em Portugal», como conta Jorge Cardoso<sup>(16)</sup>, chamou-o D. João III «para ler Artes na nova Universidade de Coimbra»<sup>(17)</sup> onde foi lente de prima.

(14) Barbosa, *Bibl. Lusit.* T. I, pág. 659.

(15) Castilho, *Lisboa Antiga*. Vol. VI, cap. XVI, pág. 163 (2.<sup>a</sup> ed.).

(16) Cardoso, *Agiol. Lusit.* T. III, pág. 393.

(17) Idem.

Em 1551 mandou-o o Rei ao concílio de Trento.  
Em Portugal foi abade de Vinhó, beneficiado em S. João de Beja, cónego da Sé de Lisboa, deputado da Mesa da Consciência e Ordens e D. Prior-mor do convento de Palmela.

Jaz na igreja de Santiago.

Entre outros escritos<sup>(18)</sup> deixou uns estatutos da sua Ordem, por que ela se governou durante muitos anos «com louvor e crédito de seu autor»<sup>(19)</sup>.

## VI

S<sup>A</sup> DE ALV<sup>O</sup> DE CARVALHO CAVALER<sup>O</sup> DA ORDEM  
DE S<sup>A</sup>O TIAGO E DE M<sup>I</sup>CIA RONBA SVA MO  
LHER E DE SEVS HERDEIROS FALECEO ELLE  
A XXI DE FEVEREIRO DE MDLXIII · E ·  
ELA A X · DE DEZEMBRO DA MESMA ERA

A QVAL M<sup>A</sup>ODOV FAZER FR<sup>CO</sup> R<sup>O</sup>BO  
DE CARV<sup>O</sup> SEV F<sup>O</sup> A QVAL SE ACABOV  
A 11 · DE N<sup>O</sup> DE 1589 ANNOS

Na igreja de Santiago. Inscrição publicada por Dodgson no vol. XIX do *Arqueólogo*. Tem entre as 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> linhas um escudo com as armas dos Carvalhos, mas com os crescentes acantonados e em chefe um peixe e a palavra R<sup>O</sup>BVS.

Encontro um Francisco Rombo de Carvalho<sup>(27)</sup> vivendo por esta época na quinta da Aceada (?), termo de Palmela, que a queria viucular em morgado.

## VII

<sup>EL</sup>  
S<sup>A</sup> DE M<sup>O</sup> LOBO TEI  
XEIRA E DE SVA  
MOLHER DONA  
IOSE RIBEIRA

---

(18) Barbosa, *Menz. hist. del Rei D. Seb.* P. II, l. I, cap. V. n. 50, pág. 435.

(19) Cardoso, ob. cit.

(27) Torre do Tombo, chanc. de D. Felipe I, l. 24 fol. 81 v.

Igreja de Santiago. Inscrição publicada no vol. XIX do *Arqueólogo*.

Não sei quem tenha sido este Manuel Lobo Teixeira. Um Francisco Teixeira de Moraes, filho segundo de Jácome Teixeira de Moraes, dos Moraes de Traz-os-Montes, veio para Évora como m<sup>o</sup>ço da câmara do Cardeal-Rei, e mais tarde, foi escudeiro-fidalgo por alvará passado nessa cidade em 4 de Fevereiro do ano de 1578, e cavaleiro-fidalgo por alvará passado em Lisboa no ano seguinte. Casou em Alenquer com uma sobrinha do Bispo de Bona, de nome D. Francisca. Embora este Teixeira, como se vê se tenha aproximado das terras dos espatários, não sei se terá algum parentesco com o nosso Manuel Lobo.

### VIII

S DE FR<sup>co</sup> COELHO CARDOSO  
E DE BREATIZ GOMES  
SVA MOLHER E DE  
TODOS SEVS DECN  
DEMTES · Q DAMTRE  
AMBOS · NACEREM

O QVAL · SERVIO · AS ORDĒS  
DE S TIAGO E DAVIS Ē TEPO  
DO M̄<sup>E</sup> DŌ IORGE E DOS REIS  
DO IOĀ 3<sup>o</sup> DŌ SEBAS  
TIAŌ E DŌ HĒRIQ̄ · DE SA  
CRETARIO NOS CAPLŌS · GER  
AIS Q̄ EM SEVS TPOŠ · FISER  
AO ESTES · PRIMICIPES E A  
SÍ DEVISITADOR · DAS OR  
DES

Junto ao pórtico ogival da velha igreja de Santiago, pela banda de fora, encontra-se uma formosa campa com esta longa inscrição de belos caracteres da Renascença que, entre as 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> linhas, dão lugar a um escudo à valona onde se ostentam esparteladas as armas dos Cardosos e dos Coelhos.

Mandou-a lavrar Francisco Coelho Cardoso, pessoa importante ao tempo, como se vê do leiteiro que nela fez insculpir.

Tem, no entanto, uma parte antipática esta inscrição.

Francisco Cardoso fôra casado com uma filha de Braz Afonso, provedor de Setubal, de quem tivera Pedro Coelho Cardoso, que foi comendador de Santiago e casou com D. Maria de Melo, filha de João de Brito de Melo; e D. Catarina Coelho, que casou com Luiz de Brito de Melo.

Viuvo e bajoujo, casou segunda vez com uma sua criada preta, a Beatriz Gomes da inscrição.

Ora, em tão extenso epitáfio onde enumera orgulhoso as Ordens em que serviu e os cargos que nelas desempenhou, aliás de relativa importância, não faz uma simples referência à pobre filha do honrado provedor de Setubal, e vai declarando sorrateiramente que a sepultura era só sua, da Brites preta e dos filhos *que damtre ambos nacerem*.

E nasceram dois, que eu saiba, Jorge Coelho de Andrade, que foi buscar o apelido da avó paterna, e uma menina, D. Felipa, que se meteu freira, não sei se mais desgostosa com a negra côr da mãe, se com a negra ingratidão do pai.

## IX

ESTA SEPVLTVRA HE  
DE IOÃO DE BRITO DE MELO  
E DE SVA MOLHER DONNA  
IZABEL D BARROS COE  
LHA E DE SEVS FILHOS  
E DESENDENTES

Na igreja de Santiago. Inscrição com poucas geminações, sob um escudo *partido* com as armas dos Melos e dos Britos.

E a jazida dos pais daquele João de Brito de Melo que foi da Academia dos Insignes, de Setubal, sua pátria, e autor da *Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida* e das *Festas do Nascimento do Serenissimo Infante D. Pedro*, etc. <sup>(21)</sup>. Foi cavaleiro de Cristo, provedor da alfândega da referida cidade <sup>(22)</sup>, onde morreu em 1682.

---

<sup>(21)</sup> Barbosa, *Bibl. Lusit.* T. II, p. 616.

<sup>(22)</sup> T. do Tombo, chanc. de D. Afonso VI, l. 23, f. 227.

Esta inscrição foi publicada por Dodgson, no volume XIX do *Arqueólogo Português*.

X

CAPELLA · E IAZIGO  
DO PRIOR · PAVLO DE  
PAIVA · FREIRE

Percorri, em tempos, os numerosos massos de documentos do convento de Palmela, recolhidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas não me recordo de ter encontrado qualquer referência a êste prior, ou à sua capela na igreja de Santiago.

Deixo a pesquisa aos amadores de genealogias.

XI

S DE P<sup>o</sup>  
FR<sup>a</sup> E DE SE  
S ERDRO

Na igreja de Santiago. Leitura de Marques da Costa. (23).  
Não me recordo de ter visto esta inscrição.

XII

ESTA HE : A SEP  
ULTURA : DE DI  
OG : GOCĀLZ

Caracteres góticos minúsculos. Leitura de Marques da Costa (24). Não vi a lápida, ignoro se ainda existe.

---

(23) Num manuscrito oferecido por êsse falecido arqueólogo ao meu Ex.<sup>mo</sup> amigo Snr. Eng.<sup>o</sup> Garcez Teixeira.

(24) Idem.

Diogo Gonçalves seria porventura pessoa de importância na vila ou da intimidade dos freires que lhe recolheram os ossos.

### XIII

C<sup>PA</sup> · D S · A<sup>O</sup> · Q FEZ A COFR ENC (?)  
S · AMD RE · VA Z · E AM FO (?) D 1577

Na cantaria de um antigo altar encastrado na parede do lado do Evangelho da desmantelada igreja de Santa Maria.

### XIV

SEPVLTURA DE RODRIGO DE ZAM  
BRANNA SARGENTO MOR E DE  
SVA MOLHER DONA INES E DE  
SEV F<sup>o</sup> P<sup>o</sup> DE ZAMBRANNA FOR  
GARDO E DE SVA MOLHER LEANOR  
COTA E DE SEV IRMÃO FERNÃO  
DE CRAVALHO E DE SEVS HERDEIROS

Na igreja de Santa Maria. Leitura de Dodgson<sup>(23)</sup>.

No Arquivo Histórico Militar não se encontrou referência a este sargento-mor, a-pesar-da melhor boa-vontade do seu ilustre Director e meu amigo e do seu amabilíssimo pessoal<sup>(24)</sup>.

Não pude verificar a leitura por não ter visto a campá que na ocasião da minha rápida visita se conservava oculta, por o pavimento da igreja ter sido revolvido e transformado numa pujante seara de trigo pelo previdente guarda do castelo<sup>(25)</sup>.

---

<sup>(23)</sup> In «O Arqueol. Por.», vol. XIX, p. 286.

<sup>(24)</sup> Aqui ficam exarados os meus agradecimentos.

<sup>(25)</sup> E' justo dizer que estas e outras profanações provocaram a transferência dêsse energúmeno.



XV

S.<sup>A</sup> D. MEL MIZ TEI  
XR.<sup>A</sup> E S. MOLHER E S...  
HERDOS

Outro Teixeira. Vê-se que esta família devia ter uma certa preponderância entre os habitantes do velho castelo-convento. Confesso porém que não fiz grandes investigações à cerca deste seu desconhecido representante, crente em que não lhe encontraria feito que compensasse o trabalho da busca.

XVI

S · DE.....  
O ROIZ

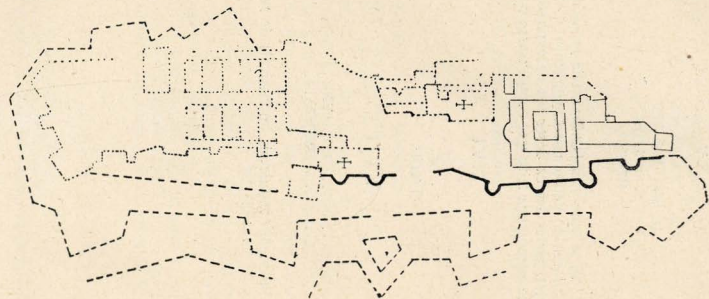
XVII

..... AO · VAZ  
..... EREDEI ...

Fragmentos de inscrições sepulcrais impossíveis de reconstituir.

CASTELO DE PALMELA

192



- Muralha moire.  
..... D. João I e D. João II  
- - - D. Pedro II  
— Século XVIII.

*Apontamento tomado sôbre uma planta levantada por Marques da Costa*

TRÊS INSCRIÇÕES ROMANAS INÉDITAS  
DO CONCELHO  
DE VILA POUCA DE AGUIAR

Ultimamente, por ocasião de se abrir uma estrada, apareceram na freguesia de Três Minas (vulgo Tresminas, com *e* mudo), concelho de Vila Pouca de Aguiar, a par de vasilhame de vidro (parece que singüentarios), e de barro três lápides romanas, cada uma com sua inscrição, como consta da cópia que o meu amigo Dr. Francisco de Barros Ferreira Cabral, Director do Museu Regional de Chaves, fez o favor de me enviar, e que são :

1.<sup>a</sup>

T · BOVTI  
O · SEG  
ONTI · F ·  
CL · AN  
XI · H · S · E ·

2.<sup>a</sup>

C · SEPTVMIVS  
I · F · CLV · A · J · XXX  
H · S · E

3.<sup>a</sup>

C · LICINIUS  
CLVN · AN  
XXV · H · S · E

Discussão paleográfica. A 1.<sup>a</sup> palavra da 4.<sup>a</sup> linha da 1.<sup>a</sup> inscrição deve lêr-se *Cluniensi*: cf. o que se dirá adiante. Na 2.<sup>a</sup> palavra da 1.<sup>a</sup> linha da 2.<sup>a</sup> inscrição temos *Septunius* com VM ligados; a 1.<sup>a</sup> letra da 2.<sup>a</sup> linha da 2.<sup>a</sup> inscrição não pode ser I, só poderia ser L, P ou T; e provavelmente é L = *Lucti*.

Convém examinar melhor a pedra. Na 4.<sup>a</sup> palavra da mesma linha temos AN ligados. É curioso notar que Cluniensis está abreviado por três modos: Cl, Clu e Clun, gradualmente.

Transcrevo e interpreto assim as três inscrições:

1.<sup>a</sup> — *T(ito) Boutio, Segonti f(ilio), Cl(uniensis) an(norum) undecim. H(ic) s(itus) e(st)*. Isto é: monumento consagrado à memória de Tito Boutio, filho de Segoncio, de Clunia, o qual, faleceu de idade de onze anos. Está aqui sepultado.

2.<sup>a</sup> — *C(aius) Septumius, Lucii (?) f(ilius), Clu(niensis), an(norum) triginta, h(ic) s(itus) e(st)*. Isto é: Caio Septumio, filho de Lucio (?) (Septumio), de Clunia, falecido na idade de 20 anos, está aqui sepultado.

3.<sup>a</sup> — *C(aius) Licinius, Clun(iensis), an(norum) viginti quinque, h(ic) s(itus) e(st)*. Isto é: Caio Licínio, de Clunia, falecido de 35 anos de idade, está sepultado aqui.

Contador de Argote, *Memorias de Braga*, II, 473 sgs., fala de antigualhas e inscrições, aparecidas na freguesia de Tresminas, e de buracas, que supõe seriam de minas, algumas delas de estanho. Entre as inscrições figura já uma, um tanto estropiada, em que se lê CLV, isto é, *Clu(niensis)*, reproduzida e emendada no *Corpus*, II, 2390, juntamente com as restantes (2391 e 2392). Sabemos, pois, de quatro inscrições de Clunienses provindas de Tresminas.

Clunia é conhecido uma cidade da Celtiberia (hoje Coruña del Conde), e vê-se das nossas inscrições que ela mandara para a região de Vila Pouca de Aguiar uns tautos de seus filhos, quasi poderíamos dizer na nossa língua moderna (não em sentido romano) uma *colônia*. Inscrição avulsa com uma Cluniense encontra-se noutro ponto de Portugal, na cidade de *Ammaia* ou Aramenha (Alentejo): vid. *Corpus*, II, 163, onde se fala de um liberto de *Scapula Clu(niensis)*. Da identificação de *Ammaia* com Aramenha tratei no *Ethnos*, I, 5 a 9.

Não era só para o nosso território que Clunia mandava gente, mandava-a também para várias partes da própria Hespanha, segundo se patenteia de inscrições arquivadas no *Corpus*, acima citado: só em Cáparra (hoje Cáparra) apareceram cinco inscrições, n.<sup>os</sup> 818 a 822. Em algumas inscrições da visinha nação lê-se por extenso o nome étnico: *Cluniensis*.

Que significarão estes agrupamentos de forasteiros em Tresminas, e em Cáparra? Assim como hoje se deslocam ranchos de pedreiros do Minho para o Sul, e ranchos de trabalhadores rurais da Beira para o Alentejo, e para a raia de Hespanha, e desta para a de Portugal, quem nos diz que os Clunienses em Cáparra e em Tresminas não iam já por lá exercer alguma indús-

tria? Numa inscrição de Hespanha um Cluniense intitula-se *lapidarius* «canteiro», «pedreiro», mas a informação é demasiado escassa para se tirar grande dedução. Quanto a Tresminas, lembro-me se, por haverem aí aparecido vestígios arcaicos de mineração, os quatro Clunienses se empregariam no mister de mineiros. Seria preciso saber se em Cáparra existiriam analogos vestígios, e se Clunia está situada em região mineira.

Em qualquer dos casos, ou noutros que não considero, depara-se-nos nas quatro inscrições de Tresminas um elemento étnico, embora modesto, da população antiga do território trasmontano de que estamos falando. E quem sabe que número atingiriam todos os demais Clunienses de que não nos restam notícias nem inscrições, mas cuja existência podemos admitir, em vista do que fica exposto?

As inscrições e o vasilhame consta-me que estão guardados e fechados *in loco* por ordem superior, à espera de que se lhes dê o devido destino. — Talvez que a exploração metódica do terreno, que era, como se vê, um cemitério, permita descobrir, senão novas inscrições, ao menos mais algum espólio funerário.

Lisboa, 5-XII-37.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

# MOEDAS DE D. PREDO PRÍNCIPE REGENTE

SÉRIE DE PRATA DE 1677 -

No catálogo da Casa Liquidadora referente ao leilão de 5 de Janeiro de 1902, o falecido erudito numismata Manuel Joaquim de Campos, descrevendo sob o n.º 278 uma moeda de 400 reis de 1677 «*muito variante do n.º 16*» (de Aragão) informa que tem «*a coroa fechada a traços finos com sucessão de pérolas sobrepostas. Há bicos nos intervalos dos florões que são altos e longos. A' esquerda do valor e à direita da data não há pontos*» e que na legenda do reverso «*um ponto e não florões separa as palavras*», acrescentando que tal moeda é inédita e desconhecida.

Considera-a oriunda da lei de 22-3-1663, apesar da perfeição do cunho, e que de tal tipo apenas era conhecido o tostão n.º 19 na colecção do senhor José Maria Cardoso Castelo Branco.

Acabamos de adquirir dois exemplares desta série, os 200 réis e o meio-tostão precisamente satisfazendo as indicações dadas por Campos acerca do Cruzado.

Resta descobrir os *Dois Vinténs* para a série estar completa confirmando a asserção do falecido numismata de que os «*antigos cunhavam sempre séries inteiras de valores*».

Aqui fica a notícia e interessante seria que os coleccionadores rebuscassem nas suas colecções, possivelmente nos seus desprezados duplicados, procurando o último valor desta série que também não está explicado porque é tão rara.

RAUL DA COSTA COUVREUR

## UMA INSCRIÇÃO TOMARENSE

Já nesta *Revista* (1) nos ocupámos da construção do velho Convento de S. Francisco, de Tomar, a propósito de uma lápida encontrada na torre da igreja daquele Convento, alusiva à sua construção. Voltamos hoje a falar da construção do mesmo velho edificio a propósito de outra lápida agora achada, e que resa assim :

ESTA CAPELA MOR É DE NUNO CO-  
ELHO E DE D. LUIZA DE SANDE SVA MOLHER.  
TEM DOIS ANNAES E MISSAS EM CADA UM  
ANO UM POR SUAS ALMAS E O OUTRO A  
METADE PELAS QUE ESTÃO NO FOGO DO  
PURGATORIO E A OUTRA AMETADE PELAS  
QUE ESTÃO EM PECADO MORTAL 1636

Foi agora encontrada na parede da capela mor daquela igreja, por ocasião das obras que a Ordem Terceira anda ali realizando para a montagem do Calvário de Xabregas. Estava no local onde foi posta primitivamente, e, para sustentar o rebôco que agora a cobria, fôra aferroada, sem contudo ser prejudicada a leitura. Devemos a leitura que apresentamos, ao Sr. Capitão Eugénio Sobreiro de Figueiredo e Silva.

Vejamos alguma coisa a respeito dos dois nomes que se encontram na lápida, e a relação que ela tem com a construção do edificio.

Sirva-nos de guia a *História Seráfica*, por Fr. Fernando da Soledade, que nos diz a pág. 543 do Tomo V, o seguinte:

«Já quando esta nova fundação (*o Convento de S. Francisco de Tomar*) se principiou, nos achamos sós na empreza, & por conta das nossas diligencias forão correndo os gastos das obras; donde podião dizer com muyta razão os nossos Padres que forão convidados sómente para o exercicio da paciencia. He verdade que D. Francisco de Sande se offerceo a fazer a Capella mór, & lhe deo elegante principio em correspondencia da planta do seu fermoso templo, & dormitorio, que tudo he elegante; & se a morte cortou o destino ao seu proposito, resuscitou depois Deos o mesmo fervor em Nuno Coelho Cõtador do Mestrado da Ordem de Christo, para que se encarregasse della no anno de 1632».

(1) Volume I, pág. 106: — *A Construção do Convento de S. Francisco de Tomar.*

A pág. 545 do mesmo volume diz-se mais o seguinte:

«Pouco antes que se fundasse este Convento, plantou o Veneravel Padre Frey Amaro da Esperança nesta Villa a Ordem Terceyra com tanta utilidade das almas, que florecerão muytas em santidade notoria, como veremos nas addições á terceyra parte desta obra. Daqui se extendeo, & multiplicou por varias freguesias, & lugares vizinhos, concorrendo outros Religiosos com aquelle Veneravel Padre nesta seara opulentissima de virtuosos frutos. Hum possui este Convento com as estimações de thesouro precioso, o qual he o corpo do referido Nuno Coelho, Contador do Mestrado da Ordem de Christo, & rector da Capella mór, aonde tem sepultura. Fazia as obrigações de bom filho de nosso Padre S. Francisco, edificando a todos com santos costumes, & bons exemplos. Assistia ordinariamente com os nossos Frades, & quando as occupações delles lhe impedião a sua conversação, se exercitava em actos de humildade, cultivando a cerca, plantando arvores, & podando as que necessitavam deste beneficio: & estas acções de abatimento, que assentavão como preciosos esmaltes sobre o ouro da sua nobreza, fazião muyto fermosa, & brilhante a joya da sua opinião. Na morte a deyxou de predestinado, & passados alguns annos toy achado seu corpo todo inteyro, & só no lado correspondente ao coração tinha uma abertura, que penetrava a parte interior. Algumas pessoas sentião sahir delle cheiro suave, & não causaria espanto sendo a vida tão boa. Mandou elle, & sua mulher D. Luiza de Sande, que na mesma Capella se dissessem dous annaes de Missas, hum por suas almas; & da outra ametade pelas que existem no Purgatorio, & outra ametade pelos que estão em peccado mortal. Esta circumstancia não he pequeno argumento da sua virtude».

Como acaba de se ver, o documento epigráfico agora achado, corrobora inteiramente o que se diz na "*História Seráfica*", ficando assim firmemente documentada a construção de mais uma parte do deselegante casarão.

Quando agora se levantou a tampa do carneiro, que ficou coberta pelos degraus do altar-mór na sua nova situação, verificou-se não existirem ali cadáveres inteiros, e apenas ossos dispersos.

Janeiro, 1938.

GARCEZ TEIXEIRA



## UMA JÓIA TRECENTISTA

Sensivelmente a meio da igreja do convento de Santa Clara de Santarém e no decorrer das obras de restauração, levadas a efeito pelo ilustre Director Geral, o sr. Engenheiro Gomes da Silva e dirigidas pelo notável architecto Baltasar de Castro, foi descoberta uma arca tumular de calcáreo, do século XIV, do maior valor artístico e arqueológico.

De forma rectangular, é interiormente lisa, sem o recorte antropomórfico, que muitas outras apresentam; porém, as faces exteriores são adornadas com altos relevos do tipo dos túmulos de tresentos com características dos moimentos de D. Vetaça, depositado na Sé Velha de Coimbra e de um Casal, cujos restos existem no Museu desta cidade, do qual se occupou pormenorizadamente o ilustre Professor, sr. Dr. Vergílio Correia.

As faces laterais são ornamentadas com cinco edículas por lado, de arcos acairelados, abrigando no frontal da dextra figuras de claristas emparelhadas e no da sinistra, franciscanos em atitudes religiosas.

No facial dos pés, S. Francisco de Assis recebe os estigmas, de um anjo alado e na testeira da cabeça, o quadro representa a Anunciação.

Um anjo alado, S. Miguel, e a Virgem Santa Maria, esculpida segundo as imagens da Senhora do O', são separados por uma ânfora, adornada com desenhos geométricos.

O limite das grandes arcadas é determinado por tórres fenestradas e ameadas, tal como nos sarcófagos apontados.

Falta a tampa. Encontrou-se um fragmento que julgamos fazer parte dela.

Duas mãos de dedos esguios e delicados sustentam um livro de orações e divisam-se ainda restos do manto, seguro por firmal, desenhando êste um trevo de quatro folhas.

A quem pertenceu esta caixa tumbal? A D. Leonor Afonso, filha do Rei D. Afonso III, freira naquele convento e grande protectora dêle?!

Sendo provável, é no entanto prematuro affirmar-o.

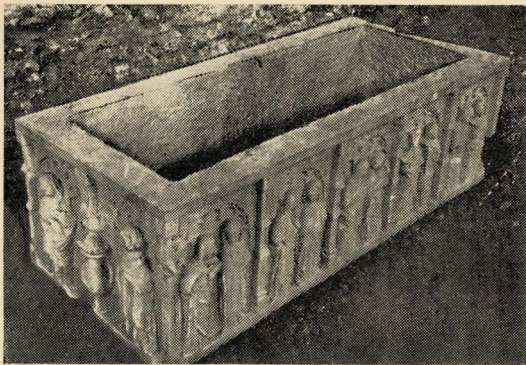
Não tem o moimento um escudo em qualquer outro elemento, que nos leve a identifica-lo já, com segurança.

Teremos que recorrer aos velhos livros, que trataram do convento de Santa Clara e da vida da filha do fundador.

O que interessa por agora, é poder afirmar que esta jóia trecentista veio enriquecer o património artístico da Nação e em especial contribuir para o estudo da evolução morfológica daquela centúria, guardada em Santarém, confirmando assim, como já temos dito, que esta cidade possui a colecção de túmulos mais completa, existente no País e que razão tem, para exigir a

restituição de todos aqueles que abusivamente foram levados para Lisboa, os quais devem figurar no grande Museu Arqueológico de Santa Clara.

Esta descoberta valiosa, veio ainda confirmar à cidade de Santarém o título honroso de «Capital do Gótico» com o qual a denominou o ilustre Director do Museu Machado de Castro. «Cidade do gótico tanto na arquitectura como na escultura!» e esta arca funerária é uma obra prima da escultura do século XIV, digna de figurar em qualquer Museu categorizado.



E' curioso notar que na testeira da cabeça, encontram-se gravadas a estilete, algumas súplicas, que mãos piedosas de freiras escreveram: *Nossa Senhora ajudai-me!*

A que fantasias se presta esta frase!

Revelará ela o desejo ardente de uma noviça para professar, pedindo em seu auxílio as Graças do Céu ou ocultará um romance de amor?!

Vamos estudar com cuidado esta jóia do ciclo trecentista, para a descrever mais pormenorizadamente.

Santarém, 7-XII-937.

ZEFERINO SARMENTO

## UMA EXPLORAÇÃO DE MINAS DE OURO DA ÉPOCA ROMANA

E' de há muito conhecida a extraordinária actividade mineira da época romana no território que mais tarde constituiria Portugal. Bem o atestam explorações de cobre nas minas de Aljustrel, de Barrancos, da Herdade de Rui Gomes e noutras do sul do país; de explorações de ouro em Valongo, em minas do distrito de Castelo Branco, em Traz-os-Montes; de explorações de estanho na Beira e Traz-os-Montes; de ferro em várias regiões. O que não quer dizer que fôsem os romanos os primeiros exploradores, pois que em épocas anteriores já se lavravam minas, como se prova pelos vestígios deixados em muitos pontos.

Entre outros notáveis empreendimentos romanos dêste género conta-se a lavra das minas de ouro conhecidas hoje por «minas de Jales». Estas minas que constituem um grupo importante de concessões, actualmente em exploração activa, estão situadas junto da pequena povoação de Campo, da freguesia de Alfarela de Jales, concelho de Vila Pouca de Aguiar, de que distam uns nove quilómetros para sueste.

A região granítica, bastante acidentada, com cotas de 700<sup>m</sup> e 800<sup>m</sup>. é cortada por vales fundos e barrocos tributários do rio Tinhela.

Nelas se explora um minério muito complexo, com sulfuretos de chumbo, de antimónio, de arsénio, de cobre, contendo ouro e prata, em partículas pequeníssimas disseminadas na massa do filão, que é quasi vertical.

E' possível que os romanos, como aconteceu noutros sítios, não descobrissem o jazigo, mas fôsem informados da sua existência pelos povos da região. O facto é que desenvolveram imensamente a sua exploração.

Abriram no afloramento do filão uma sanja da largura dêste, isto é, inferior a um metro, com profundidades variáveis, mas que num ponto atingiu cincoenta metros. Estabeleceram as entulheiras ao longo da trincheira, a pequena distância. Ainda hoje são bem visíveis, de modo que é fácil seguir os trabalhos através dos campos, num percurso de alguns quilómetros.

As profundidades atingidas correspondiam às zonas de maior enriquecimento em ouro e prata dos filões, porque com os seus processos de tratamento do minério, notáveis para a época, mas necessariamente imperfeitos, não podiam extrair o ouro senão a partir dum certo teor, muito superior ao mínimo aproveitável presentemente. E' assim que as entulheiras que os romanos deixaram, são actualmente (em 1936) exploradas para extracção dêsse metal.

Nas actuais concessões mineiras denominadas "Campo de Jales N.º 1", "Campo de Jales N.º 2" e "Campo de Jales N.º 3", encontraram-se êsses desmontes se bem que entulhados.

O reconhecimento do jazigo era feito também por meio de poços de secção quadrada, entivados com quadros de madeira não aparelhada, mas com as quatro peças bem assabladas. De quadro a quadro, e quando julgavam necessário para a segurança dos trabalhos, empregavam uma cofragem completa constituída por meios troncos de pinheiro, troncos finos, serrados longitudinalmente a meio, com 80<sup>cm</sup> a 1<sup>m</sup>,0 de comprimento, aguçados num dos extremos para facilitar o avanço, e passados verticalmente entre as paredes do pôço e os quadros, e que portanto ficavam apertados por estes contra aquêlas.

Dêstes poços existem ainda dois.

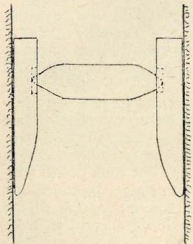
Na trincheira aberta, como dissemos, no filão e graças ao bom estado do granito encaixante não havia entivação contínua, apenas de espaço a espaço ou nos pontos em que a rocha se apresentava um pouco decomposta, seestabeleciam umas entivações especiais, curiosas.

Cada elemento desta entivação era formado por três peças de madeira, dispostas em forma dum H e transversalmente à escavação. As duas peças verticais com cêrca de meio metro de comprimento eram obtidas serrando, também longitudinalmente pelo meio, troncos duns quinze centímetros de diâmetro. A face plana ficava encostada à parede e na face convexa abria-se a cêrca de vinte centímetros da cabeça uma pequena caixa rectangular com uns seis por oito centímetros e uns três de profundidade.

Para facilitar a colocação rebaixava-se a peça para a extremidade inferior, em bisel.

A peça transversal cilíndrica, isto é, aproveitando-se tôda a secção do tronco, com um diâmetro inferior ao daquêlas, era aguçada em ponta num dos extremos e em bisel no outro. O seu comprimento variava evidentemente com a largura da trincheira, mas em geral regulava por cêrca de meio metro.

Armava-se o todo, dispondo as duas primeiras peças encostadas pelas faces planas às paredes, mas uma um pouco superior à outra e a travessa com as pontas apoiadas nas caixas ficava portanto um tanto oblíqua. Em seguida com auxílio de maços de madeira batia-se a peça mais elevada até ao nível da outra, provavelmente até nega.



A ferramenta empregada no desmonte era o pico de ferro, curto, terminando em ponta nos dois extremos e com um olhal a meio para encabar.

Ainda hoje se vêem nitidamente no granito, nalguns pontos, o mordido dos picos.

Nas paredes encontram-se ainda pequenos nichos para as lucernas.

Os romanos tratavam «in loco» o minério para a extração do ouro para o que o minério em bruto extraído seria partido em pequenos fragmentos e estes pulverizados. Para obter a pulverização, prepararam paralelepípedos de granito com uns sessenta centímetros de comprimento e secção quadrada de uns trinta centímetros de lado. Numa das faces abriram duas ligeiras escavações circulares onde se colocavam os fragmentos. Seriam aí sujeitos à acção de pilões ou martelos movidos por um engenho a que um animal ou homens, provavelmente escravos, dariam movimento, movendo-se em tórno como nas noras, conforme parece dever deduzir-se de vestígios encontrados em minas próximas.

Quando as duas escavações atingiam uma certa profundidade julgada excessiva, utilisavam sucessivamente as outras faces maiores do paralelepípedo.

Há assim milhares destes blocos de granito espalhados em vasta área, e aproveitados para outros usos.

O minério pulverizado seria provavelmente queimado em fornos, em cupelas, nas quais se obteriam por fim os botões de ouro.

Actualmente abriu-se uma galeria de nível em direcção no filão, e em muitos sítios ela atravessou o entulho que enche a enorme sanja, após tantos centos de anos decorridos. Atravessou também um dos poços de pesquisa cuja entivação nesse nível estava ainda completa. Seguiu-se assim, passo a passo, a lavra romana e verificou-se o seu processo de trabalho.

Numerosas peças de entivação têm sido encontradas à medida que proseguem os trabalhos modernos, e continuarão a encontrar-se por certo.

Têm aparecido também picos de ferro e diversos outros objectos.

Entre estes há quatro que merecem especial referência e que um dos actuais concessionários das minas, o Ex<sup>mo</sup> Sr. dr. Alfredo dos Reis, espírito culto, enviou ao British Museum de Londres, para serem estudados.

A conclusão deste estudo é que êles formam um «coerente grupo» de objectos que se podem datar de entre o meio e o fim do século I da nossa era e que são típicos deste período.

A peça principal desta valiosa colecção é um elegante vaso ornamentado, de barro fino, homogéneo, bem cosido. A sua ornamentação vegetal,

em relêvo, de delicada factura, está disposta em zonas, como se pode vêr na gravura junta, mas a zona superior separada por um sulco profundo (mais de meia espessura), por um cordão largo e por um sulco mais superficial, da faixa média, é formada por desenho geométrico inciso, de aspecto que lembra certos vasos de Samos duma época anterior.

Segundo o relatório do muzeu, êste belo vaso, de «terra sigillata» tem a marca do ceramista Iullus, provavelmente grêgo, que tinha a sua oficina



em Montans, departamento de Tarn, junto ao rio do mesmo nome, no sudoeste da França, e parece datar dos anos 55 a 75.

Além desta notável peça, infelizmente incompleta, foi encontrado um prato da mesma cerâmica, uma «lucerna», também ornamentada, com o bico em voluta, tendo ainda restos da torcida, e a parte superior dum vaso de brze também romano.

Estas peças encontram-se actualmente, com outras no interessante muzeu da mina.

Antes, porém, de proseguir, cumpre consignar o meu agradecimento ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. dr. Alfredo dos Reis pela sua extrema amabilidade em me oferecer uma cópia do estudo do British Museum (e que adiante vai publicado) e as fotografias do vaso de Iullus.

\*

O pequeno museu da mina orgulha-se de possuir também um admirável machado de bronze de duas asas e bainha, encontrado nos entulhos.

Não basta, evidentemente o encontro dêste machado para fazer supôr a existência de alguma exploração prè-romana nesta mina, pois que até hoje nenhum outro objecto dessa época, foi encontrado. Pode apenas confirmar a existência, na região, de povos indígenas, aliás já verificada por outros vestígios de épocas anteriores, como seja a grande quantidade de antas descobertas no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

\*

Outras explorações de ouro, romanas, foram descobertas nas proximidades. Nas minas actualmente designadas pelo nome de Lagos da Ribeirinha, encontrou-se uma lavra romana com grandes córtas e túneis de enorme secção que demonstra uma exploração muito mais intensa ainda que a das minas de Jales.

\*

Num livro editado em Lisboa em 1792, e intitulado o «Côro das Musas», há uma curiosa nota àcêrca de explorações de ouro e de pedras preciosas, diamantes (!) e outras, no nosso paiz em que se diz o seguinte:

«Há em Portugal minas de ouro, prata, aço, ferro, chumbo, pedra hume, azeviche e vermelho. As mais célebres antigas foram as de Valongo, no Minho; Anciaens, Alfarela e Vila Verde, em Traz-os-Montes; a Adiça, na Extremadura, em Grândola, no Alentejo. Tôdas estas eram de oiro.

.....  
»Trinta mil marcos de oiro era o rendimento do Senado Romano, de oiro que se tirava nas minas de Portugal. Mapp. de Port. P.I.C. XI. n.º 1.»

AUGUSTO DE MELLO NOGUEIRA

DEPARTMENT OF BRITISH AND MEDIEVAL  
ANTIQUITIES, BRITISH MUSEUM.

London: W.C. 1.

Vessels from ancient workings at the Minas De Jalles,  
Northern Portugal

1. Decorated bowl of "Terra Sigillate" or "Samian Ware", form 29: with stamp of the potter IVLLUS (Iullus) who worked at Montans in Dept. Tarn, S.W. France, in the *2nd half of the 1st century A.D.* This bowl dates about 55-75 A.D.?
2. Plain plate of same ware, form 15 17: about *same date.*
3. Clay lamp with remains of dark coating or slip, moulded panel, and voluted nozzle. *Middle of 1st century A.D.*
4. Bronze vessel, upper part of — *Early Roman type*

The pieces form a coherent group datable between the middle and the latter part of the 1st century A.D.: they are typical Roman material of their period.

(signed) *C.F.C. Hawkes,*  
Assistant Keeper

31/12/35.



## DESCRIÇÃO DAS PINTURAS DO REAL PALACIO DE MAFRA

(Continuação da pág. 180)

Este estilo porem requer do artista alem dhum genio superior dhua sensibilidade delicadissima dhua alma a mais nobre e elevada dhū grande fundo de sciencia: requer, digo, o mais exacto estudo da natureza, em todos os objectos que entrão na composição dos quadros. cousa que eu não pude ter. e por esse motivo busquei o estilo facil. que distingue os objectos huns dos outros dando hua sufficiente idea do caracter de cada hū, e omitindo as causas pequenas sem damno da perfeição. Estilo em que tanto se distinguiu o celebre P.<sup>o</sup> de Cortono, e o seu famoso discipulo Lucas Jordão, que... muito feliz se soubesse imitar bem.

No meu painel Phaitontiadás admirará talvez que sendo ellas tres segundo a opinião de muitos authores eu aumentasse o numero mas respondo que Hygino nomêa 6 e diz que são Merope Egle Lampecia Febea Eteria e Deocipe e ja outros pintores tem seguido esta authoridade propria para enriquecer a composição do painel...

Hua dellas mostra a sua dor encostada ao subazamento do sepulchro do irmão, outra achando-se preza faz hū esforço para levantar do chão o pé que já vai criando raizes e he nesta ação ajudada por hua de suas irmãs, e por hua das Ninfas, da Hesperia que havião sepultado o corpo de Phaeonte: no seu rosto, deixa ver as lagrimas da esperança.

Pode-se notar que o equilibrio, ponderação ou planta desta figura, não parece exacto. qd.<sup>o</sup> o corpo se firma em hū só pé, a cavid.<sup>o</sup> furcula entre as clavículas responde verticalm.<sup>to</sup> ao ponto de apoio do mesmo pé entre os maleolos de tal modo que se o corpo se dividisse em 2 p.<sup>es</sup> por hū talho perpendicular, postas ellas na balança tanto pesaria hua como outra. Aqui porem acha-se alterada esta regra... mas bem se ve. a razão: o corpo da ninfa não se firma som.<sup>te</sup> sobre a perna porque o ajuda a sustentar com os braços a irmã e ella se inclina para a p.<sup>te</sup> esquerda para segurarse e fazer força sobre o hombro dir.<sup>to</sup> da sua amiga, consternada com este desastre a 1.<sup>a</sup> irmã cheia de magoa quer arrancar os cabellos mas ja não tirou senão folhas. as duas ultimas mais longe procurão abraçando-se aliviar a sua dôr. e entretanto ..... Climene se lança sobre ellas a corpo perdido e procura, cingindo-as estreitam.<sup>te</sup> com seus braços desafogar a pena que a

oprime e a saud.º que começa a sentir o Rey deLiguria ja transformado em Cisne ainda parece querer fallar com as sobr.ºs e temer procurando a agua os eff.ºs tiriveis do fogo.

Eu devo pedir escusa das m.ºs imperfeçoens que necessariam.º se devem achar nestas obras, e rogar com a mais respeitosa attenção que se S A R se dignar de querer ainda . . . . . os meus pinceis queira V. S. dar me os socorros indispensaveis de geços, roupas nús e o mais que se concedem aos outros pintores do mesmo S.º para poder tambem fazer alguma obra. senão tão boa ao menos que não seja totalmt.º indigna de tão excelsos soberanos: e de tão sumptuoso Palacio; e de tão digna e illuminada Inspeção.

#### TECTO DAS DESCOBERTAS: TEMAS

Este tecto cujos paineis representão . . . he ornamentado com arabescos aonde apparecem alguns pagodes sustentados por ricas esphinges. Outros monstros hydraulicos servem de . . . aos terraços dos pequ.ºs . . . laterais.

As viagens . . . fomentadas pelo Infante D. Henrique deve o mundo todas as descobertas q̄. depois fiserão tantas naçoens da Europa. nenhua acção, seja pela sciencia avaliar comq. foi emprendida, seja pelas incalculaveis utilid.ºs q̄. della resoltou, merece mais a estimação ea admiração dos homens q̄. esta.

O retrato do Infante D. Henrique apparece alli sustentado pela fama.

A cosmografia sentada sobre o globo terrestre ajuda asegura-lo com a mão dir.ºa ecom a esquerda pega no compasso ecomelle aponta p.ºa o mar da India q̄. tanto se desejava descobrir. Hum genio desta sciencia levanta emtanto o véo q. teve por tantos Seculos encoberta aq.ºa p.ºe domundo.

Doutra p.ºa ogigante Adamastor com terrivel aspeto ameaça Vasco da Gama q̄. odescobriu em 1497. O Heróe intrepido não deixa de conservar o seuvalor apesar da desiguald.º das forças turbado hum pouco está mas não medroso e mostra querer resistir eaccommeter.

A esperança deq̄. aq.ºa promontorio tomou o nome o anima aperseguir aempresa começada.

Todos sabem q̄. Pedralvares Cabral, hindo p.ºa a India noanno — foi lançado fora dasua rota pelas tempestades e descobriu casualmen.º o Brazil: Elle sevê neste painel como atônimo e conduzido pelos ventos. alguns dos q.ºs o levão nos braços, outros o impelem com a força dos seus sopros: hũ delles poem amão em sima do Globo. e lhe faz ver aterra Santa Cruz. a 1.ºa q̄ foi por ele descoberta naq.ºa p.ºe do mundo:

Christovão Colombo naohé Portuquez mas viveu entrenos, casou com

hua Portugueza, offereceu aos Reys de Portugal os seus talentos ese hé verd.<sup>o</sup> oq. dizem m.<sup>tos</sup> authores, achou entre os papeis do sogro q̄ era piloto enosso nacional as memorias de q̄. seaproveitou p.<sup>a</sup> as ousadas descobertas de q̄. tão felizm.<sup>to</sup> soube fazer. Os seus émulos, o calumniarão demodo q̄. o fizerão transportar à Hespanha carregado de ferros. Elle aparece alli neste estado de abatim.<sup>to</sup> a perfidia o conduz. hum genio olha eaponta p.<sup>a</sup> as terras q̄. elle deixa conhecidas, outro acabade escrever nhua tabella. os seg.<sup>tes</sup> versos q̄. servirão depois nouseu epitafio

*A Castilla y a Leon  
nuvo mundo dió collon.*

Aos lados do tecto ha 4 peq.<sup>nos</sup> paineis pintados sobre fundos brancos de estuque e q̄. formão como hua p.<sup>to</sup> dos arabescos q̄. ornão o tecto.

No primeiro destes 4 lados está Vasco da Gama diante do Samori.

Dizem os Historiadores q̄. o Zamori estava sobre hua cama rica adornada de seda e de ouro, com aspecto veneravel emagestoso cõ vestido de algodão branco e lustroso semeado de rosas efolhagens de couro batido amartello. Nacabeça hua especie de mitra fechada eguarnecida deperolas. Cingião os braços epernas varios circulos d'ouro guarnecidos de pedras preciosas.

Deste modo está elle alli representado. Hum Naire tem namão hũ prato de ouro, aonde estão as folhas de certa erva (verdeselhe) q̄. porser am.<sup>a</sup> do estomago, aq.<sup>tes</sup> monarchas continuamen.<sup>to</sup> costumão mastigar. Junto á cama esta ochefe dos Brahmanes, q̄. introduzio o Almir.<sup>te</sup>.

Este q̄ hé o Heroi doquadro está no lugar mais nobre delle indaq̄ em asento raro, e tem o colorido mais brill.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> attrahir asi avista dos Espectadores.

Uma pagem conduz o seu pavilhão aonde se vê ainsignia da Ordem militar de Christo deq̄. elle usou nesta expedição, e sustenta com a mão dir.<sup>ta</sup> o escudo aonde estão esculpidas as armas dos Gamas e sobre ellas aletra grega (Gama). Letraq̄. indaq̄. dahistoria não conste q̄. auzasse podemos introduzilla sem inverosimilhança.

Hum Malabar, famulo de Zamori seentretem na conteplação destes objetos p.<sup>a</sup> elle totalm.<sup>to</sup> novos eestranhos. Outro pagem tem nas mãos o gorro, e obastão do gen.<sup>al</sup> ao longe apparecem sobre o mar as embarcações em q̄. o condusem a terra. Tomis Pares, etc. etc.

No outro lado da p.<sup>te</sup> dir.<sup>ta</sup> esta Pedralvares Cabral fazendo arvorar a S.<sup>ta</sup> Cruz nas terras do Brasil: Dois Religiosos Franciscanos seocupam neste ministerio emq.<sup>to</sup> elle aadora. os Indios admirão este p.<sup>a</sup> elles novo espectaculo, e alguns começão ja aser cathequisados por outros religiosos

e apressuadirse deq̄. a Sey.<sup>1a</sup> de Christo he aunica q̄. conduz os Homens á Bem aventuraça.

No lado sobre as janelas está adescoberta da Ilha de S. Lourenço feita por João Gonsalves Zarco e depois da Camara aonde dizem q̄. Rui Paes achára o sepulchro de Anna Arfet e de Roberto Manchim, fidalgo da Corte de Duarte 3.<sup>o</sup> rey de Inglaterra.

No ultimo lado vê-se o baptismo do Rey de Congo, acontecim.<sup>1o</sup> feliz q̄. sedeve as nossas descobertas:

Em 1489 partirão 3 embarcações de Lisboa q̄. commandava Ruy de Sousa levando a bordo entre m.<sup>10s</sup> portuguezes, o embaixador do Rey de Congo já bem instruido dos principios da Religião. Os Portuguezes forão bem recebidos pelo velho Manigong q̄. era tio do Rey.

O q̄.<sup>1</sup> recebeu o baptismo e o fez receber a seu f.<sup>o</sup> naprez.<sup>a</sup> de 23 \$ negros. O Rey estava em Abasso Congo 3 leguas pela terra dentro: md.<sup>ou</sup> logo todas as imagens profanas, cathequisouse e foi baptisado diante de 100 \$ h. q̄. estavam prestes a partir p.<sup>a</sup> aguerra.

O Rey esta de joelhos no meio do painel enclinando a cabeça sobre aq.<sup>1</sup> osacerdote está vertendo a agua baptismal. Ruy de Sousa assiste como Padrinho aesta cerimonia. Hum preto cortesão tem nas mãos a mitra do Rey composta de folhas de palma tão lustrosa e bem tecida q̄. parece devellido. della pende a cauda de cavallo aq.<sup>1</sup> descendo pellas costas he entre aquelles povos o mesmo q̄.era o diadema entre os Gregos, q.<sup>r</sup> dizer, o signal distintivo da suprema authorid.<sup>o</sup> Este Rey tomou o nome de João. Sua m.<sup>er</sup> e hū f.<sup>o</sup> tb.<sup>em</sup> se baptisarão depois e sechamarão ella Leonor. e elle Afonso: Os Sold.<sup>os</sup> partirão logo p.<sup>a</sup> a guerra e conseguirão a victoria.

## GALERIA

A planta da Galeria he hum paralelogramo de 88 palmos de comprido por 30 de largo. era necess.<sup>o</sup> remediarem os 3 inconvenientes. 1.<sup>o</sup> q̄. sendo esta peça tão vasta pelo comprim.<sup>1o</sup> altura do pé dir.<sup>1o</sup> até a simalha parecia curta. 2.<sup>o</sup> q̄. sendo o vivo do lume nas janelas só de 20 palmos de alto e havendo dali até cima da abobada mais doutros vinte, era preciso nhua peça tamanha bast.<sup>o</sup> artificio p.<sup>a</sup> q̄. o tecto não ficasse sombrio principalm.<sup>1o</sup> nos dias ou nas horas em q̄. o sol não entra na casa. 3.<sup>o</sup> q̄. tendo... recebendo a abobada algumas gotas d'agua q̄. vertem os canos nas terracas, ellas vem sahir por cima da simalha, e trazem ali algū salitre, q.<sup>do</sup> bastaria p.<sup>a</sup> corroer a pintura.

Lembroume pois, ornar este espaço com hūa friagem de estuque sobre aq.<sup>1</sup> o salgadiço fará m.<sup>1o</sup> menor impressão q̄. faria sobre a pintura; e...

e correspondendo esta friagem no gosto do... do fundo ao rodapé da casa representase á vista q̄. he hua parte da parede oupedir.<sup>10</sup> e por conseq<sup>cia</sup> parece mais alta e deste modo fica remediado o inconveniente da pouca altura.

Tem de vir estucadores de Lx.<sup>a</sup> mas como aqui estão dois bons escultores elles farão com... a obra toda sem mais despesa q̄. a... do custo dos materiaes.

P.<sup>a</sup> augmentar com artificio a luz n.<sup>31</sup> da caza determineime a fazer hū só painel de todo octo : de 24 p.<sup>1</sup> de largo por 80 de comprido. O precipisso de Faetonte era assupto proprio p.<sup>a</sup> esta pintura porq̄. pede hū ceo incendiado e porconseq.<sup>cia</sup> luminoso, porq̄. sepode bem representar nhū quadro estreito e comprido e porq̄. sendo hum exemplo terrivel dos damnos eprecipicios q̄. causava a si e aos outros os temerarios q̄. pressiptuosam.<sup>16</sup> tomão as redeas degovernos dificeis aq̄ não são chamados por vont.<sup>o</sup> divina era como amayor de todas ascalamid.<sup>es</sup> q̄ a Europa teve desofrer debaixo do illegitimo e tiranico governo dos Jacobinos e dos desgraçados abismos emq̄. elles mesmos seprecipitarão.

He bem sabido detodos o contexto desta Fabula ella temsido tratada por artistas de 1.<sup>a</sup> ordem. Como ascena do quadro me offerecia hū campo assás vasto, introduzi m.<sup>133</sup> figuras q̄. senão achão em outros paineis do mesmo assupto, mas q̄. eu não supponho alheas do sugeito.

Como a catastrophe sepassou no espaço immenso q̄. ha entre aterra eos astros, tomando a... a liberd.<sup>o</sup> sempre concedida aos pintores e poetas, personifiquei os planetas, os rios, e o mar.

Venus e Marte, sempre amantes e sempre inimigos de Apolo depois q̄. elle foi chamar os deoses p.<sup>a</sup> q̄. os viessem ver embrulhados no laço com o q.<sup>1</sup> Vulcano os enredara São agora espectadores tranquilos da desgraça de seu f.<sup>o</sup> e da m.<sup>14</sup> aflicção q̄. lhe cauza hū tal incid.<sup>16</sup> Mercurio parece tomar mais algum interesse e a terrivel... Diana... q̄. existe no 1.<sup>o</sup> ceo via... do sol q̄. gira no 2.<sup>o</sup> muito mais alto q̄. o seu. Mas como Faetonte depois q̄. abrasado pelo veneno do escorpião soltou as redeas. Os cavallos desenfreados ora se elevavão até ao firmam.<sup>10</sup> ora descião m.<sup>10</sup> visinhos a terra e aLua seadmirava de ver o carro de sol mais abaixo do seu ..... Saturno . esta em... e pode ser interrompido o giro do Sol... o relógio q̄. mede as horas assim como as nifas q̄.as representão.

*(Continua)*

## A MORTE DO PINTOR QUILLARD

As circunstâncias conhecidas da morte de Quillard, são as que nos deixou Volkmar Machado, na sua *Colecção de Memórias* (Lisboa, 1823). Diz-nos êle, a pág. 9, que êste pintor «sendo atacado de colica, morreo apressadamente em 25 de Novembro de 1733».

A pesar de se saber a data e o local do falecimento, cremos que não era conhecido o termo de óbito e a freguesia onde tinha residência à data da morte.

No bem ordenado cartório da freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, existente ainda na sede, que gentilmente nos foi facultado pelo Rev. Pároco P.<sup>o</sup> Santos Nogueira, pudemos colher contudo o termo do óbito, exarado no «*Livro dos assentos dos defuntos da freguesia de Santa Catharina do Monte Sinai — 1724.*» E' o seguinte:

*«Em vinte e cinco de Novembro de mil setecentos e trinta e tres faleceu sem sacramentos porq̃ repentinamente, no Valle das Chagas desta cidade Pedro Antonio Quillard, natural da Corte de Paris, solteiro, pintor, e foi sepultado nesta Igreja. Não se lhe achou testamento.*

*O P.<sup>o</sup> Cura Antonio da Cruz e Abreu*

(à margem) *Fiz a entrelinha: Pedro Abreu».*

Êste termo de óbito explica bem o significado da expressão «apressadamente», empregada por Volkmar Machado. O «Valle das Chagas» devia ser constituído pela vertente oeste do Monte das Chagas, e pela leste do monte de Santa Catarina.

Não conseguimos obter nos livros das desobrigas nenhum esclarecimento sôbre a residência onde se deu a morte, muito possivelmente por grande número dêsses livros se achar ilegível na parte inferior, por terem estado em lugar muito húmido.

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

## NUMISMAS DE EMÍNIO

Emínio ou Aemínio era uma cidade pré-romana, no local onde hoje se ergue Coimbra, que pôde reputar-se ser a continuadora, sem interrupção, daquela; e, sob o domínio das águias do Lácio, foi cidade estependiária.

Quere isto dizer que os seus habitantes resistiram à conquista romana e, mediante o pagamento de tributo, continuavam a regular-se por leis próprias, embora sob o domínio directo das autoridades romanas (*Torquato Soares... Origem das Instituições municipais portuguesas, pag. 20*). Mais tarde, integraram-se, absolutamente, no império, quando Caracala, em 212 da nossa era, concedeu a todos os habitantes do Império direitos iguais aos dos cidadãos de Roma.

Mais tarde, outros povos invadiram a Península: suevos e alanos foram senhores de Emínio e, após eles, os visigodos que, dividiram as Espanhas em províncias. Estas eram a Galécia, com capital em Brácara; a Tarracensis, capital Tarraco; a Carthaginensis, capital Toletum; a Bética, capital Hispalis; a Gália Narbonensis, capital em Narbona e a Lusitânia, capital em Emérita.

A Lusitânia compreendia o território ocidental ao Sul do Rio Douro, limitado até Herrera, por uma linha sinuosa que passava em Toro; e de Herrera para o Sul, o curso do Guadiana; como tôdas as províncias era governada por um funcionário denominado Duque, o que não era, então, gráu de nobreza, assistido por um Gardingo; as cidades eram governadas por Condes, e, assim o era Emínio, situada na Lusitânia. Entre os duques da Lusitânia distinguiu-se Cláudio que bateu os burguinhões do rei Gontran, que se opunha ao casamento de Recáredo com Clotswinda da Austrásia, no ano de 588. No ano imediato, de 589, Recáredo converteu-se ao catolicismo; até então, fôra ariano.

«Em Aemínio tiveram oficina monetária quatro reis godos, pelo menos: conhecem-se moedas com o nome desta cidade, dos reinados de Recáredo (561-601) que tão faustoso foi; de Liuva II (601-603) que morreu assassinado por ordem de Witterico; do virtuoso e ilustre Sisebuto (612-621); e do indolente Chintila (636-640)» (*Borges de Figueiredo, Coimbra Antiga e Moderna, pág. 259*); e, como cremos ninguem ter feito referência particular à numária de Emínio, além do que disse Borges de Figueiredo, resolvemos dar notícia do que encontramos acerca das moedas visigóticas cunhadas em Coimbra.

Primitivamente, os visigodos não tiveram moedas próprias e serviam-se

das do Império romano que, lentamente, foram substituindo por numismas seus, batidos em ouro, os *trientes*.

O *triente* valia a terça parte do *áureo* que, por sua vez, pesava a sexta parte duma *onça*, que valia a duodécima parte duma *libra*, cujo pêso é de 327,45 g<sup>rs</sup>; donde o *triente* tinha o pêso médio de 151 centigramas, mas encontram-se diferenças até 10 centigramas.

Não houve moedas de prata ou cobre. Em prata aparecem algumas, tidas por falsas; em cobre, o comércio deveria utilizar se de pequenas moedas do Império Romano.

As moedas batidas em Emínio são do tipo provincial, que dominou de Leovegildo a Recesvindo, e que foi o tipo mais perdurável, característico dos visigodos; apresentam, na face e no reverso, a efígie do monarca, em busto visto de frente.

Dos tipos provinciais, o mais rude era o de Galécia, de insuficiente desenho, busto sem pescoço e, por vezes, sem queixo; depois, ainda rude, sem pescoço, mas já com certo destaque, aparece o Cartaginense; o tipo da Lusitânia apresenta o busto da face com couraça e o do reverso com manto real, palamenta ou loriga e, em relação aos outros tipos, tem nítida primazia artística, excepto nas moedas de Chintila, se bem que, como era então vulgar no numerário batido nas cidades de fronteira, apresente alguns caracteres do tipo Cartaginense.

As moedas visigóticas cunhadas em Emínio foram :

#### A) De Recáredo :

1) — Moeda circular, de talhe levemente irregular, com 18 mm. de diâmetro, pêso médio de 150 centigramas, tendo, na face, uma orla de pequenos triângulos com o aspecto de festão, (o vértice de cada triângulo assentando no meio da base do imediato); dentro dessa orla, o busto do rei, de face, cabeça destacada com um diadema (?) e corpo triangular, simulando uma espécie de manto real ou capelo; na parte superior do eixo vertical do busto, uma cruz indica o comêço da legenda, que diz :

+ RECCAREDA ES

Possivelmente, as duas últimas letras foram mal gravadas e queriam indicar a abreviatura de Rex, RE, que Recáredo usou nalguns cunhos.

No reverso, o gravado ornamental como no anverso, a cruz na posição correspondente, e a legenda :

+ IMINIO PIVS



2) — Outra, como a anterior, quanto a anverso e reverso, no que diz respeito a talhe, pêsô, diâmetro, gravado ornamental.

No anverso, a legenda é

+ RECCAREDV RE.

E no reverso:

IVSTVS AEMINIO

B) — *De Liuva II*

3) — Moeda de bôrdo muito irregular, cunho mal centrado; diâmetro, 2 centímetros; pêsô 150 centigramas.

No anverso, como as anteriores, excepto o busto, que tem uma couraça no tórax, com a forma dum semi-círculo com a circunferência traçada para a parte inferior do diâmetro, tendo um raio perpendicular ao diâmetro e dois pontos centrais nos sectores circulares.

A inscrição diz:

+ DN LIVVA REX:

No reverso, encontra-se o busto com cabeça destacada, pescoço nítido e o tronco com uma espécie de *loriga* ou manto real, constituído por dois bordos levemente convergentes, dos quais saem cinco barras paralelas, que rematam numa linha entre os dois bordos e continuando o pescoço.

A legenda, diz:

+ IMINIO PIVS

C) — *De Sisibulo*

4) — Moeda de talhe levemente irregular.

Na face com o gravado ornamental habitual, busto destacado e com diadema e couraça, como foi descrito.

A legenda é:

+ SISIBVTVS REX

No reverso o busto com *manto* sensivelmente idêntico ao de Liuva, só com o pormenor dos bordos serem mais compridos e cortarem a legenda, que é:

+ IMINIO PIVS

ficando IMIN para a lado direito do observador, I sob o *manto* e O PIVS para o lado esquerdo.

São das mais regulares das moedas de Sisebuto.

D) — *De Chintila*

5) — Moeda de talhe levemente irregular. Pesa 149 centímetros.

No anverso, a cercadura habitual, o busto couraçado, de frente, com a cabeça e o diadema esquemáticamente desenhados, e, como legenda:

+ CINTHILA REX

No reverso, o mesmo busto, com o *manto* mal desenhado e, como nas moedas de Sisebuto, cortando a legenda, que é:

+ EMINIO PIVS

Esta moeda encontra-se muito mal cunhada, revelando decadência artística ou pouco cuidado no gravado.

Tais são as moedas visigóticas de Eminio, que, nelas, aparece grafado como EMINIO, IMINIO, AEMINIO, como Sisebuto aparece escrito SISIBVTVS e Chintila CINTHILA.

Parece, quanto à forma AEMínio, como escreveu Plínio, e por ser coisa pouco vulgar em godos, demonstrar o predomínio do estilo romano; as outras grafias, SISIBUTO, IMINIO, consideram-se como redução da legenda pelo gravador ou defeitos de pronúncia (*Flores — Medallas de las colónias, municipios e pueblos antiguos de España, III, 206*), por ser freqüente a troca do E em I, e vice-versa. Mas, não se tratará de erro por deficiência de cultura?

IVSTVS e PIVS foram cognomes usados por todos os reis visigóticos.

DN, que ostentam as moedas de Liuva, significa *Dominus noster*, ou seja, *Nosso Senhor*.

ÆS da moeda de Recáredo, bem como a inversão da última letra do seu nome na mesma moeda A 1), devem-se a descuido do gravador; e ÆS quereriam ser a abreviatura de Rex, como fica dito acima.

Os reis visigóticos que mais moedas cunharam na Lusitânia foram Recáredo e Sisebuto, que tiveram 7 oficinas de cunhagem, cada um; seguesse-lhes Liuva II, com 4; Chintila, Suintuila, Leovegildo e Vitericus, tiveram 3 oficinas, cada; Sisenando, Tulga e Recesvindo, sózinho 2 cada; Chindas-

vindo, só e associado com Recesvindo, Vamba, Egica, só e associado com Vitiza, Vitiza só e Rodrigo, 1 oficina cada um deles.

As sedes das oficinas foram as seguintes :

Emérita, com 17 cunhagens diferentes, sob outros tantos reis;

Egitânia, com 6;

Elvora, com 5;

Portucale e Emínio, com 4, cada uma.

Coleia e Valência, com 2, cada;

Viseu, Salamantica, Lamego e Calibria, com 1 cunhagem, cada.

Como as moedas de Emínio só são, de cada rei, do cunho descrito e não de vários cunhos diferentes, e dada, mesmo, a sua raridade, é possível que, em Emínio não houvesse casa da Moeda; seria o Conde-Governador que, para homenagear o monarca, as mandava cunhar e contentava-se com um só tipo de cunho (Flores, Op. cit., 232).

E' de aceitar esta opinião e não a de que se trataria de quebra de moeda, visto que todas elas, as cunhadas em Emínio, têm, sensivelmente, o mesmo valor.

Parece, pois, que não houve necessidade de bater moeda por repercussão de qualquer crise económica, especialmente comercial, no sistema financeiro. E o facto de Emínio ser cidade onde se bateu moeda, onde residiram autoridades faz supôr, nesta época, era habitada por população assaz numerosa, com vida comercial relativamente intensa, mercado dos camponeses dos arredores e residência de inverno dos grandes proprietários da região.

A simplificação do sistema monetário visigótico leva a crer que havia uma circulação comercial possante nesta época (*Pirene—Les villes du moyen âge*, 39) o que é um índice da importância de Emínio, de resto, já revelada por outros índices.

Além da bibliografia citada, para conhecer melhor o assunto deve ler-se o trabalho de *Aloiss Heiss—Description générale des monnaies des rois visigoths*, donde é foi colhida a maior parte dos elementos desta notícia acerca dos numismas de Emínio.

FALCÃO MACHADO

## O REAL COLÉGIO DE MAFRA

Instituído pelo Alvará Régio de 18 de Agosto de 1772, foi o «Real Colégio de Mafra» entregue à direcção e administração dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, então habitantes do Real Mosteiro de Mafra como passou a denominar-se. O breve de Clemente XIV, de 4 de Julho de 1770, solicitado pelo Marquês de Pombal, concedeu-lhes o Real Convento de Mafra, com absolvição do voto e promessa do fundador (D. João V), e os religiosos franciscanos da província de Santa Maria da Arrábida, que ali se alojavam desde 1730 e para quem havia sido construído o Convento, foram distribuídos pelos demais conventos da sua província: conquanto o Breve lhes permitisse a troca do burel pela murça de Santo Agostinho, *não houve um só de tantos que ali existiam*, diz o cronista da Província, *que se quizesse aproveitar desta graça do Santo Padre...*

Vinte e um anos se conservaram os cônegos no Real Mosteiro de Mafra; em 1791, por ordem de D. Maria I, regressaram ao seu Mosteiro de S. Vicente de Lisboa, e de novo os religiosos franciscanos voltaram a Mafra e aqui permaneceram até Agosto de 1833. A notícia da aproximação de uma força de cavalaria constitucional, depois da tomada de Lisboa, levou os religiosos ao abandono precipitado do Real Convento, que ficou sem moradores e no completo desamparo. Pouco depois o governo constitucional mandou fechar o Mosteiro de S. Vicente e transferir para Mafra os cônegos regrantes que ainda ali se encontravam, e foram estes que entregaram ao Estado, depois da extinção das ordens religiosas, toda a rica indumentária, toreutica eclesiástica, luminária e baixela do Convento de Mafra, que ali existia em abundância.

\*

Em Setembro de 1772 recebeu em Lisboa o Rev. P.<sup>o</sup> Geral, Prior do Real Mosteiro de Mafra, da mão do Cardeal da Cunha, o Alvará de 18 de Agosto, como segue:

Eu El Rey. Faço saber aos que este Alvará virem: Que tendo instituído pela Minha Carta de sete de Março de mil setecentos sessenta e hum, e pellos Estatutos nella incorporados o Real Collegio de Nobres da Corte, e Cidade de Lisboa em beneficio da Educação da Primeira Nobreza dos meus Reinos: E Procurando extender tambem o mesmo beneficio á Mocidade de todas as outras Familias, que ora gozam da Nobreza Civil, ou vivem com decencia: Entre os ponderosos motivos, com que impetrei do Santo Padre Clemente XIV, ora Presidente na Universal Igreja de Deos, a Bulla *Sacrosanctum Apostolatus Ministerium*,

dada em quatro de Julho de mil setecentos e setenta para a união de diferentes Mosteiros de Conegos Regrantes de Santo Agostinho ao Real de Mafra do Meu Regio Padroado, foi comprehendido o de se exercitarem os Conegos delle no Ensino da sobredita Mocidade: Porque commettendo o Santo Padre a execução, e effeito da referida Bulla ao Cardeal da Cunha do Meu Conselho de Estado, com a Clausula de que para tudo o que parecesse necessario, e opportuno aos ditos respeito, o obraria com o Meu Conselho, e Consentimento; e com elles tem o mesmo Cardeal estabelecido no dito Mosteiro hum Collegio, no qual os Conegos delle se exercitem no Ensino da sobredita Mocidade: E porque para Elle tenho estabelecido o Corpo de Estatutos, que será com este assinado pelo sobredito Cardeal:

Hei por bem tomar o dito Collegio debaixo da Minha immediata Protecção, e Quero, e Me praz, que os sobreditos Estatutos delle se cumpram, e guardem em tudo, e por tudo sem alteração, diminuição, ou embargo algum, que seja posto ao seu cumprimento em parte, ou em todo; e que se entendam sempre ser feitos na melhor forma, e no melhor sentido a favor do dito Collegio, e seus Collegias e mais Pessoas delle: Havendo por suppridas todas as Clausulas, e solemnidades de Feito, e de Direito, que necessarias forem para a sua firmeza. E derogo, e Hei desde logo por derogadas, para os sobreditos fins somente, todas, e quaisquer Leis, Ordenações, Regimentos, Alvarás, Direitos, Doações, ou quaisquer outras Disposições, que em contrario dos sobreditos Estatutos, ou de cada hum delles haja por qualquer via, modo, ou maneira, posto que sejam taes, que na forma de Ordenação, que tambem derogo nesta parte, se houvesse de fazer delles especial menção. Mando, que o Original dos sobreditos Estatutos numerado, assinado na primeira pagina de cada hum das Folhas delle, e encerrado no fim com hum Termo, que declare o numero dellas, seja guardado no dito Collegio em Cofre. que para Elles, e para as mais Resoluções a Elles concernentes será logo determinado: E que os Exemplares impressos, que forem assina os pelo sobredito Cardeal, tenham em Juizo, e fora delle todo o vigor, e authoridade do referido Original.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço; Regedor da Casa da Supplicação; Real Meza Censoria, aos Conselhos da Minha Real Fazenda, e dos Meus Dominios Ultramarinos; Meza da Consciencia, e Ordens; Reitor da Universidade de Coimbra. como Protector que delle sou; Senado da Camera; Chanceller da Relação; e Casa do Porto; e bem assim a todos os Desembargadores, Corregedores, Proveedores, Juizes e mais Pessoas destes Meus Reinos, e Dominios, a quem o conhecimento deste pertencer, que o cumpram, e guardem, e façam cumprir, e guardar com inteira, e inviolável observancia: E o mesmo presente Alvará valerá como se fosse passado pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum, e muitos annos, não obstante as Ordenações em contrario, que Hei outro sim por derogadas para este effeito. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em desoito de Agosto de mil setecentos setenta e dous

Rey . . .

Marquez de Pombal

Alvará, por que Vossa Magestade ha por bem roborar em Fôrma Especifica o Collegio fundado no Real Mosteiro de Mafra; para nelle se educar a Mocidade da Nobreza Civil, e das Familias honestas, que vivem com decencia; e os Estatutos estabelecidos para o bom governo delle; tudo na fôrma assim declarada.

Para Vossa Magestade ver

Gaspar da Costa Posser o fez.

Pelos Estatutos, anexos ao Alvará Régio, nos quais se preceitua que «o principio de toda a sabedoria he o temor de Deos e a observancia dos seus preceitos e da sua Igreja, não bastando que no Collegio floream as Bellas Artes, se com ellas se não aprenderem e cultivarem os bons costumes», — os cargos de :

*Reitor*, sempre reunido ao do Priorado do Mosteiro de Mafra, pelo que a nomeação do Dom Prior englobaria a de Reitor do Real Colégio, dependeria, no entanto, de confirmação régia em cada triênio;

*Vice Reitor, Prefeito e Vice Prefeitos* (êstes em número de quatro), seriam providos, em cada período trienal, entre os Cónegos do Mosteiro de Mafra ou da Congregação, o primeiro pelos mais sábios, virtuosos e prudentes, os segundos pelos mais sábios e bem instruidos em línguas, nas Belas-Artes e disciplinas filosóficas professados no Colégio, de «exemplares costumes, gravidade, e com dotes necessários para a direcção da Mocidade». Êstes cargos seriam de Eleição com o voto do Reitor, de quatro Conselheiros, e dos Ministros do Real Mosteiro, e dos Professores do Real Colégio, «que não se deixariam mover por amor, graça ou odio, devendo attender á grande utilidade que se segue á Republica e á Igreja, da boa educação da Mocidade»; a lista dos votados que podiam ser reconduzidos, subiria a El-Rei que sôbre ela resolveria quanto ao provimento dos cargos. O Vice-Reitor substituiria o Reitor nos seus impedimentos, e seria substituído, nas suas faltas, respectivamente pelo Prefeito e Vice-Prefeitos;

*Professores*, de nomeação régia, por selecção entre os mais competentes dos Cónegos do Mosteiro de Mafra, da Congregação ou da Universidade de Coimbra;

*Familiares*, da nomeação do Director dos Estudos, com prévio e rigoroso inquérito sôbre o seu comportamento e costumes; destinavam-se a servir os Collegiais «com decencia, cuidado e asseio,» porque não seria conveniente que fossem tratados como criados de fóra. Ser-lhes ia permitido «aproveitar do beneficio das Aulas, assistindo ás lições» mas em completa separação dos Collegiais.

Ao Reitor competia a admissão do pessoal-menor em número sufficiente para manter o asseio e cuidar da limpeza do Colégio e das aulas.

Os serviços administrativos do Colégio incumbiriam a uma Commissão denominada «Junta da Fazenda», com Presidente prepétuo, o Reitor, e como vogais ou Conselheiros o Vice Reitor, Prefeito, dois Vice-Prefeitos, dois Professores e dois Collegiais dos mais antigos e hábeis, eleitos no segundo dia da abertura das aulas, em cada ano lectivo, com o voto de todos

os Conselheiros, dos quatro Vice-Prefeitos e de todos os Professores do Colégio. A Junta, à qual deveria caber tôda a responsabilidade na arrecadação das receitas e pagamento das despezas, reuniria tôdas as semanas e no fim de cada mês se procederia a um balanço geral; a propriedade das chaves do cofre, em número de três, pertenceria ao Reitor, ao Vice-Reitor ou Prefeito e ao Colegial-Conselheiro mais velho. No princípio de cada anno lectivo, a posse da nova junta se realisaria em sessão conjunta com a substituída, por meio de balanço geral com a assistência do Director dos Estudos ou de um representante, assistência que deveria também dar-se nas reuniões semanaes. De cada gerência seria enviado ao Director dos Estudos um relatório sôbre o estado das contas, movimento annual dos serviços administrativos do Colégio e ainda sôbre as irregularidades encontradas no acto da posse da nova Junta, sôbre o que se impunha a vontade d'ElRei. O pessoal eleito ou nomeado pela Junta comprehendia:

*Um Secretário*, eleito para cada triênio; as listas deveriam contar três nomes de Cónegos do Mosteiro de Mafra, em um dos quais recairia a escolha do Director dos Estudos; o Secretário teria a seu cargo, além de tôda a escrituração da Junta, a tomada de Contas ao Mordomo e a guarda e arrumação do arquivo, que a Junta deveria visitar todos os meses. — *Um Agente*, encarregado da cobrança das rendas e de todos os assuntos externos, coadjuvado por um Solicitador que representaria o Colégio fóra dele e perante os Tribunais; a nomeação do Agente e do Solicitador podia recair em pessoa do Colégio ou estranha a este. — *Um Mordomo*, eleito annualmente de entre os Cónegos do Mosteiro de Mafra, encarregado do pagamento dos ordenados e mais despezas do Colégio, e da aquisição dos provimentos destinados à cosinha, refeitório, despensa e enfermaria, cumprindo-lhe a máxima vigilância e cuidado na qualidade dos gêneros comprados e na pontualidade da sua entrega; seria coadjuvado por *um Comprador*, eleito também em cada anno de entre o pessoal do Colégio. — *Um Dispenheiro*, *dois Cosinheiros*, *quatro Moços da cosinha*, a quem a Junta poderia livremente despedir nas reconhecidas faltas de zelo ou de menos fidelidade. — *Porteiros*, em número máximo de três, encarregados, além do serviço próprio, de anunciar com toque do Sino o levantar dos Colegiaes, as refeições, a entrada para as aulas, o serviço religioso, e a auxaliar os Familiares, em alguns dos serviços dos Colegiaes; do mesmo modo a Junta os podia despedir pelo motivo de faltas ou ingligência no cumprimento dos seus deveres.

No seu pedido de admissão os Colegiaes, que deveriam saber ler e escrever, instruiriam os seus requerimentos com os documentos compro-

vativos da idade, que não podia ser superior a 13 nem inferior a 7 anos, filiação, nacionalidade portuguesa, naturalidade e filiação dos pais que deveriam pertencer à «nobreza civil e a famílias honestas que vivessem com decência, boa educação e costumes».

Durante a sua estada no Colégio pagariam 60\$000 reis por cada ano lectivo.

No acto da entrada o «Reitor deveria receber os colegiais com urbanidade e cortezia» Por sua parte os Colegiais usariam para com o Reitor, Vice-Reitor, Prefeito, Vice-Prefeito e Professores, dentro e fora do Colégio, «daquela obsequiosa atenção que sempre he louvavelmente observada pelos discipulos a respeito dos seus superiores e mestres». Os alojamentos, em completa separação da Comunidade, com capela própria, acomodados ás diferentes idades de cada Colegial, ofereceriam toda a decência, asseio e cuidado, servidos pelos Familiares, a quem os Colegiais não deveriam castigar nem repreender, mas sim levar ao conhecimento do Reitor as suas faltas ou negligências; cada Familiar serviria cinco Colegiais.

Entre os Colegiais observar-se-ia «o tratamento mutuo na mais perfeita e constante harmonia e fraternal igualdade, sem arrogar distincções ou proeminencias com o pretexto de maior nascimento, sem que movessem praticas ou disputas com semelhante motivo. A cada um somente o tratamento que pelas Leis se acha determinado». A mesma igualdade se observaria nos vestidos; «dentro do Collegio usariam de vestido talar, a que vulgarmente chamam Granacha, Habito distinto, pendente, e uniforme, tendo de uma parte a Imagem de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição e da outra a Inscrição que diga Real Collegio de Mafra». Receberiam as suas visitas, com prévia licença do Reitor, em uma sala especialmente destinada e preparada para esse fim, a horas oportunas e fóra do tempo das aulas, exercícios religiosos ou repouso dos Colegiais. As visitas por mais graduadas que fossem, não lhes seria permitida a entrada no Colégio além daquela sala ou da respectiva Portaria.

*(Continua)*

JÚLIO IVO



## A LÁPIDA DE S. GIÃO EM TÔRRES-VEDRAS

O caminhante que deixa Tôrres-Vedras, tomando a estrada que, pelos Cucos, Runa e Ribaldeira, leva à capital, encontra ao seu lado direito um velho casebre em cuja acanhada frontaria estão embebidas duas antigas lápidas com inscrições (1).

A maior, insculpida com antigos caracteres unciais, resa assim, ou antes, resava, pois ha pouco tempo, qualquer animal dos que por ali transitam levando à arreata os seus pachorrentos semelhantes, teve a estúpida ideia de a mutilar.

Resava pois assim o letreiro:

ESTE OSPITAL HE OBIGADO  
PERA SÊPRE TER HÛ CAPELÃ Q DIG  
V̄A MISA C(A)DA DOMÏGO AOS C  
ÔFRADES DE SÃ GIÃO HÊ A SVA C  
APELA E DIRÃ A CL(E)TA DE ICLIN  
A DNE A FIDELIVM DEVS E

Esta lápida, como nos indica o aspecto dos seus caracteres, deve ter estado na primitiva irmida do Campo da Feira, a par de S.<sup>ta</sup> Maria do Ameal (2), construída na segunda metade do século XIV, e foi porventura colocada onde actualmente a vemos em 1586, quando a Misericórdia mandou edificar a nova sede da confraria dos sapateiros, instituída em 1359, sob a invocação de S. Gião (3).

Os seus dizeres têm sido deficientemente interpretados (4). Quando a missa de defuntos é aplicada por determinado ou determinados defuntos, e é o caso dos «confrades de S. Gião», a primeira oração é «*Inclina, Domine,*

(1) J. M. Cordeiro de Sousa, *Epigrafia Torreana*, in «Rev. de Arqueologia», vol III, pág. 126, Capela dos Sapateiros, 1 e 2.

(2) J. Vieira, *Torres Vedras Ant. e Mod.*, pág. 116.

(3) Idem.

(4) Por Pinho Leal, in *Port. Ant. e Mod.*, vol. 9, pág. 672, nota; pelos anotadores da 2.<sup>a</sup> ed. da *Descrip. Hist. e Econ. da Vila e Termo de Torres Vedras*, de Madeira Torres, pág. 99; e por J. Vieira, *Torres Vedras Ant. e Mod.*, pág. 117.

aurem tuam ad preces nsotras», etc., a segunda «Deus veniæ», etc. e a terceira «*Fidelium Deus*», etc.

Determinava-se pois na velha inscrição que os capelães deveriam dizer a *colecta* desde a primeira oração *Inclina, Domine*, até à terceira *Fidelium Deus*, etc.

«E dirã a c(o)le(c)ta de [ou desde] inclina d(omi)ne a [ou até] fidelium Deus».

A não ser as camadas de cal que lhe encobrem um pouco os caracteres, não apresenta grandes dificuldades a sua leitura.

O *i* elevado da última palavra da 1.<sup>a</sup> linha, toma, como se sabe, o valor de *ri* (<sup>2</sup>). Na 2.<sup>a</sup> linha ha a mencionar, na primeira palavra, a inclusão das letras *er* no *p* inicial. Na 3.<sup>a</sup> linha nota-se a falta do *h* no artigo indefinido.

É mais uma inscrição, a juntar a tantas outras, que desaparece, sem que um *Corpus* a arquite e salve do esquecimento essa piedosa obrigação da velha confraria.

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA.

---

(<sup>2</sup>) J.-M. Cordeiro de Sousa, *Apont. de Epigrafia portug.*

## ACHADOS ARQUEOLOGICOS INÉDITOS

Em Varge, freguezia de Aveleda, concelho de Bragança, encontrou Paulino Fernandes, em Março de 1938, andando a desterrar no seu lameiro de Labusélo ou Lebusélo, como outros pronunciam, cousa de um quilómetro a noroeste da povoação, e à profundidade de um metro, pouco mais ou menos, a documentação arqueológica constante d'êste artigo.

1 — Estela semi-discoide de granito ornada por suástica de seis raios inscrito em superfície rebaxada na pedra e quartelas. Do letreiro, também em plano cavado na lápide sómente ficou a primeira carreira de letras sendo as restantes levadas por quebradura, que não apareceu, Letras muito bem feitas, equidistantes e proporcionadas, inculcando perficia no lapicida em período áureo de cultura.

O traço transversal dos AA fica a meio sem tocar na segunda perna da letra.

A segunda letra um A e um M conjuntos, mas a segunda perna do A não toca no vértice da primeira.

O letreiro dirá: C A M A (lus), isto é que ali jaz Camalo ou que Camalo mandou erigir o moimento.

Altura máxima da lápide 0<sup>m</sup>,45, largura 0<sup>m</sup>,34, grossura 0<sup>m</sup>,14. Corpo das letras em sentido vertical 0<sup>m</sup>,053.

2 — Fragmento de cabeceira de estela semi-discoide de granito, encontrada junto da anterior, ornada por suástica, de que só restam três raios, devendo supor-se que os outros foram levados pelo roçar do tempo ou talvez melhor, por lasca tirada à pedra, pois nela ainda ficou campo onde cabiam.

Altura máxima 0<sup>m</sup>,40, largura 0<sup>m</sup>,38, grossura máxima 0<sup>m</sup>,18 pois é de forma abaulada.

3 — Parte inferior de outra lápide de granito encontrada junto das an-

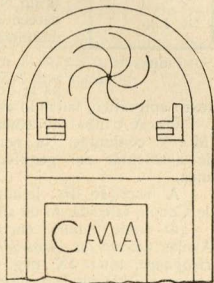


FIGURA 1

tecedentes, vendo-se ainda nitidamente as letras da conhecida fórmula S(it) T(ibī) T(erra) L(evis) e por cima delas o vestígio de um S, todas em plano rebaixado no granito.

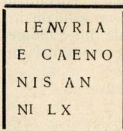


FIGURA 2

Altura 0<sup>m</sup>,45, largura 0<sup>m</sup>,41, grossura máxima 0<sup>m</sup>,18 pois é de forma abaulada. Corpo das letras em sentido vertical 0<sup>m</sup>,08.

Junto desta apareceu um pedaço de granito aparelhado, mas sem letras, também de forma abaulada pelo lado de traz, com largura e grossura sensivelmente igual às do N.º 2 e 3, ajustando perfeitamente no todo, donde parece concluir-se que os três faziam parte do mesmo monumento, faltando ainda o resto da inscrição.

4 — Junto das anteriores encontrou-se também esta parte de uma lápide funerária de granito pertencente ao texto epigráfico, faltando as outras.

Os AA não são cortados por traço transversal. Na primeira linha M e V conjuntos. Na penúltima e última o solecismo de apresentar em genitivo do singular o número de anos.

A inscrição diz: Jemuria, filha (ou escrava ou liberta) de Cenon, falecida de 60 anos, aqui jaz.

O nome Jemuria encontra-se na lápide de Castro de Avelãs (*Memórias Arqueológico Historicas do Distrito de Bragança*, tomo IX, pág. 48). O nome Cenon aparece em textos epigráficos espanhóis (*Boletín de la Academia de la Historia*, tomo 50, pág. 437).

Altura da lápide 0<sup>m</sup>,42, largura 0<sup>m</sup>,41, grossura 0<sup>m</sup>,16. Corpo das letras em sentido vertical 0<sup>m</sup>,041.

5 — Junto das lápides anteriores apareceu mais esta de granito aparelhada pela frente e pelas faces laterais, ficando a de traz em bruto, bem como no fundo a parte que seria destinada a enterrar-se na terra para a segurar de pé. O todo, ornado por escocias, toros cortados, filetes e mais figurações lineares clássicas, indica ara votiva, mas não tem letras e apenas o espaço onde deviam ir. No cimo, em vez da miniatura do *foculus*, que muitas apresentam, a figuração representada no gráfico.

Largura máxima 0<sup>m</sup>,31, mínima 0<sup>m</sup>,25. Está partida em dois pedaços,

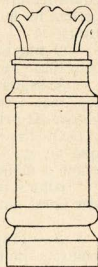


FIGURA 3

que ajustam perfeitamente indicando que não falta nada. Um desses pedaços tem de altura 0<sup>m</sup>,50 e o outro 0<sup>m</sup>,36, vindo, portanto, o monumento todo a ter de altura 0<sup>m</sup>,86.

Junto destas lápides apareceram dois blocos de cantaria nos quais abriram covas circulares maiores e menores chegando algumas a quasi meio litro de capacidade. Um dos blocos tem quatro covas: duas pelo lado de cima e duas pelo de baixo. O outro apresenta três por um lado e uma pelo outro.

Provavelmente eram destinadas a fôrmas para laboração de utensílios pois no local abundam escomalhos de ferro e um dos blocos ainda tem pegada uma escória.

Também no local encontrou o mesmo feliz descobridor Paulino Fernandes, fragmentos de ossos já a desfazerem-se em cinza, cacos de vasos grossos de grande capacidade e outros de louça fina, tipo saguntino.

FRANCISCO MANUEL ALVES

Abade de Baçal

## O INFANTE D. HENRIQUE NO PROMONTÓRIO SACRO

A partir de quando e por quanto tempo foi o Promontório Sacro habitado pelo Infante D. Henrique, modernamente cognominado *O Solitário de Sagres*?

Saiba-se que por Promontório Sacro entendo aqui tôda a região do sudoeste algarvio a partir de Alvor, ou seja tôda a região constitutiva do Cabo de S. Vicente tomado em sentido lato, compreendendo nela, do ponente para o nascente, o global *Cabo de S. Vicente* (tripartido nos seus actuais prolongamentos — *Ponta do Farol*, *Pontal dos Corvos* e *Pontal Gôrdo*), a *Enseada de Beliche*, o *Cabo de Sagres*, a *Enseada de Sagres* e a *Vila de Lagos*.

Três, e divergentes, são as fontes a que recorri para responder à primeira parte da pergunta: o *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira (1506-1507); a *Asia, Decada primeira*, de João de Barros (1552); e a *Chronica do Principe D. João*, de Damião de Gois (1567). Tôdas elas do século imediato ao da morte do Infante, falecido em 13 de Novembro de 1460.

Ao passo que para Damião de Gois foi a seguir a 1418 («depois que tornou do cerco de Ceuta») que D. Henrique «escolheu sua morada e residencia em uma parte do reino do Algarve, no Cabo de S. Vicente, chamado pelos antigos historicos sacrum Promontorium, que em nosso vulgar Portuguez quere dizer Cabo Sagrado»<sup>(1)</sup> — e que para Duarte Pacheco sòmente depois de 1433 («finado» já D. João I) é que o Infante «se apartou com sua casa das fadigas e maldades dêste mundo», «no Cabo de S. Vicente que por outro nome antiguamente Sacro Promontorio se chamava»<sup>(2)</sup> — para João de Barros sòmente depois de 1437 («depois da vinda de Tanger») é que D. Henrique «se apartou da corte e negocios della», indo assentar sua «venda» no reino do Algarve<sup>(3)</sup>.

A despeito do que se lê em Damião de Gois e em Duarte Pacheco, nenhum documento conheço que comprove ou torne plausíveis essas suas divergentes referências cronológicas à instalação domiciliária do Infante

(1) *Chronica* citada, cap. VIII, fl. 5 v.

(2) *Esmeraldo*, Liv.º I, cap. 22, pág. 37 na edição de 1892, e pág. 68 na de 1905.

(3) *Decada primeira*, fl. 11 v.

D. Henrique no Algarve: 1418, 1433 (1). Antes, tudo me leva a crer que, em quanto viveu seu pai, o Infante habitou os seus Paços de Lisboa na freguesia de S. Tomé, na vizinhança do «bairro dos escolares» e da «universidade do studo desta cidade». Paços próximo dos quais, e na mesma freguesia, havia umas casas «que foram de Gonçallo Tenreiro e depois de Rui freire de Andrade e depois de Johanne annes armeiro do dito Senhor Rei meu senhor, e Padre, de quem as Eu comprei pera se em ellas auer de leer de todas as sciencias aprouadas pela Santa Madre Igreja. Scilicet as sete artes liberaes. Scilicet gramatica, logica, Retorica, Aremetica, Musica, geometria, ASTROLOGIA ... Medecina... sancta theologia .. degretaes... Philosophia natural e moral... e as leis» (Carta de doação feita à Universidade de Lisboa, por D. Henrique, em 12 de Outubro de 1431, de umas casas que acabara de comprar, «por quatrocentas coroas de ouro das velhas de boõ ouro», para instalação da mesma Universidade; in Arquivo da Universidade de Coimbra, a fls. 127 v.-130 v. do *Livro dos Privilegios*). Nesses seus Paços de S. Tomé teria porventura o Infante continuado a residir ainda nos quatro anos que precederam a sua partida para Tanger (2).

O autor dos *Elementos de História de Portugal* — actual compêndio de

(1) Ao admitirmos que só após a morte de D. João I é que seu filho D. Henrique se apartou com a sua casa para o Sacro Promontório, não nos esquecemos de que então já se achavam redescobertas e ocupadas por nós as ilhas do arquipélago da Madeira e também redescobertas e abordadas algumas do arquipélago dos Açores. O mesmo há que considerar em relação àqueles «12 anos» passados em sucessivas viagens feitas à costa ocidental da Africa, a que alude Azurara no cap. IX da sua *Cronica de Guiné*, referindo-se aos navios e mareantes para ali continuamente enviados por D. Henrique até o ano em que a *barcha* de Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador. Atenda-se também a que já então (1415-1433) teria vindo para Portugal o célebre cartógrafo Jaime de Malhorca, de quem o mesmo Duarte Pacheco nos fala num outro capítulo do seu *Esmeraldo*, quando escreve: «isso mesmo mandou (D. Henrique) à Ilha de Malhorca por um mestre Jácome mestre de cartas de marear na qual Ilha primeiramente se fizeram as ditas cartas, e com muitas dadas e merces ho ouue nestes Reynos ho qual as ensinou a fazer aquelles de que os que em nosso tempo vivem aprenderam» (*Esmeraldo*, cap. 33, pág. 58 na edição de 1892, e 98 na de 1905). — «O cartógrafo do Infante teria vindo a Portugal entre o descobrimento da Madeira—1420—e o dos Açores—1427—, quando devia ter de 60 a 68 anos... Parece-nos ter deixado demonstrado à evidência ser Mestre Jácome de Malhorca, cartógrafo do Infante, a mesma pessoa que o célebre cartógrafo malhorquino Jafuda Cresques, converso sob o nome de Jaime Ribes; e que a data de sua vinda a Portugal se pode fixar com verosimilhança entre 1420 e 1427—mas isto apenas como hipótese» (Dum artigo publicado na revista coimbrã *Biblos*, volume 6 (1930), pág. 307, por Gonçalo Reparaz Junior).

(2) «... huús paços do Iffante, que som huú gram pedaço afastados da ribeira» (Azurara, *Cronica de Guiné*, cap. 36, em referencia ao ano de 1445). Cap. 16: «a casa do Iffante».

História aprovado para o ensino dos nossos Liceus — afirma que o Infante se instalou no Algarve, «em Sagres», «depois do descêrco de Ceuta» (1).

Para o escrever, o snr. dr. Alfredo Pimenta abonou-se com a autoridade do segundo destes autores, Duarte Pacheco, transcrevendo êste trecho do *Esmeraldo*, Liv.º I, cap. 22: «... e passados alguús annos depois de Cepta ser tomada, e El-Rey seo Padre finado, elle fez no Cabo de S. Vicente que por outro nome antiguamente Sacro Promontorio se chamava, a sua villa de terça naval sytuada sobre angra de Sagres, que oje em dia aly está fundada».

Triplamente irreflectido ou descuidado se mostra o snr. dr. Pimenta nêste seu recurso ao texto esmeraldino. Primeiramente, porque, no passo transcrito, Duarte Pacheco fala da «tomada» de Ceuta, da sua conquista, realizada no ano de 1415 — e não do seu descêrco, effectuado em 1419 (2); 2.º porque aí o autor também se reporta a algum tempo depois de D. João I «ser finado» (1433); 3.º porque aí o autor apenas se refere (aliás erroneamente) (3) à *fundação* da vila de Terçanabal — e não à instalação de D. Henrique no Algarve. Para mais, o snr. dr. Pimenta esqueceu-se de trasladar as subsequentes linhas do texto, precisamente aquelas em que Duarte Pacheco diz que o Infante *se apartou* para o Cabo de S. Vicente: «honde (D. Henrique) se apartou com sua casa das fadiguas e maldades deste mundo e viveo sempre tam virtuosa e castamente que nunca conheceo molher nem bebeo vinho nem foy achado em outro algum viço que de Reprender fosse... sendo emtam governador do mestrado de Christo d'estes Reynos, sua uida aly passou...»

Menos conforme com a verdade histórica, diz também o autor dos *Elementos* que o descêrco de Ceuta foi «effectuado no ano seguinte ao da conquista»! Êrro crassissimo. Quem tal diria?...

(1) Pág. 131 da 1.ª e 2.ª edição (1934, 1935) e pág. 130 das três últimas edições ou tiragens (1936, 1937).

(2) «... achamos, que Cepta foi tomada em mez d'Agosto no Anno do Nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos e quinze annos; e foi cercada em outro mez d'Agosto de mil quatrocentos e dezanove. e assy que correram quatro annos dentre a tomada, e o cerco» (*Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, por Azurara, Liv.º 2.º, cap. V, págs. 493-494 do tomo II dos *Inéditos de historia portugueza*).

(3) a) A *vila de Terçanabal* foi edificada no «Cabo que se chamava Terçanabal», «que está antes do Cabo de Sagres, aos que veem do ponente pera levante» — e não na angra de Sagres, situada a leste dêste Cabo (Carta henriquina de 19 de Setembro de 1460 — Arquivo da Torre do Tombo, (Livraria), Mss. n.º 516, págs. 25-27); b) esta vila (bem como a vila de Sagres) não podia ser fundada antes de 27 de Outubro de 1443 — data da carta régia que autorizou a fundação de «poborações cercadas» no Cabo de Trásfálmenar e «huã legoa arredor d'elle de termo» (*Chancelaria* de D. Afonso V, Liv.º 24, fl. 61), confirmada em 2 de Setembro de 1448 (Liv.º 2 de *Místicos*, fls. 201 v.—202).



À *vila de Terçanabal* — tetrassilabo que Duarte Pacheco desdobrou indevidamente em dois dissilabos, no segundo dos quais trocou o *b* por *v* — os *Elementos* do sr. dr. Pimenta chamam «A Terça de Sagres»!... Despautério bem maior que o de *Terçanabal de Sagres*, como já se tem escrito.

Pretendendo abonar, com autor de autoridade no assunto, a afirmação de que a ilha do Pôrto Santo foi descoberta no ano de 1418, o sr. dr. Alfredo Pimenta louva-se em Cadamosto, transcrevendo para isto dois passos da sua *Prima Navigazione* (1). Quais?... Precisamente aquêles donde se concluiria que aquella ilha foi descoberta 10 anos depois, em 1428. De facto, escreve o sr. dr. Pimenta, imediatamente a seguir à sua incompleta transcrição do trecho esmeraldino:

«Enquanto se instala, nem por isso pára: em 1418 partem João Gonçalves, por alcunha o Zarco, e Tristão Vaz Teixeira, e encontram, por acaso, Pôrto Santo».

E em nota ao referido ano 1418: «*Questa isola di Porto Santo... trovata da venti setti anni in qua dalle caravelle del sopradetto Signore Infante*» (Cadamosto, *ob. cit.*, pág. 106). Ora o navegador veneziano fixa a data da sua viagem: «*partimmo dal sopradetto Capo San Vicenzo adi ventidue Marzo MCCCCLV*» (1455).

Na realidade, 1455 menos 27 dá 1428 — e não 1418. A que vêm, pois, os trasladados passos de Cadamosto?

Sendo certo que a menção da época em que o Infante D. Henrique foi viver para o Cabo de S. Vicente é facto diferentemente focado pelos três referidos autores — dizendo um que foi depois de 1418, outro depois de 1433, outro depois de 1437 — não me parece de boa «crítica histórica» escrever História fundamentando-se exclusivamente nos dizeres dum dêles, Duarte Pacheco; para mais, attribuindo às suas palavras um significado ou alcance diferente do que o autor lhes deu.

Não sofre dúvida que o Infante D. Henrique assentou sua «vivenda» no reino do Algarve «depois da vinda de Tanager» (Março de 1438) (2).

(1) A obra de Cadamosto foi editada pela primeira vez em 1507, em Vicenza. Quero dizer: pela mesma época em que Duarte Pacheco escrevia o seu *Esmeraldo de situ orbis*.

(2) Diz Rui de Pina: «A este tempo (1438) foy ElRey em Leyrea, onde com elle se ajuntarom logo os Infantes Dom Pedro e Dom Joham, e asi todollos outros que pera as Cortes foram chamados e ordenados, e o Infante Dom Anrrique nom veeo, porque despois do cerco de Tanager, esperou em Cepta *cinquo mezes*, por veer a conclusam que no livramento do Infante Dom Fernando se tomava» (*Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, Cap. XXXIX).

«Cinco mezes» contados de Outubro de 1437 correspondem a Março de 1438.

Não foi todavia então de larga e duradoira permanência a sua estada ali, mas curta e de alguns meses apenas. Se, naquele reino, de facto o sabemos no mês de Abril de 1438 <sup>(1)</sup> e no Algarve o vamos encontrar no mês de Junho <sup>(2)</sup> e em Setembro dêste mesmo ano <sup>(3)</sup>, certo é que só passados 5 anos — em 1444 — aí tornamos a encontrá-lo. Entre Setembro de 1438 e meados de 1444, tenho notícia de que esteve: 1438 — em Soure (comenda da sua Ordem) <sup>(4)</sup>, em Coimbra <sup>(5)</sup>; 1440 — em Santarém <sup>(6)</sup>, em Viseu <sup>(7)</sup>, no mosteiro de S. João de Tarouca (junto a Lamego) <sup>(8)</sup>; 1441 — na Beira <sup>(9)</sup>; 1442 — em Evora <sup>(10)</sup> e em Lisboa <sup>(11)</sup>; 1443 — em Vilafranca <sup>(12)</sup>, na Covilhã? <sup>(13)</sup> e em Soure <sup>(14)</sup>.

Dúvida não sofre também que para o Algarve voltou antes de Setembro

---

<sup>(1)</sup> Em 21 dêste mês e ano estava D. Henrique em Faaram (Faro), donde escreveu a Diego Alvares, vedor das taracenas delRei (*Chancelaria de D. Afonso V*, Liv.º 19, fl. 74).

<sup>(2)</sup> Rui de Pina — *Chronica do senhor rei D. Duarte*, cap. 42, pág. 183 dos *Inéditos de historia portugueza*, Tomo 1: «... e porque atee este tempo que era Junho do anno de mil quatrocentos trinta e oyto annos, ainda despois do cerco nom vira (D. Duarte) ho Infante Dom Anrrique que já era no Algarve... desejou muyto de se veer com elle... E o Infante... cuberto de doó se veeo logo a Portel quatro legoas d'Evora».

<sup>(3)</sup> Idem.—*Chronica do senhor rei D. Afonso V*, cap. 4, pág. 210 do mesmo Tomo dos *Inéditos*: «O Infante Dom Anrrique, depois da vynda do cerco de Tangere, que veo falar a ElRey seu Irmaão a Portel, como anojado do cativeiro ao Yfante Dom Fernando, seu Iрмаão: e por ho feito se nam seguir, como desejava, se tornou logo ao Reyno do Algarve... a Tomar, onde achou já ElRey falecido».

<sup>(4)</sup> Idem, idem, cap. 43, pág. 267.

<sup>(5)</sup> Carta do Infante, existente no Arquivo do Vaticano.

<sup>(6)</sup> Carta henriquina de 8 de Maio dêste ano de 1440, trasladada a fls. 21 do Livr.º de *Ilhas*, no Arquivo da Torre do Tombo.

<sup>(7)</sup> *Chronica de D. Afonso V*, cap. 57 e 61, págs. 298 e 303.

<sup>(8)</sup> Idem, cap. 61, pag. 304.

<sup>(9)</sup> Idem, cap. 72, pág. 320 e cap. 75, págs. 326 e 329.

<sup>(10)</sup> Idem, cap. 79, pág. 335.

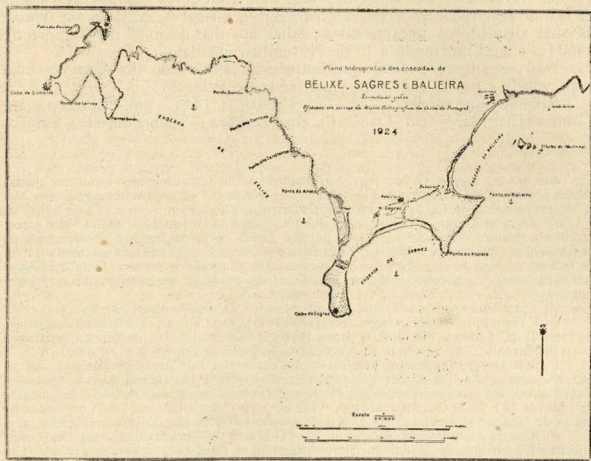
<sup>(11)</sup> Azurara, *Cronica de Guiné*, cap. XVI, págs. 93-95 (No fim de Outubro de 1442 falece o Infante D. João, em Alcácer do Sal; seu corpo foi levado para o convento da Batalha).

<sup>(12)</sup> Carta henriquina de 23 de Agosto dêste ano de 1443, dirigida à Universidade sobre a arrematação das rendas, prestação de contas dos rendeiros e faltas dos lentes e respectivos descontos (*Livro dos Privilégios*, fl. 138 e *Livro verde* fl. 109, no Arquivo da Universidade de Coimbra). (A 15 de Julho dêste ano de 1443, havia falecido em Fêz o Infante D. Fernando).

<sup>(13)</sup> Escritura de 1 de Setembro de 1443, de compra feita pelo Infante D. Henrique a D. Alvaro Pires de Castro, senhor de Cascais, e sua mulher, D. Isabel, de umas casas em Lisboa, no bairro dos Escolares, que partiam com outras dêle Infante (Referida por Francisco Leitão Ferreira nas suas *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, n.º 927, e na Adição a êste mesmo n.º, que precede o texto da obra).

<sup>(14)</sup> Carta henriquina de 13 de Outubro, trasladada na fl. 50 v. do Liv.º 24 da *Chancelaria de D. Afonso V* (Escrita 14 dias antes da carta régia que ao infante concede autorização para fazer «poborações cercadas» no Cabo de Trafalmenar).

de 1444, sendo certo: que em *Lagos* se achava no dia 8 dêste mês e ano <sup>(1)</sup>, assim como nos dias 5 e 6 de Dezembro seguinte <sup>(2)</sup>, que ali estava em 1445 <sup>(3)</sup> e que ali vivia em 1446 <sup>(4)</sup>. Certo é igualmente que na aldeia da *Raposeira* tinha o Infante suas «pousadas», «onde pousava» em 23 de Junho



<sup>(1)</sup> Carta henriquina para o almoxarife de Abrantes. No cartório dos condes da Cunha, segundo leio a fls. 187 do Mss. 9960 da Biblioteca Nacional (Fundo geral). Cnf. *Cronica de Guiné*, cap. 18 e 24.

<sup>(2)</sup> Cartas henriquinas destas datas, copiadas a fls. biiij-biiij v e biiij v-ix do Códice existente na Torre do Tombo (Fundo antigo) — n.º de ordem 196, Maço único, n.º 1: «Instrumento de publica forma junto ao processo de concordia da villa de Thomar com o Mestre e Alcaide-mor de Thomar».

<sup>(3)</sup> *Cronica de Guiné*, cap. 49-50.

<sup>(4)</sup> *Chronica de D. Afonso V*, cap. 85, pág. 350: «E porque o Senhor Dom Pedro nom era Cavalleiro, quys ho Yfante seu Padre que ho fosse de maaõ do Yfante Dom Anrrique seu

dêste ano 1446 <sup>(1)</sup>. E' sabido que nesta mesma aldeia estava em 25 de Outubro de 1452 <sup>(2)</sup>, bem como nos fins de 1454—«onde por ser sitio remoto do tumulto das gentes, e apto para a *contemplanção dos seus estudos*, habitava muito de boamente» <sup>(3)</sup>. Dúvida não sofre igualmente que no Algarve passou os ultimos três anos de vida, dali datando as suas cartas a partir de 19 de Janeiro de 1458 (em *Bençafrim*) <sup>(4)</sup>, assinando na *Vila do Infante* as suas disposições testamentárias, feitas nos dias 13 e 28 de Outubro de 1460 <sup>(5)</sup>, e aqui morrendo a 13 de Novembro immediato.

Não se julgue, porém, que entretanto jâmais saíu do Algarve e não mais voltou a outras regiões ou províncias do País.

Sabemos que esteve: 1445 — em Viseu <sup>(6)</sup>; 1446 — em Lisboa <sup>(7)</sup> e em Coimbra <sup>(8)</sup>; 1447 — em Lisboa <sup>(9)</sup>, em Coimbra <sup>(10)</sup>, em Soure <sup>(11)</sup>, em To-

---

Tio. que era em *Lagos*, e foy pera yssso chamado a Coymbra onde logo veo e este ajuntamento se fez». Conf. *Chronica de Guiné*, cap. 51. — Neste ano de 1446 tambem esteve na Mechilhoeira, no termo de Lagos (*Chronica de Guiné*, cap. 92).

<sup>(1)</sup> Tôrre do Tombo—«Autos sobre direitos reaes e da Ordem de Christo», Maço unico: «Saibham quantos este estormento em publica forma virem que no ano do nascimento de nosso senhor Jhū xpo de mill e iiij e quarenta e seis annos vinte tres dias do mes de Junho da dita era no *logo da raposeyra nas poussadas onde poussaou o senhor Ifante dom anryque* meu senhor... pareceo pero anes seu escudeiro morador em crasto marim e apresentou *perante o dito senhor* huã carta tambem em publica forma...».

<sup>(2)</sup> Carta henriquina desta data. Ibidem—Referido Códice do Maço 196, fls. xx.

<sup>(3)</sup> Cadamoto — *Prima navigazione* (1454-1455), cap. I e II. Traducção a págs. 5-7 do tomo II da «Colecção de noticias para a História e Geografia das nações ultramarinas».

<sup>(4)</sup> Tôrre do Tombo—Caixa 72, Maço 2: *Colecção especial*, n.º 5.

<sup>(5)</sup> No *Bazar*, Suplemento literário de *A Voz*, do dia 3 de Dezembro do p. p. ano, e sob a epigrafe «As disposições testamentárias do Infante D. Henrique», deixei largamente esclarecido que taes disposições não se encerram exclusivamente nos dois documentos datados de 13 e 28 de Outubro de 1460. Vide um outro meu artigo publicado no *Bazar* do dia 14 de Janeiro: «Interressantissima carta de doação testamentária do Infante D. Henrique».

<sup>(6)</sup> Azurara — *Chronica de Guiné*, cap. 36: «O Ifante era em terra de *Viseu*, donde mandou receber seu quynto; e dos que ficarom fizeram os capitaes sua venda na cidade (Lisboa), de que todos geralmente ouverom grande proveyto».

<sup>(7)</sup> *Chronica de D. Afonso V*, cap. 86: «cortes geeraaes e sollenes em *Lixboa*, e na salla grande dos paços, sendo EIRey com os Yfantes... E depois d'EIRey ser recolhido á sua Camara, honde era o Yfante Dom Fernando seu Irmão, e o Yfante Dom Anrrique seu Tio».

<sup>(8)</sup> *Chronica de D. Afonso V*, cap. 85.

<sup>(9)</sup> *Chronica de Guiné*, cap. 75: «e tornaronse pera os navyos, onde teverom conselho de se viir pera o regno, viindosse dereitamente aa ilha da Madeira, e des y aa cidade de *Lixboa*, na qual acharom o Ifante, de que assaz mercees receberom». — *Chronica de D. Afonso V*, cap. 90: «Partiosse EIRei de Santarem pera *Lixboa*, onde o Yfante Dom Anrrique que era no *Algarve* lhe veo fallar».

<sup>(10)</sup> *Chronica de D. Afonso V*, cap. 92.

<sup>(11)</sup> *Chronica de D. Afonso V*, cap. 92: «Partiose o Yfante Dom Anrrique pera a *Vylla*

mar (1), em Santarém (2); 1448 — em Vilafranca de Xira (3); 1449 — em Santarém (4); 1450 — em Vilafranca (5), em Tomar, minha vila, (6); 1451 — em Tomar (7); 1452 — em Benavente (8); 1454 — em Olalhas (9) 1455 — em Tomar (10), em Lisboa e na Batalha (11); 1456 — em Tomar (12); 1457 — em Tomar, minha vila (13).

E' de notar que dos conhecidos documentos henriquinos escritos do

---

de Soure, e o Yfante Dom Pedro pera Monte Moor o Velho, que sam lugares donde cada dia se podyam ver e avysar».

(1) *Ibidem*, cap. 96: «O Yfante Dom Pedro; porque a este tempo aynda tynha no Yfante Dom Anrrique sobre todos grande esforço e muita confiança, mandou logo a elle que era em Tomar, Jam Pyrez Diago seu cavalleiro».

(2) *Ibid.*, cap. 99: «E estando as cousas neste ponto, e esperando aynda o Ifante Dom Pedro em Penella pello Ifante Dom Anrrique, como lhe tynha envyado dizer, soube que elle sem lho fazer saber, se partyra pera Santarem honde era ElRey e sua Corte, de que o Ifante D. Pedro recebeo muyta torçação».

(3) Carta henriquina de 25 de Março de 1448, pela qual o Infante estabelece a pensão perpétua de dez marcos de prata anuais para manter a cadeira de prima de teologia e impoe certas obrigações ao respectivo lente (Arquivo da Universidade de Coimbra—Gaveta 2, Maço 3, n.º 55. Original).

(4) *Chronica de D. Afonso V*, cap. 106: «...no Conselho em que ante ElRey (em Santarem) esto se praticava, o Yfante Dom Anrrique terçou hum pouco em favor do Yfante seu Irmaão. ... Donde segundo a opiniam dos prudentes e pessoas d'autoridade, que destes feitos tiveram conheçymento, se creio que o Yfante Dom Henrique nestes dias faleceo ao Yfante Dom Pedro com aquelle verdadeiro amor, favor, e ajuda que como a Irmaão e amigo lhe devia» (Combate da Alfarrobeira em 20 de Maio de 1449).

(5) *Chronica de D. Afonso V*, cap. 131.

(6) Carta henriquina de 1 de Novembro de 1450, trasladada no Liv. 37 da *Chancelaria* de D. Afonso V, fl. 52 v.

(7) *Chronica dos feitos, vida e morte do Infante Santo D. Fernando que morreu em Fez*, pág. 321. Citado por Vieira Guimarães, in *Marrocos e tres mestres da Ordem de Cristo*, pág. 164.

(8) Carta henriquina de 10 de Janeiro de 1452 (já citado Códice 196, fls. xbj v.-xbij).

(9) Cartas henriquinas de 12 e 16 de Fevereiro de 1454 (*Ibidem*, fls. xx v.-xxj).

(10) Carta henriquina de 19 de Março de 1455 (Tôrre do Tombo, Caixa 72, Maço 2: — *Colecção especial*, carta n.º 2).

(11) *Chronica de D. Afonso V*, cap. 137: «Pollo qual os ossos do Ifante (D. Pedro) com assaz honra foram logo trazidos ao Moesteiro da Trindade de Lixboa, e d'hy a ho Moesteiro de Sant<sup>o</sup> Eloy... E concertado o dia em que os aviam de levar aa Batalha... E o cargo principal da trallaçam e acompanhamento da dita ossada, ficou ao Ifante Dom Anrrique, o qual vistido nam de doo preto, mas d'azul escuro, e asy muitos Senhores que eram com elle, fez com muita pompa e grande cirimonia tirar a dita ossada do dito Moesteiro de Santo Eloy...»

(12) Cartas henriquinas de 6 e 14 de Março de 1456. (Tôrre do Tombo—*Colecção especial*, cartas n.ºs 3 e 4).

(13) Carta henriquina de 26 de Dezembro de 1457 (Biblioteca Nacional — Códice 737, fl. 29 v.-31), trasladada na carta régia de 4 de Janeiro de 1458 (Almeirim).

Algarve, a partir de 1438, num total de 29 cartas e 2 instrumentos testamentários, nenhum é datado de SAGRES ou da VILA DE SAGRES, mas tão somente de: *Faro* <sup>(1)</sup>, *Lagos* <sup>(2)</sup>, *Estombar* <sup>(3)</sup>, *Silves* <sup>(4)</sup>, *Raposeira* <sup>(5)</sup>, *Bençafrim* <sup>(6)</sup>, *Vila de Terçanabal* <sup>(7)</sup>, *Vila de Lagos* <sup>(8)</sup>, *Vila de vila do Infante* <sup>(9)</sup> e *Vila do Infante* <sup>(10)</sup>.

Impropriamente cognominado já *O Navegador e Infante de Sagres*, mais impróprio me parece o cognome de *O Solitário de Sagres* que modernamente tem sido dado ao Infante D. Henrique.

11 de Abril de 1938

JORDÃO DE FREITAS

---

(1) *Faro*, carta henriquina de 21 de Abril de 1438 (T. do T.—*Chancelaria* de D. Afonso V, Liv.º 18, fl. 74).

(2) *Lagos*, cartas henriquinas de 8 de Setembro de 1444 (original, Cartório dos Condes da Cunha), 5 e 6 de Dezembro deste mesmo ano (Cód. 196, fls. biiij-biiij v. e biiij v.-ix).

(3) *Estombar*, 21 de Janeiro de 1447 (T. do T.—*Gaveta* 17, Maço 7, n.º 15).

(4) *Silves*, 21 de Março de 1450 (*Historia Insulana*, págs. 243-244).

(5) *Raposeira*, 25 de Outubro de 1452 (T. do T.—Códice 196, fl. xx).

(6) *Bençafrim*, duas de Janeiro de 1458: uma do dia 19, de que ha cópia a fls. 281-281 v. do Mss. 9900 da Biblioteca Nacional, outra do dia 21, original, existente na T. do T.—Caixa 72, Maço 2.—*Colecção especial*, n.º 5)

(7) *Vila de Terçanabal*, 20 de Fevereiro de 1459 (T. do T.—Cód. 196, fls. xbiij v. -xbiiij).

(8) *Lagos*, 12 de Junho de 1460 (T. do T.—Cód. 196, fl. xbiij).

(9) *Vila de Vila do Infante*, 1460—sete, a saber: uma de 22 de Agosto (T. do T.—*Chancelaria* de D. Afonso V, Liv.º 1, fl. 118); uma de 19 de Setembro (T. do T., Livraria, Cód. 516, págs. 25-27); duas de 22 deste mês (Id., id., págs. 22-23 e 32-33); três de 30 deste mesmo mês (Ibid., *Colecção especial*, n.ºs 10 e 11 e Cód. 516, págs. 35-38).

(10) *Vila do Infante*, 1460—dois documentos: um de 13 de Outubro, outro de 28 deste; mesmo mês (Cód. 516, págs. 3-11).

Datadas simplesmente de *Minha vila* e do ano 1460, conheço: uma de 10 de Agosto (Cód. 196, fl. xix); seis de 18 de Setembro (*Colecção especial*, n.ºs 6, 7 e 8 e Cód. 516, págs. 20-22, 27-28, 28-29); uma de 19 deste mês (*Colecção especial*, n.º 9) e outra de 9 de Outubro (Cód. 516, págs. 31-32). A de 19 de Setembro, supponho-a de *Vila de Vila do Infante*, donde vem datada a de igual dia referida em a nota 9.

Também de *Minha vila* conheço uma de 20 de Fevereiro de 1459 (Cód. 196, fls. xxj-xxj v) supponho-a de *Vila de Terçanabal*, donde esta datada a que menciono em a nota 7.

# NECESSIDADE DE UMA LEI REGULADORA DA EXPLORAÇÃO ARQUEOLÓGICA E ACAUTELADORA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NACIONAL

O mês de Janeiro de 1938, a modos de prenúncio de um bom ano arqueológico, preocupou o espírito do grande público, e em especial o dos cultivadores deste género de estudos, com o caso da descoberta da furna (ou furnas) do Monte dos Prazeres.

O assunto burbulhou ruidosamente na larga porta da imprensa diária, em proporções de acontecimento científico magno e invulgar.

A data em que me permito estas insignificantes considerações, todavia, ainda se não viu que os resultados da «descoberta» corresponderem ao entusiasmo do anúncio. Na comprida série de sensacionais notícias, preponderaram afirmações desacertadas ou, pelo menos, excessivamente ousadas; e como tais notícias, insertas em jornais de grande expansão dentro e fora das fronteiras nacionais, haviam por força de suscitar curiosa expectativa nos centros científicos, o inconveniente salta aos olhos da mais complacente benevolência pois, quer as furnas não apresentem interesse senão aos geólogos, quer de-baixo do aspecto arqueológico seja produtiva, não serão precisas grandes quantidades de saber e de senso comum para se ter a noção dos prejuízos que aos institutos científicos nacionais e às entidades oficiais da Nação podem advir desses excessos de entusiasmo e de esperançoso palpite — inda que estas e aqueles não estejam directamente metidos no caso.

Porque assim penso, e sem pretender desconsiderar, mepecer ou censurar ninguém, dirigi a quem podia eficazmente intervir para que tal alvorôto se detivesse uma carta, não destinada a publicidade. Dela reproduzo os seguintes períodos:

— «Nas primeiras notícias, surgem os títulos: *Uma notável descoberta arqueológica, Uma cidade pré-histórica?*

Pelo visto, nada apareceu, ainda, que prove o interesse arqueológico da furna, e menos, portanto, a presença de uma *cidade* em que os *cidadãos* andaram de pele às costas e calhau lascado na mão.

Também se deu a impressão de estarmos em presença da maior gruta

do País, de uma coisa formidável (êste ponto foi rectificado na quarta noticia, a 25 de Janeiro).

Ainda não está determinada, ao que parece; a grandeza, sequer aproximada, da furna ou série de furnas do Monte dos Prazeres, mas só quem não conhecer — e triste é dizer que Portugal não as conhece, nem de outra! — as formosíssimas cavernas da costa algarvia, como a imponente furna do Pontal, a furna das Vides, o Algar Raivoso, o dos Capitães, de altas e imponentes abóbadas (mais de trinta metros, em alguns pontos), e superfícies que vão de quinhentos a mais de mil metros quadrados, ou as imensas grutas, vários quilómetros, no Monte do Figo (Cêrro de São Miguel), das montanhas de Loulé (Alte e Monte da Pêna), em Bensafrim, no concelho de Lagos, em Aljezur, poderá admitir que aí por baixo dos prédios e jazigos de Lisboa se possam encontrar mais avultadas maravilhas.

De-baixo do ponto de vista arqueológico Estácio da Veiga denunciou a sua presumível importância (e eu supeito de que o problema do paleolítico algarvio está guardado nelas) mas, por enquanto, conservam-se tam desconhecidas e invioladas como certas plagas da Asia, da Africa, da América, ou até das zonas polares!

Coisas da nossa terra, que eu espero ver remediadas sem grande tardança.

Veio a pêlo falar de Altamira. . . , dizendo se que a caverna do Monte dos Prazeres é muito maior que a santanderina, e que «um rápido exame às salas já descobertas dá quasi a certeza, aos amadores da arqueologia, familiarizados com o cenário, de que as cavernas do Monte Prazeres exceedem em muito o valor pré-histórico das suas semelhantes e em grandeza as afamadas espanholas de Altamira, que ficam assim relegadas para um plano muito inferior». No titulo da noticia, diz-se mesmo que «relegam para plano muito inferior as famosas cavernas de Altamira» . . . nem mais nem menos — para grande e justificado alvoroço da arqueologia de todo o mundo.

Ora, começa porque não há cavernas de Altamira, mas sim uma caverna, em Santillana del Mar (Santander), a justamente famosa «Cueva de Altamira», em que, e sòmente em uma das «salas», existem as célebres pinturas policrómicas, de muitos bisões, alguns javalis, um cavalo selvagem e uma corça; pinturas cujo estilo e outras particularidades marcam o cúmulo da arte rupestre paleolítica (*madalenense*). Além das pinturas, esta caverna deu à arqueologia outro numeroso e valioso espólio.

E é isto o que dá fama e interêsse científico à caverna, pois, existindo tantas outras, sobretudo na Espanha e na França, é a de Altamira que ainda hoje merece a designação de «Capela Sixtina» da arte paleolítica.



Pois a única *sala* em que tais pinturas se encontram tem somente metro e meio a dois metros de altura.

Na própria Espanha existe, por exemplo, a caverna de «la Pasiega», com mais de duzentas e cinqüenta variadíssimas pinturas e, todavia, nem esta nem nenhuma outra sobrelevam a de Altamira.

A propósito direi que, em cinco do corrente (Janeiro), para meu sincero contentamento, o ilustre director do Museu Pré-histórico de Santander, Rev.º Dr. Jesus Carballo, me dava a gratíssima notícia de que tanto êle como o Museu e a furna de Altamira haviam, a *fuertza de habilidades*, escapado intactos ao *infierno de la tirania soviética* e à *rapina bolchevique*.

Pôsto isto, como adiantar tam ousadamente que uma caverna ainda não perfeitamente conhecida, sequer pelos beneméritos que a estão percorrendo e penosamente devassando seus misteriosos antros, atira para o pó do gato com o venerando monumento altamirense? O mais que se pode, e até se deve, é esperar que de facto nos regale com bastíssimos instrumentos de pedra lascada, ossos e chifres lavrados, e gravuras ou pinturas, possivelmente capazes de estabelecerem um tipo especial para esta parte da Península, qualquer coisa semelhante a Alvão, ou ao Cachão da Rapa, e não para acrescentar ao catálogo da arte rupestre franco-cantábrica ou da do Levante espanhol — diferenciação mais que excelente e muito para de tôda a alma desejarmos.»

Falaram, ainda, as notícias, da serventia que a furna poderá ter na defesa anti-aérea, e com respeito ao turismo. Nem quero comentar a infatibilidade da primeira afirmativa; quanto à segunda, à dificuldade de acesso — por uma longa fenda onde somente se pode avançar rastejando —, soma-se a inexistência de motivos capazes de atrairem visitantes.

Da documentação arqueológica, se bem que os jornais houvessem insistido na sua «abundância» e na sua «importância», segundo as mesmas notícias, resumiram-se nas duas cavidades abertas na rocha, que ao sr. dr. Manuel Heleno se afiguram feitas com instrumento de ferro (reporto-me às notícias) — o que trará para muito mais perto o remonte arqueológico —, nos «traços» que as notícias mal definiram, em uma costela e alguns dentes, e uma fivela do século XVII ou XVIII, objectos êstes que tanto podiam ter sido para ali levados pelo homem como por um cão vândo.

É provável que tais motivos surjam? Bela esperança! Nesse caso, o razoável é aguardar e depois o apregoar aos quatro ventos.

Abstenho-me, porém, de mais considerações a tal respeito, tanto mais que, em dada altura, o noticiário remeteu-se a prudente silêncio, mercê da

oportuna intervenção das entidades oficiais que podiam superintender no caso, mediante uma solução em que são respeitados o interêsse científico e os créditos da arqueologia nacional, sem desprezar os legítimos direitos das pessoas que, antes de quaisquer outras, se propuseram o trabalho de efectuar o estudo da furna.

\*

Por abreviar, dispensar-me-ei de notas documentativas nesta ocasião laboriosas para mim e dispensáveis à competência dos leitores desta revista.

A nossa legislação, em matéria de regulamento das investigações no campo da arqueologia e da defesa do património arqueológico nacional, está muito longe de servir. Urge a adopção de um regime praticável.

Sabemos que foram os engenheiros dirigentes da abertura dos caminhos-de-ferro, das estradas e de outras obras de vulto, mais ou menos sub, metidas à direcção dos serviços geológicos e geodésicos, quem primeiro de modo sistemático, foi estudando e inventariando os achados arqueológicos à medida que o subsolo do País se ia rasgando, consoante o desenvolvimento das grandes tarefas da engenharia, ao serviço das obras públicas.

Antes, já alguém se havia ocupado na interpretação dos monumentos arqueológicos, quasi sempre de superficie e invariavelmente como «amadores» ou «curiosos» de um ramo de estudos que ainda não chegara a ascender à categoria de ciência.

Dêste período, em que o objectivo das observações não passava dos tempos históricos e proto-históricos (époças da fundação da nacionalidade, idade média, mouros, romanos, fenícios e, no dizer de então, galo-celtas, etc.) fazem parte Contador d'Argote, André de Rezende, Gaspar Estaço, Frei Manuel do Cenáculo, Gaspar Barreiros, Santa Rosa de Viterbo, Mendonça de Pina e outros, inclusivé muitos e eruditos frades que se entretiveram a fantasiar explicações e relatos, tanto acerca do significado da documentação arqueológica que ia aparecendo à luz do dia como da fundação das cidades, vilas e mais povoações, fazendo intervir nisso até os personagens mitológicos! Ainda hoje, há quem se atreva a literatar (isso se vê em publicações que passam por importantes e respeitáveis!), relativamente a factos e coisas da mais difficil ou de impossivel explicação certa, attribuindo isto e aquilo ou aos moiros, conforme o povo inculto, ou aos galo-celtas, à maneira dos intellectuais de outros tempos.

São de ontem, por assim dizer, as investigações arqueológicas norteadas

por critério científico e o arquivo, em museus particulares e oficiais, dos achados arqueológicos. É a época dos muitos beneméritos como Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Santos Rocha, Martins Sarmiento, Rocha Peixoto, Estácio da Veiga, Possidónio da Silva, Pereira da Costa, Joaquim Fontes (pai e filho), Félix Alves Pereira, Leite de Vasconcelos e muitíssimos outros, de vária competência científica e intensidade de acção, cujo rol seria longo, e com estes uma legião de mais ou menos apagados «amadores» mais fortemente sujeitos à paixão do coleccionamento, do brique-à-braquismo, não raro abundante em proveitos mercantis, que ao gôsto da proficiente e verdadeira investigação arqueológica.

A competência e à tenacidade dos primeiros deve-se a criação de museus, entre os quais avulta o Museu Etnológico do Dr. José Leite de Vasconcelos, assim designado, a partir de recente data, em homenagem ao seu preclaro fundador e infatigável organizador. Quanto aos segundos, se é certo que parte das suas colecções vieram parar aos museus públicos, danosa foi sua acção, pelo que se extraviou, pelo que se vendeu para fora do País e pelo que, achando-se agora em museus particulares ou nos oficiais, não se sabe onde nem como foi encontrado.

Tudo isto patenteia falta de organização e inexistência absoluta de eficaz defesa dos achados arqueológicos em Portugal.

A narrativa das pessoas que, oficialmente investidas em cargos atinentes aos estudos arqueológicos e à recolha e defesa do património arqueológico nacional, puderam arqueologizar, no cumprimento de funções em especial e superiormente cometidas, e à débil sombra das disposições legais, a narrativa dessas autorizadas pessoas mostra exuberantemente as dificuldades com que tiveram de lutar, o desamparo em que se encontraram, os empecimentos, as desilusões, desgostos e atribulações que houveram de sofrer: falta de recursos materiais, falta de apoio moral, falta de tudo e só abundância de trabalhos, sacrifícios e desoladoras decepções.

No entanto, seria injusto não reconhecer que os arqueólogos nacionais encontraram quasi sempre na boa-vontade dos simples «amadores» espalhados por toda a parte, se bem que tantos não passem de ingenuos preocupados com as antiguidades locais, ou de avaros ferros-velhos da arqueologia, valioso concurso e dedicada cooperação — efeitos do prestígio pessoal e científico de uns e da índole prestável de outros.

Ainda, no actual estado de coisas, preciosos serviços e, simultaneamente, desserviços irreparáveis se devem ao espírito de amorismo. A arqueologia está mesmo classificada no rol das occupaões... que não dão proveito a quem se lhes consagra.

São bem conhecidos os detentores de colecções arqueológicas, que da

proveniência e condições de jazida dos objectos coleccionados apenas sabem dar errôneas e misteriosas explicações. Leite de Vasconcelos poderia, melhor que ninguém, se lhe sobrasse tempo para tam secundária mas interessante resenha, dar-nos a lista desses «armazenistas» da arqueologia, e o relato das peripécias, por vezes saborosas, havidas com êles. A habilidade do insigne Mestre conseguiu transformar alguns dêstes monomaniacos e negociantes de antiguidades em estudiosos sérios. De onde se deve concluir que, em uma capaz organização da arqueologização nacional, será conveniente atender-se ao proveitoso concurso dos «amadores», e não se cerrar portas a tantos deles que, dotados de naturais aptidões e de eminente intuição, podem constituir autênticos valores adentro da arqueologia nacional.

No momento presente, em que o ressurgimento e o engrandecimento pátrios marcam uma época notável da nossa História, em que o Estado dispõe carinhosa atenção, traduzida em assistência técnica e em quantiosas verbas consagradas à conservação e reintegração de monumentos históricos, ao património artístico e a todas as modalidades da vida da Nação encarada de-baixo do ponto de vista científico e artístico, melhor momento não poderá ocorrer, para o surto da regulamentação de que a arqueologia nacional precisa.

Sem que necessariamente tenhamos de imitar — visto a tantos respeitos podermos hoje servir de exemplo a outras nações —, bom seria adaptarmos a magnífica legislação da vizinha Espanha, na qual sobressai a constituição de comissões provinciais de monumentos históricos, arqueológicos e artísticos. Nessas comissões convergem os esforços das entidades oficiais e os das particulares, nelas cabem o concurso do arqueólogo «oficial» e o dos curiosos de boa-vontade; nelas vemos congregados os directores de museus, de bibliotecas, os ocupantes de cargos públicos, os médicos, os advogados, os comerciantes, os industriais, os membros do clero (que em Portugal tanto relêvo assumem com seu contributo aos estudos históricos, arqueológicos e linguísticos), os professores dos diversos graus do ensino, os alunos dos cursos médios e superiores.

A estas organizações não falha o apoio material do estado e, empós dêste, o de toda a gente que se compraz em ligar seu nome, ainda que modestamente, mas com sentimento dessa honra e com legítimo orgulho, ao dos verdadeiros sábios e ao dos verdadeiros institutos culturais.

Já tive ocasião de publicar, com peccado de inveja, pelo que ali há, meus entusiásticos louvores à «Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense» à «Sociedade Pro-Monte Santa Tecla (La Guardia)», e ao «Seminário de Estudos Galegos», sendo que a rêde das

organizações congêneres se derrama pela España inteira, de onde o máximo valor e brilho da arqueologia espanhola — tam grande que, disso tenho absoluta fé, há-de subsistir no subido grau em que se encontrava, a-pesar da calamidade que é a espantosa guerra que ali presentemente campeia seus inauditos malefícios e suas irremediáveis destruições.

\*

A despeito da legislação em vigor, continuam o derrube dos monumentos arqueológicos e a dispersão do seu espólio. Quer se trate de estações existentes em terrenos públicos, e classificadas como monumentos nacionais, quer estejam estas situadas em propriedade particular, as depredações são constantes, e continuos os extravios, seja por efeito dos trabalhos agrícolas, seja por remexidelas de «buscadores de tesouros», seja por simples prazer de vândalos. Milreu é um tristíssimo exemplo!

Mas a maior parte do dano causado à arqueologia nacional provém dos achados ocasionais, na cava e surriba de terrenos ainda incultos, no arranque de arvoredos, na abertura de caminhos e alicerces, na plantação de pomares, em toda a obra em que o solo é fundamente revolvido. E não há aí que opôr regras de exploração, exclusivo de pesquisas, cominação de penas a transgressores que, por via de regra, o são inconscientemente.

O que fará falta será a instituição de núcleos locais (que muito bem podiam ficar adstritos às agremiações literárias e científicas já existentes, comissões de turismo e outras de carácter cultural), dos quais dimanassem a propaganda e a activa vigilância destinadas a evitar a destruição sistemática e a perda total do que a enxada e o alvião dia a dia vão pondo a descoberto e simultâneamente aniquilando. Os actuais institutos científicos a que a lei reserva o direito de proceder a escavações têm sócios correspondentes mais ou menos disseminados pelo País, e há, também, mais ou menos em toda a parte, pessoas cultas e capazes de prestarem, neste ponto, acção eficaz.

Os factos passar-se-iam do seguinte modo:

Os trabalhadores, operários ou rurais, directamente ou por intermédio dos donos dos terrenos, empreiteiros, capatazes ou fiscais de serviços, preveniriam immediatemedte do achado o núcleo local, e este, sem demora, enviaria ao local aquele de seus membros que na ocasião pudesse deslocar-se sem mais tardança, de modo a permitir, sem interrupção sensível da obra que se estivesse realizando, o conveniente registo do monumento encontrado e a recolha dos objectos que o mesmo fornecesse.

Alguns esboços, fotografias, medições e outros apontamentos e o mais que algumas regras da técnica exploratória indicam para as diferentes espécies de monumentos — o *modus faciendi* ao alcance de qualquer pessoa medianamente ilustrada, em que seriam instruídos os componentes dos referidos núcleos locais, se disso necessitassem — ressaltariam notícia suficientemente digna de arquivo. E, seguidamente, para o caso do encontro de mobiliário materialmente valioso, como objectos de prata e ouro, ou de alto merecimento artístico, prestes negociações para a sua aquisição a favor dos museus públicos.

Todos os núcleos provinciais ou locais ficariam dependentes das entidades superiores oficialmente designadas, mas sem delongas burocráticas e com a independência de acção e a liberdade deliberativa que para uma intervenção imediata são absolutamente indispensáveis. Só em casos de excepcional importância se determinariam prazos convenientes e agentes especiais para a tarefa das explorações.

A minha experiência já assaz longa (cêrca de vinte anos) diz-me os dois pontos essenciaes que uma futura regulamentação terá em conta: intervenção imediata de pessoa que saiba *ver* e registar documentalmente o que viu; meios para a rápida aquisição do espólio comerciável, e de maneira tal que o achador não fique tentado a ocultá-lo, a dá-lo de presente ao primeiro fínório que se lhe apresente e a quem deva favores, ou a vendê-lo para o estrangeiro ou a estrangeiros. Será preciso combater êste espírito de ganância, por meios mais exortativos e convincentes, porque as proibições e as multas, aliás supponho que até hoje nunca applicadas, não vedam os mil modos de occultar e de alienar o que os achadores muito bem quiserem. E, além disso, vá lá saber-se o que o rústico na sua erma courela de mato ou dentro da quinta do patrão arranca do seio da terra!

Em tal organização, dispensar-se-ia a interferência da autoridade administrativa, não só porque a policia deve neste caso, por ineficaz e até por contraproducente, deixar-se de fora, mas também porque, atendendo à dificuldade de verificação da idoneidade de toda a gente alheia aos estudos arqueológicos, não vá algum regedor ou administrador de concelho usurpar ao ganhão a efectivação do «negócio». Digo isto por conhecimento de factos, cujo conto para aqui não trago, a-fim-de não ser mais extenso, assim como não direi de casos em que sepulturas, mosaicos e outros restos históricos, proto-históricos ou pré-históricos têm sido calada e pressurosamente destruídos, já pela cupidez dos achadores, já pelo receio dos donos e empreiteiros, de que as autoridades intervenham com seus embargos resultadores de arrastadas paralizações de trabalho e de outros prejuízos que nem o Estado nem ninguém materialmente compensa.

Serão desacertadas as minhas proposições? O abalitado leitor destas desataviadas linhas as julgará. Suponho que me encontro no bom caminho, em desajar leis de protecção do património arqueológico nacional e da criação de um ambiente propício ao desenvolvimento da arqueologia portuguesa, cujas bases essenciais consistam na rapidez da intervenção de pessoa idónea e na facultação dos meios com que facilmente se adquira o que por esse País fora dia a dia se vai encontrando... e, na máxima parte, perdendo; sem esquecer os múltiplos estímulos morais que o Estado, sem gravame do erário público, pode conceder a quem por suas acções e atitudes mereça público reconhecimento.

Essa legislação deverá, sobretudo, não alienar ajudas, nem ocasionar danos ou vexames sejam de que natureza forem. Falo assim, estribado no conhecimento de numerosíssimos casos, uns sucedidos no Minho, outros no Algarve, duas províncias de interminável riqueza arqueológica, na maior parte desbaratada, pelo menos cientificamente, onde conheço razoavelmente a psicologia do povo, do encasacado e do sem gravata, povo dado por sentimento hereditário às máximas virtudes cívicas, mas raramente capaz, por incultura e por indisciplina mental, de discernir onde e quando a deve exercer.

Nestas duas províncias, tenho contactado com as realidades, e algumas coisas nelas tenho podido salvar do vórtice em que se abismam tantas preciosidades.

Isto não passa de apressado artigo, senão daria livro em que se engatariam espessos capítulos como estes: «Do que se queixam os mais notáveis arqueólogos nacionais», «Como se destróem monumentos», «Da dispersão e consequente perda dos achados arqueológicos», etc..

Inúmeras actividades nacionais estão presentemente em ordem; outras acham-se em vias de boa ordenação. Deve chegar em breve a hora da ordem na exploração arqueológica. Dela resultará, sem dúvida, o desaparecimento do espírito de exclusivismo — a arqueologia não é ciência de mistérios e só para enigmáticos super-homens (em tradução vulgar, muito indesejável mas expressiva e pitoresca — de «maduros»!) —, e com êsse desaparecimento surgirá êste facto raríssimo na arqueologia portuguesa — a publicação de trabalhos em colaboração, firmados por dois ou mais investigadores, ou entregue cada capítulo a cada um daqueles cuja especialização — arqueologia, geologia, paleontologia, epigrafia, numismática, etc. — lhe possa dar foros de autoridade e direito do uso de uma firma com inequívoca correnteza científica.

Na arqueologia nacional, os prospectores são numerosos; os sistematizadores, porém, em escasso número.

A futura legislação viria multiplicar os primeiros e fornecer elementos de trabalho aos segundos. A circunstância de «tôda a gente» explorar e dissertar cumulativamente àcerca dos diversos aspectos em que uma descoberta arqueológica tem de ser estudada é a justa medida da insuficiência e demais imperfeições da arqueologia nacional, examinada em seu conjunto.

Do mesmo golpe morreria o habitual e fantasioso noticiário arqueológico dos jornais, que pouco ajuda e prejudica imenso, onde o simples aparecimento de uma vulgaríssima tibia cresce a ponto de grande acontecimento, e onde as descobertas de real interêsse ou passam diminuídas ou correm exageradamente avultadas, (dando a impressão de nos acharmos num universal Paio-Pires propício ao comentário de emocionantes mistérios) em qualquer das alternativas exageradamente desproporcionadas.

Que o melhor, na maioria dos casos, seria nada descobrir-se, nada constar, enquanto uma lei bem concebida e perfeitamente praticável não venha pôr cõbro à desordem e suas notórias conseqüências.

Faro, 16 de Março de 1938

ABEL VIANA



# O REAL COLÉGIO DE MAFRA

(Continuação da página 222)

Aos Ministros e Professores que cuidavam da educação dos Collegiaes «era prohibido gravemente o abuso que muitas vezes houve de atrahirem os Collegiaes para receberem o Habito e a professarem nos seus Mosteiros, com prejuizo do Estado, das Familias e dos mesmos Collegiaes, que em huma idade tão tenra, nem saberiam resistir ás impressões da Auctoridade dos ditos Ministros e Professores, nem ter o juizo necessario para elegerem um estado que pede toda a consideração de huma idade madura». A este abuso se providenciava nos Estatutos, estabelecendo que «Collegial algum poderia ser admittido a receber o Habito e professar no Real Mosteiro de Mafra ou em qualquer outro da mesma Congregação, sem ter a idade de 24 annos completos. A pratica do contrario, sem a Minha Licença, precedida do consentimento dos Paes ou Tutores ou Administradores, alem de cahirem na minha Real Indignação, a perda de todos os Direitos, Previlégios e Izenções que de Mim obtiverem e se Me dará conta para os fazer castigar ao Meu Real Arbitrio». Aos Colegiaes, era expressamente prohibido, durante a sua estada no Colégio, «dar, e aos Ministros, Professores, Familiaes ou qualquer outra pessoa do Collegio receber, directa ou indirectamente, por si ou por interposta pessoa, debaixo do pretexto de Propina, Presentes, gratificações ou qualquer outro nome, por mais especioso ou pallido que seja, sob pena de expulsão de uns e outros e do Meu Real Desagrado, que devem ter por mais sensivel».

Para o serviço interno do Colégio fixaram os Estatutos dois horários: de inverno, desde 1 de Outubro até à Páscoa; de verão, desde a Páscoa até 31 de Agosto. No primeiro, os Colegiaes deveriam levantar-se às 6<sup>h</sup> 45 da manhã e recolheriam às 9<sup>h</sup> 30 da noute; no segundo, respectivamente às 5<sup>h</sup> e 45 da manhã e 10<sup>h</sup> e 30 da noute. Durante o dia, com excepção dos feriados estabelecidos pela Reforma Geral dos Estudos, os Colegiaes teriam interpoladas, 3 horas de estudo 4 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> a 5 horas de aulas, 1 <sup>1</sup>/<sub>4</sub> de exercícos religiosos, 1 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> de recreio, 1 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> de tempo livre, e, no horário de verão 2 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> horas de exercícos de dança, picaria, esgrima etc.

O corpo Collegial seria recebido por El-Rei, na sua estada em Mafra, e deveria comparecer a todas as recepções officias no Real Palácio. Os Collegiaes que mais se distinguissem pelo seu comportamento e pelos seus estudos, teriam preferência no provimento dos logares públicos.

\*

O ensino no Real Colégio compreenderia as seguintes disciplinas: Línguas Portuguesa, Francesa, Inglesa, Italiana, Latina, Grega e Hebraica, Retórica e Poética, História com princípios de Cronologia e Geografia, Lógica Metafísica, Física racional e Experimental e Etica. Os Professores deveriam reger as Aulas segundo as disposições da Reforma Geral dos Estudos e pelas Instruções que de futuro baixassem sobre o ensino das Escolas Públicas.

As aulas teriam comêço no dia 1 de Outubro e seriam encerradas: em 31 de Julho para as Línguas Grega e Hebraica, História, Retórica e Filosofia; para as demais disciplinas em 31 de Agosto.

Os Actos, Oposições e exercicios literários públicos do Colégio realisar-se iam em sala própria «bem ordenada e provida de todo o necessario com uma Tribuna da qual Eu possa assistir aos Actos quando me parecer honrallos com a minha Presença», dizem os Estatutos. Foi aproveitada, para êste fim, a sala dos actos escolares do Convento, então Mosteiro, onde funciona actualmente o Tribunal de Justiça da comarca.

O Colégio teria *Livraria* própria e como Bibliotecário um dos Professores proposto pela Junta e nomeado como o Secretário e pelo mesmo tempo, auxiliado por dois Familiares dos mais prestimosos e applicados ao estudo para o trato, guarda e conservação dos livros que não podiam sair da *Livraria*, para quem quer que fôsse ou sob qualquer pretexto, sem auctorisação da Junta da Fazenda.

Para *Custódia* e uso dos instrumentos filosóficos, debaixo da inspecção do Professor de Física Experimental com a coadjuvação de um Familiar para o asseio, limpeza e conservação dos mesmos instrumentos, a apresentar-se a sala mais apropriada e mais próxima da *Livraria*; tanto esta, como o Laboratório do Colégio deveriam ser visitados pela Junta, uma vez pelo menos em cada mês, para exame e provimento de qualquer falta.

\*

Como disposição geral os Estatutos tornaram extensivos aos Professores, Familiares e pessoas do Real Colégio de Mafra os Privilégios, Indultos e franquias de que gosavam os Lentes e estudantes da Universidade de Coimbra «sem diferença alguma».

Teriam por Juiz Conservador, para suas causas e observância dos seus Privilégios, ao Juiz de Fora da vila de Mafra. E, mais, «havendo já tomado (EIRei) o mesmo Collegio no Meu Dominio, e na Minha immediata Protecção,

para d'elle e d'ella se não poder mais separar—Hei por bem e Me praz que gose tambem cumulativamente de todos os Privilegios, Izenções e franquias que nestes Reinos gozam as Mizericordias e Hospitais que da mesma sorte são da Minha immediata Protecção.

\*

Em 2 de Outubro mandou o Reitor do Real Colégio afixar nas ruas de Lisboa o seguinte :

#### EDITAL

D. Bernardo de N. S.<sup>a</sup> da Porta, Lente Jubillado e Doutor na Sagrada Theologia, D. Prior Geral dos Conegos Regrantes, Reytor do Real Collegio de Mafra etc. Fazemos saber que tendo Sua Magestade estabelecido pelo seu Regio Alvará de 18 de Agosto deste presente ano de 1772 o Real Collegio de Mafra para nelle se educar a mocidade da Nobreza Civil, e das familias honestas que vivem com desencia, ordenando que no mesmo Collegio se ensinassem a os Collegiaes as linguas Portugueza, Franceza, Italiana, Ingleza, Latina, Grega e Hebraica, a Rethorica, Poetica, a Historia, o principio da Chronologia e Geografia, a Logica, Methafisica, Ethica e a Fisica Racional e Experimental, se dará principio a esta tão util instrução no dia 20 do corrente mez de Outubro pela abertura das aulas, das dittas artes e sciencias. E como se faz tambem preciso na conformidade dos Estatutos do mesmo Real Collegio que as Pessoas que pertenderem ser admitidos no numero dos Collegiaes verifiquem as qualidades de condições e da idade em que se acham, instruindo o seu requerimento com o nome dos seus Paes—Patria e com as certidões de Baptismo, se faz certo ao Publico pelo presente Edital de todo o referido a fim de que os pretendentes possão requerer em tempo habil e oportuno. Real Mosteiro de Mafra, 2 de Outubro de 1772.

Foram admitidos e deram entrada no Real Colégio em 24 de Outubro pela ordem de matricula, com tolerância no limite da idade:

1.º — Joaquim Aleixo Soares Brandão, filho do Coronel Cirurgião Mor do Reyno, fidalgo da Casa de S. Magestade, natural de Lisboa, de idade de 13 anos.

2.º — José Miguel da Silva Azevedo Coutinho, filho de Miguel da Silva Azevedo Coutinho, natural de Lisboa, de idade de 10 anos.

3.º — Paulo Joaquim da Silva Azevedo Coutinho, filho de Miguel da Silva Azevedo Coutinho, natural de Lisboa, de idade de 7 anos.

4.º — João Gualberto Carneiro, filho de Joaquim da Costa Carneiro, natural de Lisboa, de idade de 10 anos.

5.º — Joaquim Custódio Carneiro, filho de Joaquim da Costa Carneiro, natural de Lisboa, de idade de 9 anos.

6.º — D. José Francisco de Noronha, filho de D. José de Noronha, natural de Lisboa, de idade de 12 anos.

7.º — João Jorge, filho de João Jorge, natural de Lisboa, de idade de 8 anos.

8.º — Miguel Belfort, filho do Mestre de Campo Lourenço Belfort, natural do Maranhão, de idade de 13 anos.

9.º — Francisso José Macário de Brito, filho do D.<sup>r</sup> Joaquim de S. Anna Brito, médico do número da Casa de S. Magestade, natural de Lisboa, de idade de 12 anos.

10.º — Martiniano José, filho de José António de Oliveira Damázio, superintendente das Alfândegas das Províncias do Sul, natural de Lisboa.

11.º — José Francisco May, filho de João Maria May, natural de Lisboa, de idade de 7 anos.

12.º — Jacobo Borges Pereira Pacheco, filho de Pedro Borges Pereira Pacheco, natural de . . . . .

13.º — António José Pereira Pacheco, filho illegítimo de Pedro Borges Pereira Pacheco, natural de Braga.

14.º — José António da Cruz Alagoa, filho do Conselheiro José Francisco da Cruz Alagoa, natural de Lisboa, de idade de 12 anos.

15.º — Joaquim Inácio da Cruz Alagoa, irmão do referido, natural de Lisboa, de idade de 16 anos.

16.º — Sebastião António da Cruz, irmão do referido, natural de Lisboa, de idade de 13 anos.

17.º — Francisco Pedro da Cunha, filho do Dezembargador Conselheiro António da Cunha Araujo, natural de Lisboa, de idade de 11 anos.

18.º — José Jacinto de Almeida, filho de Jacinto de Almeida, médico, natural de Lisboa, de idade de 13 anos.

19.º — Inácio José de Sampaio Freyre de Andrade, filho de Manuel de Sampaio e Pina, fidalgo da Casa de S. Magestade, natural de Lisboa, de idade de 15 anos.

20.º — João de Sampaio Freyre de Andrade, irmão do referido, natural de Lisboa, de idade de 13 anos.

21.º — António de Lemos Pereira de Lacerda, moço fidalgo da Casa de S. Magestade, filho de João Pereira de Lacerda Delgado, natural de Lisboa, de idade de 10 anos.

22.º — Carlos Daniel de Dali de Lacerda, irmão do referido, natural de Lisboa, de idade de 8 anos.

23.º — Manuel Inácio de Lacerda Pereira da Sylveira, filho do Debezmargador Francisco António Borges de Sylveira.

24.º — António Felipe Soares de Andrade, filho do Capitão José Joaquim Soares de Andrade, natural de Oeiras, de idade de 13 anos.

25.º — Domingos Xavier de Sousa Sayão, filho de João Luiz de Sousa

Sayão, secretário da Junta do Comércio, natural de Lisboa, de idade de 14 anos.

26.<sup>o</sup> — António Alexandre Alvares de Carvalho, filho de António Alvares de Aguiar, natural de Lisboa, de idade de 11 anos.

27.<sup>o</sup> — Manuel Inácio de Oliveira, filho de Bartolomeu José de Oliveira, Cavaleiro fidalgo, natural de Lisboa, de idade de 13 anos.

28.<sup>o</sup> — Gregório Tomaz de Mendonça Silva e Almeida, filho de José Joaquim da Silva Saa e Almeida, natural de Lisboa, de idade de 7 anos.

29.<sup>o</sup> — Lucas José, filho de Belchior de Araujo Costa, homem de negócio, natural de Lisboa, de idade de 10 anos.

30.<sup>o</sup> — António Lobato de Araujo, filho de Belchior de Araujo Costa, homem de negócio, natural de Lisboa, de idade de 14 anos.

31.<sup>o</sup> — Francisco de Mendonça Arraes e Mello, filho de António Felix de Mendonça, natural de Lisboa, de idade de 13 anos.

32.<sup>o</sup> — Pedro António Vergolino, filho de António Pedro Vergolino, fidalgo da Casa de S. Magestade, natural do Castelo de Almada, de idade de 16 anos.

33.<sup>o</sup> — Francisco Pedro Vergolino, filho de António Pedro Vergolino, fidalgo da Casa de S. Magestade, natural de Lisboa, de idade de 9 anos.

34.<sup>o</sup> — António Pedro Vergolino, irmão do referido, natural de Lisboa, de idade de 14 anos.

35.<sup>c</sup> — André Lúcio de Rezende Mendonça Faria e Vasconcelos, filho de Inocencio José Mendonça Faria, natural de Elvas, de idade de 12 anos.

36.<sup>o</sup> — Tomé José de Rezende Mendonça Faria e Vasconcelos, irmão do referido, de idade de 11 anos.

37.<sup>o</sup> — Francisco de Sales Barruncho, filho de Vicente Ferrer Barruncho, cavaleiro fidalgo e moço da Câmara de S. Magestade, Lisboa, de idade de 10 anos.

38.<sup>o</sup> — D. Fomaz de Nápoles de Noronha Marchão Temudo, filho de D. Diogo de Nápoles de Noronha Marchão Temudo, natural de Lisboa.

39.<sup>o</sup> — Sebastião Machado de Figueiredo, filho de Sebastião Francisco Machado de Figueiredo, fidalgo da Casa de S. Magestade, Lisboa, de idade de 12 anos.

40.<sup>o</sup> — Francisco de Paula do Amaral Sarmento, filho de Sebastião Francisco de Figueiredo, fidalgo da Casa de S. Magestade, Lisboa, de idade de 11 anos.

41.<sup>o</sup> — José Inocência Velasco, filho de D. Vicente de Velasco, natural da Charneca, de idade de 10 anos.

42.º — Francisco de Paula, filho de João António de Sequeira, natural de Elvas, de idade de 9 anos.

43.º — José Caetano, filho de José Caetano de Araujo Vieira, natural da cidade de S. Filipe de Benguela.

44.º — José Monteiro de Rezende de Baracho Cabral, filho de José Crispim Monteiro, cavaleiro fidalgo, natural de Sintra, de idade de 14 anos.

45.º — Francisco António Pereira da Sylva, filho de Manuel Monteiro de Almeida e Melo, natural de Lisboa, de idade de 9 anos.

46.º — José Cesário Martins da Costa, filho de António Martins da Costa, guarda-mor e provedor de saúde de Belem, natural de Lisboa, de idade de 11 anos.

47.º — José Cezário Mendes Lameira, filho de José Pinto Pimenta, natural de Beja, de idade de 11 anos.

48.º — José Elói da Sylva, filho de José Elói da Silva, natural de Lisboa, de idade de 8 anos.

49.º — Gaspar José da Costa Pereyra, filho de Rodrigo António da Costa Pereyra, natural da vila de Arcos.

50.º — Francisco António Aranha Cota Falcão, filho de Simão Aranha Cota Falcão, natural de Lisboa, de idade de 10 anos.

51.º — João Pedro Ludovice, filho de João Pedro Ludovice, natural de Lisboa, de idade de 15 anos.

52.º — Paulo Francisco Jorge, filho de Paulo Jorge, natural da Junqueira, de idade de 9 anos.

53.º — João Velho da Costa, filho do Dezembargador do Paço António Velho, natural de Lisboa.

54.º — Lourenço da Mota, filho de José da Mota Mouço.

A Direcção e o Corpo Docente do Real Colégio ficaram constituídos pelos:

*Reitor* — o Rev.<sup>mº</sup> P. M. Dr. D. Bernardo de N. S.<sup>a</sup> da Porta, Geral de toda a Congregação dos Conegos Regrantes de Portugal—Dom Prior do Mosteiro de Mafra.

*Vice-Reitor* — o P. M. Dr. D. Alípio da Encarnação.

*Prefeito* — o P. M. Dr. D. Tomaz da Encarnação (foi eleito Bispo de Pernambuco em Outubro de 1773).

*Vice-Prefeitos* — D. Domingos da Conceição, D. Fernando de N. S.<sup>a</sup>, D. Tomaz da Conceição, D. Teotónio de N. S.<sup>a</sup> da Porta.

*Leitor de Retorica e Poetica* o P. M. Dr. D. Joaquim da Guadalupe.

Substituto, D. Rodrigo da Encarnação (faleceu no Mosteiro em 10 de Novembro de 1772).

*Leitores de Língua Latina* — D. Fulgencio da Encarnação e D. Arsenio de N. S.<sup>a</sup> da Porta.

*Leitores de Língua Grega* — D. José do Patrocínio. Substituto, D. António da Maternidade.

*Leitor de História* — o P. M. Dr. D. Miguel da Encarnação. Substituto, D. Francisco da Natividade.

*Leitor de Lógica, Metafísica e Ética* — D. Tomaz da Virgem Maria.

*Leitor de Física* — D. Joaquim da Assunção. Substituto, D. Agostinho da Visitação.

Aos mestres de Cadeiras maiores estabeleceu o Cardial da Cunha, quando da abertura do Colégio, a dotação de quarenta mil reis anuais e aos mestres das Cadeiras menores trinta mil reis, para gastos com livros e outras cousas permitidas aos religiosos.

\*

O Colégio abriu no dia 26 de Outubro, segunda-feira. Em 22 havia chegado o Cardial da Cunha, desempenhando as funções de Inspector do Colégio, que a Comunidade recebeu na Portaria-mor do Mosteiro (hoje entrada principal da Escola Prática de Infantaria, na face sul do Monumento); neste dia e nos dois seguintes visitou o Cardial as instalações destinadas aos Colegiais e o Palácio, e conferenciou com alguns dos cônegos do Mosteiro. Em 15 assistiu à Missa solene na Basílica, em uma tribuna especialmente preparada para êsse fim; na vespera haviam entrado no colégio os primeiros alunos.

No dia 26, ao meio dia, repicaram os sinos das tôrres e ouviu-se por algum tempo o sino das aulas (que ainda hoje se vê no terraço, junto ao torreão do sul, e que é utilizado para o serviço religioso); pelas 3 horas da tarde, a um sinal do mesmo sino, a Comunidade e os Colegiais dirigiram-se para a Sala dos actos escolares (hoje tribunal de Justiça da comarca), onde pouco depois compareceu o Cardial e logo foi permitida a entrada aos fidalgos e às pessoas da familia dos colegiais.

(*Continua*)

JÚLIO IVO

## UMA INSCRIÇÃO DO VARATOJO

«...um convento que, nascendo com sorte muyto feliz, tem experimentado diversas fortunas...»

(Fr. Fernando da Soledade, Hist. Seráfica)

Numa tarde de Fevereiro, fria e chuvosa, vencida a íngreme ladeira que da vila de Tôrres-Vedras leva ao velho convento franciscano de Santo António do Varatojo, por onde, em séculos passados, subia o Rei *Africano* penetrado «de tal melancolia» que assentara consigo «retirar-se como particular ao convento que havia fundado»<sup>(1)</sup>; fui recolhendo no meu caderno de apontamentos as poucas inscrições que o tempo e as numerosas investidas revolucionárias, desde 33 a 910, deixaram esquecidas dentro daquelas paredes seculares.

Chamada a minha atenção pela solicitude do guia que tão bondosamente me franqueara a porta do velho mosteiro afonsino, para uma grande lápida existente numa capela do claustro, aqui lhe reproduzo os dizeres, permitindo-me corrigir leituras anteriormente feitas<sup>(2)</sup>.

E' uma longa inscrição de caracteres góticos minúsculos, ainda bem conservados, com uma larga moldura trabalhada na própria pedra em que foi aberta.

A lápida descança no chão, mas está presa à parede por dois grampos de ferro que a mantêm na primitiva posição vertical, e colocada sob um arco que a rapidez da visita e a minha fraca memória não deixam descrever. Outrora esteve embutida na parede da «capela do Senhor Jesus, situada dentro do claustro», porventura a mesma onde de novo a collocaram, mas «sustentada por dois sátiros, os quais», no tempo do historiador da Casa, se achavam «defronte da horta nos remates da parede que faceva com a mata do Seminário»<sup>(3)</sup>. Não sei se ainda lá estarão.

---

<sup>(1)</sup> — Sousa *Hist. Geneal.* T. III, pág. 20.

<sup>(2)</sup> — Fr. Manoel de Maria Santíssima, *Hist. da Fund. do R. Conv. e Sem. do Varatojo.* Vol. I, pág. 199.

<sup>(3)</sup> — Fr. Manoel de Maria Santíssima, *ob. cit.*



Resa o letreiro que :

- 1 — NESTE · CHANHO · REPOUSA · OCORPO · DOMAGNIFICO · SENHÖR · GOMEZ · SOAREZ · FOI · DO
- 2 — CONSELHO · DELREY · DOM · AFONSO · HO · QUYNTO · HE · DELREY · DOM · JOAAHO · HE · DELREY
- 3 — DOM · MANUEL · MUYTO · ESTIMADO · UASALLO · DELES · EM · TODOS · SEUS · SERUI
- 4 — COS · ASY · NOS · SERUICOS · DA · GUERRA · COMO · NOS · SERUICOS · DA · PAZ · QU
- 5 — POR · NAO · TER · FILHO · BAR<sup>A</sup>HO · FICOU · POR · SUA · ERDEIRA · SUA · FILHA · DONA ·
- 6 — MARGARIDA · SOAREZ · E · OUUE · PERA · ELLA · ESTA · FORTELEZA · DETOR
- 7 — ES · UEDRAS · DEJURO · HE · HERDADE · HE · JUNTO · COM · ELLE · JAZ · DONA ·
- 8 — FILYPA · DE · CASTRO · SUA · MOLHER · HE · FINOUSE · NA · ERA · DEMIL · HE · QUI
- 9 — NHËTOS · HE

Leitura :

*Neste chão repousa o corpo do magnífico Senhor Gomes Soares. Foi do conselho del Rei dom Afonso o quinto e del Rei dom João e del Rei dom Manuel, muito estimado vassallo deles em todos seus serviços, assim nos serviços da guerra como nos serviços da paz. Que por não ter filho varão ficou por sua herdeira sua filha dona Margarida Soares, e houve para ela esta fortaleza de Tôrres-Vedras, de juro e herdade. E junto com êle jaz dona Felipa de Castro, sua mulher. E finou-se na era de mil e quinhentos e*

A redacção dêste epitáfio póde com segurança attribuir-se ao próprio Gomes Soares, razão porque não se completou a data do falecimento que ocorreu no ano de 1525<sup>(1)</sup>. Isso, aliás, era vulgar.

E' claro que o enterramento fez-se no chão, junto à parede onde se collocou a lápida.

Quanto à parte paleográfica, há apenas a notar a ortografia das

---

<sup>(1)</sup> — Fr. Fernando da Soledade, *Hist. Serafica*, T. III, P. III, L. III, cap. XVI, pág. 317, e Fr. Manoel de Maria Santissima, *ob. cit.* Vol. I, pág. 200.

palavras terminadas em *ão*: *chão* (CHANHO), *João* (JOOAHO), *varão* (BARAAHO).

O facto de haver referência a *esta fortaleza de Tôrres-Vedras* não deve levar-nos a supôr que a loisa tenha estado primitivamente na igreja de Santa Maria do visinho castelo.

A alcaldaria dêle fôra-lhe dada pelo Rei para si e seus sucessores em paga dos muitos serviços, em longos anos prestados à Pátria, «e por ocasião dos desposórios de uma filha», a D. Margarida, «com D. João de Alarcão»<sup>(1)</sup>.

Um autêntico presente de noivado.

O Convento foi extinto e roubado em 1833, mais tarde, a 8 de Fevereiro de 1845, foi vendido em leilão e arrematado pelo barão da Torre de Moncorvo, e anos depois vendido novamente e adquirido pelo P.<sup>o</sup> Joaquim do Espirito Santo. Em 1903, ou pouco depois, instalou-se no velho casarão de Afonso V, o Colégio das Missões Ultramarinas, e lá se manteve até à implantação do regime republicano que logo tratou de expulsar os seus legítimos habitantes, sem contudo ter encontrado quem lhes continuasse os desinteressados e relevantíssimos serviços pelos inhóspitos sertões africanos. No edifício, depois de saqueado, instalaram um asilo de velhas. Finalmente, quando o juízo voltou a êste País, voltou também a casa conventual aos seus seculares possuidores.

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA

---

<sup>(1)</sup> — Madeira Tôrres, *Descrip. hist. e econom. da vila e termo de Tôrres-Vedras*, pág. 24.

## UM DESTINO INÉDITO (?) DOS PELOURINHOS

No tomo IX. pg. 514 das *Memórias Arqueológico Históricas do distrito de Bragança*, mencionámos algumas das applicações dos pelourinhos, agora damos noticia de outra, por nos parecer inédita.

Consta do seguinte documento:

«Dom Manoel por graça de deos rey de portugall e dos allgarves daquem e dalem mar em africa e senhor de guinee e da conquista e nauęaçam e comercio da etiopia arabya persia e da india.

A vos alcaide moor juizes bereadores procuradores cidadaos da cidade de braguamça saude sabede que vimos hũa vosa carta por vos asinada em a qual nos fazies saber que allguas vezes hiam a esa cidade allgũas sentenças dexxuqupçam desta nosa casa da soprycaçam para se cortarem allgũus nembros em especiall as mãos dalgũas pesoas e que se ponham no pelourinho segundo ho estilo de justiça e que o ano pasado se poseram hũas dehũa molher por se comprir o que nos mandabamos porem que nesa cidade segundo ho luguar em que a praça estaua e a maneyra em que o pelourinho estaua junto da pouoraçam trazia muy grande dano porque a praça era mui pequena e ho pelourinho estaua junto da porta principal da igreja de nosa senhora e ho loguar e Tam junto da porta da fortaleza que nam podem sair senam por junto dele e asy mesmo estaua cerquado de casas dos mais principaes escudeiros hos quoaes em suas casas se nam podiam asentar a meza sem berem estar as taes cousas e lhe dar fedore allgum tempo no que recebyam muito prejoiso e asy por nam auer outra praça nella se faziam os mercados de toda gente asy da tera como de fora e no pee do dito pelourinho e degraos dele se puinham e asemtavam as mercadorias e por ser cousa de justiça se soffreo por aber pasado com muita pena pedindonos por mercee que por auitar este dano e nam se fazer esquiuança a pouoraçam da cidade a que tinhamos dados gramdes peullegios polla pouorar ate nam paguarem sysa nenhũa que quizesemos mandar que fazendo se a tall justiça que as mãos ou pees se ponham a porta do arco de sam bynnito que foy porta amtigua da cidade no cabo da principal rua do arabalde que hera luguar proprio por honde sayam e entrabam a mais gente e que seja noso seruiço e a vos fariamos mercee porque em tempo dos reis pasados sempre se acostumaram porem se as ditas cousas nas portas das cidades ou vyllas honde se acontezia fazer a tall justiça se-

gundo mais compridamente em a dita vosa carta era conteudo a qual vista por nos em relaçam com hos do noso desembarguo acordamos e mandamos que vistas as razões e causas aleguadas em vosa carta e petiçam que quamdo quer que semelhantes exxequoçoins se mandarem fazer que se ponham as maos hou pees ou orelhas ou cabeça nas ditas portas da cidade e nam no pelourinho e porem mandamos que daqui em diante asy se cumpra he guarde sem duuida allgũa dada em a villa de guimarães aos XIII dias do mes de feuerreiro el Rey o mandou por lopo da fonsesca do seu desembarguo e seu ouuidor que por seu especial mandado tem carreguo de corregedor da corte dos... crimes g<sup>o</sup> pereira a fez de b<sup>c</sup> e bii anos<sup>o</sup> [1507].

Encontra-se êste documento original no Museu de Bragança encadernado juntamente com vários outros no códice intitulado *Manuscritos Antigos 5*, fólio 27.

Os ganchos de ferro e a argola do mesmo metal, a meio do fuste, que alguns pelourinhos apresentam, como dissemos no referido volume das *Memórias*, serviriam para exhibir ao público os fúnebres despojos dos justicados de que fala êste documento?

FRANCISCO MANUEL ALVES

Abade de Baçal

# FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA ROSA DA CIDADE DE LISBOA (1)

Luiz de Brito, Administrador dos Morgados de S. Lourenço de Lisboa, e Santo Estevão de Beja (2), sendo viuvo de sua primeira mulher Dona Isabel, filha de João Rodrigues de Sá, Alcaide-mor do Pôrto, e segundo dêste nome, de que já tinha filhos, casou com D. Joana de Ataide, filha de João de Sousa, que era conhecido pelo Comendador de Ferreira e foi servidor dedicado do Infante D. Fernando, pai del Rei D. Manuel, etc. e de D. Branca de Ataide, filha de João de Ataide, Senhor de Penacova.

Estiveram casados alguns anos Luiz de Brito e D. Joana. E não tendo havido geração de entre ambos, tratou ela de oferecer a Deus a fazenda de seu dote: fazenda que para aquele tempo era muita, e boa: e parte dela fôra emprêgo de muito dinheiro que lhe dera o Bispo de Evora D. Afonso, filho do Marquês de Valença D. Afonso. Do qual Bispo era prima co-irmã; por ser êle filho de D. Brites de Sousa, irmã de João de Sousa pai dela D. Joana: e foi plano assente fundar um mosteiro de freiras de S. Domingos em honra e vocação de Nossa Senhora do Rosário de quem era devota.

Ficou em tradição entre as freiras velhas, que Luiz de Brito, *não estava*

---

(1) Com a amável autorização do nosso amigo o distinto artista Snr. Fernando Mardel, publica a «Revista de Arqueologia» êste trabalho que tem o especial interesse de ser a opinião exposta pelo seu Autor ao antigo Conselho de Arte e Arqueologia, àcerca da debatida questão dos azulejos da Costa do Castelo, e só agora, passados tantos anos, tornada pública. (*Nota da Direcção da «Revista»*).

(2) Este Mosteiro, e a actual residência dos descendentes de Luiz de Brito (Viscondes de Vila Nova da Cerveira, Marqueses de Ponte de Lima, etc.) era junto à porta ou postigo de S. Lourenço que ficava no caminho da Costa do Castelo, junto à tôrre aí construída na muralha que descia de junto da porta da traição, e ao cimo da Calçada da Rosa. (N. B.) Próximo foi edificado o mosteiro da Rosa, e por isso àquela porta parece também às vezes davam o nome de postigo da Rosa, demoliram-na no ano de 1700. Era desta porta que proseguia a muralha da cêrca, descendo a calçada que ia dar a S. Lourenço e passando pelo terreno depois occupado pelo palácio do Marquês de Ponte de Lima, como já disse, e foi um trôço dêste muro que o Visconde de Ponte de Lima mandou furar e minar por dentro do seu palácio a occultas e sem licença da Câmara, como refere a consulta da mesma Câmara, de 25 de Agosto de 1625. Em épocas antigas as muralhas das cidades eram reputadas como coisas sagradas, e praticar nelas furtivamente qualquér porta ou abertura, era um atentado sacrilego.

*nesta determinação*, o caso foi que depois de um sonho que teve em que viu S. Domingos, se resolveu a questão como bom cristão que era e de mão comum com sua mulher deram princípio à obra, negociaram as licenças de Roma tanto do Pontífice, como do Geral da Ordem e a de el-Rei D. Manuel no Reino e a obra teve princípio *em 1519*. E dèste ano se lhe dá sua antiguidade.

*Querendo fazer sacrificio perfeito derão para morada das Freiras a sua propria caza em que então vivião. Nas mesmas cazas forão acomodando o Mosteiro, etc., etc. todavia forão comprando uns chãos visinhos, para lhe ajuntarem.*

Composto o edificio material, foi no dia 21 de Novembro de 1521, dia da Apresentação de Nossa Senhora, que deram princípio aos actos religiosos da Clausura perpétua e se receberam oito noviças, etc. Com a costumada e *ainda venerada elegancia e pureza de estylo*, diz Fr. Luiz de Sousa, o seguinte que na integra passo a copiar:

«Correram os annos, fuge a vida, e todos vamos á terra como agoa que se some nela; sem mais tornar, nem apparecer. Morreo Luiz de Brito passados alguns annos: enterrou-se na Igreja em lugar eminente, defronte da porta principal. Sobre a porta e no tecto da capela mor deixou postos escudos de suas armas. Recolheo-se logo D. Joanna com as freiras dando de mão a tudo que era mundo, estado e vaidade. Passou com ellas o resto da vida em quietação d'alma, e corpo, e acabou em boa velhice.

.....» (3).

Por morte de Luiz de Brito pretenderam as religiosas haver a sua terça, na conformidade do Compromisso, para satisfazerem por ela as obrigações dos sufrágios que encomendara, e terem ajuda de sua sustentação, etc. Defendeu-se o successor que era Estevão de Brito, seu filho (do 1.º matrimónio), e como contra freiras e pobres pequeno poder bastava, venceu êste e não houve quem lhe tirasse das mãos nem terça nem parte dela. Liti-gando estiveram até o ano de 1621, em que foram absolutas da instância por sentença definitiva.

Foi Prelada longos anos a Madre Soror Francisca. Sucedeu-lhe no cargo e foi segunda Priorisa a Madre D. Branca. *Em seu tempo esteve o mosteiro em risco de perder-se: por que com os tremores de terra, que naquelle tempo continuaram em Lisboa e em todo o Ribatejo, correo a Costa (do Castelo) grande risco, com a terra e penedia que do alto se despenhava, que se julgou ficar de todo enterrada a pobre casinha com suas moradores.* Foi neces-

(3) História de S. Domingos, por Fr. Luiz de Sousa, Parte 3.ª, Livro 1.º, vol. IV. 3.ª ed. Lisboa MDCCCLXVI.

sário desempara-la. Como então eram poucas as freiras se repartiram pelo convento do Salvador e pelo da Anunciada.

Melhorou o tempo e tornaram-se a juntar no seu ninho; e veio-lhes de Santarém por Priorisa D. Guiomar de Castro. *Não podia a caza cair em melhores mãos*, pois por ser mulher de espírito para obras, a casa cresceu em pouco tempo. *Fez as portarias de fora, e de dentro: as cazas do locutorio e rалlos, com escadas que sobem para elles: edeficou a caza da enfermaria, e lançou sobre ella um dormitório; achou lugar para amassaria, e botica, e hospicio. E até para dar largueza de claustros que erão os que chamavão pequenos, e para novo refeitorio, etc.*, etc. Foi tal a sua administração que os Prelados lhe prorogaram o cargo e o teve oito anos.

Sucedeu em quarta Priorisa e no mesmo espírito de edificar e engrandecer a casa, a Madre Brites dos Reis. *Fabricou de novo e alargou o côro, e antecôro de baixo, e o côro ante com suas cadeiras lavradas de boa obra, como nele se viam até final da igreja, etc. Fez também a caza do lavôr que era espaçosa.*

Veio após esta Priorisa a Madre D. Jerónima: e entre outras coisas importantes que fez, *foi uma cercar a costa de bom muro para guarda, e juntamente fortaleza contra o monte. Edificou caza separada de noviças.* Estava o mosteiro crescendo, e adeantado em tudo; se não em praça e campo. E era composição e conserto como de um estejo, tudo estreito e miúdo e como crescia gente, desejava-se largueza. Foi devido ao espírito determinado e animoso de Madre Antónia de Jesus, que entrando em Priorisa, descobriu o valor do sangue que tinha do Santo Arcebispo-Primaz D. Fr. Bartolomeu dos Mártires cuja prima era, em entender os pensamentos de tamanha empreza, que foi *comprar uma rua inteira de cazas, e meter-lha dentro da clausura, com todo o vão da mesma rua, alcançando p.<sup>a</sup> isso licença da cidade.*

Dêste tempo em diante ficou o mosteiro com bom gasalhado, e largueza bastante. *Porque nos baixos lançou por uma parte celeiros e caza p.<sup>a</sup> lenha, e despejos, e um lança de claustro novo e abriu um pôço que fazia muita falta não no haver em caza: e por outra fez atafonas e estrebarias e portaria da rua, com casa por cima para os confessores, e outra para assistência das Priorisas. Aperfeiçoando tudo duas Priorisas que depois se seguiram. Estas foram as madres Dona Maria da Silva e Soror Maria de S. Bartolomeu, que correram e acabaram os três lanços do claustro que faltavam, lançando-lhe por cima varandas, e outro dormitório, etc., Obra de muito custo e trabalho. Porque como se edificava em ladeira, foi necessario gastar m.<sup>10</sup> tempo e muito dinheiro no desentulho da parte mais alta p.<sup>a</sup> ficam ao nível o pátio e corredores do claustro.*

Não têm conta os milagres que o cronista da Ordem narra sucedidos

no mosteiro e também as grandes virtudes das suas freiras, etc., mas não deixarei de narrar uns que por efeito de *umas rosas bentas*, se observaram ali e daí veio ao mosteiro o nome que conservou, e ainda hoje tem o sítio de «Mosteiro da Rosa», em memória das rosas milagrosas de Soror Isabel.

Também é muito sabida a lenda do *Carvoeiro da Rosa* que se não pode dizer seja muito honrosa para a puresa de quem êle ia ver assim disfarçado.

Certo fidalgo de uma nobre casa, teve seus amores com uma freira ou noviça, a quem El Rei D. João V também cortejava, como bom freirático que era. O caso foi sabido, do Rei ao seu fiel amigo corregedor do bairro do Rossio, conhecido pelo *Camões do Rossio*, foram dadas rigorosas e terminantes ordens, e, a primeira vez que depois delas aí voltou, bem disfarçado e enfarruscado, o pobre e incauto rapaz, levando às costas a sua saca de carvão; é agarrado pelos esbirros, manietado, e amordaçado, e despejando-se todo o carvão sobre lenha que estava preparada, se fez uma fogueira onde o queimaram *vivo*, tendo havido o cuidado de fechar o portão do pátio onde isto se passava, e ter feito vir à janela a desgraçada freira, *bella Helena* daquele incêndio onde se lhe apagaram decerto todos os ardores dos amores mundanos, para se entregar inteiramente ao amor divino e aos seus remorsos.

Quanto aos azulejos achados ha poucos dias, numas escavações no sítio do mosteiro, acho conveniente que se leia o seguinte :

#### SÃO JORGE

(*Elementos para a história do Município de Lisboa* — Parte 1.<sup>a</sup> Tomo I, a pág. 441):

«Parece que por esta antiguidade se tem mostrado que a devoção nêste reino ao Mártir S. Jorge já vem desde o dito tempo do Conde D. Henrique porém esta se avivou mais na vinda dos ingleses, quando vieram em socorro do Senhor Rei D. Fernando; por estes o apelidarem nas batalhas e conflitos militares, o que também ao mesmo tempo fizeram os nossos portugueses, e por isso conseguiram várias vitórias, principalmente no cerco de Guimarães, na batalha de Trancoso, e na de Aljubarrota, de 14 de Agosto do ano de 1385, de onde o feliz Rei D. João I, invocou o Santo Mártir com as palavras seguintes: Avante, S. Jorge, S. Jorge, ávante que eu sou o Rei de Portugal: e em sinal dêste troféo (?) mandou o Santo Condestavel D. Nuno Álvares Pereira, tronco da esclarecida Casa Real, fundar um templo no meio daquele campo, consagrado ao invicto mártir S. Jorge, alferes da Igreja Católica, debaixo de cujo patrocínio reedificou o castelo de Lisboa o



Senhor Rei D. João I, de feliz memória, que o nomeou seu titular, e trouxe toda a vida a insígnia e divisa da sua militar Ordem e a mandou esculpir em suas armas e ordenou que o dito Santo fôsse na procissão do Corpo de Deus, a cavalo, sendo a primeira vez que se executou no ano de 1387; e que na sua capela real se cantasse para sempre em dia de S. Jorge, missa de canto e órgão, com toda a solenidade, ainda que do Santo Mártir se resasse o officio semi-duplex».

.....

«Teve princípio o estandarte do Mártir S. Jorge na entrância do reinado do Senhor D. João I, quando criou a Casa dos Vinte e Quatro do povo desta cidade, e logo este foi composto de officios da república, que militavam em ferro e fogo, por ser esta a sua matéria principal a cujo cuidado está encarregado o lustroso estado com que é acompanhado o Santo Mártir quando sai na procissão do Corpo de Deus da Cidade, desde aquele ano de 1387, representando nela um famoso capitão general composto dos melhores ginetes, de Lisboa, custosamente ajazeados, número de soldados, e outras circunstâncias que não pouco lustram a dita procissão».

(Seguem muitas coisas que sendo aliás mui curiosas não veem para o que quero demonstrar, por isso as não transcrevo e sigo com a cópia onde se lê):

«Foi sempre venerado o Santo Mártir dos Senhores Monarcas deste reino, em gratificação dos singulares benefícios que do ceo experimentaram, depois que se constituiu defensor seu, e por isso se obrigaram a solenizalo como a um dos seus mais esclarecidos filhos; e por este respeito, erigindo-se no reinado de D. João III, o tribunal da mesa da Santa Inquisição, por bula do Sumo Pontífice Clemente VII, no ano de 1531, e reduzido a melhor forma por Paulo III, em 1536, sendo primeiro Inquisidor Geral D. Diogo da Silva, Bispo de Ceuta, a quem se seguiu logo Cardeal D. Henrique, que depois foi Rei deste Reino, e se fez o primeiro auto de fé a 20 de Setembro de 1540, em que saíram vinte e três penitenciados, e foi o cadafalço na Ribeira onde depois foi a Casa dos Contos, e prègou o padre frei Francisco de Vila Franca, religioso da Graça, para este acto foi chamada logo a irmandade do nosso Santo Mártir, para debaixo da sua cruz levarem os penitenciados, o que *tem executado até ao último auto de fé de 20 de Setembro de 1767*. Esta antiguidade justificava o Compromisso antigo da irmandade espiritual, que se queimou no incêndio immediato ao terremoto de 1755» (Cópia fiel, loco citado).

Não creio que se possa refutar esta minha opinião: 1.º Porque, sendo os Dominicanos os *empresários e executantes das crueldades* bestiais do Santo Officio, é muito natural que no convento da Rosa que pertencia a essa

Ordem, se executassem azulejos alusivos a actos da Inquisição e o 1.º auto de fé ou os outros todos que se lhe seguiram, eram glórias para a Ordem. 2.º Que tendo tido lugar na Ribeira o auto de fé, e em frente da Casa dos Contos o edificio do torreão lhe devia servir de fundo, como se vê nos azulejos em questão. 3.º Que não ha dúvida que a figura principal é a de S. Jorge e que as duas que estão de joelhos são dois penitenciados, e as cruces da testa (\*) as que com breu a ferver se faziam nas testas dos padecentes no tempo em que as mascaradas religiosas ainda não se faziam com samarras, sambenitos, garrochas, e outras diabólicas invenções dos crueis inquisidores (Vide História da Inquisição).

Por tudo que li e cito a charada está morta, quanto a mim.

Loyos, 12 de Março de 1914.

JÚLIO MARDEL DE ARRIAGA

---

(\*) Vide nas Ordenações manuelinas (L.º IV ou V em que ordenam sejam *ferrados no rosto*, etc., etc).

## O INFANTE D. HENRIQUE NO PROMONTÓRIO SACRO

---

Ex.<sup>mo</sup> Snr. J. M. Cordeiro de Souza: — por mero acaso, veio parar ás minhas mãos o ultimo numero da Revista que V. Ex.<sup>a</sup> dirige.

Nelle encontrei um artigo do snr. Jordão de Freitas, intitulado *O Infante D. Henrique no promontorio sacro*, no qual, o autor, com fraca pericia, embrechou um capitulosinho dedicado a este seu criado. O mimo está patente a pag. 229 e estende-se até pag. 231.

Não é muito grande — mas bonda á contida e ingrata malquerença do snr. Jordão de Freitas que se expandio agora, para me accusar destas coisas bonitas e alacres: 1.<sup>a</sup>) triplamente irreflectido e descuidado; 2.<sup>a</sup>) menos conforme com a verdade historica; 3.<sup>a</sup>) erro crassissimo; 4.<sup>a</sup>) des-pauterio.

De tudo isto me acusa o snr. Jordão de Freitas.

Dá-me licença, snr. Director, de tomar uma de simonte fradesco, para alliviar os interiores cranianos?

Ora com sua licença. . .

A triplíce lição do snr. Jordão de Freitas tem historia, e custou-me 20 mil reis ou, no linguajar de hoje, vinte escudos.

Primeiro, vamos á historia.

Declarou, um dia, o snr. Jordão de Freitas, que a respeito do Infante D. Henrique e de Sagres, não havia mais nada, além do que elle publicara, no Archivo da Torre do Tombo.

Como casualmente esbarrasse em dois documentos que o snr. Jordão de Freitas não vira, para lhe prestar a ele um serviço, e ser util aos que se interessam por estas coisas, publiquei-os no *Bazar* (19. novembro. 1937).

V. Ex.<sup>a</sup> já está a ver tudo. . .

Mas não é tudo.

Tempos depois, o snr. Jordão de Freitas deo á luz, com entono, convencido de que descobrira a polvora, dois documentos relativos ao Infante D. Henrique e á Universidade de Lisboa, (*Bazar*, março, 1938).

Logo observei ao snr. Jordão de Freitas que esses documentos tinham sido publicados—havia quarenta e quatro annos, no *Instituto* (fev. a março de 1894).

V. Ex.<sup>a</sup> já está a vêr. . .

Em troca das duas liçoens gratis, o snr. Jordão de Freitas quiz então dar-me uma lição paga—sem novidade, aliás, nenhuma.

Já ma tinha dado uma vez, e agradeçi-lha então — no meu gabinete da Torre do Tombo. Não lha agradeço hoje, porque me custou os tais 20 mil reis, ou vinte escudos do fallar corrente.

E é aqui que está a historia fria e triste que revela bem o feito do snr. Jordão de Freitas.

Andou S. Ex.<sup>a</sup> a seringar-me largos mezes, para eu lhe dar um exemplar dos meos *Elementos de Historia de Portugal*, para, dizia-me S. Ex.<sup>a</sup>, uma sua neta.

Respondi-lhe, logo da primeira vez, que quando essa sua neta frequentasse a cadeira de Historia de Portugal, lhe daria o livro.

E sempre desta forma lhe respondi. O ano passado, em outubro ou novembro?, (a data não posso precisa-la), o ano passado, o snr. Jordão de Freitas disse-me que estava a sua neta a frequentar a cadeira de Historia, e era chegada a occasião . . .

Por não ter exemplares desse livro para offertas, comprei um, e offereci-o, não á neta do snr. Jordão de Freitas, mas ao proprio snr. seo avô.

Passados dias, talvez semanas, o snr. Jordão de Freitas procurava-me no meu gabinete da Torre do Tombo, para me chamar a attenção para o incomprehensivel *lapsus* relativo á ida do Infante para Sagres, que se exhibe no meu livro; para o caso da citação de Cadamosto; e para a epigraphe—Terça de Sagres.

Agradeçi-lhe o cuidado; tomei nota do lapso; expliquei-lhe o pormenor da epigraphe, e nada disse, por delicadeza, em relação á citação de Cadamosto.

Até aqui, nada de extraordinario. O snr. Jordão de Freitas pediu-me os *Elementos de Historia de Portugal*; offereci-lhe um exemplar, sem o informar de que o comprará; o snr. Jordão de Freitas notou alguma coisa que lhe não pareceo bem; e communicou-mo. Perfeito.

Agora, o que passa as raias da mais rude lhanêsa é que o snr. Jordão de Freitas me pague o serviço que lhe prestei, vindo maltratar-me a proposito do que lhe pareceo errado.

Então offereço-lhe o livro, *a seu pedido*, e elle vem cá para fora, chamar-me nomes feios? Corrigir com delicadeza, está certo. Insultar-me. . .

Meus ricos 20 mil reis, que tão mal empregadinhos foram!

Se eu lhe tivesse mandado o livro *sponte mea* — vá que não vá. Mas, para satisfazer o seu pedido, comprar um exemplar a fim de lho oferecer, dar-lho, com dedicatoria e tudo, e em paga disso ser calçado aos pés — Aqui del Rei, Senhor Director, Aqui del Rei!

Liquidado este aspecto moral, vamos ao pontos em litigio.

Ha coisas que são tão calvas que se tornam transcendentales.

Essa de eu affirmar que o descerco de Ceuta se effectuou no anno seguinte ao da conquista (pag. 131), quando a pag. 126, escrevi que Ceuta fora conquistada em 1415, e não ignorar, por ser publico e notorio, que o descerco foi em 1419 — é problema que não resolvo. Está escripto, e ha que emendar o que escrevi.

O resto está direito. O texto do *Esmeraldo* serve-me para fundamentar a affirmação de que foi depois de Ceuta tomada, que o Infantes e instalou em Sagres, onde fez a sua villa de Terça Naval. Nem tinha nada que transcrever todo o lugar de Duarte Pacheco, porque o que eu queria era fonte para a informação de que a ida do Infante para Sagres era posterior á conquista de Ceuta.

Quanto á epigrapha — *Terça de Sagres*, eu podia repetir, aqui, o que disse ao snr. Jordão de Freitas, no meu gabinete do Archivo da Torre do Tombo. Não repito. E passo adiante.

Quanto á citação de Cadamosto — o snr. Jordão de Freitas, ou não entende o que lê, e eu não tenho culpa da sua insufficiencia, ou finge que não entende, e eu salto por cima da sua má fé.

Quem lhe disse que eu pretendi servir-me de Cadamosto para provar que Porto Santo foi descoberto em 1418?

O descobrimento de Porto Santo está garantido por Zurara. O texto do Cadamosto citei-o para mostrar a divergencia na data! Eu digo que Porto Santo se descobriu em 1418 — mas chamo a atenção do leitor para a data em que Cadamosto colloca esse feito.

Adopto o mesmo systema, quando trato da colonização da Madeira: no texto, dou a data de 1425; em nota, a de 1420 (Zurara e Barros). Identico systema, quando alludo ao desastre de Tanger.

Toda a poeirada levantada pela malquerença do snr. Jordão de Freitas fica reduzida, afinal de contas, ao lapso da data do descerco de Ceuta.

E para isto andou o pobre homem a estafar-se, de porta em porta, á procura de quem lhe desse abrigo á bilis e ao despeito.

Poisou, alfim, nas paginas da sua Revista, snr. Director. Não lhe dou parabens. Mas peço lhe a fineza de mandar publicar no seu proximo numero esta carta de desafronta, explicação e esclarecimento.

De V. Ex.<sup>a</sup> etc.

ALFREDO PIMENTA

NOTA — A «Revista de Archeologia» dá por finda, nas suas paginas, a discussão dêste assunto.

## CONTOS PARA CONTAR

O venerando Prof. Dr. Leite de Vasconcelos e o erudito numismata Manuel Joaquim de Campos, que tantas páginas de «O Archeólogo Português» enriqueceram com admiráveis artigos, alguns dedicaram aos *Contos para contar* (1) tornando conhecidos raros e inéditos exemplares, despertando nos colecionadores o natural desejo de, também, os possuir.

Assim concorreram para salvar muitos que, sem essa divulgação, perder-se iam inevitavelmente.

Porém, uma particularidade parece interessante e digna de referência: O modo como se trabalhava com os *contos*. Esse processo não foi citado, porque se estudou a peça apenas sob o aspecto numismático, deixando de circuncianciar o *modus faciendi*, julgado de importância secundária.

Para isso mandam aquele ilustre Prof. consultar *Histoire du jeton au moyen âge*, por J. Rouyer & E. Hucher. Paris, 1858; e Manuel Joaquim de Campos *L'arithmétique de Jean Trenchaut, avec l'art de calculer aux jetons*, Lyon, 1608; e em «O Archeólogo», Vol. VII, também refere o *Manuel de l'amateur de jetons*, por J. Fontenay, Paris, 1854, dizendo: «Mas por que processo eram obtidos os resultados justos, verdadeiros?» e transcreve as palavras do autor que, em verdade, não elucidam suficientemente.

Igualmente, Cesar Fanin, no artigo *Jetons*, em «O Archeólogo» Vol. XIX, transcreve de *L'Arithmétique en superfection*, etc., Paris, 1767, a parte relativa à colocação dos *jetons*, mas não a das operações.

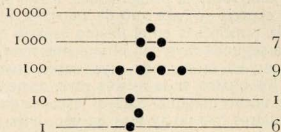
A minha curiosidade, continuou insatisfeita até há pouco em que, na Biblioteca da Academia de Belas-Artes, o meu Ex.<sup>mo</sup> amigo, Sr. Eng.<sup>o</sup> Garcez Teixeira me patenteou a *Aritmética Prática, y Especulativa, del Bachiler Juan Perez de Moya*, Año de 1694, En Zaragoza, onde vem explicada, a maneira de, com os *contos*, realizar as operações. E para que se não perca o sabor original, possivelmente a alterar por uma tradução (pois *traduttore, traditore*), preferível é transcrever, *ipsis verbis*, o que se lê em folhas 34 a 36 do *Libro primero, Cap. XIII*:

«*Trata de las reglas que dizen Calculatorias.*

«El orden de contar con Calculos, ò contadores, es en dos modos. El primero, haziendo rayas, y poniendo en primera de abaxo vna piedra, ò contador para denotar vno, y para 2. hasta 4. y para denotar 5. ponen 1. en el espacio que esta primera raya tiene encima, hasta llegar a la segunda, desuerte, que en la raya primera con su espacio se puede poner desde 1, hasta 9.

(1) «O Archeólogo Português», Vol. V, VII, IX, X e XIX.

«De la suerte que hemos mostrado assentar vnidades en la raya primera, y su espacio, assi se pondrán en la segunda los diezos, y en la tercera los cientos, y en la quarta los millares, procediendo en infinito, segun los nombres que dicen vnidad, dezena, centena, millar, como parece en la figura de abaxo, que monta 7916.



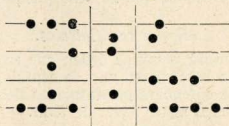
«El segundo orden de contar se haze sin rayas, mas en su lugar se ponen contadores, desta suerte que en la figura parece.

Decena de millar,	O monta 8023
	O
Millar	O000
Centena	O
Dezena	O00
Vnidad	O000

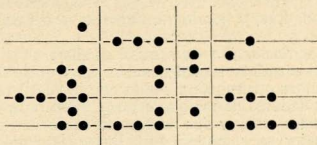
«Y assi se pondrán, y nombrarán otros numeros de menor, ò mayor cantidad.»

*«Sumar con Calculos, ò Contadores.»*

«Despues de entendida la orden del assentar qualquiera cantidad que se ofrezca, para sumar qualesquiera sumas que te vègan, tendràs este orden. Que cada cinco cõtadores de los que estuvieren en raya, hazen vno de su espacio de la misma raya, y dos de espacio hazen vno de raya que se le siguiere, como mejor se entenderà en la figura siguiente, la qual trae tres partidas. La primera de la mano siniestra monta 1534. La segunda 605. La tercera 3158.



«Para sumarlas todas tres en vna, començaràs por la primera raya de abaxo, diziendo: Quatro que està en la primera suma, y tres en la otra, son 7. destes 7. quita 5. para hazer vno de los del espacio, y sobraràn 2. pon 2. adelãte de la raya que està atravesada, y por los 5. llevaràs vno para juntarlo con lo que en los espacios hallares. Pues vno que traes junto con dos que ay en el espacio que està sobre la primera raya, hazen 3. y porque dezimos, que de dos de vn espacio se haze vno de vna raya, portanto sacaràs dos, y el vno que queda ponerlehas en el mismo espacio que sumas, y proseguiràs passando a la segunda raya con el vno que traes, diziẽdo: Vno que traygo, y tres que ay en la segunda raya, hazen quatro, pues porque no llegan a cinco, pon los quatro en la misma raya, como parece en la figura, y assi passaràs sin llevar ninguna cosa al espacio que està encima de la segunda raya, y hallaràs que no ay mas de vno, pues ponlo como està en el mismo espacio, a do assentares la suma. Passa à la tercera raya, sin llevar nada, y suma lo que tiene, y seràn dos, los quales se assentaràn en la suma. Passa al espacio que està encima desta tercera raya, y hallaràs dos; los quales porq̃ son de espacio valen vno de raya; y assi no pòdràs nada, sino passartehas à la quarta raya, llevando 1. cõ el qual jutaràs 4. q̃ ay en ella, y seràn 5. porq̃ de 5. cõtadores de raya se haze 1. de espacio, no pondràs nada en la raya, sino passartehas al espacio que està encima de la quarta raya, y porque no ay cosa alguna que sumar, pondràs el que traes, y assi quedaràn sumadas estas tres partidas, y montaràn 5267. como parece figurado.

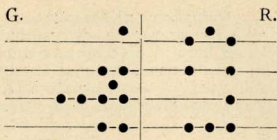


«Nota, que estas figuras pueden ser como quisieres, no me dà mas que sean de musica, que de cuenta, que de otra qualquiera forma que te agrade».

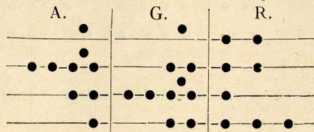
#### «Restar con Calculos.

«En el restar se tendrà la misma orden que en el sumar en quanto al tener cuenta, que 5. de raya, hazen vno de espacio, y dos de espacio vno de raya, como mejor se entenderà por la platica del exemplo siguiente, en el qual se pone que quieres restar 5292. de 7213.



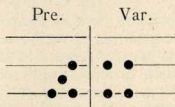


«Pues comienza de la primera raya de abaxo, como hiziste en el sumar, diciendo: Quien de tres que estàn en el recibo saca 2. que estàn en el gasto, queda 1. pon 1. en la misma raya, y passa à la segunda, pues en el espacio de la primera raya no ay nada, diciendo: Quiè de vno que està en el recibo saca quatro que estàn en el gasto, no puede ser. Pues de 4. para 5. falta 1. el qual se juntarà con el otro, q̄ està en el recibo, y seràn 2. pon 2. en la misma raya à do se pone el alcance, y prosigue llevando en la memoria vno, porque todas las vezes que en las rayas nombrares 5. se ha de llevar 1. y en los espacios nombrando 2. se llevará otro. Pues vno que traes juntandolo con el otro, que està en el espacio de encima de la segunda raya, seràn 2. y porq̄ en el espacio del recibo no ay nada, passaras à la tercera raya, llevando 1, el qual juntandole con los 2. que estàn en el gasto seràn 3. restalos de los 2. del recibo, dizendo: Quien saca 3. de 2. no puede ser, pues. de 3. à 5. faltan 2. los quales juntaràs con los otros 2. que estàn en la misma raya, en la partida del recibo, y seràn 4. pon 4. en la tercera raya, y prosigue llevando el 1. el qual 1. se sacará de lo q̄ huviere en el espacio de la tercera raya, y porque no ay nada, diràs: Quien de ninguna cosa saca vno, no puede ser, pues de vno à 2. falta otro, este vno podràs en el espacio desta tercera raya à do se assienta el alcance, y proseguiràs llevando vno, el qual juntaràs en la quarta raya, y diràs: Quien de dos, que estàn en el recibo quita vno que traygo, queda 1. pon 1. en la misma raya, y passa al espacio sin llevar ninguna cosa, y di: de vno sacando otro, no queda nada. pues porque no queda nada, no se ponga nada, y desta suerte, avràs dado fin à la resta, y quedaràn 1921. y assi se responderàn que si vno recibió 7213. y gastò 5292. queda debiendo 1921. como parece figurado».

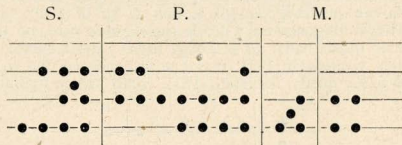


### Multiplicar con Calculos

«Para multiplicar, se han de saber vnos compendios, que puse al fin del cap. 9. deste primero libro, à do comiêça multiplicãdo vnidades por dezenas, lo que viniere seràn dezenas. Presupuesto esto, pon por exemplo, que quieres saber quanto valen 22. varas de paño à 17. reales la vara. Pon en figura la multiplicacion, y multiplicador, como parece.



«Y multiplica con los 7. los 22. cada letra por si, diziendo 7. vezes 2. son 14. ponlos en las rayas (como al principio se mostrò) y passaràs à los diez, diziendo, 7. vezes 2. son 14. Estos 14. son diez, que valen 140. assientalos segun se ha mostrado, y prosigue adelante multiplicando los 22. por el 10. cada letra por si, diziendo: Vna vez 2. son 2. y porque la vna destas letras que multiplicas es dezena, estos dos seràn diez, y assi valdrà 20. Assienta estos 20. y prosigue multiplicando con el mismo 10. las 20. varas, y seràn 200. porque multiplicãdo diez por diez, hazen cientos. Los quales 200. assentaràs, y no faltará otra cosa, sino sumar todo lo que estuviere en las rayas, que son 374. como parece figurado. Y assi haràs en las semejantes de mayor, ò menor cantidad.



«El partir de lo dicho puede el curioso colegir y ordenar lo que mejor le pareciere».

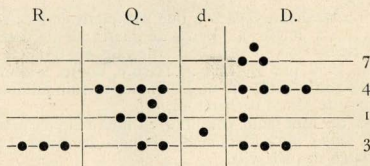
Moya apresenta as figuras erradas excepto as 1.<sup>a</sup>, e 6.<sup>a</sup>. Daqui a dificuldade de perceber os raciocínios do autor, aliás já pouco claros.

Na transcrição que faço, vão estas figuras devidamente corrigidas.

Quando chega à *divisão*, diz Moya que a faça o leitor como melhor lhe parecer, maneira cómoda de tornejear a dificuldade que tal operação oferece feita com *contos*. Esta operação resulta, como se sabe, de uma série de multiplicações e de subtracções, o que, com os *contos*, seria de extrema complexidade.

Quando, porém, o dividendo fôr um número dígito, então as dificuldades desaparecem, porque essas operações se fazem mentalmente.

Seja, por exemplo, proposto dividir o número 7413 por 5. Marquemos com os *contos* êstes dois números, como vai a seguir indicado em *D* e *d* e, começando pela unidade mais elevada, digamos: 7 dividido por 5, dá 1 e restam 2. Colocaremos um *conto* na linha onde está o 7 e, juntando os 2, ou sejam vinte unidades imediatamente inferiores às 4 que se acham na linha seguinte, diremos: 24 divididos por 5 dão 4, e restam 4. Coloquem-se quatro *contos* na linha dos milhares e juntem-se os 4 restantes, ou sejam 40 dezenas com o que lá está, e digamos: 41 divididos por 5 dão 8 e resta 1. Ponham-se oito *contos* na linha das dezenas e somem-se as 10 unidades com as 3 que estão e digamos: 13 divididos por 5 dão 2 e restam 3. Punhamos dois *contos* na linha das unidades do quociente e os 3 de resto nas unidades do resto.



Assim fica esclarecido o trabalho de Moya.

A. VIANA DE MORAIS

## ANTIGUIDADES DE MONSANTO

A leitura de uma inscrição, publicada pelo ilustre Director desta Revista, em que figura um antigo prior de Monsanto, sugeriu-me a publicação d'este artigo, que não terá grande interesse, mas é mais uma achêga para o conhecimento e divulgação do muito que há de interessante no passado da histórica vila de Monsanto, outrora formidável fortaleza da Beira Baixa, guarda avançada de Portugal e atalaia vigilante sôbre a extensa raia espanhola.

É pena que Monsanto seja tam mal conhecida no País, pois merece bem uma visita.

Quem avista, cá da planície, êsse verdadeiro ninho de águias, não se pode furtar a uma forte sensação de assombro, ao ver elevar-se, rapidamente da planura uniforme que o rodeia, um alteroso monte, constituído por colossais blocos de granito.

Lá no alto divisam-se casas, misturadas com grandes rochas e, a coroar tudo, os restos gloriosos de um antigo castelo, com as suas cortinas de muralhas e tôrres quasi desfeitas.

Há muito de inédito na grandiosidade selvagem de tudo aquilo. Paísa-gem, castelo, rochedos enormes, caminhos aspérrimos, dão-nos uma impressão violenta de vigôr, de fôrça bruta e quem se debruçar, sem mêdo de vertigens, das velhas muralhas, pensará imediatamente na bravura heróica dos habitantes de Monsanto, tam bem defendidos pela natureza que já os espanhoís diziam: — «Monsanto, orejas de mulo, el que te ganar, ganar puede el mundo».

Não vou, no pequeno espaço a que me quero limitar, relatar aqui os feitos heróicos desta fortíssima praça de guerra, desde o tempo dos romanos até às derrotas que os espanhoís sofreram, em frente dos seus muros, comandados em 1658 por D. Luiz de Haro e, doutra vez, em 1704, espanhoís e franceses, sob o comando de D. Francisco Ronquinhos, que o nosso brilhante Marquês de Minas desbaratou.

Do passado de Monsanto conservo eu uma relíquia preciosa, um velho manuscrito, salvo miraculosamente de uma destruição certa, que pertenceu a um fidalgo daquela vila.

Numa espécie de têrmo de abertura diz o manuscrito:

«Este livro he de papeis de importancia que nelle estão tresladados pera esta villa de Monsanto o qual está numerado tem noventa e tres folhas. E por ser e passar assim na verdade que assino hoje 5 de Janeiro de 642».

Assinado João de Andrade Calvo-Paulino Leitam (segue-se um apelido ilegivel).

A primeira assinatura é do primeiro possuidor do manuscrito, que o mandou fazer. A segunda é do tabelião, chamado por êle para o organizar e todo o livro é constituído por traslados, em que os tabeliães de Monsanto dêsse tempo, requisitados para êsses serviços, copiavam tôda a curiosa série de documentos de alta importância, para a história da velha praça forte, que constituem o recheio do manuscrito.

\*

No interessante livro do ilustrado Director desta Revista *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> edição, a páginas 21 e sob o número 10, vem publicada a seguinte inscrição:

: ... UI; IAZE; GONCAL  
LO; GONCALUES; PRIOL;  
Q FOI DE SAN SALVA  
... R DE MONSANTO; SO  
... NHO D<sup>o</sup> BISPO D<sup>o</sup> FERNADO  
... OIBRA; Q; PASOU; E LISBOA; E; D<sup>s</sup>  
... A; MERCEE; ALMA; ERA; M; C̃ C̃ C̃; LÛ

As letras que faltam no princípio da quarta linha desta inscrição são um D e um O, devendo lêr-se San Salvador de Monsanto, porque nesta vila houve duas paróquias: a de S. Salvador e a de S. Miguel, ambas priorados, e com os nomes das duas igrejas mais importantes. A de S. Miguel, dentro do Castelo é um lindo templo românico, que merecia bem ser reconstruído, pois está num lamentavel estado de ruína.

Ambos os priores eram apresentados pelos Condes de Monsanto, que mais tarde usaram o título de Marqueses de Cascais.

O prior a que se refere a inscrição é mais antigo do que outros a que me vou referir.

A igreja de S. Salvador, posto que não tenha o valor histórico da românica de S. Miguel, não deixa de ser interessante e lá repousam as cinzas de outros priores.

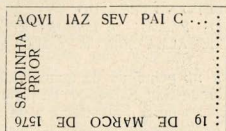
O primeiro prior de S. Salvador, mencionado no manuscrito, é João Caro. Num requerimento, com a data de quatro de Junho de 1592, dirigido ao Juiz Ordinário Fernão Ramos, os vereadores Domingos Fernandes e Thomé de Payva disseram ao juiz «porquanto hora é falecido da vida presente o L.<sup>do</sup> João Caro, que Deos haia, prior que foi da igreja do Salvador da dita villa e por ser falecido se tomara posse da dita igreja e de suas rendas por parte do Senhor Dom Antonio Conde de Monsanto», etc.

A seguir a êste prior menciona o manuscrito, num auto, com a data de 23 de Outubro de 1592, outro, o Licenciado Gerardo Vaz.

Perante os Vereadores e Juizes Ordinários, diz o manuscrito «E ahi estando o Lecenceado Girardo Vaz prior que hora vem da Igr.<sup>a</sup> do Salvador da ditta villa pelo ditto Girardo Vaz foi apresentada aos dittos Juizes a provisão que havia para poder ser prior da ditta igreja e dizendo que ele era apresentado por prior em a ditta igreja com a pensão que o Santo padre mandasse para o Senhor Dom Alvaro, filho do Senhor Dom Antonio Conde de Monsanto», etc.

Num requerimento datado de 25 de Agosto de 1618 diz-se que «hora era fallecido Girardo Vaz de Carvalho prior que foi nesta Igr.<sup>a</sup> do Salvador» e num traslado de uma escritura de 24 de Fevereiro de 1643 manda-se dar posse ao novo prior João Pinto da Fonseca.

Não encontro no manuscrito mais referências a outros priores de S. Salvador mas, visitando a Igreja, encontrei as seguintes inscrições sepulcrais :



A parte inferior está completamente ilegível. É êste o prior mais antigo, de que o manuscrito não fala, por ter sido organizado posteriormente.

Curiosa é a inscrição tumular do prior Gerardo Vaz, por cima do seu túmulo, ao lado direito do altar-mor da mesma igreja e que com bastante dificuldade, por causa da má distribuição de luz, pude fotografar.

O túmulo é de granito, com uma estátua jacente na parte superior e um braço de armas na frente, entre duas argolas de ferro.

Diz a inscrição, separadas as geminações :

·S·DE·GIRALDO·VAZ·PRIOR·DESTA·IGRA·  
E·SEVS·HERDEROS·CO·:·CAPELA·PER  
PETVA·DE·SO·MISAS·FVNDADA·NAS  
CASAS·E·FAZENDA·AVICVLADA·A·FELIPE  
BOTELHO·E·S·M·ISABEL·DE·GOV·DO·VA=  
LE·E·DECENDENTE MS·CHEGADO·A·1·6·13

Esta inscrição tem a data de 1613 e no requerimento, a que atraz me referi, de 25 de Agosto de 1618, diz-se que hora, isto é agora, era falecido Geraldo Vaz de Carvalho.

Ou o prior Geraldo Vaz, mandou fazer a sua sepultura quando ainda era vivo ou a data da inscrição está errada.



Escrevi ao grande amigo de Monsanto, o Dr. José Ferreira da Trindade, pedindo-lhe que examinasse bem a data, pois podia dar-se o caso de, por distração ou imperícia, quando se recobriram as letras de tinta, terem transformado o 8 em 3. Respondeu-me dizendo que na pedra estava gravado um três. Seria êrro do canteiro ?

Do prior João Pinto da Fonseca ha, na mesma igreja, uma sepultura com a seguinte inscrição :

SE PVLTV  
RA DE IO  
AM PINTO  
DA FON  
SECA PR  
OR PERA  
SI E SVCE  
SORES ANO  
16...

Os dois últimos algarismos da data estão ilegíveis, mas o ano parece ser 1654.

Todas estas sepulturas estão no pavimento do altar-mor, havendo outras que não descrevo por não serem de priores.

Noutros artigos, se a gentileza do Director desta Revista consentir, continuarei a tratar de antiguidades de Monsanto, tam digna de ser visitada por arqueólogos e artistas, pois todos muito têm que admirar naquela linda terra.

Castelo Branco, 26 de Maio de 1938

MANUEL DE PAIVA PESSOA

## A ESTADA DA IMPERATRIZ DO BRASIL E DA PRINCESA IMPERIAL NA MADEIRA

No dia 28 de Agosto de 1852 estava engalanada a cidade do Funchal. E que, a bordo da Fragata de guerra «D. Fernando», [chegavam a Imperatriz D. Amélia do Brasil e a Princesa Imperial D. Maria Amélia, sua Filha.

Vinha gravemente enferma a linda Princezinha. Uma tuberculose implacável destruía-lhe os pulmões e assim, atraídas pela fama do clima privilegiado da «Ilha da Saude», vinham na esperança de um milagre...

Desembarcaram na Pontinha e logo seguiram para a Quinta das Angústias — um dos mais deslumbrantes miradouros do Funchal.

A população recebeu com a sua tradicional afabilidade a viuva e a filha do Imperador Brasileiro e durante a sua permanência na Ilha, aquele Povo, bom e acolhedor, tais provas de interêsse e respeitosa simpatia patenteou que, oito meses mais tarde, antes do seu regresso a Lisboa, a desditosa Imperatriz expressava a sua eterna gratidão aos madeirenses, dotando o Funchal com essa obra magnífica de assistência aos tuberculosos pobres: — o «Hospício da Princesa D. Maria Amélia» —.

D. Pedro, filho primogénito de El-Rei D. João VI e da Rainha D. Carlota Joaquina, politicamente, não foi um Príncipe simpático para Portugal.

Herdeiro da corôa, êle renegou a mãe-Pátria e privou a Nação da sua maior e melhor Província de além-mar.

Pondo de parte todas as razões e todos os sentimentos que deviam aferra-lo à defeza do património português, D. Pedro lutou pela separação do Brasil com o entusiasmo de um autêntico Brasileiro.

Isto é fácil de verificar no manifesto de 1 de Agosto de 1822 onde o Príncipe Herdeiro de Portugal — por mais inverosímil que isto pareça — incita os Brasileiros à luta pela separação e logo, cinco dias mais tarde, corta as relações com o Reino para um mês depois, a 7 de Setembro, apresentar à Assembleia do Ipiranga e célebre dilema de «a independência ou a morte», dilema que repetiu e fez ecoar por todos os recantos.

A 12 de Outubro de 1822, para celebrar o seu aniversário natalício, completa o crime de alta-traição à Pátria proclamando-se Imperador do Brasil!

Segue-se então a luta contra as guarnições portuguesas que não suportam a rebeldia do Príncipe e defendem os direitos e interêsses de Portugal.



Em 21 de Março de 1823 assegura o seu triunfo subjugando os últimos valentes soldados de El-Rei seu Pai!

Não deixa de vir a propósito, para que bem se avalie o grau de anti-patriotismo de D. Pedro, reproduzir a proclamação de 10 de Junho de 1824: — «Coragem Brasileiros. Impedi os Portuguezes de pousar pé sôbre a vossa terra e se êles conseguirem abordar, abandonai as vossas cidades, retirai-vos para o interior, cortai-lhes toda a comunicação e em breve, entregues a êles mesmos ficarão reduzidos à extremidade. Numerosos corsários atravessarão então os mares e levando o último golpe ao seu comércio ensinarão aos portuguezes a saber respeitar os vossos direitos».

A Inglaterra, visionando diminuir o nosso poderio colonial, favorecia as ambições de D. Pedro e intervinha junto de Portugal para o reconhecimento da independência do Brasil.

A 15 de Novembro de 1825 — sempre debaixo da influência inglesa — D. João VI assinou o tratado de reconhecimento.

D. Pedro I, Imperador do Brasil, passa a ser um *Príncipe estrangeiro* para Portugal, à face das leis portuguezas. Em 28 de Janeiro de 1641 ficara estabelecido que «a *sucessão do Reino não possa nunca vir a Príncipe estrangeiro nem a seus filhos*». A Constituição de 23 de Setembro de 1822 no seu artigo 136 expressa o seguinte: — «Se o Herdeiro da Corôa de Portugal entrar em possessão de uma corôa estrangeira ou se o herdeiro de uma corôa estrangeira dever herdar também a corôa de Portugal, não poderá reünir as duas; escolherá aquela que preferir e se êle se decide pelo trono estrangeiro será considerado como tendo renunciado ao trono de Portugal».

Minado de desgostos, D. João VI morre em Novembro de 1826 e o Imperador brasileiro presentindo o desmoronar do seu trono, recebendo assim com a ingratidão de seus súbditos o primeiro castigo da Providência, resolve voltar as atenções para Portugal e interferir na vida desta nação que êle repudiara e combatera à mão armada!

Seguindo as leis nacionais os Três Estados, reünidos em Côrtes em 1828, reconheceram como legítimo Soberano português o Senhor D. Miguel de Bragança, que logo foi proclamado Rei.

D. Pedro, afastando se da vida do novo Império que êle criara, não exita em pegar de novo em armas, auxiliado pelo estrangeiro, para lançar a Pátria, que êle renegara, numa sangrenta guerra fratricida. E que D. Pedro I do Brasil queria à fôrça colocar no trono de Portugal sua Filha, a Princesa do Grão-Pará, D. Maria da Glória.

Essa luta terrível que terminou em 1834 com a convenção de Évora-Monte, deixou Portugal à mercê do vencedor... Em Abril de 1831 os Imperadores do Brasil pediam asilo numa nau inglesa para seguirem com

rumo à Europa, caminho do exílio. D. Pedro, deixando no Império, que êle formara, o seu Filho de cinco anos, levantado ao trono Imperial pela sua abdição, deixando os seus queridos bastardos, devia — quem sabe? — sentir no coração que sangrava o castigo providencial. . .

Mais tarde, em Lisboa, quando a multidão o apedrejou no Rocio e logo na récita de gala, em S. Carlos, lhe atiraram com moedas e o insultaram — êsses mesmos que o tinham pouco antes como um ídolo — devia ter passado pelo espírito do ex-Imperador uma dôr cruciante. . .

Pessoalmente D. Pedro era simpático. Era um produto do seu tempo. Tinha defeitos, enormes defeitos, mas tinha qualidades. Era pai amantíssimo e procurava ser popular. Morrendo novo, com 35 anos, deixou atraz de si uma obra grande, que não é simpática ao nosso patriotismo de portugueses mas que não podemos deixar de reconhecer. Se não fôra êle talvez hoje o Brasil, a nação irmã, não fôsse grande e progressiva como é.

Do seu primeiro casamento com a Princesa Austriaca D. Maria Leopoldina nasceram D. Maria da Glória — feita Rainha de Portugal após a guerra civil — e D. Pedro de Alcântara — aos cinco anos, por efeito da abdição de seu Pai, proclamado segundo Imperador do Brasil — Em 11 de Dezembro de 1826 falecia no Rio a Imperatriz D. Maria Leopoldina a quem os brasileiros chamavam «a Santa». O Imperador pensa em consorciar-se de novo. O Marquês de Barbacena é investido na alta incumbência de vir à Europa escolher noiva para o seu Soberano, mas em tôdas as Côrtes só encontra a formal recusa. Não havia Princesa que quizesse ser a nova Imperatriz do Brasil e Barbacena sente-se humilhado e disposto a desistir da missão quando a Princesa D. Amélia, filha do Príncipe Eugénio e neta, portanto, da Imperatriz Josefina que foi mulher de Napoleão I, se resolve a aceitar a proposta, tão desigual para o Imperador. . . Em 16 de Outubro de 1829 chega ao Rio de Janeiro a nova Imperatriz Brasileira — D. Amélia Eugénia Napoleona de Leuchtemberg.

Foi esta soberana que em 28 de Agosto de 1852 chegou ao Funchal acompanhando a sua Filha, essa linda Princesa que ía procurar saúde e vida confiando no clima milagroso da Madeira mas que na madrugada de 4 de Fevereiro de 1853 se finava, deixando imersa na mais cruciante dôr a sua augusta mãe e consternados os madeirenses que, todos, atraídos pela sua candura, pela sua bondade e pelo seu infortúnio lhe traziam respeitosos e internercedor carinho.

Esse afecto que a população da Madeira consagrou à desditosa Princesinha Imperial não podia ser indiferente à Imperatriz e para patentear a sua gratidão resolveu dotar o Funchal com uma instituição magnífica onde os tuberculosos pobres podessem combater êsse mal horrível que lhe roubara a Filha idolatrada!

Em 13 de Abril de 1853, em carta dirigida à Rainha D. Maria II—sua enteada — diz: — «desejando deixar nesta Ilha, em proveito dos indigentes atacados da cruel enfermidade a que sucumbiu a Princesa D. Maria Amélia, Minha Muito Amada e Saudosa Filha, algum vestígio da Nossa estada na Madeira, que recorde os testemunhos que Ambas recebemos dos seus bons habitantes, ocorreu-me a ideia de estabelecer no Funchal, por ora unicamente por modo de ensaio, para mais tarde, segundo me mostrar a experiência, ter a forma de uma fundação pia, um hospício ou uma casa de caridade para serem recebidas e tratadas vinte e quatro pessoas pobres e doentes de tísica pulmonar, debaixo da direcção de uma comissão...»

D. Maria II respondeu, como era lógico, aplaudindo e prometendo prestar à obra «toda a cooperação e auxílio».

Em 10 de Julho de 1853 inaugurava-se o Hospício da Princesa D. Maria Amélia, instalado provisoriamente no esplêndido prédio que o Morgado Aragão possuía na Rua do Castanheiro, em frente da porta principal do Quartel — o antigo «Colégio» dos Jesuítas.

A 4 de Fevereiro de 1856 — terceiro aniversário do falecimento da Princesa D. Maria Amélia — foi lançada a 1.<sup>a</sup> pedra para a construção do sumptuoso edifício que a generosidade da Imperatriz desejava erigir para que os pobres típicos encontrassem o maior conforto.

Em 1859 estava concluído esse edifício admirável, que ainda hoje é modelar, onde tantos infelizes, tocados pela implacável tuberculose pulmonar têm recuperado a saúde ou têm acabado seus dias rodeados de carinhos e conforto que lhes proporcionam essas beneméritas enfermeiras, as Irmãs de Caridade, que consagram a vida na santa cruzada do «bem-fazer».

No dia 4 de Fevereiro de 1862, evocando o 9.<sup>o</sup> aniversário do passamento da linda Princesa do Brasil, abriu as portas o novo Hospício ficando ali internados 12 doentes.

Na capela, a meio do edifício, existe uma curiosa relíquia, hoje com valor histórico — uma imagem da Virgem das Dôres oferecida pelo Arquiduque Fernando Maximiliano de Austria — aquele desditoso Imperador Maximiliano do México, tão cruelmente sacrificado!

Seis meses após a abertura do Hospício, a 2 de Agosto de 1862, as Irmãs de Caridade, em virtude da lei referente às ordens religiosas, deixavam o Funchal e o estabelecimento encerrava-se.

Sómente em 1871 regressaram as Religiosas e se reabriu o Hospício. Cerca de dois anos mais tarde, aos 26 de Janeiro de 1873, falecia em Lisboa a Fundadora desta obra admirável, essa que foi Imperatriz do Brasil e neta da Josefina, mulher de Napoleão I.

A Imperatriz D. Amélia legara à Rainha Josefina da Suécia, sua Irmã,

o encargo de velar pelo seu Hospício do Funchal e de lhe dar as garantias necessárias para a sua continuidade, tornando assim perpétua a lembrança da linda Princesinha, sua Filha, que aos 21 anos se finara naquela Ilha de sonho e de encantamento. No seu testamento a Imperatriz indica os nomes da Baronesa Carolina de Stengel, sua dama de honor, de Primislaio Sperling, seu secretário, e do «bom e tão dedicado Doutor Barral» para prestarem a sua irmã, a Rainha da Suécia, as informações que desejar sobre o Hospício, elucidando que todos êles conhecem os seus projectos de dotação e de administração do estabelecimento.

Deve-se a esta determinação testamentar da Imperatriz o acrisolado afecto que sua augusta irmã, a Rainha Josefina, tomou pelo Hospício. Em 5 de Julho de 1876 morre, porém, esta soberana mas no seu testamento deixa expressas as disposições relativas à organização e funcionamento do Hospício da Princesa D. Maria Amélia e é seu Filho, o Rei Oscar II da Suécia, e da Noruega quem realisa escrupulosamente quanto a régia finada determinara.

Em 1877, por ordem do Rei Oscar, lavram-se os documentos necessários para assegurar o bom funcionamento do Hospício dando a garantia de perpetuidade a tão benemérita e simpática instituição. Têm êsses documentos um particular interesse. Trazem o «visto» e a assinatura do Rei da Suécia — «Oscar» —. Um sinete em lacre, sobre um fio amarelo e azul, prende as diferentes peças do processo, com a seguinte inscrição: — «Notarius Publicus — Ferd. Svensson — Stockholm».

Abre este processo a declaração da fundação do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, feita pelo Rei Oscar, de harmonia com os poderes conferidos pela Rainha Josefina, em 5 de Junho de 1876, declarando-a definitiva e perpétua. Louis De Geer assina a certificar, com data de 17 de Maio de 1877, Stockholm, que S. M. o Rei Oscar II da Suécia e da Noruega «com a sua própria mão escreveu e assinou a confirmação» e o Notário público Ferdinand Svensson faz o reconhecimento.

Com data de 5 de Junho de 1877 vem o «visto» do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia, assinado pelo Secretário Geral, Lagerhiam e com a data de 6 do mesmo mês e ano o «visto» da Legação de Portugal em Stockholm e assinado «Sotto Maior» com o selo em lacre da Legação de Portugal na Suécia e Noruega.

São cinco as peças desse processo contendo cada uma vários artigos. Há cinco documentos anexos: — I a Procuração da Rainha Josefina com data de 5 de Junho de 1876; II O texto na lei portuguesa de 19 de Julho 1853, referente à autorização concedida a S. M. a Imperatriz do Brasil para construir no Funchal o Hospício; III o extrato do testamento de 1863, da

Imperatriz do Brasil, documento êste que inicia com o requerimento assinado por «Leça da Veiga» em 4 de Setembro de 1876, pedindo para que seja passada a certidão, ao Visconde d'Aljesur, do que constar do art.º 2.º do testamento da Imperatriz, tanto em francês como em português e é José Maria de Lima, escrivão da administração do Bairro Ocidental de Lisboa quem certifica, em 7 Setembro 1876; IV. Atestado do Visconde d'Aljesur, executor testamentário de S. M. a Imperatriz; V Carta oficial do Ministro do Reino, António Roiz Sampaio, com data de 15 de Julho de 1875, dirigida ao Dr. Joseph Müller, Bibliotecário de S. M. de Rainha da Suécia e Noruega.

Assim, da estada da Imperatriz e da Princesa Imperial do Brasil na Madeira ficou para todo sempre ligada por essa magnífica instituição de caridade e mais grata recordação, que de pais a filhos se transmite. Como a Imperatriz desejava organizar um Orfanato, apenso ao Hospício, com escolas para os pobres, em 1878 a Superiora do Hospício realisonou a nobre intensão da Soberana.

Hoje as escolas do Hospício são frequentadas por centenas de crianças e o Orfanato tem prestado revelantes serviços e uma benéfica acção social. Pena é que, tendo sido criado o sanatório para tuberculosos, hoje o pensamento inicial da Imperatriz esteja sendo alterado, pois são, quasi exclusivamente admitidos só aqueles que estão *ameaçados* e não os *atacados* de tuberculose pulmonar. Dever-se-ia respeitar o que tinha expresso a Fundadora e que bem claro vem na sua carta à Rainha D. Maria II — «... *um hospício ou casa de caridade para serem recebidas e tratadas vinte e quatro pessoas pobres e doentes de tísica pulmonar...*» Podia parecer às pessoas mal intencionadas que o médico assistente do Hospício admitindo só os *ameaçados* pretende fazer-se passar por um milagroso.

Ainda, como documento da passagem das Princesas Brasileiras existem na «Botica dos Dois Amigos», no Funchal, duas enormes ânforas de procelana com as armas imperiais. Certamente era daquela farmácia que iam os medicamentos para a desditosa Princesinha.

A Madeira, que em 28 de Agosto de 1852 recebeu com júbilo a Imperatriz e a Princesa Imperial e lhes procurou dar a mais respeitosa e simpática hospitalidade, conservará sempre, atravez dêsse estabelecimento de caridade que fundou a viuva de D. Pedro I, uma saudosa e grata recordação...

Lisboa, Janeiro 1936.

VISCONDE DO PÔRTO DA CRUZ

## AS SEPULTURAS DOS BRANDÕES EM S. FRANCISCO DO PÔRTO

Durante as poucas horas que mediaram entre a chegada de um comboio que me conduzira ao Pôrto e a partida de outro que me levaria a uma cidade do Norte no desempenho de missão oficial, dirigi-me em rápida visita à igreja, então em restauro, do convento de S. Francisco, cuja magnificante talha seiscentista encobre por completo a primitiva simplicidade do templo gótico.

A brevidade do tempo e a falta absoluta de condições favoráveis para a leitura das inscrições que tentei copiar, serão porventura atenuantes das imperfeições deste trabalho, aliás em parte já iniciado por ilustres investigadores a quem presto as minhas homenagens.

A recolha nestas páginas dos letreiros sepulcrais da capela dos Brandões, tem apenas por fim reuni-los e conserva-los contra possíveis vandalismos, como tantos a que temos assistido, e porventura facilitar o seu aproveitamento para trabalhos alheios, que um dia surgirão, àcerca do formoso templo fernandino, ou da nobre família que tão importante lugar ocupou outrora na vida portuense.

### I

AQVI · IAZ IOHAM BRANDAM FIDA  
LGO : DA CASA DEL REI · E SEV COMT  
ADOR DESTA CIDADE · FALECEO  
NO ANO DE M · D · I ·

Inscrição publicada por Monsenhor Ferreira, na *Arte em Portugal—Pôrto*, e por Carlos de Passos, nos *Monumentos de Portugal—Pôrto*.

E' muito conhecida a formosa arca Renasçença em que se encontra insculpida, pela divulgação da magnífica simili-gravura do mestre Marques Abreu.

Este João Brandão era filho de Alvaro Gonçalves Brandão, que está sepultado em Grijó e foi pagem de lança do Rei D. João I, que, mais tarde, lhe fez mercê do officio de contador da comarca do Pôrto para si e seus descendentes. Casou com D. Beatriz Pereira, de quem teve Diogo Brandão, que lhe sucedeu no cargo de contador, e Fernão Brandão, ambos com inscrições que seguem.

AQVI IAZ BR  
 IATIZ PEREIRA  
 MOLHER DE IOHA  
 N BRANDAN E S  
 EV FILHO DI  
 O GVO BR  
 A NDAM  
 ... . M . DXXV

Publicada pelo Dr. Carlos de Passos, na obra atrás citada.

No pavimento da capela dos Reis Magos <sup>(1)</sup>, antigamente da invocação de S. Braz.

D. Beatriz Pereira, filha de Diogo Peixoto, foi mulher de João Brandão, o da inscrição anterior. Seu filho Diogo que herdou do pai o officio de contador da comarca do Pôrto, latinista e crítico muito consultado pelos seus contemporâneos e cujas poesias figuram no cancionero de Rezende, mandou que o sepultassem junto de sua mãe, na capela de S. Braz.

Conta certo linhagista indiscreto que casou obrigado por justiça com uma senhora de nome Isabel Nunes, filha de um Nuno Alvares Carneiro, que instituiu o morgado de S. Francisco.

Foi senhor da quinta de Correixas, com que fôra dotada sua mulher em 24 de Abril de 1505, por escritura feita no Pôrto, nas notas do tabelião Braz Francisco, e padroeiro da igreja de Peroselo com a apresentação do reitorado. Acompanhou D. Beatriz à Saboia e houve, por seus serviços, do Rei D. Manuel a dízima do sal, por carta de 7 de Outubro de 1516.

Foram seus filhos: João Brandão que morreu menino, Jerónimo Brandão Pereira, Nuno Alvares Brandão, Miguel Brandão Pereira, que foi cavaleiro de Malta, e três filhas: D. Brites, que casou com Francisco de Melo, D. Violante, que casou em Novembro de 1520 com Diogo Leite, e D. Margarida, que foi mulher de João Alvares Pereira.

Diogo Brandão foi o primeiro administrador do morgado que instituiu com a quinta de Correixas e Peroselo com seus casais e foros, e com os encargos da umas capelas que haviam sido de um fidalgo de nome Rui de Pina, morador que fôra na cidade da Guarda, e de Fernão Brandão, e que depois transmitiu a seu filho Jerónimo.

(1) Carlos de Passos, Mon. de Portugal — Pôrto.

Este Jerónimo Brandão mandou, mais tarde, reunir os ossos dos pais num túmulo que colocou na capela de S. Jerónimo, junto à parede da banda do Norte, com a estátua jacente de Diogo Brandão, vestida com suas armas (2).

No seu testamento deixa a sua livreria vinculada e manda que os seus sucessores «façam um filho letrado, por ser a ciência coisa de muita honra, acrescentamento de bens temporais, e para os da alma mui grande accessão» (?)

Diogo Brandão e sua mulher D. Isabel Nunes, fizeram testamento nas suas casas da rua Nova da Cidade do Pôrto, aos 13 dias de Outubro do ano de 1528.

Ele, como vimos, mandou-se sepultar com sua mãe e, ela na sepultura onde jazia Nuno Alvares, seu pai.

### III

(Na tampa)

· D · SERVATORI ·

(Na arca)

F·BRANDONIO PEREIRAE·REGIAE NOBILITAT, PRIM<sup>IV</sup>  
ASCRIPTO MOX INFANTIS FFRNANDI CVBICVL<sup>O</sup> AC PRIMO AVI (?)  
TON MAIOR·CONDIT<sup>O</sup>RI·OBIIT OLISSIPONE·XVI KAL SEPTANA  
VIRG·PARTY·M·DXXVIII·ELIZABET PINNA QVE IN HOC PATRI  
VM DOMICILIVM TRANSFERENDVM CVRAVIT AETERNVM LACHRI  
MANS CONIVGI DVLCISSIMO ET SIBI POSTERISQ EORVM

Inscrição com algumas letras inclusas, insculpida num túmulo de pedra de Ançã (3), recolhido sob um arcosólio e assente sobre outro mais antigo em cuja tampa a custo se pode ler :

(AQ)I IAZ.....  
.....A QUAL SE FINOU A X DE MAIO

em caracteres góticos minúsculos.

O latim do letreiro superior classifica-o benevolentemente Monsenhor Ferreira, de «algo incorrecto» (4).

(2) Será este o sarcófago com a «tampa lastimosamente partida» a que se refere o illustre historiador portuense Dr. Carlos de Passos, a pág. 34 do seu interessante volume *Pôrto* da bela colecção, infelizmente interrompida, da «Arte Portuguesa», editada pelo grande artista Marques Abreu?

(3) Carlos de Passos, *Mon. de Port. — Pôrto*.

(4) *A Arte em Portugal — Pôrto*.



Nêsse túmulo jaz Fernão Brandão Pereira, filho de João Brandão e de D. Brites Pereira, poeta, como seu irmão Diogo.

Diz-nos Monsenhor Ferreira <sup>(5)</sup> que a sua viuva, aquella «eternamente lacrimosa» Isabel de Pina, que de Lisboa lhe levava os ossos para S. Francisco, era filha do cronista Rui de Pina. Um filho seu, Braz Pereira, conta-nos Volkmar Machado <sup>(6)</sup> que mantinha funda amisade com Francisco de Holanda, por se haverem criado ambos em casa do Infante D. Fernando, de quem Fernão Brandão era guarda-roupa.

Ano do *parto da Virgem*, indicado na inscrição, é uma forma pouco vulgar de referir o ano do nascimento de Cristo.

#### IV

S D D<sup>o</sup> BRÃ  
DÃ PRA CAPE:  
LÃO QVE FOI  
DA PRICESA  
DONA IO:  
ANA DE AVS  
TRIA FILHA  
DO ËPERA  
DOR CARLOS  
MAI DELREI  
SEBASTIÃO  
1574

Numa relação, feita em 1553, das pessoas que compunham a casa da Princesa D. Joana, a desventurosa mãe do Rei D. Sebastião, vem mencionado êste Diogo Brandão Pereira, com 20\$000 reis de ração, entre outros capelães <sup>(7)</sup>.

A não ser que Diogo Brandão Pereira tenha acompanhado D. Joana, para Madrid, depois do falecimento do amoroso Príncipe D. João em 1554, deveria ter deixado de exercer o cargo muitos anos antes da sua morte.

<sup>(5)</sup> Ob.cit.

<sup>(6)</sup> Col. de Memórias, pág. 63 (ed. 1823).

<sup>(7)</sup> D. António Caetano de Sousa, *Hist. Geneal.*, Provas, tomo III, n.º 144, pág. 69.

D. Joana morreu no Escorial a 7 de Setembro de 1573.  
Esta inscrição foi publicada pelo Dr. Carlos de Passos (\*).

V

S DE LVIS BRA  
NDAM PRA DE  
LACERDA E HERD

Quando há anos, pouco antes da minha curta visita ao monumento, foi levantado o soalho do transepto, conta Carlos de Passos que apareceram algumas sepulturas, entre as quais a que está coberta com a loisa onde se lê esta inscrição que foi o primeiro a transcrever (†).

Creio que um ramo desta família mantém ligados êstes três apelidos.

VI

S  
DE LVIS  
BRANDÃO  
PRA E HERDROS

Inscrição também existente numa campa.  
Deixo à paciência doutros a averiguação das raizes dêste rebento da frondosa árvore genealógica dos Brandões do Pôrto.

Lumiar, Quinta de Nossa Senhora do Carmo, Inverno de 1938.

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA

---

(\*) Ob. cit. pág. 75, nota 1.

(†) Ob. cit. pág. 75, nota 2.

# ARQUITECTURA ROMANO-OGIVAL

(NOTAS)

Se é certo que o primeiro edifício plenamente ogival que entre nós foi levantado — o Monumento da Batalha — data dos fins do século XIV, é igualmente certo que a abóbada nervada, característica daquele estilo, fez muito antes a sua aparição em Portugal,

Citarei um tramo da igreja românica de S. Pedro de Rates<sup>(1)</sup>; a galilé da sé de Évora; as lanternas das sés de Lisboa e Coimbra; o claustro da sé desta última cidade, no qual, todavia, a ornamentação é românica e os arcos são de volta perfeita; o claustro e o deambulatório da sé de Lisboa; o claustro do convento de Alcobaça, etc.

A vasta igreja dessa vila, construída em 1114, segundo plano emanado de Claraval, é edifício cuja classificação tem sido discutida. Em presença, porém, da estrutura das suas abóbadas, que repousam sobre uma rede formada, em cada tramo, por seis arcos — dois longitudinais, dois transversais e dois diagonais — forçoso é considerá-la ogival, embora só na abside nos apareçam os arcos-botantes característicos da arquitectura gótica, os suportes das arcadas da nave mantenham a feição de pilares compostos, e outros elementos da arte românica ofereça ainda a severa igreja monástica, exemplar típico do ogival cisterciense.

Com D. Afonso III, vieram de França muitos estrangeiros, e lá haviam sido educados alguns membros do alto clero desse tempo.

Seu filho D. Diniz, que inaugurou na pátria uma era brilhante de civilização, teve por mestres o bispo de Évora e, depois, de Lisboa, D. Domingos Jardo, que havia cursado a célebre Universidade de Paris, e o francês Ayméric d'Ebrard.

Esta circunstância favoreceu, sem dúvida, a introdução, no reino, da arte gótica ou ogival, da arte francesa (*opus francigenum*), que se constituiu no decorrer da segunda metade do século XII e atingira no imediato a plenitude dos seus recursos.

No entanto, a primitiva igreja conventual de S.<sup>ta</sup> Clara, em Coimbra, fundada pela Rainha Santa Isabel e sagrada em 1330, é, ainda, a julgar

---

(1) Vid. a planta publicada na excelente monografia do Sr. Dr. Manuel Monteiro — *S. Pedro de Rates*. Ocorre perguntar se acaso a abóbada citada é contemporânea da construção da igreja (século XII).

pelos elementos que subsistem e as areias do Mondego não ocultaram, um exemplar de transição. E no claustro de Alcobaca, já citado, obra do rei trovador, os grandes arcos envolventes são de volta perfeita (1) e o portal e as janelas da Casa do Capítulo acentuadamente românicos.

A sé de Evora, concluída no século XIII, embora nos primeiros anos dele, e em que o estilo ogival interfere já, — na galilé que protege a entrada, na torre do sul, no exterior do imponente zimbório, que Gabriel Pereira compara a um elmo de guerra — é também, nos seus elementos fundamentais, de estrutura românica, a-pesar-do perfil da abóbada, que cobre a sua austera e magestosa nave média, e do traçado dos arcos, que dividem as naves.

A comprovarem a extraordinária vitalidade do nosso românico, tão adaptavel ao granito regional e tão acorde com a alma portuguesa desses afastados tempos — simples, forte e crente, — temos, já do século XIV, numerosas igrejas romano-góticas, isto é, ainda não plenamente ogivais.

São, em, geral, edifícios em que só a abside, ou as absides, têm, a protege-las, a característica abóbada nervada, mantida unicamente por meio de botareus (faltam, em regra, os arcos-botantes); em que as naves são abrigadas por meio de telhados assentes sobre armação de madeira, muitas vezes aparente; em que as paredes são espessas e cerradas e os arcos e arquivoltas quebradas; em que os suportes são colunas, ou pilares compostos, e em cuja ornamentação o naturalismo gótico, ou falta completamente, ou alterna com os motivos geométricos, a flora convencional e o simbolismo da persistente arte românica.

Um dos exemplares romano-góticos mais notáveis é a igreja de Leça do Bailio, concluída em 1336. Sem nos afastarmos muito de Lisboa, apontarei Santa Maria ao Olival, em Tomar, Nossa Senhora da Graça, em Santarem, Santo André, em Maíra, Santa Maria, em Sintra, S. Leonardo, na Atouguia da Baleia, a igreja conventual de Odívelas, de que apenas se conservam, da primitiva construção, as absides e uma capela contígua à absidiola do lado do Evangelho.

Quere-me, até, parecer que na interessante igreja de S. João Baptista, em Tomar, cuja construção começou no reinado de D. João II e terminou no de D. Manuel, ha ainda, nos arcos das naves e nos fustes e capiteis das colunas em que se esteiam, vagas reminiscências da longinqua arte românica.

---

(1) Refiro-me aos pórticos inferiores. Os lanços superiores são do século XVI e obra de João de Castilho.

E não será, acaso, descabido perguntar se iguais reminiscências não reflete também o claustro de S. Francisco, de Alenquer (século XVI).

O sentimento românico das proporções domina ainda, em geral, a arquitectura manuelina, sendo evidente, por exemplo, na linda torre de Belem.

Esta notável persistência na arte românica da Península foi assinalada pelo eminente architecto-arqueólogo Lamperez y Roméa, que afirma ter-se construído nesse estilo, durante o século XIII, em várias regiões, como Segóvia, Sória e Galiza, tendo, até, nesta última provincia, alcançado os séculos XIV e XV, com relativa pureza.

D. JOSÉ PESSANHA

## A PRINCESA D. MARIA AMÉLIA

Há dias adquirimos um interessante livro da escritora brasileira D. Maria Junqueira Schmidt intitulado *Princesa Maria da Gloria*, Rio de Janeiro 1934.

A sua atraente leitura fez brotar em nós o desejo de ler outro livro da mesma senhora, publicado, em S. Paulo em 1927, sob o título *A Segunda Imperatriz do Brazil (Amelia de Leuchtenberg)*.

O nosso ilustre amigo o sr. Ministro Arenas de Lima satisfizes-nos a curiosidade emprestando-nos, gentilmente, êste volume de que, há anos, nos dera conhecimento.

Com o auxilio dêsse livro e duma encantadora *Notice biographique sur son Altesse Impériale Dona Marie-Amélie de Bragance, Princesse du Brésil*, publicada em Leipzig no ano de 1857, que não vemos citada na extensa bibliografia indicada pela mencionada escritora no seu segundo trabalho, vamos esboçar a biografia desta tão simpática, quão malograda Princesa.

A Princesa D. Maria Amélia foi o único fruto do segundo casamento de D. Pedro IV, Rei de Portugal e primeiro Imperador do Brasil com a Princesa D. Amélia Augusta Eugénia Napoleona de Leuchtenberg, filha do Príncipe Eugénio de Behaurnais e neta da Imperatriz Josefina, primeira esposa do Imperador Napoleão I.

Nasceu em Paris, na rue de Courcelles, no 1.º de Dezembro de 1831, tendo tido por madrinha a Rainha de França Maria Amélia.

Lê-se na noticia anónima: «cette princesse, prédestinée à une gloire si paisible et si pure, reçut le jour au milieu des agitations politiques de la France, sur la tère étrangère, loin du pays de ses ayeux».

Em 1832 partia o Imperador, com o simples título de Duque de Bragança, para a Ilha Terceira, a-fim-de pôr-se à frente da expedição que se destinava à libertação de Portugal.

A noticia dá-nos as seguintes informações a respeito da princesinha «L'enfant était bien constitué; ses grands yeux brillaient d'un vif éclat, ses mouvements décelaient la force, la santé; le sang méridional qui coulait dans ses veines, se faisait jour à travers la juvénile enveloppe qui le recouvrait. La princesse apprit de bonne heure à marcher, elle articula prématurément quelques mots.»

Depois da entrada em Lisboa, em 24 de julho de 1833, das tropas liberais, do comando do Duque da Terceira, a Imperatriz tratou de partir para junto de seu esposo.

É no dia 22 de Setembro, depois duma curta estada em Inglaterra,

chegava à capital de Portugal, onde era aguardada pelo Imperador, seguido de um imponente cortejo.

Pouco tempo gosou D. Pedro da companhia de sua esposa e filhinha pois, um ano depois, morria em Queluz, em 24 de Setembro de 1834.

A inconsolável viuva ia agora entregar-se, por completo, à educação da Princesa Maria Amélia, de quem escreve D. Maria Schmidt: "...crescia de dia para dia. Linda criança, muito clara e corada, meiga e carinhosa, mas franzina de constituição. Seus olhos castanhos viviam ensombrados por um círculo arroxeadado, e as faces, ora pallidas, ora repentinamente rubras, trahiam certa predisposição para a tuberculose".

Em 5 de Maio de 1838 partiam mãe e filha, para a Baviera, onde se erguia o castelo real de Tegernsée, situado a quinze léguas de Munich, residência de seus illustres ascendentes e parentes.

Ambas atrairam, logo, a simpatia e o amor de todos.

A Princesinha ia, precocemente, desenvolvendo os seus conhecimentos, educada no fervoroso culto de Deus.

No mês de Junho de 1839 a Imperatriz deixou o seu país natal e voltou a Portugal.

Em Lisboa Maria Amélia teve como aia Madame Bourdi; como mestre de belas letras e de ciências naturais o Dr. Frederico Kunstman, da Universidade de Munich; de história e literatura portuguesa o cônego Francisco Freire de Carvalho; de piano D. Cecília Sthal e de dança Mr. Victor.

Voltaram ainda a Munich nos anos de 1843 e 1846 e, em 1850, regressaram definitivamente a Portugal.

A sua educação estava completa: falava correctamente diversas línguas da Europa; conhecia as matemáticas, a cosmografia e as ciências físicas e naturais; era muito versada na história; desenhava e pintava muito bem e tocava excelentemente.

"Marie-Amélie quitta la Bavière au mois d'Août 1850, — brillante de jeunesse, de grâces, de santé; heureuse d'un avenir qui se dessinait sous de splendides auspices: une union selon les vœux de son coeur, pouvait assurer la félicité de sa vie; . . . . une couronne royale pouvait ceindre son front. . . . Mais Dieu tient en ses mains puissantes des couronnes de valeur diverse," escreve o anónimo autor da *Notice*.

Nêste livro acham-se extratadas algumas cartas da gentil Princesa, em que se manifesta bem a candidez e pureza da sua alma e a resignação em face da crescente marcha da sua mortal doença. . .

A fim de colher alívios para os seus padecimentos foi acolher-se ao benéfico clima da Ilha da Madeira, para onde seguiu, em 25 de Agosto de 1852, na fragata de velas *D. Fernando*, com sua mãe.

Ali chegaram em domingo 30 de Agosto, desembarcando no dia seguinte.

Eis como a *Notice* descreve a sua chegada: «La jeune princesse fut portée à travers une foule silencieuse et compacte, jusqu'à sa demeure, . . . suivie à pied de l'Impératrice et d'un nombreux cortège. Dans ce trajet où les rues étaient jonchées de fleurs, où des guirlandes aux couleurs les plus brillantes et les plus variées ornaient les maisons, la princesse aperçut des mains qui s'élevaient pour lui offrir des bouquets, des lèvres qui articulaient quelque benediction, quelque vœu pour son rétablissement: elle en fut profondément touchée. De belles inscriptions, placées sur des arcs-de-triomphe, étaient les interprètes silencieux des espérances des habitants de l'île».

À noite toda a cidade estava prodigiosamente iluminada.

Nos primeiros tempos realizou muitos passeios pela ilha em carruagem, mas depois, o seu estado de fraqueza só lhe permitia que fôsse transportada em rêde.

O estado da sua tão precária saude porém, apesar dos constantes cuidados, cada vez se tornava mais desesperado.

Tôdas as suas distrações habituais: o piano, o pincel, o lapis e a leitura, lhe foram prohibidos por prescrição médica.

«La patience, la pieuse résignation de la jeune martyre ne furent pas ébranlées; rien n'altérait son calme habituel, n'étaient-ce les larmes de sa bien-aimée mère», lê-se na *Notice*, que vamos seguindo.

A Princesa não tinha illusões sobre a gravidade da sua doença e dizia, muitas vezes, que tinha feito, a Deus, o sacrificio da sua vida.

Relata ainda a *Notice*: «En compensation des souffrances imposées à Marie-Amélie, le seigneur lui avait accordé à un degré insolite, l'intelligence des vrais biens. La prière fut sa consolation incessante et suprême; la réception fréquente des saints sacramens en était le couronnement».

No começo do ano de 1853 teve de ser transportada do seu quarto para o salão, onde havia mais sol.

Em 27 de Janeiro recebeu, com a maior piedade, os Santos Sacramentos.

A 3 de Fevereiro, pela meia noite, o médico declarou que estava chegada a sua última hora e que, nestas condições, devia ministrar-se-lhe a Extrema Unção.

Tendo-lhe sua mãe comunicado êste aviso do médico, a Princesa, cheia da maior resignação, fez a sua confissão, com a maior dificuldade, pediu perdão a sua mãe dos desgostos que pudesse ter-lhe dado, despediu-se de tôdas as pessoas presentes e agradeceu ao médico e à criada os seus cuidados.

A uma hora da madrugada do dia 4 recebeu a Extrema Unção.



Em seguida foi dita a Missa, durante a qual comungou.

As três horas começou a agonia.

«Les souffrances étaient affreuses... toutefois elle n'avait pas perdu connaissance», informa a *Notice*.

As quatro horas, depois de dôres cada vez mais violentas e intensas, subiu ao Ceu a alma pura da Princesa Maria Amélia!

No dia 5 de Fevereiro o seu corpo foi embalsamado e no dia 8 foram os seus restos mortais transferidos, provisoriamente, para uma capela próxima, onde, diariamente, se celebrava o Santo Sacrifício de Missa, com a assistência da Imperatriz e mais pessoas de sua casa.

No dia 7 de Maio realizou-se o seu embarque para Portugal, num navio expressamente enviado pela Rainha D. Maria II, sua irmã.

Em seguida às cerimónias fúnebres, feitas na capela, doze marinheiros transportaram o caixão para bordo.

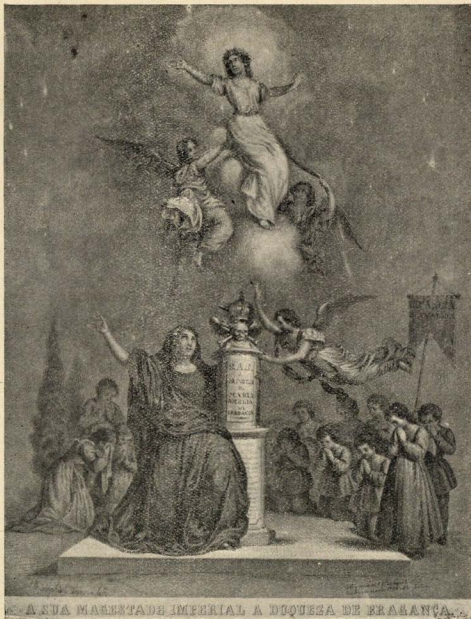
O cortejo que se formou era assim constituído, segundo a *Notice*: «L'Impératrice, image de la douleur et objet de la respectueuse sympathie de tous, suivit le cercueil à pied; l'Evêque marchait à ses côtés. Puis venaient les dames de la cour impériale; les officiers envoyés par Leurs Majestés Portugaises; le Gouverneur de l'île de Madère; la chambre municipale de Funchal; les délégués de tous les districts de l'île etc. Une foule d'habitants de toutes les classes suivirent le convoi dans l'attitude du recueillement et de la douleur. La municipalité de Funchal avait fait distribuer huit cents cierges».

A bordo foi o caixão deitado numa câmara ardente, preparada em Lisboa.

Na tarde do dia 10 de Maio o navio ancorou em Cascais, donde no dia seguinte pelas 10 horas da manhã seguiu para Lisboa, chegando em frente do Terreiro do Paço pelo meio dia.

Finalmente, depois de diversas cerimónias realizadas a bordo, e da organização do imenso cortejo, ficaram os restos da desditosa Princesa, junto aos de seu pai, no Panteon de S. Vicente.

O livro, que temos seguido termina por estas palavras dedicadas à Princesa: «La vie de Marie-Amélie, si courte qu'elle fut, laissera des traces de son rapide passage sur terre. Dieu ne mesure par le temps à la manière des hommes, il sait, quand il lui plait, mettre le temps en abrégé, et donner à peu de jours la valeur d'une longue vie. La jeunesse de cette princesse, si pieuse, si pure, si noblement occupée, restera le modèle d'une éducation princière. Nul n'a vu de près les éminentes qualités de Dona Marie-Amélie, sans pressentir la gloire que lui eût réservée l'avenir. Dieu l'y a soustraite avant qu'elle eût connu les douloureuses déceptions, les soudains



LITOGRAFIA QUE REPRESENTA UMA ALEGORIA À MORTE  
DA PRINCESA AMÉLIA

désillusionnemens qui tôt ou tard atteignent toute âme d'élite, et lui apprennent le néant des choses humaines. «Marie-Amélie est montée au ciel dans sa candeur et sa pureté primitives! En partant, elle a laissé encore le parfum d'une sainte morte. Aux sages du monde elle a appris à mourir, et à se prosterner devant les miracles de la Foi! Sa recompense sera grande auprès de Dieu!»

O cônego Francisco Freire de Carvalho, professor de português desta desditosa Princesa, consagrou-lhe comovidos versos, num folheto que tem este título *A saudosissima memoria d'un anjo, que da terra voou para o ceo no dia 4 de Fevereiro de 1853, quando contava de idade apenas vinte e um annos, dois mezes, e quatro dias, a Serenissima Princesa Imperial, Senhora Dona Maria Amelia. Elegia*, no qual se contem, além desta elegia, três sonetos.

Dêste folheto, que apresenta a seguinte dedicatória: *Ao coração materno o mais dolorosamente magoado pela perda irreparavel do unico bem, que lhe restava sobre a terra, depois de tantas outras amargosas perdas, com o mais profundo respeito D. e O. esta expressão do seu vivissimo sentimento, e eterna saudade, um mestre, a quem o Ceo roubou A sua Adorada Discipula*, transcrevemos alguns versos:

Gozei de ser seu mestre a Honra excelsa,  
E pude bem medir a altura immensa,  
Até onde se erguia o Ingenho, o Gosto,  
Com que Sabia dar apreço ao Bello  
Das litterarias producções que enfeitam  
O campo do Saber ameno, e puro.  
Vasto, profundo estudo Lhe adornava  
O Espirito Gentil co'a variada  
D'altas sciencias copiosa mêsse.  
Nas artes-bellas, que immortaes fizeram  
D'Apelles, e d'Orphêo na Grecia os nomes;  
E na Europa moderna ao summo ergueram  
Da gloria um Rafael. e um Litz preclaros,  
Quem podia igualar Esta das Musas  
Nove, e d'Apollo Sabedora Alumna?  
Mas quão mais rico, divinal Thesouro  
O Seu Lhe ornava Coração, modello  
D'Angelicas Virtudes sobre a Terra!...  
Quem no Amor Filial, ou quem no Esmero,  
Com que Estudava n'um volver dos olhos,  
N'um simples gesto os Maternaes Dictames,  
Todos modestia, e honestidade, e sizo,  
Poderia jamais equiparar-se  
Aquella que no Ceo hoje morando

É charo Objecto de geral saudade?  
O quem, sem a menor quebra da Excelsa  
Que Herdou do berço, Magestade Augusta,  
Mais se mostrava Afavel, Carinhosa  
Com quantos de A tratar a Honra gozavam?...  
Se, do Ceo descido à Terra, um Anjo  
Do Omnipotente por eximia Graça,  
Para aos, que a Dita de A servir tivessem,  
Dar das prendas, que adornam os do Empireo  
Espiritos gentiz habitadores,  
Uma justa, e fiel, e clara idea.

António Feliciano de Castilho também lhe dedicou uns versos com o título *Novo Anjo*, que saíram numa elegante *plaque*, publicada na Imprensa Nacional, acompanhados por uma linda alegoria, que neste lugar se reproduz, devida ao lapis do artista Macphail, descendente de ingleses.

Para terminar este artigo transcrevemos alguns dos versos de Castilho:

A hora bate! os Céus de par em par se abriram!  
Entre aureos cherubins alma esplendente vai!  
A' terra, ao firmamento os seus olhos giram!  
São de um seio de mãe, vão aos braços de um pai.

Joven alma gentil, nos jubilos eternos,  
Das virgens no alvo côro, entre o cantar sem fim,  
De uma santa no luto escuta os ais maternos!  
Tua foi; baixa a vèl-a, ingenuo serafim!

Julio de Castilho, nos *Primeiros versos*, Rio de Janeiro, 1867, igualmente lhe consagrou sentidos versos com a epigrafe: *A morte de S. A. I. a Princesa D. Maria Amelia de Bragança*.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

# MOEDAS DE D. JOÃO I

## ADITAMENTO A

### «UMA HIPOTESE NA CLASSIFICAÇÃO DAS MOEDAS DE D. JOÃO PRIMEIRO»

#### I

1 — Com as cautelas que um assunto da natureza e com as dificuldades do versado exigia, publicámos ha tempo na Revista de Arqueologia uma sugestão sôbre classificação de moedas de D. João I.

O erudito Prof. da Universidade de Coimbra Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Damião Peres que à Numismática desde ha muito vem consagrando parte da sua actividade scientifica e que está encarregado da organização do *Museu Numismático Nacional* dando-nos a honra de uma muito lisongeira apreciação do nosso trabalho, apresentou-nos porem um bem fundamentado reparo quanto às moedas designadas pelos n.<sup>os</sup> 23, 24 e 26 na obra de Teixeira de Aragão, «*Descrição Geral das Moedas Portuguezas*» nela classificadas todas como *reaes de 10 soldos* e por nós no trabalho a que acima nos referimos como sendo possivelmente de *5 soldos* as duas primeiras e de *2,5 soldos* a última, ou seja como *Meios e Quartos de Real*.

No presente artigo vamos expôr o assunto tal como nos foi apresentado, a sua análise e o resultado a que, com a muito obsequiosa colaboração do nosso opositor, ambos chegámos.

2 — O illustre Prof. admitindo a Tabela de desvalorização, ou computação, em relação ao *Real de 3 1/2 libras* publicada por Teixeira de Aragão a pag. 209 do Vol. I da sua obra, tirada do Capítulo V da lei de 20 de Fevereiro de 1409 e partindo de que um *Real* lavrado de 1398 a 1408 deveria conter 1,82 grãos de prata fina por libra (1), determinou a equivalência seguinte que deveria existir entre libra e prata fina nas moedas que tivessem corrido de 1383 a 1385, em 1386, de 1387 a 1391 e de 1392 a 1397 épocas das diferentes computações dessa lei.

---

(1) Com effeito correspondendo o toque indicado a  $\frac{125}{1000}$  ter-se-ha em marco  $4608 \times 0,125 = 576$  grãos e como o número de moedas nesta unidade é de  $90, \frac{576}{9} = 6,4$  ou  $\frac{6,4}{8,5} = 1,82$  por libra.

	Data	Desvalorização	Prata em libra
A	1383-1385.....	50	$50 \times 1,82 = 91$ grãos
	1386 .....	10	$10 \times 1,82 = 18,2$ "
	1387-1391.....	7	$7 \times 1,82 = 12,7$ "
	1392-1397.....	4	$4 \times 1,82 = 7,3$ "

e comparando depois estes últimos valores com as moedas denominadas, por Aragão, *Reaes de 10 soldos* (isto é de  $\frac{1}{2}$  libra) verificou que:

B	2 <i>Reaes de 10 soldos</i> n. <sup>os</sup> 1 a 3 de 9 d. <sup>os</sup>	conteriam 96 gr. de prata (2)
	" n. <sup>os</sup> 5 a 7 " 2 d. <sup>os</sup>	" 20,5 "
	" n. <sup>os</sup> 18 e 19 " 1,5 d. <sup>os</sup>	" 12,8 "
	" n. <sup>os</sup> 23 e 24 " 2 d. <sup>os</sup>	" 8,54 "

Quere dizer, com ligeiras diferenças para mais, as moedas indicadas deviam satisfazer às quantidades da prata requeridas, tanto mais, que os toques constantes do quadro A podem ser considerados como limites superiores.

E portanto, muito devidamente, o senhor Dr. Damião Peres, dando-nos a honra de concordar com tudo o mais, fez-nos o reparo de entender dever considerar as moedas n.<sup>os</sup> 23 e 24 como os *Reaes de 10 soldos* e o n.<sup>o</sup> 26 como o *Meio Real de 5 soldos* correntes no último período a que a lei citada se refere, de 1392 a 1397 e não como respectivamente *Reais de 5 e de 2,5 soldos*, fracções e contemporâneas dos *Reais* n.<sup>os</sup> 5 a 7 e 18 a 19 como nós aventávamos, acrescentando porem que para que as peças em questão pudessem ter sido o que suposéramos necessário seria, ou encontrar uma moeda que desse a correspondência de valores no período de 1312 a 1317, ou admitir uma valorização de moeda de forma que os *Reais de 10 soldos* tivessem passado a valer 20 soldos.

## II

3 — Concordando evidentemente em princípio com as bem fundadas considerações apresentadas, verificámos no entanto, com satisfação, que o Professor Damião Peres não obstante o bem fundamentado das observações feitas, mantinha no entanto uma certa reserva quanto à definitiva rejeição

(2)  $9d = \frac{750}{1000}$  por marco  $4608 \times 0,750 = 3456$  grãos e como havia 72 peças em marco cada uma teria  $\frac{3456}{72} = 48$ , logo cada libra  $2 \times 48 = 96$  grãos.

do ponto em reparo no nosso trabalho, pois que ainda admitia as duas hipóteses acima indicadas.

Vejam os como da conjugação dos seus esforços com os nossos, no superior intuito de, sem qualquer preocupação pessoal, nos aproximarmos do que poderá ter sido a verdade, parece ter resultado a confirmação da hipótese formulada no nosso trabalho de que as moedas n.ºs 23 e 24 e a 26 poderão ter sido respectivamente *Meios Reais* e *Quartos de Real* fracções dos *Reais* de 10 soldos n.ºs 5 a 7 e 18 e 19.

4 — Em primeiro lugar a análise da lei de 1409 tinha nos mostrado, ao estudarmos inicialmente o assunto, que a tabela de desvalorização de pags. 209 de Aragão era a correspondente apenas a um determinado Capítulo, o V, dessa lei, Capítulo que se refere aos casos de «*penas convencionais por dafnos, ou escarmento de maleficios*» e que os outros Capítulos que se referem «*a contractos de compra e venda locações*» etc., e «*a depositos guardas e condecilhos*», etc., etc., estabeleciam outras equivalências, sendo exactamente o conhecimento dêste facto que nos levou então, a não nos atermos exclusivamente às equivalências da pag. citada de Aragão, procurando buscar as nossas hipotéticas conclusões noutros factos.

E assim, como dissemos no nosso trabalho, a elas fomos levados para o caso, quanto às moedas n.ºs 23 e 24,

a) pela consideração dos pesos dos dois módulos em que estas moedas se apresentam (um inédito em Aragão) em relação respectivamente aos *Reais* n.ºs 5 a 7 e 18 e 19.

b) pelas dimensões das letras do seu campo igualmente em relação, nos seus dois módulos, com os dois tipos de *Real* acima citados.

c) pela consideração das suas ligas relativamente às mesmas moedas.

d) pela raridade relativa.

5 — Mas, aceitemos a tabela de desvalorização considerada por Aragão e pelo senhor Dr. Damião Peres, visto que ela é realmente aquela a que subsequentemente mais referências se faz.

Pelo quadro B dêste artigo verificamos que as moedas 23 e 24 deveriam conter por libra 8,54 grãos de prata fina quando pela desvalorização admitida bastariam 7,28, isto é, pagava se mais 1,26 grãos.

Ora numa época tão falha de recursos não será de admirar êste excesso?

Bem sabemos que se poderá dizer que ao tempo não havia balanças de precisão e que portanto a diferença pode ser aceitável.

E' justo, mas ainda que não saibamos ao certo qual seria o grau de

precisão de tais instrumentos, sabemos no entanto que no «*Livro de Conselhos d'El-Rei D. Duarte*» se avalia o peso unitário de moedas de fabrico estrangeiro até fracções de grão, o que parece indicar que 1,26 a mais deveria ser presentido tanto mais que corresponde para essas moedas fabricadas no País a 113,4 grãos por marco <sup>(3)</sup>.

6 — Em segundo lugar, parece pelo nosso estudo não poder sofrer dúvida a existência de moedas de 5 *soldos* fracções dos *Reais* n.<sup>os</sup> 1 a 3 (Regedor e Defensor) nem que o n.<sup>o</sup> 25 teria também tido igual valor em relação ao *Real* inédito em Aragão, da colecção Cyro de Carvalho, Júdice dos Santos e da nossa que consideramos do começo do reinado (1385). E como o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Damião Peres supõe, a moeda n.<sup>o</sup> 26 como de 5 *soldos* (e nós de 2,5) fracção dos n.<sup>os</sup> 23 e 24 a que atribuiu o valor de 10 *soldos* (e nós de 5), considerando as três como representando as moedas correntes de 1392 a 1397, segue se que haveria uma lacuna na fabricação das moedas de 5 *soldos* no período de 7 anos que decorre de 1385 a 1392 em que no entanto S. Ex.<sup>a</sup> considera de 10 *soldos* os n.<sup>os</sup> 5 a 7 e 18 e 19.

Não poderá isto ser uma anomalia?

7 — Finalmente verificamos que as moedas n.<sup>os</sup> 23 e 24 consideradas como do período 1392 a 1397 teriam o toque de 2d<sup>os</sup> como os n.<sup>os</sup> 5 a 7, tendo no entanto os intermédios, n.<sup>os</sup> 18 e 19, o de 1,5.

Não será também um pouco extraordinário que tendo se reduzido a liga quando se passou do tipo 5 a 7 para 18 e 19 se voltasse ao toque de 2d<sup>os</sup> continuando no entanto a desvalorização a aumentar?

8 — Recapitulemos:

1.<sup>o</sup> — A quantidade de prata por libra deu-nos a impressão de que as moedas 23 e 24 poderão não ser os *Reais* de 10 *soldos* de 1392 a 1397 como o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Damião Peres pretende.

2.<sup>o</sup> — Mas a serem *Reais* de 10 *soldos* essas moedas e *Meios Reais* de 5 *soldos* a n.<sup>o</sup> 26, haveria uma lacuna de 1385 a 1392 na existência de *Moedas* de 5 *soldos* pois prova-se a sua existência, até à primeira data e depois da segunda.

3.<sup>o</sup> — Finalmente tendo-se baixado o toque de 2d<sup>os</sup> para 1,5 quando se passou dos *Reais* n.<sup>os</sup> 5 a 7 para os 18 e 19 afigura-se um pouco extraordinário que progredindo a desvalorização se voltasse ao toque de 2d<sup>os</sup>.

9 — Postas estas considerações e no intuito de achar confirmação para

---

(3) Nas moedas 23 e 24 entram 180 em marco e portanto como o excesso de 1,26 se refere a 2 moedas obtém-se  $1,26 \times \frac{180}{2} = 113,4$  grãos.



a primeira hipótese apresentada pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Damião Peres, para não regeitar definitivamente o que escrevemos sobre as moedas 23, 24 e 26, verifiquemos que basta admitir que a liga de 1,5d<sup>os</sup> dos *Reais* n.<sup>os</sup> 18 a 19 tivesse baixado a ligeiramente menos que 1d<sup>o</sup> para que a equivalência de 1, libra a 7,2 grãos de prata se pudesse realizar,

Com efeito correspondendo o toque 0.d<sup>o</sup>20<sup>s</sup> a  $\frac{69}{1000}$  ter-se-ia por marco  $4608 \times 0,069 = 318$  grãos ou por moeda  $\frac{318}{100} = 3,5$  e por libra 7,0.

Isto é, bastaria admitir o que expozemos e examinando as moedas em questão, comparando-as com outras do reinado de toque conhecido, sente-se, afigura-se-nos, a impressão de que a hipótese não é absolutamente desarrazoada, para achar uma moeda a que se poderiam aplicar os dizeres da lei de 1409 como corrente de 1392 a 1397.

E então dentro da primeira hipótese do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Damião Peres parece que já as moedas n.<sup>os</sup> 23 e 24 poderiam ter sido realmente *Meios Reais de 5 soldos* e a n.<sup>o</sup> 26 *Quarto de Real de 2,5 soldos* fracções respectivamente e segundo dos seus toques dos *Reais* n.<sup>os</sup> 5 a 7 e 18 e 19 como aventámos.

10 — Passemos agora à 2.<sup>a</sup> hipótese formulada pelo Ex. Sr. Dr. Damião Peres (vide 2).

A relutância a que já nos referimos manifestada pelo ilustre Professor em definitivamente invalidar a nossas suposições sobre as moedas n.<sup>os</sup> 23, 24 e 26 levou-o a obsequiosamente empenhar a sua atenção no assunto e graças ao seu espírito investigador e ao seu esforço, o Ex. Sr. Dr. Damião Peres descobriu, e dizemo-lo assim porque que nos consta ninguém até agora tinha em tal feito atenção, dois passos do *Livro de Conselhos d'El-Rey D. Duarte* em que se faz referência a moedas de 20 soldos.

No primeiro diz-se «*Reaes de 20 S. S. de letra seca do Porto e de Evora foram lavradas de lei de dois din. e 75 peças e marco*».

No segundo «*Reaes de 20 são cruzetas foram lavrados de lei de 12 grãos e 92 peças e marco*».

A primeira indicação quadra com as características dos *Reais* n.<sup>os</sup> 5 a 7, a segunda corresponde aproximadamente à dos 18 e 19.

São evidentemente nebulosas as indicações dadas, pois ainda se alude apenas a moedas do Pôrto e de Evora, não falando em Lisboa, classificam-se de *letra seca* e de *cruzetas*, expressões cujo sentido se não atinge perfeitamente, podendo a primeira querer significar *letra única* (os *Reais* com y n.<sup>os</sup> 8 a 11?) e é sabido que há êrros no livro citado, mas o que é certo é que não havendo conhecimento de cunhagem de moedas de 20 soldos, a tais peças se faz referência destacadamente por duas vezes.

E a não haver equívoco, como parece, com muito aprazimento nosso concluiu o ilustre cientista que é possível ter-se dado a segunda hipótese que formulara de desvalorização da moeda, ordenando-se que tais e tais moedas corresse pelo dôbro do seu valor e então já os n.ºs 23 a 24 e 26 poderiam ter sido *Meios Reais* e *Quartos de Real*, fracções, como, supuzemos dos *Reais 5 a 7 e 18 e 19*.

11 — Como possível confirmação do acabado de expôr e de todas as razões apresentadas é interessante a impresssão visual que se colhe do exame *simultâneo*, digamos, das moedas em questão dispostas em série e não isoladamente, tal como se pode verificar nas seguintes da nossa colecção:

- |           |                        |                        |
|-----------|------------------------|------------------------|
| a) 5..... | 23 .....               | 26 (inédita em Aragão) |
| b) 6..... | 24 .....               | —                      |
| c) 7..... | 23 (inédita em Aragão) | 26                     |

Afigura-se-nos inegavel a sensação imediata que se tem de que estes diferentes grupos devem realmente

constituir sequencias contemporâneas, sentimento que nos parece se avigora com o exame pormenorizado das espécies, dimensões de letras, círculos interiores, etc., dando mais corpo à segunda suposição formulada pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Damião Peres, com a correlativa conclusão, possivelmente confirmada pelo acabado de expôr.

Tal foi a segunda conclusão a que ambos chegámos.

### III

12 — Este artigo que não altera, como se vê, a essência do nosso trabalho, serve apenas em primeiro lugar de agradecimento ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Damião Peres, não só pela atenção que êle lhe mereceu, demonstrada nas suas cativantes referências e princi-



palmente nos reparos que lhe suscitou, mas também pela valiosa colaboração com que tão amavelmente procurou confirmação para uma das hipóteses do nosso trabalho, tanto ao seu espírito insatisfeito ela se lhe afigurou, no entanto, possivelmente aceitavel, e em segundo lugar para, como consequência, dar àqueles poucos que entre nós se dedicam a assuntos numismáticos, a confirmação, pela autoridade do opositor, se não da documentada certeza, pelo menos da muita plausibilidade das nossas hipóteses de nova classificação das *Moedas de D. João I.*

#### ERRATA E ADENDA AO ARTIGO "MOEDAS DE D. JOÃO I"

Aproveitando a oportunidade de escrevermos êste artigo, notaremos no trabalho publicado as seguintes erratas principais:

Separata				
Página	Linha			
6	11	exemplos	por	exemplares
7	4	página 3	"	página 5
7	20	25 a 30 grãos	"	30 a 25 grãos
7	21	24 de 23	"	23 e 24
7	33	vendo-os	"	sendo-os
8	16	pagamentos e	"	pagamentos a
8	22	sensivelmente a parte	"	sensivelmente a quarta parte
9	8	Tornesos	"	Torneses

e publicaremos novamente com ligeiras alterações a classificação de páginas 10:

#### A — COMO REGEDOR E DEFENSOR DO REINO

- (I) — *Reais de prata de 10 soldos, 9 dinheiros* I  
n.ºs 1 a 3 de Aragão
- (II) — *Meios reais de prata de 5 soldos* Novo  
Exemplares das colecções Shore e Dr. Mirabeau

#### B — COMO REI

- (III) — *Reais de 10 soldos de prata, 6 dinheiros* (1.ª cunhagem) Novo  
Exemplares das colecções Cyro de Carvalho, Júdice dos Santos e Raúl Couvreur

- |   |             |
|---|-------------|
| (IV) — <i>Meios reais de prata, 6 dinheiros</i>   | VIII        |
| n.º 25 de Aragão. Exemplar do Museu de Copenhague   |             |
| (V) — <i>Reais de 10 soldos até 1 dinheiro</i>  | II          |
| n.ºs 5 a 17, 18 e 19 de Aragão  |             |
| (VI) — <i>Meios reais de 5 soldos</i>   | II          |
| n.ºs 23 e 24 de Aragão e análogos de Évora e de menor módulo das colecções Raúl Couvreur e outras |             |
| (VII) — <i>Quartos de real de 2½ soldos</i>   | II          |
| n.º 26 de Aragão e análogo de Lisboa da colecção Raúl Couvreur                                    |             |
| (VIII) — <i>Reais de 3½ libras ou de 70 soldos</i>  | III         |
| n.ºs 12 a 17 de Aragão  |             |
| (IX) — <i>Meios reais de 35 soldos</i>  | Novo        |
| Exemplar n.º 81 do Museu Municipal do Pôrto e n.º 542 da colecção Júdice dos Santos               |             |
| (X) — <i>Meios reais cruzados</i>   | IX          |
| n.ºs 20 a 23 de Aragão  |             |
| (XI) — <i>Reais de prata de 350 libras</i>  | V           |
| n.º 4 de Aragão   |             |
| (XII) — <i>Reais de 10 reais ou de 3 libras</i>   | VI          |
| n.ºs 8 a 11 de Aragão   |             |
| (XIII) — <i>Quartos de real de 75 soldos</i>  | II          |
| n.ºs 27 e 28 de Aragão  |             |
| (XIV) — <i>Reais preto de 70 soldos</i>   | VII         |
| n.ºs 35 e 36 de Aragão  |             |
| (XV) — <i>Moedas incertas</i>   | II          |
| a) n.ºs 29, 30, 32 e 33   | } de Aragão |
| b) n.ºs 31 e 34   |             |

RAÚL DA COSTA COUVREUR

## A LÂMINA DE BRONZE DE LEÇA DO BALIO

Quando há três anos elaborei um pequeno estudo acêrca das campas metálicas existentes no nosso país (1), aludí de passagem à placa de Leça do Balio, prometendo em outra oportunidade, perante a extensão do assunto, observá-la sob o aspecto da sua iconografia e simbolismo.

Quis então o Ex.<sup>mo</sup> Sr. J. M. Cordeiro de Sousa acolher na *Revista de Arqueologia*, que com tanto carinho criou e alevantadamente dirige, êsse trabalho, o qual só agora foi possível trazer a público; que me desculpe e aceite, de conjunto, os protestos do meu indelével reconhecimento.

\*

Ao estudar as escassas sobrevivências das sepulturas de bronze em Portugal, não pretendi, concomitantemente, fazer qualquer resenha daquelas de que só nos ficou a memória; isto estava fora do meu objectivo. Contudo, mencionei algumas, tendo então escrito: «Vê-se que no Pôrto e imediações existiam três, das quais só subsiste a de Leça do Balio.» Agora posso indicar mais duas; não as revelaram os textos, mas os próprios lugares onde elas existiram. Foi uma surpresa recente que me proporcionou a igreja de S. Francisco, do Pôrto. (2)

\*

A lâmina da igreja de Leça, respeitante à sepultura do Balio D. Fr. Estêvão Vasques Pimentel, difere das outras subsistentes entre nós pela sua situação inusada; em vez de estar assente sobre o túmulo, patenteia-se junto da campa rasa dêsse Prior, mas fixa na parede: é como um quadro memorativo pôsto com a intenção de prender os olhares curiosos do público. Esta circunstância, que, decerto, propósitos piedosos determinaram, permitiu incluir na lâmina motivos sagrados, que a situação corrente no pavimento, onde todos passavam, sem dúvida não comportaria. Assim, também, o seu valor iconográfico aumentou.

Deve ter sido essa, sempre, a sua posição, apesar do que nos diz Jorge Cardoso, (3) sem dúvida afastado da verdade: «Sua Sepultura [de D. Fr.

(1) *Lâminas sepulcrais de bronze*, 1935 Sep. da «Rev. de Guimarães», vol. XLIV, n.º 3-4, 1934. Aditamento in «Portucale», vol. IX, 1936, p. 143 sgg.

(2) Delas me occuparei em outra ocasião.

(3) *Agiologio Lusitano*, Tôm. III. Lisboa 1666. (14 de Maio).

Estêvão] estava antigamente, defronte da porta trauessa na sobredita Igreja, como aua ordenado em vida, agora está collocada na parede da Capella, chamada dos Ferros, á parte da Epistola, para onde a transferio o Bailo (sic) Luis Aluarez de Tauora, co a lamina de metal, que a cobria, a qual tem de largo dous palmos, e de alto mais algũa cousa. . . . Cujo Epitaphio em versos leoninos, copiamos então com grande trabalho, por estar corcoido de azinhaure e ter muitos breues».

Cardoso, que refere ter estado em Leça em 1661, dá dimensões erradas da placa, a qual, além disso, é menos alta do que larga.

Confiou decerto na memória, e esta traiu-o.

Quanto ao local da sepultura, como demonstrou o abade Velho de Barbosa (1), não sofreu alteração. A lâmina teve sempre a posição actual, ao alto, naturalmente indicada pelas suas linhas construtivas.

\*

A inscrição, copiada a primeira vez por Jorge Cardoso (2), foi sucessivamente reproduzida ou analisada por outros historiógrafos, Fr. Lucas da Santa Catarina (3), Anastácio de Figueiredo (4), abade Velho de Barbosa (5), Dr. Sousa Viterbo (6), sendo por fim revista pelo latinista Epifânio Dias (7), que acêrca dela observou:

«O epitaphio foi aberto por individuo em extremo negligente, que chegou a pôr o numeral *septuaginta* em duas palavras, interpondo um ponto entre *septua* e *ginta*. E' pois ás vezes difficil, senão impossivel, reconhecer o que estava no original que o abridor tinha diante de si. O epitaphio é em distichos de hexametros e pentametros leoninos.»

Para elucidação, dado o carácter biográfico do texto, reproduzo a versão do epitáfio, conforme se exara e corrige em *O Archeólogo*: (8)

«Este, que descança nesta sepultura, foi um digno Prior, da Ordem do Baptista: agora conhece quaes foram as suas acções:

«Depois da morte de Estevão Vasques, com difficuldade apparecerá

---

(1) *Memoria historica da antiguidade do mosteiro de Leça, chamada do Bailo*. Porto 1852 p. 51.

(2) *Lug. cit.*

(3) *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, Lisboa 1734. p. 373.

(4) *Nova Historia da Militar Ordem de Malla*, Lisboa 1800, Parte II. p. 353 sg.

(5) *Lug. cit* p. 57.

(6) *O Archeologic Português*, vol. II, p. 149

(7) *Id.* vol. V. p. 335.

(8) Vols. II e V.

quem seja melhor Prior, do que elle foi. Pela sua familia chamou-se Pimentel, mas pela sua vida e costumes chamou-se Abençoado. Ninguem era mais galhofeiro do que elle, nem tão forte, formoso e constante: tendo em vista o que era melhor. Viajou por muitas terras e atravessou muitos mares. Sem contar o Priorado, teve cinco Commendas, que a sua Ordem lhe deu, e o Papa n'isso consentio, são as Commendas, a Certan, que foi Commenda de Graça, Leça, Crato, Rio meão, e a flórida Faya, que foi a primeira. Oh! tu que és instruido, faz esta conta, elle foi Prior trinta annos, tendo sido antes bom Freire, contando tres vezes quatro.

«Fundou esta Igreja, e dotou-a generosamente e poz o seu sepulchro aqui, onde de mais lhe aprouve. Determinou que dous capellães cantassem todos os dias missas em honra de Maria Sanctissima: para isto se cumprir, applicou-lhe as rendas da freguesia de Tougues, com as mais pertenças, tendo para isso precedido licença regia, approvação do Papa, e consentimento do Grão Mestre. Seja amaldiçoado de Deus quem se oppozer a esta determinação. Emquanto viveu, desempenhou todas as obras de misericordia; queira tambem o filho de Deus compadecer-se d'elle. Assim como a rosa é a melhor das flores, assim este Prior foi o melhor dos Prioros: sirvam-lhe estes versos de epitaphio. Elle morreu quasi no meio do mez de maio da era de mil trezentos e setenta e quatro.»

D. Fr. Estêvão Vasques Pimentel, Prior da Ordem do Hospital <sup>(12)</sup>, fallecido a 14 de Maio de 1336, foi pessoa notabilissima, e da particular estíma do rei D. Denis que o indicou como um dos seus testamenteiros; o mesmo monarca nomeara-o seu embaixador duas vezes, junto do Papa, uma com Clemente V, outra com João XXII, em Avinhão, onde, na companhia de seu sobrinho D. Alvaro Gonçalves Pereira, teve incumbências importantes. D. Alvaro, filho do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira (sobrinho de D. Estêvão) e pai do santo Condestável D. Nuno Alvares Pereira, foi quem lhe succedeu no Priorado da Ordem

«Podemos ter, como certo, aventa Velho de Barbosa, que o dito Fr. Alvaro Gonçalves de Pereira é que honrou as cinzas do seu segundo thio, com esta lamina de bronze, abundante em elogios ao illustre finado.»

\*

Para o arqueólogo o maior interêsse da lâmina reside no emmolduramento artístico que a guarnece.

---

(12) Os Hospitalários de S. João de Jerusalém, datando do século XI, tiveram por successores no começo do século XIV os cavaleiros de Rodas, que se denominaram de Malta depois que Carlos V lhes cedeu a ilha dèste nome no Mediterrâneo (1530).

Só em 1882 a sua importância foi posta em evidência com o artigo que o Prof. Joaquim de Vasconcelos lhe consagrou na revista *A Arte Portuguesa* <sup>(13)</sup>, estudo êsse enriquecido com dois soberbos desenhos do grande escultor Soares dos Reis. Até aí os autores limitaram-se à interpretação do epitáfio e a ligeiras notas descritivas, sendo Velho de Barbosa quem mais atenção prestou à placa, escrevendo <sup>(14)</sup>: «No meio da parede, do lado da Epistola, da capella do Ferro, tres palmos levantada do chão <sup>(15)</sup>, está uma taboa, ou lamina de bronze, ou duas unidas n'uma, orlada de varias figuras de Sanctos, da Annunção de Nossa Senhora, sahindo um letreiro da bôca do Anjo com as palavras — *Ave Maria* — em letras gothicas, pintadas de vermelho: toda a taboa, parece que foi pintada de côr alvadia: no baixo da mesma taboa, começando da direita para a esquerda, estão duas cruces, e depois uma figura caprichosa, tal como um Anjo, a cavallo n'um animal imaginario, e tocando gaita de folle, ou rabeção, e depois as Armas de Portugal, de onze castellos, sendo ao todo quatro cruces, e dous escudos, isto é, duas cruces á direita, de quem lê, depois um escudo das Armas de Portugal, e assim por diante: estas cruces teem as extremidades quasi como as dos cruzados novos, mas são todas vazadas no meio, e a haste do meio tem o pé bastante comprido; . . . estas cruces foram em outro tempo douradas, de que ainda conservam claros vestigios, e parece, que tambem, as figuras, e as armas o foram».

Apesar de insufficiente, esta descrição fornece-nos indicações sôbre o estado anterior da tábua, douramento e colorido, que não devem ser esquecidas.

Joaquim de Vasconcelos pouco se deteve na análise dos motivos ornamentais, dizendo: «Explicar o symbolismo, caracterizar as figuras, isso daria assunto para outro artigo». Nunca mais se lembrou de o fazer.

\*

Nas suas linhas gerais, a lâmina (Fig. I), formada por duas partes simétricas, medindo 1,183 x 537, tem um enquadramento constituído, em baixo por uma faixa, aos lados por motivos architectónicos com nichos, e em cima por dois rectângulos, aos extremos, ligados por uma tira. As elevações laterais, com suas bases e remates embricados, amparadas por pés direitos que terminam por pináculos, apresentam três ordens de edículas, de arcos

---

<sup>(13)</sup> Pôrto 1882, p. 5.

<sup>(14)</sup> Lug. cit., p. 56

<sup>(15)</sup> Hoje acha-se um pouco mais alta.





hastes espalmadas nas extremidades, espécie de cruz patesca, dos Hospitalários, <sup>(16)</sup> outra cruz igual, cantonada por vieiras <sup>(17)</sup>, talvez alusivas ao Apóstolo Santiago. Os escudos repetem-se. As figuras representam: três músicos e um guerreiro, com espada e rodela. Partindo da esquerda, deparam-se-nos: um dedilhador de guitarra mourisca <sup>(18)</sup>, um tocador de gaita de fole (Fig. II, A), e um menestrel (Fig. II, B), com «viola de arco» ou viola francesa, instrumento vulgaríssimo na Idade-Média <sup>(19)</sup>. Todas as figuras cavalgam animais fantasiosos.

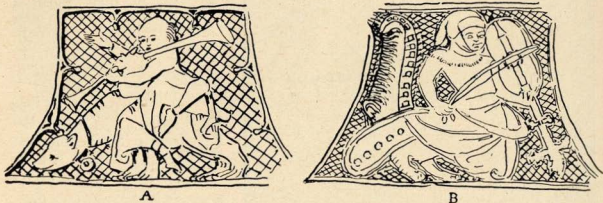


FIG. II — PORMENORES ORNAMENTAIS. — A. TOCADOR DE GAITA DE FOLE.  
B. TOCADOR DE VIOLA DE ARCO.

Des. de Emanuel Ribeiro.

A faixa superior contém treze medalhões, com bustos de homens, precedidos de um boi visto de frente: são os doze apóstolos e dois discípulos de Cristo, um deles representado pelo seu símbolo (S. Lucas).

Inferiormente está o epitáfio, antecedido pelo sinal da cruz, em duas linhas corridas ao longo da faixa, para prosseguir depois bi-partido por um

<sup>(16)</sup> A cruz dos Templários, que precedeu a de Cristo, era parecida, porém mais larga e curta nas hastes, e com os extremos curvilíneos. Anastácio de Figueiredo (*Nova Malta*, I, p. 46) reproduz um sêlo do ano de 1231, da Ordem do Hospital, onde se vê uma cruz semelhante às da lâmina, porém de hastes mais delgadas. Em moedas de prata de D. Afonso III e de D. Denis, há uma cruz semelhável, mas equilateral (Aragão, *Descrição das moedas de Portugal*, I, pp. 161 e 169).

<sup>(17)</sup> As vieiras são o emblema heráldico dos Pimentes, postas em sautor em número de cinco.

<sup>(18)</sup> *Cistre*, instrumento dos séculos XIV e XV. Félix Clément, *Histoire de la Musique*. Paris 1885, p. 403.

<sup>(19)</sup> Largamente representado nos manuscritos iluminados e na decoração dos templos. Vemo-lo, entre nós, na igreja de Rio Mau, portal de Vilar de Frades e Sé de Braga, (séc. XII).

motivo ornamental; as linhas das duas porções têm no seu início uma cruz.

Resta apreciar os dois grupos laterais do alto. Temos à esquerda a Trindade. Sob uma arcada triplíce, cintrada, com ornamentação arquitectónica do gótico terciário, vê-se o Padre Eterno, sentado, com o nimbo crucífero, ladeado por dois anjos, um dos joelhos em terra, incensando. É a representação mais corrente do dogma, em que o Espírito Santo desce da bôca do Pai sobre a cabeça do Filho. A direita, em lugar simétrico, temos a Anunciação (Fig. III). Cena de ar livre, com um templo erguido em plano afastado; a meio, entre o anjo Gabriel e a Virgem, o liz tradicional brotando de um vaso; no cimo, o Padre Eterno, do qual sai o Espírito Santo, num

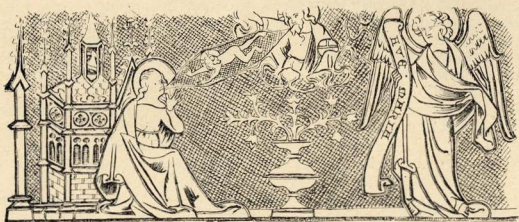


FIG. III — A ANUNCIÇÃO.  
SEGUNDO UM DESENHO DE SOARES DOS REIS.

(A Arte Portuguesa, 1882).

jacto luminoso, sob a forma de menino com nimbo crucífero. Figuração pouco freqüente, «forma muito rara, observa Joaquim de Vasconcelos<sup>(20)</sup>, na iconografia da Virgem». A propósito, esclarece Didron<sup>(21)</sup>: «La colombe, depuis les VI<sup>e</sup> et VII<sup>e</sup> siècles jusqu'à nos jours, a constamment représenté de Saint-Esprit; mais vers le X<sup>e</sup> siècle, à ce qu'il paraît, on lui donne un symbole rival. Ce nouveau type n'a jamais joui d'une grande faveur; la durée en a été plus courte que celle de la colombe et l'usage beaucoup plus restreint. C'est au X<sup>e</sup> siècle seulement qu'on commence à

<sup>(20)</sup> A Arte Portuguesa, 1882.

<sup>(21)</sup> Iconographie chrétienne, Paris 1843, p. 455.

figurer le Saint-Esprit en homme, et, vers la fin du XVI<sup>e</sup>, on en revient exclusivement à la colombe que, du reste, on n'avait pas cessé de représenter» (22).

\*

De técnica muito perfeita, bom desenho e composição equilibrada, a lâmina de Leça, pelos seus motivos ornamentais e de imaginária, aproxima-se de almas iluguminuras francesas dos séculos XIII e XIV (23).

Isso levou Joaquim de Vasconcelos a dizer (24): «A lapide é provavelmente trabalho francez». Anos após, as dúvidas do ilustre crítico parece terem-se dissipado, pois que perentóriamente afirmou (25): «E' uma preciosidade, mas de factura franceza».

A asserção tem fóros de verdade.

Em excelente estado de conservação, a lâmina memorativa do Prior D. Fr. Estêvão é um documento invulgar, valioso para a Arqueologia e preciosíssimo para a Arte.

PEDRO VITORINO

---

(22) Há numerosos exemplos na Arte. Referirei apenas *A Anunciação* de Bernardo Daddi (Florença, 1.<sup>a</sup> metade do séc. XIV) que vi no Louvre (n.º 1301), onde aparece o Espírito Santo sob a forma humana.

Também é corrente na arte cristã ser representada a alma na figuração de uma criança; assim se vê na sepultura de Egas Moniz, em Paço de Sousa (séc. XII).

(23) Uma Bíblia do fim do século XIII, da Biblioteca Nacional de Paris (ms. no. 6705), apresenta um concêrto, com vários músicos, entre os quais um gaiteiro e um tocador de viola de arco, num quadro arquitectónico ogival do género da placa de Leça.

(24) *A Arte Portuguesa*, 1882.

(25) *Arte*, 3.º ano. Pôrto 1907, n.ºs 30-31.

# CISTAS DE PROVEZENDE E SEPULCROS LUSO-ROMANOS

UMA CISTA OU TALVEZ PRIMEIRO GRUPO DE CISTAS

No termo de Provezende, concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real, província de Traz-os-Montes, fica o sítio do termo denominado Relva, agora dito Quinta da Relva, sulcado no sentido do comprimento por um córrego e linha de água, só viva durante as chuvas, conservando porém humidade bastante para manter verdejante as margens da torrente em prado permanente justificativo do nome de Relva e o abundante mancal da Fonte do Senhor Jesus de Santa Marinha situada a meio do estreito vaezinho da Relva no ponto em que o caminho de Provezende encontra a estrada a macadame que do Pinhão segue para Sabrosa.

O nome desta fonte, que dá origem ao ribeiro das Pias, afluente do rio Pinhão e êste do Douro, vem-lhe de uma capela dedicada ao Senhor Jesus de Santa Marinha, situada coisa de cem metros em frente.

A referida estrada dividiu ao meio o campo da Relva e, desde então, êste nome aplica-se sòmente à parte do terreno da estrada para cima, que terá uns 300 metros de comprimento por 100 de largura máxima, e ultimamente foi arroteada para vinha e campo de cultura hortículo-cerealífera.

Na margem direita do córrego segue, paralela ao prado da Relva pela encosta acima, águas vertentes para êle, a Mata da Relva constituída principalmente por castanheiros bravos, na região chamados *castinceiros*, que vão sendo arrancados pelo Sr. Manuel Marques Alves, actual proprietário da Quinta da Relva, a-fim-de converter o terreno em campo de cultura cerealífera.

No fundo, perto da estrada a macadame para Sabrosa, a Quinta da Relva é atravessada pelo caminho de Provezende para a capela do Senhor Jesus de Santa Marinha, também dita Ermida do Senhor Jesus Amortalhado, ou Capela de Santa Marinha, e, nesta parte, entre a estrada e o caminho, foi edificada, pelos anos de 1925, a casa do referido proprietário com portão de ferro para entrada, contíguo ao caminho.

Esta construção e os muros marginaes do caminho, também por êle construídos para resguardo da propriedade, alteraram a fâcies topográfica do terreno, mas foi coisa de cinco metros dêste portão para o muro da parte superior da Quinta, que apareceu a campa funerária de 1881 adiante mencionada, no plano divisório entre o prado da Relva e a mata de *castinceiros*.

Eis como uma testemunha de vista a descreve :

«Em 1881 [diz ela], apareceu uma sepultura, a cerca de 250 passos a sudoeste da capela [do Senhor Jesus de Santa Marinha], próximo do caminho, por cima dêste, em frente do portão do Dr. Acácio Ribeiro (1). Era composta de cinco lages de pedra de lousa ou xisto da localidade, sem trabalho algum de pico, em forma de caixa de perto de seis palmos de comprimento a dois de largo. Cobria esta sepultura, enterrada à flôr da terra, uma pedra estreita de granito, menos larga que o sepulcro, e caída dentro dele; nela começaram a esculpir, em baixo relêvo, a forma de um corpo de mulher, duma maneira extraordinariamente tosca e que não concluíram. A pedra foi aproveitada de algum edificio que tinha colunas. Um resto de coluna, seu capitel e base, appareceu também ali perto, mas já há bastantes anos, restos que lá existem ainda.

Todas estas circunstâncias vêm, corroborar a minha opinião, de que estes sepulcros são do tempo da invasão sueva, pouco mais ou menos. Este último parece ser da ocasião dessa invasão e por concluir, feito à pressa, empregando nela uma coberta de pedra de outro edificio, sem tempo de concluir o tôlco esbôço da figura de criança ali enterrada, em posição não suspeitada dos bárbaros, e fora da capela como resavam as prescripções dos dois concílios bracarenses.

Para tornar o enorme nariz saliente, foi preciso cavar as faces, de maneira que em vez de convexas ficaram côncavas! Como se vê, a pedra é, do lado da cabeceira, redonda e do lado dos pés cortada em arco reintrante, o que mostra ter servido a edificios com colunas às quais ela ajustava.

Perto do local há um pequeno capitel liso, sem ornamentos, e uma espécie de mó ou rodela do diâmetro de perto de dois palmos, lisa, mais cheia no centro que na circunferência» (2).

A «espécie de mó ou rodela» deve ser a chamada pelos arqueólogos mó castrense e, segundo dizem, a pedra insculpturada é a que se encontra presentemente na casa do Sr. Doutor Jerónimo da Cunha Pimentel, em Provezende, que damos em fotografia.

Na verdade a lápide concorda com a descrição de Saavedra, nada poderá há nela que indique tratar-se de mulher a não ser os dois pequeninos buracos redondos no peito, que tanto podem ser mamilos de homem como

---

(1) Era então o dono do Quinta da Relva.

(2) José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, *Provezende, o Templo romano de Santa Marinha*, Lisboa, 1935, pg. 122 em nota.

Este trabalho ficou inédito e só foi publicado depois da morte do autor.

de mulher; nem de criança, como o autor indica mais adiante depois de lhe ter chamado mulher!

O autor residia ao tempo no Pôrto, na quinta do Fojo em Vila Nova de Gaia, viu a lápide numa rápida visita às suas propriedades de Provezende, em más condições de luz, no fundo do sepulcro, como da confusão em lhe chamar ora mulher ora criança se colhe e, relacionando-a com outras sepulturas em formato de pias a que adiante nos referiremos, não lhe ligou importância de maior, adscrevendo tudo à época visigótica, obsessão constante do seu espírito como se vê do seu livro. A descrição porém que deixou do sepulcro é completa e mostra tratar-se de um pelo teor das cistas — cinco lages postas de cutelo de modo a formarem caixa e uma a cobrir; todavia a insculturada não podia servir de cobertura, visto ser menos larga que o sepulcro. Estava dentro dele, porque assim se costumava fazer nas cistas.

Vasconcelos menciona três cistas encontradas em Roques, freguesia de Mójais, concelho de Viana do Castelo, numa das quais se encontrou um machado de pedra «cinzas, e três pedras a pino, umas atrás das outras».

Nas outras, cinzas e uma panela de barro com cinzas (3).

Estas pedras postas a pino, sem legendas nem esculturas representarão as figurações esquemáticas e estilizadas usadas na arte pela decadência neolítica, equivalentes da figura humana, significando, portanto, três defuntos depositados ou incinerados no mesmo sepulcro (4) e corresponderão aos «cilindros e cones de pedra» usados no eneolítico inicial (idade do cobre) (5).

Pela inscultura esta lápide e a seguinte ligam-se às estátuas de tipo galaico português encontradas em Santo Ovídio de Fafe, São Jorge de Visela, Viana do Castelo, Cabeceiras de Basto, Campo (Bo-



FIG. 1

(3) Dr. José Leite de Vasconcelos, in *O Arqueologo Português* vol. XXII, pg. 123.

(4) Dr. Mendes Correia, *Os Povos Primitivos*, 1924, pg. 168. 180 e 195.

(5) Idem, pg. 195.

ticas), Montalegre e Capeludos (Vila Pouca de Aguiar). Estas três últimas no distrito de Vila Real, e portanto, visinhas das de Provezende<sup>(6)</sup>. Os arqueólogos adscrevem estes monumentos à idade do ferro, período de La Tene<sup>(7)</sup>.

Também se relacionam com uma estátua jacente do Museu de Bragança, que publicámos no Tomo IX, pág. 91 das *Memórias Arqueológico Históricas do Distrito de Bragança* aparecida em Freixiel, concelho de Vila Flor, trinta quilómetros de Provezende, servindo para lhe fixar a sua data, apesar de esta de Freixiel inculcar melhor factura artística. Pela construção monolítica ligam-se à cista de Vale Bemfeito, no concelho de Macedo de Cavaleiros<sup>(8)</sup>.

Vasconcelos, falando das cistas diz: «nesta idade, pelo menos nas sepulturas e estações conhecidas, não se têm encontrado (ou, se se têm encontrado, é em pequena quantidade) objectos análogos aos amuletos, placas com ornatos, pingentes, animais de pedra, rochas insculpidas, etc. do período neolítico<sup>(9)</sup>, todavia na época das antas abunda tudo isto, como vemos nas antas da serra de Alvão, visinhas de Provezende, estudadas pelos padres Rafael Rodrigues e José Brenha, onde apareceram muitas figuras de pedra — homens, gatos, cães, sapos ou rãs, porcos — «que não têm nada que se lhes pareça no que por ora se conhece na nossa pre-história»<sup>(10)</sup>.

Desta raridade resulta o alto valor das cistas de Provezende, servindo aquela figuração animalésca para marcar a idade da visinha porca de Murça e de tantas outras porcas, porcos e touros do distrito de Bragança<sup>(11)</sup>.

Depois no período luso-romano continuaram a usar-se lápides funerárias insculptadas com ornatos, animais, figuras humanas, instrumentos do ofício dos defuntos<sup>(12)</sup>, mas são acompanhados de texto epigráfico.

#### SEGUNDO GRUPO DE CISTAS.

No verão do ano de 1938 quando o Sr. Manuel Marques Alves, proprietário da Quinta da Relva mandava proceder ao arroteamento da mata

---

<sup>(6)</sup> Dr. Mendes Correia, *Os Povos Primitivos*, etc. pag. 289 onde se cita a respectiva bibliografia.

<sup>(7)</sup> Idem, pg. 253 e 254.

<sup>(8)</sup> Ver tomo IX, pg. 634. e tomo X, pg. 276 das *Memórias Arqueológico Históricas do Distrito de Bragança*.

<sup>(9)</sup> Dr. J. L. de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, 1-419, ver também págs. 341 e 394.

<sup>(10)</sup> Idem, 1-341 e 342.

<sup>(11)</sup> Ver tomo IX, pg. 541 das nossas *Memórias Arqueológico Históricas*, onde os mencionamos.

<sup>(12)</sup> Idem págs. 40, 41, 43, 47, 66, 68, 70, 72, 77, 83, 84, 90 e 91.



de castinheiros como já fica dito, apareceu no mesmo plano ou linha divisória entre a mata e o terreno que foi prado da Relva, cousa de 60 metros da cista referida de 1881, um grupo de cistas composto de muitas — umas maiores e outras mais pequenas, para crianças, dizem os operários — que tudo foi destruído por êles, sem se saber ao certo quantas seriam e apenas que eram muitas, nem qual a sua orientação.

Estas cistas não eram constituídas por quatro lanchões postos de cutelo em forma de caixa, tapada por outro; mas sim por duas ou mais lages mais pequenas, espetadas a pino, formando caixa, coberta também por duas ou mais lousas de xisto local, e por pequenas lousinhas a vedar os interstícios das juntas.

Estavam cheias de terra fina de tom cinzento-escuro. Em cada uma delas havia, posta numa esquina do moimento, uma panela de barro e misturada com a terra sepulcral, algumas pedras roladas, que viriam de fora pois não as há no sítio. Estes pedras fariam parte dos ritos funerários<sup>(13)</sup>. Nada se conservou do vasilhame, ou se desfez ao contacto do ar ou foi escavacado pelos operários.

Numa destas cistas apareceu a pedra insculpada que vai na figura 2.

Diz Vasconcelos que «as cistas originariamente pertencentes à última idade da pedra passaram a ser usadas durante a idade do bronze (e do cobre) e ainda na primeira idade do ferro»<sup>(14)</sup>.

Desta forma se explica o melhor arranjo artístico da presente insculptura comparada com a de 1881, que deve ser mais antiga, facto aliás já demonstrado pela redução dos monolitos

parietais a lages mais pequenas.

O virtuoso, erudito, consciênte e prespicaz observador. P.<sup>o</sup> José Pinto da Cunha Saavedra, natural de Provezende, que nos mandou umas bem



FIG. 2

(13) Vasconcelos, *Religiões*, etc. I-314.

(14) *Religiões da Lusitania*, I-309.

deduzidas *Informações* acompanhadas de fotografias do mobiliário arcaico encontrado nos sepulcros, escritas num primor de linguagem castiçamente portuguesa, que dá gosto ler-se, não fôsse êle o homem de arte e brilhante orador que é, diz nas preciosas *Informações*, que pelos anos de 1925 viu outra pedra insculturada de seis ou sete palmos de altura, à beira do caminho, pouco mais ou menos no sítio onde foi encontrada a de 1881, atrás mencionada na figura N.º 1 e que essa lápide desapareceu, talvez para enchimento de paredes, quando o proprietário da Quinta da Relva, Sr. Manuel Marques Alves, construiu a casa de habitação em frente dêsse local.

«A minha impressão foi (diz o culto P.º Saavedra) de que estava representada (nessa pedra) em tamanho natural o corpo inteiro, o contórno de uma figura de mulher». Mais acrescenta o testemunho de uma pessoa, que também viu a lápide, e diz: «a figura tinha qualquer coisa a indicar os seios».

Tanto esta inscultura como as duas acima mencionadas foram abertas em pedras de granito destinadas a ficar de pé, interradas na terra com as figuras à vista. Da sua rudeza artística, aliás própria dos outros monumentos contemporâneos de que dêmos notícia, nada diremos, pois bem alto falam as fotografuras.

As sepulturas pequenas destinadas a crianças no intender do povo, tinham dois palmos em quadrado e quatro de fundo; eram formadas por quatro lages e talvez uma a tapa-las, pois nenhuma appareceu com ela em cima, porém havia várias pedras fora que, provavelmente lhes pertenciam.

Como mal cabiam em tão minúsculos recintos mesmo as creanças, a não ser de pé ou dobradas, coisa aliás também usada nas cistas do primeiro período da época do bronze<sup>(15)</sup>, é possível que se destinassem a ossoários ou depósitos de cinzas funerárias, visto ao pé de cada cista grande estar uma pequena.

#### SEPULCROS LUSO-ROMANOS

Em continuação do mesmo plano de sepulturas, na linha divisória entre o prado da Relva e a mata, cousa de quarenta metros adiante dêsse segundo grupo de cistas, appareceu outra secção de sepulcros construídos com paredes de pedras medianas, soltas, formando caixa com a parte facia da para dentro.

Encontrou-se em cada um deles uma panela e uma bilha de gargalo estreito e muito alto postas nos cantos. Num deles havia tambem uma lousa

(15) Dr. J. L. de Vasconcelos in *O Arqueologo Português*, vol. XXI, pg. 175.

de xisto redonda de dez centímetros de diâmetro com um buraco ao meio tudo muito tosco e outro vaso maior que os precedentes igualmente diferente deles no formato e no barro. O nosso bondoso informador, P.<sup>c</sup> Saavedra, que assistiu à abertura de dois destes sepulcros, quando os operários procediam ao arranque dos castinheiros, mandou crivar a terra e, dentro de cada um encontraram-se quatro pregos ferrugentos de ferro.

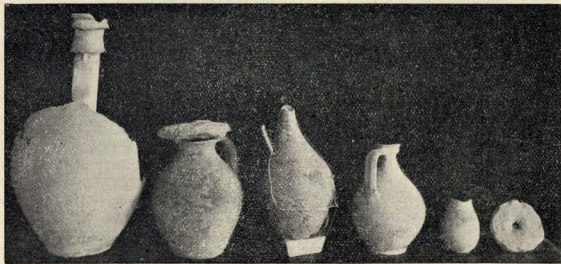


FIGURA 3

As panelas de barro preto, liso, sem ornatos nem asas, bocal largo, pescoço curto, base horizontal e circular (N.<sup>o</sup> 1), fabrico grosseiro, mas com roda de oleiro, parecendo ter estado ao lume, levarão três litros e continham uma massa escura formada de cinzas e terra. Estavam tapadas com uma lousa de xisto sem aparelho e colocadas nos cantos do sepulcro. Sem dúvida temos aqui a *olla ossuaria* ou *cineraria* de Riche <sup>(16)</sup> perfeitamente idêntica no formato às de Provezende colocada nos sepulcros com as cinzas e ossos mal queimados dos mortos.

As bilhas de gargalo estreito e alto são de pasta mais homogênea e fina, de fabrico ao tórno mais cuidado, mas sem ornatos, base horizontal e circular, com vestígios de azas. Uma delas apresenta patina rosácea, quiçá devida ao banho de solução de argila em que a mergulharam antes de ir

(16) Riche, *Dictionnaire des antiquités romaines et grecques*, artigo Olla.

ao fogo. Levará cada uma meio litro *plus minus*. Devemos ter aqui o *un-  
guentorium* ou vaso de perfumes que se costumava pôr nas sepulturas, mas  
estes, pelo formato, aparentam-se com o *guttus* ou com a clássica *lagena*  
do velho Esopo, em que a cegonha serviu o mantimento à amiga raposa.

O vaso grande de pasta fina, branca, bocal estreito, pescoço alto, com  
asas, base plana circular, de talvez cinco litros de capacidade, realisa me-  
lhor o tipo da *lagena*, aparenta-se com os precedentes e constitui peça não  
despicienda ainda hoje numa mesa de mobiliário artístico.

Por todo o campo dêste segundo grupo de sepulturas luso-romanas  
aparecem à flor da terra pedaços de tejos, telhas de rebordo, e moedas  
romanas do tempo dos primeiros imperadores<sup>(17)</sup>. A placa de xisto circ-  
lar será um amuleto?

Convém notar que todas as sepulturas tanto cistas como luso-romanas  
regulam por um metro de profundidade.

Arrumadas à parede da capela do Senhor Jesus de Santa Marinha acima  
mencionada, estão duas pias sepulcrais à flôr da terra em pedra movel, de  
forma trapezoidea e escavação não rectilínea, ostentando uma os contornos  
do corpo humano e nicho circular para a cabeça. Este formato sepulcral  
vem já dos romanos mas, a julgar pelo que dizem os arqueólogos, as carac-  
terísticas destas inculcam tempos medievais<sup>(18)</sup>.

Diz-me em carta o ilustrado P.<sup>o</sup> Saavedra que há anos, procedendo-se a  
desatêrros no adro da capela, surgiram nove pias sepulcrais do mesmo for-  
mato, estupidamente esfrangalhadas pelos pedreiros para enchimento de  
paredes nos reparos da capela.

Possivelmente dêstes monumentos veio ao córrego que perto passa, o  
nome de Ribeiro das Pias.

Ao lado de fora, junto à esquina sul da capela está enterrada uma lá-  
pide de xisto, que tem de altura acima do nível do terreno 0<sup>m</sup>,36, de lar-  
gura 0<sup>m</sup>,20 e de grossura 0<sup>m</sup>,06 com estas letras e disposição

O S  
T I U S

Letra muito bem feita, sem sombra de dúvida na leitura, nem indício  
ou vestígios de mais. Será lápide funerária? deverá ler-se Ostius, nome

---

<sup>(17)</sup> José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, *Provezende o templo romano de Santa  
Marinha*, 1935, pg. 86 e 133.

<sup>(18)</sup> Dr. J. L. de Vasconceios in *O Arqueologo Português*, vol. XXI, pg. 161, 202;  
XXVIII, pg. 2, 3, 4, 5, 7, 28, 155; XXIX pág. 91.

barbaro lusitano ou (H)osti(li)us por engano do lapicida? Ainda por esta razão estará Ostius por ostium, ii, a entrada do templo?

No mesmo lado exterior, parte correspondente à capela-mor há metido na parede, coisa de metro e meio acima do solo, um arco singelo, sem ornatos, idêntico a muitos outros que temos visto, em igrejas antigas, medievais, como por exemplo, na igreja românica de Abambres, concelho de Mirandela. Noutras estes arcos sepulcrais ou nichos nas paredes estão pelo lado de dentro dos templos.

Arrumada a êste arquinho, um pouco mais baixo, está uma mesa de cantaria firmada num só pé, dando no todo a impressão de um altar com banqueta formada pela base do arco.

Diz a lenda que a hoste delrei D. Afonso Henriques, senão êle próprio quando por aqui batalhava com os mouros, ouviu Missa campal celebrada neste altar.

A verdade é que o templosinho foi muito reformado, segundo dizem, e nenhuma características apresenta de tão remota antiguidade, a não ser as pias sepulcrais e a cruz dos Templários aberta na vêrga da porta lateral, mas pode assentar nas ruínas de outro dêsses tempos.

A mesma lenda diz que a êle vinham ouvir Missa e enterrar pessoas de mui larga área em circuito. Esta lenda é comum a diversas terras <sup>(19)</sup>.

Diz o povo que o primitivo local de Provezende foi no Lameirão donde os moradores fugiram por não poder suportar os ataques das formigas, que tudo invadiam devorando e consporcando. Também esta lenda é comum a muitas ruínas de povoados arcaicos <sup>(20)</sup>.

Na citada Fonte do Senhor Jesus de Santa Marinha está escrita no arco a data 178 precedida das letras F<sup>A</sup>EM. que modernamente lhe apensaram. Alguns tomam aquela data como ano da Hegira correspondente ao de 794 na era cristã. Os algarismos daquela data são perfeitamente idênticos aos ainda hoje usados, coisa impossível, se fôsem daquele tempo, mas não são, pois os algarismos arábicos só se começaram a usar em 1252, generalizando-se apenas no século XVI <sup>(21)</sup>. Noutra parte <sup>(22)</sup> mencionamos algumas datas do século XII em algarismos arábicos que relegamos por apócrifas. Deve entender-se o ano de 178 e tal, mas falta o algarismo das unidades.

---

<sup>(19)</sup> Ver *Memorias Arqueologico-Historicas do Distrito de Bragança*, tomo IX, pg. 111, 117, 118, 119, 158, 327, 625.

<sup>(20)</sup> Idem, artigo Lendas e pg. 83, 155, 452 a 457, 483, 513, 640, 708.

<sup>(21)</sup> Viterbo *Elucidario*, artigo Algarismos. Muñoz y Ribero, *Paleografia*. 1917, pg. 105.

<sup>(22)</sup> *Memorias Arqueologico-Historicas do Distrito de Bragança*, tomo IX, pg. 188.

Também a lenda diz que à fonte do Senhor Jesus de Santa Marinha traziam os mouros residentes no castelo de São Domingos, situado no cume da montanha sobranceira à fonte, ainda hoje assinalado por vestígios de muros e fossos como os dos castros, trazer os cavalos a beber por um caminho, mina ou galeria subterrânea. Lendas idênticas existem noutras partes <sup>(23)</sup>.

Segundo a etimologia popular Provezende deriva de Zende, chefe dos mouros residentes no castelo de S. Domingos, que vendo-se desbaratado e alcançado na fuga pelos cristãos, exclamou ao receber o golpe mortal: *Prove Zende, prove Zende!*

Esta interessante etimologia não tem consistência ante a ciência das Academias, pois Provezende deriva como tantos outros topónimos geográficos, do nome próprio de homem Provezendo, uzado no século décimo <sup>(24)</sup>, mas tem-na ante a ciência popular que não é menos respeitável nas suas concepções alegóricas.

Não terminarei sem manifestar mais uma vez ao nobre e ilustre P.º José Pinto da Cunha Saavedra o meu reconhecimento pela bela companhia às ruínas arqueológicas em 11-X-1938 facilitando-me a recolha de informações dos operários descobridores da necrópole, pelas sensatas observações referentes às mesmas que me ia sugerindo, pelo carinho que mostra na conservação dos monumentos nobilitantes da sua terra, pelo levantado gesto em prol do Museu de Bragança, oferecendo-lhe todo o mobiliário aparecido, que em artística e científica disposição ornava uma sala da sua poética e brasonada vivenda, donde se disfruta panorama encantador sobre centenas e centenas de quilómetros, que possivelmente muito terá influido nas levantadas concepções da sua fulgente mentalidade.

O seu estudo intitulado *As Cistas da Provezende. Informações*, fólio pequeno de 50 páginas e o *Album Fotográfico anexo às Informações*, que me ofereceu e vou depositar no Museu de Bragança junto ao espólio respectivo, assás provam quanto fica dito.

E' que filho de peixe sabe nadar, e seu pai, José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, deixou manuscrita a monografia *Provezende o templo romano de Santa Marinha*, publicada em 1935, cincoenta anos depois do seu falecimento, importante trabalho ilustrado com muitas gravuras, notável pela erudição inculcada em seu autor e pelas notícias contidas nas suas 256 páginas, embora, de quando em quando claudique, como não podia deixar de ser em razão dos progressos e novos elementos nesta ordem de estudos.

---

<sup>(23)</sup> Ver *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo IX, págs 154, 182, 191, 467, 493, 494, 500, 655 e 678.

<sup>(24)</sup> A. A. Cortezão, *Onomástico Medieval Português*.

Aos Ex.<sup>mo</sup> Srs. José Pinheiro da Veiga, José Pinheiro da Veiga Junior e família a grata recordação das atenções com que me trataram.

A Mateus Augusto Sepúlveda Sampaio e família a satisfação grata de um velho amigo e conhecido apistolarmente só agora tornada pessoal.

Também não queria esquecer o Dr. Manuel da Rocha Soeiro, médico de Provezende, nem o meu colega Joaquim Alves Canelas, pároco da mesma antiga vila, que tão garbosa e louvavelmente ostenta o símbolo da municipalidade no seu pelourinho de gaiola tipo raro em Portugal, mas o tempo urge e... Bragança, Bragança em companhia do velho amigo, Dr. Antonio Augusto Pires Quintela, que encontrei na estação do Pinhão.

Estava a terminar a impressão dêste trabalho quando o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Jerónimo da Cunha Pimentel, graças aos bons officios do benemérito José Montanha, depositou no Museu de Bragança a pedra inscultrada acima indicada na figura n.º 1, nobre gesto que muito o dignifica, pela nítida compreensão que tem referente à conservação dêstes monumentos nos únicos lugares onde devem abrigar-se, quais são os museus. Honra lhe seja.

25-X-1938

FRANCISCO MANUEL ALVES

Abade de Baçal



# INDEX

P. <sup>o</sup> FRANCISCO MANUEL ALVES — <i>Uma lápide funerária luso-romana</i> . . . . .	41
— <i>Epigrafia bragançana</i> . . . . .	73
— <i>Achados arqueológicos inéditos</i> . . . . .	225
— <i>Um destino inédito dos pelourinhos</i> . . . . .	257
— <i>Cistas de Provezende e sepulcros luso-romanos</i> . . . . .	315
JÚLIO MARDEL DE ARRIAGA — <i>Fundação do mosteiro de N. S.<sup>ta</sup> da Rosa</i> . . . . .	259
CAETANO BEIRÃO — <i>O túmulo de D. Manuel de Moura na Vista Alegre</i> . . . . .	24
MÁRIO CARDOSO — <i>Machadinhas castrejas</i> . . . . .	43
LUIZ CHAVES — <i>Mosaicos lusitano-romanos em Portugal</i> 21, 56 e	83
LUCIANO CORDEIRO — <i>Cartas de Paço d'Arcos</i> , 5, 33, 65, 97 e	129
RAUL DA COSTA COUVREUR — <i>Um erro na gravura do ceitel de D. António na obra de T. de Aragão</i> . . . . .	16
— <i>Um documento referente aos Távoras possivelmente inédito</i> . . . . .	82
— <i>Moedas de D. João I</i> . . . . .	144
— <i>Moedas de D. Pedro, Príncipe regente</i> . . . . .	196
— <i>Moedas de D. João I, Aditamento</i> . . . . .	299
JORDÃO DE FREITAS — <i>Serras de agua nas ilhas da Madeira e Pôrto Santo</i> . . . . .	169
— <i>O Infante D. Henrique no Promontório Sacro</i> . . . . .	228
J. CARDOSO GONÇALVES — <i>Mais algumas achegas para a biografia de Estêvão Gonçalves Neto</i> . . . . .	26
JÚLIO IVO — <i>A Infanta D. Ana de Jesus Maria</i> . . . . . 115 e	155
— <i>O Real Colégio de Mafra (incompleto)</i> . . . . . 218 e	247
HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA — <i>Fr. Casimiro de S. José Wyszynski, introdutor da Ordem dos Marianos em Portugal</i> . . . . .	13
— <i>O calígrafo Bernardino Xavier de Quadros</i> . . . . .	75
— <i>O general português António Figueira de Almeida, heroi da guerra da independência da Grécia em 1823</i> . . . . .	161
— <i>A Princesa D. Maria Amélia</i> . . . . .	292
CIRILO VOLKMAR MACHADO — <i>Descrição das pinturas do Real Palácio de Mafra (incompleto)</i> . . . . . 105, 134, 177 e	207
FALCÃO MACHADO — <i>O machado neolítico de Carvoeiro</i> . . . . .	119
— <i>Numismas de Emínio</i> . . . . .	213



ARMANDO DE MATOS — <i>Uma inscrição romana</i> . . . . .	175
A. VIANA DE MORAIS — <i>Contos para contar</i> . . . . .	268
AUGUSTO DE MELO NOGUEIRA — <i>Uma exploração de minas de ouro da época romana</i> . . . . .	201
D. JOSÉ DA SILVA PESSANHA — <i>Arquitectura romano-ogival</i> .	289
MANUEL DE PAIVA PESSOA — <i>Antiguidades de Monsanto</i> . .	274
ALFREDO PIMENTA — <i>O Infante D. Henrique no Promontório Sacro</i> . . . . .	265
VISCONDE DO PORTO DA CRUZ — <i>A estada da Imperatriz do Brasil e da Princesa Imperial na Madeira</i> . . . . .	278
PEDRO BATALHA REIS — <i>Numária de Pax Júlia</i> . . . . .	61
ZEFERINO SARMENTO — <i>Uma joia trecentista</i> . . . . .	199
J. M. CORDEIRO DE SOUSA — <i>Antigualhas do Museu do Carmo</i>	16
— <i>Dr. F. Alves Pereira</i> . . . . .	32
— <i>Uma inscrição gótica em S. Pedro de Dois-Portos</i> . . . . .	88
— <i>Epigrafia torreana</i> . . . . .	89 e 121
— <i>Uma velha inscrição de S. Francisco da Cidade</i> . . . . .	160
— <i>As inscrições do castelo de Palmela</i> . . . . .	181
— <i>A lápida de S. Gião em Tôres-Vedras</i> . . . . .	223
— <i>Uma inscrição do Varatojo</i> . . . . .	254
— <i>As sepulturas dos Brandões em S. Francisco do Pôrto</i> . .	284
F. A. GARCEZ TEIXEIRA — <i>A «empresa» do 1.º marquês de Valença</i> . . . . .	17
— <i>Inquérito sobre pelourinhos</i> . . . . .	52
— <i>Três inscrições portuguesas</i> . . . . .	78
— <i>Mestre Jerónimo, iluminador</i> . . . . .	113
— <i>O busto da Infanta D. Maria, filha de D. João III</i> . . . .	140
— <i>Uma inscrição Tomarense</i> . . . . .	197
— <i>A morte do pintor Quillard</i> . . . . .	212
J. LEITE DE VASCONCELOS — <i>Três inscrições romanas inéditas do conselho de Vila Pouca de Aguiar</i> . . . . .	193
ABEL VIANA — <i>Necessidade de uma lei reguladora da exploração arqueológica e cauteladora do património arqueológico na- cional</i> . . . . .	237
PEDRO VITORINO — <i>A lâmina de bronze de Leça do Balio</i> . . .	307

A REVISTA DE ARQUEOLOGIA, ao completar o 3.º volume, apresenta o mais sincero agradecimento a todos os ilustres colaboradores e assinantes, e dá por terminada a sua publicação.

---

E R R A T A — CONTOS PARA CONTAR — Na figura, na pag. 273, faltou, por lapso de revisão, um *conto* na linha dos milhares e na coluna do quociente.